

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH  
Escola de Comunicação – ECO  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura

Nina Quiroga Fausto Neto

**MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E COMUNICAÇÃO:  
MIDIATIZAÇÃO DE IDENTIDADES E XENOFOBIA PELA REDE**

Dissertação de mestrado

Rio de Janeiro

Abril de 2009

Nina Quiroga Fausto Neto

**Migrações Contemporâneas e Comunicação:  
mediatização de identidades e xenofobia pela rede**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura (mídia e mediações socioculturais).

Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Rio de Janeiro  
Abril de 2009

Quiroga Fausto, Nina.

Migrações Contemporâneas e Comunicação: mediação de identidades e xenofobia pela rede/ Nina Quiroga Fausto Neto. Rio de Janeiro, 2009.

203 f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2009.

Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz

1. Migrações 2. Mídia 3. Identidade 4. Nacionalismo 5. Internet I. Vaz, Paulo (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Título

**Nina Quiroga Fausto Neto**

**Migrações Contemporâneas e Comunicação:  
mediatização de identidades e xenofobia pela rede**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2009.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz – Orientador (UFRJ)

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Profa. Dra. Denise Maria Cogo (Unisinos)

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP)

---

Prof. Dr. Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)

Rio de Janeiro

Abril de 2009

A todos aqueles que se tornam clandestinos por forças superiores.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que compreenderam o valor desta pesquisa e me apoiaram com sua participação, presença ou ausência, curiosidade, suporte material ou imaterial, afeto e influência. Agradeço, especialmente:

Aos meus pais Ana e Antônio, por me oferecerem a melhor combinação de terra e ar na formação de um pensador ativo;

à Capes, pelo apoio financeiro imprescindível nesta pesquisa; ao brilho do meu orientador Paulo Vaz, por me dizer que “não há que se pedir licença para pensar” e abraçar todas as minhas causas;

aos meus irmãos Tiago e Daniel Quiroga, Ananda D’ecanio, Claudia Sanz, Laura Caldas, Helena Bernal, Natália Aisengart, Julieta Roitman e Carolina Durão pela compreensão, crença, afeto e força nessa fase de solidão necessária; ao Thiago Zamprogno, pela aposta e paciência no amor;

a Inês e Chelo Quiroga, pelo apoio, carinho e pela consultoria em inglês e metodologia; a Cida Chagas, por cuidar de mim e da minha casa enquanto eu pensava nos migrantes;

aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação da ECO, em especial à amizade de Talitha Ferraz e Mayka Castellano – à Mayka que no final me ajudou a normatizar meu texto e o tempo todo me deu amor;

à Isabela Fraga pelo auxílio com as transcrições; a Ronaldo Tapajós, que me tornou redatora; à doce portuguesa Dina Nogueira, que me deu a honra da revisão curiosa e cuidadosa em nossa língua; a Jorgina Silva e Arthur Vinicius da Costa, pelo zelo nos nossos assuntos de secretaria no PPG-COM;

a Hilton Japiassu, o Japi, por apostar no meu “pensamento” desde criança e compartilhar do seu nos nossos almoços e debates; a Philippe Leydenbach e Sylvie Raynal, por me permitirem tatear as apaixonantes migrações parisienses;

a Heloisa Nunes e à equipe da Cáritas, pela oportunidade de trabalhar por migrantes muito especiais: os refugiados; a Carmen Lussi, Márcia Sprandel e Irmã Rosita, por me dedicarem tempo e falas preciosas em Brasília; aos colegas do NIEM, pela acolhida afável e estimulante neste Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios;

aos mestres e colegas Denise Cogo e Hélion Póvoa, pela anfitriagem no tema e leitura atenta do meu trabalho;

a Lucas Quiroga Sanz, pela luz infinita nesse túnel e às minhas famílias de Minas, Ceará, Pará, Santa Catarina e Espanha, por estarem na base de toda essa aventura existencial que tomou forma de ciência.

É preciso ser um pouco da multidão.

É preciso conhecer esse mundo sem se sentir um estranho nele.

A objetividade a ser alcançada é a que integra o observador na observação.

Edgar Morin

A estabilidade das leis corresponde ao constante movimento de todas as coisas humanas, um movimento que jamais pode cessar enquanto os homens nasçam e morram.

Hannah Arendt

## RESUMO

Quiroga Fausto, Nina. **Migrações Contemporâneas e Comunicação:** mediação de identidades e xenofobia pela rede. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Neste trabalho reflito sobre a existência de contaminações ou articulações entre certas modalidades de argumentos sobre as migrações contemporâneas nas esferas públicas não virtuais e na Internet. Meu objeto empírico são vídeos realizados por indivíduos espanhóis sobre a imigração naquele país. A implicação da *mediação* da sociedade nos fenômenos migratórios contemporâneos e nos processos de construção de sentidos sobre identidades migrantes ganha novos feitos com a Internet e seu modelo de comunicação em rede. Para as migrações, entre outras conquistas democráticas, o aumento da produção de obras individuais divulgadas em rede leva ao aumento de expressões preconceituosas, perversas e, ainda, criminosas sobre os migrantes, expressões xenófobas usualmente reprimidas nas esferas públicas presenciais. Além das contaminações de discursos midiáticos, governamentais e ultranacionalistas, discuto em que medida, também, a natureza técnica da rede cria novas condições de produção para o fortalecimento desta fala discriminatória nos dias de hoje.

Palavras-chave: Migrações, Mídia, Identidade, Nacionalismo, Internet.



## ABSTRACT

Quiroga Fausto, Nina. **Contemporary migrations and communication:** mediatization of identities and xenophobia through network. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

This study aims to examine the existence of contamination or articulation among certain types of arguments on contemporary migration in non-virtual public sphere and on the Internet. My empirical observation is based on videos produced by Spanish people about the immigration in their country. The implication of mediatization of society in the contemporary migratory phenomena and in the processes of construction of meaning about migrant identities acquires new shape with the advent of Internet and its model of communication based on network. For migrations, besides other democratic achievements, the increase of the production of individual works spread on the web takes to an increase of prejudiced, perverse and even criminal expressions about the immigrants, xenophobic expressions usually repressed in the presential public sphere. Besides the contamination of mediatic, governmental and ultra-nationalists discourses, I, also, discuss to what extent the technical nature of the Internet creates new conditions of production for the strengthening of the discriminatory speech today.

Key-words: Migrations, Media, Identity, Nationalism, Internet.

## **SUMÁRIO**

### **INTRODUÇÃO**

I-	Comunicação e migrações contemporâneas midiaticizadas: o problema das identidades via <i>web</i>	1
II-	Imigrações contemporâneas na Europa: uma aproximação ao contexto do problema	2
III-	Contaminações entre os argumentos nacionalistas/xenófobos de dentro e de fora da rede: objeto, hipóteses e objetivos	6
IV-	Os vídeos autorais nacionalistas/xenófobos espanhóis no <i>YouTube</i> : universo amostra e observação empírica	8
V-	Por que falar da Espanha?	11
VI-	A construção dos capítulos e de um lugar de fala	14
VII-	Os Capítulos	17

<b>CAPÍTULO 1 - TEORIAS DA MIGRAÇÃO: DA CAUSALIDADE ECONÔMICA À COMPLEXIDADE DO FENÔMENO</b>	20
--	----

1.1	Um marco: revolução industrial	20
1.2	Um mito: a unidade étnica	22
1.3	Um eixo: teorias sobre as migrações	25
1.4	Um dado de realidade: redes sociais transnacionais	30
1.5	Uma causa: as teses dos ativistas dos Direitos Humanos	33
1.6	Um esforço: complexificar a abordagem das migrações	38
1.7	Por uma teoria complexa, interdisciplinar e humanista	40

<b>CAPÍTULO 2 - GLOBALIZAÇÃO, MEDIATIZAÇÃO E IDENTIDADES MIGRANTES</b>	42
--	----

2.1	Migrações e novos modos de construir identidades: o paradigma das	42
-----	---	----

<i>identificações</i>	
2.2	Identidade e normatização da autonomia 48
2.3	Identidade e medo: o 11 de setembro norte-americano 54
2.4	Migrações, terrorismo e identidades suspeitas 56
<b>CAPÍTULO 3 - MIGRAÇÕES E MEDIATEZACÃO DAS SOCIEDADES: SOBRE DISCURSOS E VISIBILIDADE</b>	61
3.1	Mediatização e construção de identidades culturais 63
3.2	Mídia, contextos e discursos parlamentares: a “problematização” das migrações 68
3.3	Os discursos problemáticos sobre as migrações pela mídia 70
3.4	Abordagem multilateral das migrações: jornalistas X pressões ulteriores 75
3.5	Migração e crime pela mídia 79
3.6	Linguagem, discursos e ação 82
3.7	Mídia como espaço de negociação dos discursos sociais 82
<b>CAPÍTULO 4 - DA SECURITIZAÇÃO À SELEÇÃO DAS IDENTIDADES DOS MIGRANTES: CONTEXTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO FENÔMENO CONTEMPORÂNEO</b>	86
4.1	O discurso-ação das políticas públicas para as migrações 88
4.2	O 11 de setembro e a securitização das migrações em bloco 90
4.3	Sarkozy, Berlusconi e a Diretiva de retorno 93
4.4	Da securitização à seleção das migrações: os migrantes “qualificados” 98
4.5	Migrações selecionadas: os refugiados 100
4.6	Da seleção à securitização das migrações: refugiados X migrantes “econômicos” 101
4.7	O imigrante na Espanha contemporânea 105
4.8	Migrações espanholas e o mito da unidade nacional 111
4.9	O nacionalismo e as migrações: chaves de compreensão do “problema” espanhol 114
<b>CAPÍTULO 5 - INTERNET E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE AS IDENTIDADES MIGRANTES: CONTAMINAÇÃO ONLINE DE DISCURSOS PÚBLICOS XENÓFOBOS</b>	117

5.1	Internet: potente e ambivalente instrumento de autonomia para (falar da) a identidade	117
5.1.1	Internet como dispositivo/ferramenta de comunicação e como meio de comunicação social: o migrante <i>pela</i> Internet, o migrante <i>na</i> Internet	123
5.1.2	Categorias de uso e acesso da Internet por migrantes	126
5.1.3	Rede como espaço democrático que fere ideais democráticos: os discursos xenófobos pela Internet	128
5.2	Contaminação <i>online</i> de discursos públicos presenciais: os vídeos nacionalistas e xenófobos espanhóis no <i>YouTube</i>	132
5.2.1	Os <i>pacotes interpretativos</i> de argumentos discriminatórios das elites simbólicas	133
5.2.2	Os vídeos	136
5.2.3	Metodologia de análise	136
5.2.4	Descrição dos vídeos	139
	Vídeo 1 – “Destrozando mi país, cambiando mi mente”	139
	Vídeo 2 – “Las mentiras de la inmigración (Rock Against Communism)”	140
	Vídeo 3 – “Stop immigration”	141
	Vídeo 4 – “Patriota no facha”	141
	Vídeo 5 – “Adios mi España Preciosa”	142
	Vídeo 6 – “Orgullosa de ser española”	143
	Vídeo 7 – “Inmigración y Multiculturalismo”	145
	Vídeo 8 – “Siempre Luchando”	148
5.3	Análise dos vídeos	148
	<b>NOTAS CONCLUSIVAS</b>	167
	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	178
	<b>ANEXOS</b>	
	1. <i>Outdoors</i> – “Plano de Retorno Voluntário” do Governo Espanhol	192

2. Tabela 1 – Argumentos e recursos de linguagem vídeos <i>Youtube</i>	193
3. Tabela 2 – Cruzamento argumentos mídia, parlamento e outras elites simbólicas X vídeos <i>YouTube</i>	196
4. Letras das canções dos vídeos	198

## INTRODUÇÃO

### **I - Comunicação e migrações contemporâneas midiaticizadas: o problema das identidades via *web***

Durante o século XX, o tema dos migrantes, refugiados e de outras vítimas de deslocamento forçado de território se tornou objeto de preocupação da comunidade internacional por seu aumento em números e em complexidade de questões suscitadas no marco da globalização. O tema das migrações torna-se, também, objeto de preocupação de uma comunidade mais específica, a saber, os estudiosos da comunicação social. É que a comunicação midiática é, hoje, um campo dinamizador tanto para a experiência migratória como para a construção de identidades culturais relacionadas às migrações. A *centralidade* da mídia (Mata, s.d) nas dinâmicas migratórias e nos processos de construção de sentidos sobre identidades migrantes pode ser percebida em vários níveis das experiências sociais contemporâneas: desde a utilização, por migrantes, dos recursos midiáticos que os conectam a outras pessoas – como a internet –, até no consumo, de migrantes e não migrantes, de referentes e representações sociais sobre quaisquer culturas do mundo, veiculadas internacionalmente, por televisões via satélite.

É justamente a partir da constatação desta centralidade da mídia nos processos mais básicos de construção de sentido que ganham espaço os estudos sobre migrações e comunicação que vêm defendendo um combate à “colonização da memória” pela grande mídia (Cogo, 2005) e que pleiteiam a multiplicação do “trabalho de imaginação”<sup>1</sup> (Appadurai, 1996) sobre as identidades possíveis de serem vividas. Tais estudos parecem compreender que a migração é uma questão marcante na sociedade contemporânea não apenas pelo sofrimento vivido pelos que viajam, objetivamente (com todas as intempéries estruturais do ato do deslocamento territorial), ou dos que sofrem com as “invasões” de migrantes em suas sociedades, mas, também, pelos fatores simbólicos envolvidos nas construções de sentido sobre as identidades de migrantes.

As construções discursivas em torno da identidade do migrante, à semelhança de outros processos discursivos que favorecem ou estigmatizam socialmente certas identidades

---

<sup>1</sup> “Work of imagination”.

coletivas, são dinâmicas cruciais que concorrem para criar melhores ou piores condições de adaptação, integração e inclusão dos migrantes e de sua (s) identidade(s) na sociedade de acolhida. A produção de discursos *sobre* o migrante vai se deslocando dos regimes monopolizadores que caracterizam os meios de comunicação de massa para uma produção difusa, individualizada, em que o modelo de comunicação em rede – via *web* – funciona como um multiplicador de pontos de vista sobre a realidade das migrações e dos sujeitos que migram. Neste sentido, a internet tem grande responsabilidade na conformação das “novas” migrações, tanto em seu uso como ferramenta tecnológica de comunicação, por migrantes, como por seu caráter de difusor público de informação: como meio de comunicação social acessado e consumido por migrantes e não migrantes.

Mas, se as mudanças do modelo de comunicação em rede pela internet conduzem a uma ampliação da difusão de “visões de mundo” (Vattimo, 1989), é previsto que tal “ampliação” abarque até mesmo as visões “estreitas” e preconceituosas, perversas ou até mesmo criminosas sobre as migrações e os migrantes, tais quais se ampliam no mundo não virtual. Entretanto, encontram tais *visões de mundo* possibilidades novas de expressão e articulação pela internet, dadas certas características técnicas oferecidas no modelo da *Web 2.0*. Neste sentido, creio que tal “natureza técnica” da internet precisa ser vastamente pesquisada, problematizada e conhecida para que, com isso, possamos aventar o que há, de fato, de novo, nas falas *pela rede*. Porém, creio ser fundamental investir um pouco mais em conhecer o cenário sócio-histórico que vem engendrando novas falas sobre as migrações, em que fica clara uma tendência a construções de sentido precárias e estigmatizadoras sobre esta modalidade de *outro*, o migrante. Só então, creio, seria possível pensar na pertinência de cogitar ser a internet um “outro mundo”.

## **II - Imigrações contemporâneas na Europa: uma aproximação ao contexto do problema**

As três organizações mundiais mais consultadas sobre estatísticas das migrações internacionais colocam à disposição de pesquisadores e do público em geral dados aparentemente alarmantes sobre a mobilidade humana na contemporaneidade. A Organização Internacional para as Migrações – OIM – registra que, no ano 2000, mais de 176 milhões de migrantes haviam saído de seus países de nascimento e estavam morando em

outros países<sup>2</sup>, em geral mais “desenvolvidos” que os primeiros. Alguns anos depois, em 2005, esta população já estava estimada em 191 milhões<sup>3</sup>. Para a ONU, neste período teria havido um crescimento da migração internacional de 1,5%, o que levaria ao impactante número de 200 milhões de pessoas vivendo fora de seu país<sup>4</sup> de “origem”<sup>5</sup>. Completando a “tríade” de dados de referência sobre as migrações internacionais, o Banco Mundial fornece números ligeiramente inferiores sobre este fenômeno: segundo a instituição, em 2005, aproximadamente 190 milhões de pessoas estavam na condição de imigrantes<sup>6</sup>.

A “onda” de ataques neonazistas contra estrangeiros e outras minorias discriminadas vêm aumentando em toda a Europa, uma das regiões mais procuradas pelos migrantes internacionais a partir dos anos 2000. Motivados por uma combinação de diferentes modalidades de discursos/ações discriminatórias, os ataques revelam o crescimento do mal-estar causado pelo aumento de estrangeiros, renovando um tipo de ação que parecia debelada com o fim dos regimes totalitários do século XX.<sup>7</sup> O impacto da chegada de imigrantes que vêm em busca de trabalho, ou fugindo de conflitos de ordem política, religiosa, étnica, ou uma combinação de fatores, os refugiados, é potencializado pela “queda livre” do crescimento na Europa Ocidental (Vaisse, 2005), e pela crise mundial, desencadeada nos EUA e estendida ao mundo inteiro, já em 2008. Tais conjunturas reforçaram o aumento do desemprego, a recessão, a insegurança quanto ao futuro econômico de cada país e de suas parcerias comerciais com outros, bem como, no campo das migrações internacionais, vêm

---

<sup>2</sup> A OIM afirma, também, que uma de cada 35 pessoas no mundo é imigrante, o que representaria uma média de 3% da população do mundo. “Inmigración Peruana sería de 70,000 en Brasil”. *El Peruano Latino*, 26/06/08. Disponível em: <http://www.elperuanolatino.com/noticia0.html>

<sup>3</sup> OIM – Dados disponíveis em <http://www.iom.int/jahia/Jahia/pid/254>

<sup>4</sup> Dado fornecido pelo coordenador de Imigração do Ministério do Trabalho Paulo Sérgio de Almeida, em depoimento concedido à Revista *época*, edição nº 532 (Reportagem: “Quem são nossos novos imigrantes”) de 28/07/2008.

<sup>5</sup> Esta expressão virá sempre entre aspas por seu caráter “anacrônico”. As novas teorias que enfocam as migrações contemporâneas buscam questionar o conceito de “origem” e “destino”, levando em conta as novas formas de migrar e de manter vínculos transnacionais considerando, também, novas dinâmicas de *pertencimento* e identificação dos indivíduos com os lugares por onde passam. Ainda assim, por falta de expressão que melhor cunhe a idéia de “último país/território de moradia” (“origem”) e sociedade de “acolhida” (“destino”), por vezes ainda lançarei mão destas expressões, sempre entre aspas, para compartilhar com o leitor o exercício de encontrar termo mais adequado para estas idéias.

<sup>6</sup> Busquei dar preferência aos dados da Organização Internacional para as Migrações, que trabalha referenciada em números fornecidos pela ONU, pelo Banco Mundial e por apurações próprias. O Banco Mundial não esclarece se contabiliza apenas os imigrantes documentados (legais) ou todos os imigrantes, a partir de estatísticas disponibilizadas por instituições que lidem com este grupo, mecanismo que, creio, oculta números expressivos para se pensar o fenômeno com amplitude. Porém, frequentemente, esta instituição é a única que reuniu dados imprescindíveis consultados neste trabalho.

<sup>7</sup> Embora sob novas modalidades de atuação, os fundamentos dos neonazistas são os mesmos dos tempos do Nacional Socialismo de Hitler: ódio dos judeus, das minorias étnicas, de estrangeiros de modo geral, e seus descendentes. Continuam defendendo uma nação pura, homogênea, sem estrangeiros e pessoas com aparência ou comportamento que considerem “desviados”, assim, são frequentes os ataques a homossexuais, moradores de rua e deficientes físicos.



incitando a uma das conjunturas de tensões mais chamativas da história da relação entre “autóctones” e migrantes internacionais, naquelas regiões.

Mas, para além da objetividade de estatísticas que indiquem crescimento de intolerância, xenofobia, e outros atos violentos contra estrangeiros nos continentes europeu e norte-americano, outra consequência do aumento do número de imigrantes nestas regiões é a utilização deste fato, por partidos e lideranças políticas, na orientação do debate e na definição de políticas públicas que tratem o “problema” da imigração como risco para autóctones. Nas últimas eleições presidenciais espanholas (2008), o fenómeno da imigração no país dominava o debate entre os dois candidatos finais na disputa pelo cargo. Em diversos outros países da Europa o tema domina as preocupações de seus moradores<sup>8</sup>.

Anos antes das eleições presidenciais espanholas, nos EUA um presidente fora eleito por seu discurso “afiado” contra os imigrantes, aparentemente justificado quando, poucos meses depois de sua chegada ao cargo, o país presenciou um grande ataque terrorista atribuído a estrangeiros: o ataque às torres gêmeas norte-americanas, no famoso 11 de setembro de 2001. A lógica da “iminência” de uma catástrofe demográfica, econômica, ou ainda, das catástrofes produzidas pelo terrorismo, foram utilizadas pelo governo do controverso George W. Bush (2001-2008), para convencer a população de que o acirramento do controle nas fronteiras; a adoção de sistemas civis de detecção de risco de novos atentados; e as constantes demonstrações de seu poderio militar fora dos EUA, eram, portanto, extremamente necessárias. Esta relação causal entre imigrante=risco=terrorismo também vem sendo explorada no debate europeu, argumento reforçado pelos atentados terroristas vivenciados no continente na mesma década. Mas é o ataque das torres gêmeas, em 2001, o episódio pioneiro na demarcação das políticas de *securitização* (Alba e Leite, 2004) que permitem pensar, também, como os sentimentos de insegurança generalizada e a insegurança quanto ao futuro, em específico, podem estar se projetando nas ações sobre as migrações internacionais.

Neste sentido, frente a tal cenário de crises econômicas; ao desconforto causado pela hibridação de populações que historicamente se acreditaram e buscaram manter-se “puras”<sup>9</sup>,

---

<sup>8</sup> Diversas pesquisas, como as realizadas pelo instituto Eurobarómetro, buscam mensurar o grau de preocupação de europeus com a imigração e o terrorismo. Em 2007, a menção à imigração e ao terrorismo como fontes de preocupação nas respostas dos espanhóis perguntados sobre seus principais problemas e fontes de preocupações, por tal pesquisa, se situou muito acima da média dos outros países. “Los españoles, los europeos más preocupados por la inmigración y el terrorismo”. *El Dia*, 26/02/07. Disponível em: <https://www.eldia.es/2007-02-26/vivir/vivir9.htm>

<sup>9</sup> Nos EUA, este que seria um ideal de pureza para as populações européias parece encontrar outras características, como a experiência do *melting-pot*, uma forma de hibridismo étnico que sugere buscar, ao final,

e da proclamada situação de risco trazido pelos imigrantes, nas sociedades de acolhida passa a ser a atitude esperada de seus governos o enrijecimento do controle da permanência de migrantes indocumentados. Cobra-se, também, de tais governos, a adoção de medidas no setor trabalhista<sup>10</sup> para priorizar a empregabilidade do “autóctone” frente ao estrangeiro<sup>11</sup>. Com progressivo empenho, os chefes de estado dos países membros da União Europeia (UE) vêm definindo políticas comuns para controlar quem e como entrar por suas fronteiras. Além de ações executivas e legislativas, multiplicam-se os episódios de declarações públicas de chefes de governo, legisladores e lideranças nas organizações da sociedade civil para negociar as novas posturas a se adotar conjuntamente diante do quadro dos fluxos internacionais direcionados para o continente.

No âmbito europeu, os anos 2000 iniciam um período marcado pelas orientações seletivas das imigrações europeias e da ampliação dos esforços no combate à imigração ilegal. Orientados por tratados e outros acordos comuns entre os países da UE, o “problema”<sup>12</sup> da imigração vem sendo reconhecido como um tema central na gestão de uma comunidade política e econômica comum. Nesta direção, uma das políticas de consenso mais claro entre os membros do bloco torna-se o procedimento de “seleções” dos migrantes. Isto é, de estabelecer medidas que atraiam os estrangeiros economicamente interessantes para o desenvolvimento do país de acolhida, evitando os considerados indesejáveis.

---

o que se considera o “legítimo” americano. Por limites de espaço, não será possível, neste trabalho, discutir a construção destas características no caso norte-americano.

10 Na Inglaterra, que teve, em 2008, seu maior número de desempregados dos últimos 11 anos, a multa aos empregadores que contam com trabalhadores imigrantes indocumentados é de 10 mil libras (cerca de R\$ 33,2 mil) por cada trabalhador em situação irregular; Na França, empregar um “ilegal” pode levar o empregador à prisão. “Do sonho ao pesadelo: Imigrantes tentam driblar cerco cada vez mais apertado na Europa”. *O Globo Online*, 07/06/08; “Menos hospitalidade no reino Unido: preocupação de britânicos leva trabalhistas a rever política de imigração”. *O Globo*, 08/06/08

11 Na Espanha, a crise do desemprego levou o governo a oferecer incentivos à formulação de políticas para estimular o retorno do imigrante ao seu país de “origem”. “Desemprego faz Espanha endurecer”. *O Globo*, 08/06/08.; “Imigrante legal terá ajuda financeira para deixar Espanha”. *O Estado de São Paulo*, 16/06/08; “Medida permite a 500 mil descendentes pedir cidadania espanhola”. *Folha Online*, 01/11/08. Em dezembro de 2008, dezenas de outdoors espalhados pela capital do país publicizavam o “Plano de Retorno Voluntário” do governo espanhol, em que se sugere que o imigrante que tenha interesse em voltar ao seu último país de moradia se ponha em contato com o número de telefone que é divulgado no mesmo espaço publicitário, como pode ser observado no anexo 1.

<sup>12</sup> Chamo a atenção para a expressão “problema”, como costuma ser utilizada para abordar o fenômeno das migrações pelos que, consciente ou inconscientemente, buscam atribuir ao fenômeno um caráter dificultoso e negativo. Esta abordagem é questionada por diversos autores, como veremos em seguida, e merece uma observação crítica, dado o fato de o termo “problema”, nestes casos, aproximar-se mais do seu sentido de: “6. Qualquer assunto ou questão que envolve dúvida, incerteza ou dificuldade.”, remetendo-se, ainda, a “problema social”, como “situação que ameaça certos valores básicos e culturais causados pelos desajustes individuais às normas adotadas ou falhas existentes na própria estrutura social”, e muito menos a seu caráter hermenêutico, como uma: “1. Questão levantada para inquirição, consideração, discussão, decisão ou solução: *Discutiu-se o problema da seca.*” Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=problema>. De todas formas, ainda apoiando-se em definições básicas, é necessário admitir, que o “problema” da migração é um “5. Tema cuja solução ou decisão requer considerável meditação ou habilidade.” (idem)

Os mecanismos europeus e norte-americanos de controle e circulação de turistas e estrangeiros em seus países vêm se preocupando em “separar aqueles para cuja conveniência e facilidade de viagem foram abolidos os vistos daqueles que deveriam ter ficado no lugar de onde saíram, quer dizer, que nem deveriam viajar” (Bauman, 1998: 95), deixando essa premissa bem clara em termos de sua diplomacia internacional. Assim, os países de acolhida atentam para que as políticas voltadas para a seleção dos migrantes não sejam confundidas com restrições à circulação de turistas<sup>13</sup>, compreendendo as identidades turista e migrante como categorias sociais diferentes. A questão passa a ser, portanto, a definição do que seja uma migração “desejável” ou “aceitável” a se selecionar, e a criação de mecanismos para proceder à distinção entre os que se enquadram nesta categoria.

Do outro lado das políticas de “seleção” de migrantes, os tratados humanitários internacionais que regem a acolhida de indivíduos em condições vulneráveis, como os refugiados<sup>14</sup>, muitas vezes entram em choque com as políticas que buscam escolher seus imigrantes. Em certos países, a solução de seus chefes de Estado/governo torna-se divulgar internacionalmente a criação de códigos jurídicos e políticas públicas que sugerem respeitar tais acordos internacionais, mas, no dia-a-dia de seus *guichets* de acolhida, orientar seus subordinados ao enrijecimento do controle de imigrantes indocumentados, mesmo que tal prática fira direitos humanos básicos dos indivíduos que imigram (Spire, 2008).

### **III - Contaminações entre os argumentos nacionalistas/xenófobos de dentro e de fora da rede: objeto, hipóteses e objetivos**

Nesta pesquisa, busquei verificar a existência de contaminações ou articulações entre determinadas modalidades de argumentos sobre as migrações contemporâneas, sustentados nas esferas públicas não virtuais e na internet. Mais especificamente, meu objetivo era compreender se haveria uma sustentação de certos tipos de discursos, defendidos pela

---

<sup>13</sup> Em tempos de “securitização” nas fronteiras, este esforço por vezes é inócuo e causa desconforto para os turistas tratados, erroneamente, como pretendentes à migração. Vide o caso dos turistas e viajantes brasileiros “a trabalho” detidos no aeroporto de Madrid, em 2008, como “suspeitos” de terem a intenção de viver na Espanha.

<sup>14</sup> O refugiado é aquele migrante que, “devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de seu país”. O refugiado pede proteção legal ao governo de outro país e, ao ter seu pedido de refúgio aceito, passa a gozar dos direitos e deveres concernentes aos estrangeiros naquele país, bem como das políticas públicas específicas impetradas para refugiados na sociedade de acolhida, quando as haja. In: Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. Ministério da Justiça- Secretaria Nacional de Justiça – CONARE- Comitê Nacional para os Refugiados. Documento de circulação interna.

internet, nas esferas tradicionais não virtuais, a saber, os discursos nacionalistas xenófobos, e em que intensidade tais articulações se dariam.

Parti da hipótese de que, havendo tal correspondência discursiva, esta deveria ser buscada entre tais “discursos *online*” e 1. os discursos midiáticos e 2. os discursos governamentais e parlamentares (que inclui não só suas “falas”, mas suas práticas de políticas públicas). Acreditava que tais atores sociais (mídias e governos) poderiam ser tomados como referência por todas aquelas “pessoas comuns” (Bretas, 2008), que, via internet, desejassem expor seus pontos de vista sobre as migrações, como uma condição de reforço para o que defendiam. Assim, meu objeto são as marcas que sugeriram uma evidência de relação entre o conteúdo de tais materiais, e não um material textual em específico (os vídeos, o textos jornalísticos da grande mídia ou os discursos parlamentares, divulgados via mídia).

Parti do questionamento inicial “em que medida o debate que se dá fora da rede alcança e é encampado pelos autores<sup>15</sup> dos vídeos do *YouTube*?”. Mas, questões correlatas, e, talvez, ainda mais urgentes, surgiram, tais como “em que medida a *mediatização* das sociedades arbitra sobre os modos de se constituir identidades e *discursos* sobre as identidades?”; “como o medo, e, mais especificamente, o medo do *outro* é invocado para criar consensos no interior de uma comunidade?”, “em que medida os discursos defendidos *pela* rede ajudam a sociedade a construir novos (e reacender velhos) sentidos sobre as identidades migrantes?”, ou, ainda, “quão efetivos são os discursos da insegurança física e econômica frente a convicções humanitárias de respeito e cuidado com o *outro*”. Mais do que respondê-las, creio que o esforço de formulá-las foi importante para compreender as dinâmicas de normatização social do debate sobre as migrações contemporâneas.

Creio que, ao serem realizadas no marco das negociações sobre o tema que se dão também fora dali – nas esferas públicas presenciais – as análises do material produzido por “autores” que expressam pontos de vistas perversos pela internet ganham sentidos sócio-históricos, o que me parece interessante. A busca de tais contaminações do ambiente virtual/não virtual permite, também, colocar luz em questões sobre o próprio funcionamento da *web*, tais como: seus modos de expressão, de interação, de produção e de consumo de informação, mas, também, de construção e difusão de identidades representadas. Nesta direção, pensar a internet e pensar as migrações contemporâneas tornam-se faces do mesmo

---

<sup>15</sup> Por “autoria” compreendo o processo de criação individual de uma narrativa para cada vídeo, construída por meio da edição de referentes através de imagens e áudio, pelo usuário do *YouTube*, e sua publicação no *site*, sem atribuição de créditos a terceiros. Sobre uma possível “originalidade” do conteúdo narrativo, e dos referentes utilizados para tal, consiste, justamente, uma das questões primordiais deste trabalho, a ser discutido nos capítulos que seguem.

esforço, qual seja: pensar as possibilidades e limites da identidade no mundo globalizado e midiático, em que *ser* e *estar* dependem, mais do que nunca, de quanto e como *aparecer*.

#### **IV- Os vídeos autorais nacionalistas/xenófobos espanhóis no YouTube: universo, amostra e observação empírica**

Por acreditar que a internet torna-se tanto um meio como uma ferramenta de comunicação privilegiados, seja na construção, seja na divulgação de pontos de vista sobre as identidades culturais contemporâneas, optei por observar uma modalidade específica de “fala” pela internet: a fala individual mediada por uma obra autoral, no caso, por vídeos hospedados no *site YouTube*. Trato tais vídeos como sendo “obras autorais” de indivíduos que expressam suas próprias idéias, – ainda que possam apoiar-se em ideais e práticas de outras instituições, como os partidos políticos e outras organizações que tratem sobre o tema das migrações. Estes vídeos, divulgados como sendo de autoria do usuário que o “publica” no *site YouTube*, – ou, ainda, omitindo seu verdadeiro realizador – foram escolhidos pela oportunidade que oferecem de comentar alguns aspectos que busquei discutir ao longo desta dissertação.

Os vídeos analisados são realizados por autores espanhóis, e foram escolhidos, não para que se trace uma tipologia dos vídeos de caráter xenofóbico deste país, uma vez que essa produção não pode ser generalizada em sua forma, mas, sobretudo, porque permitem refletir sobre os modos contemporâneos de conceber a identidade e a relação com o *outro*. A escolha pelos oito vídeos que analiso se deu a partir de uma pré-seleção de aproximadamente 30 vídeos, estes “descobertos” a partir do sistema de busca por palavras-chave do *YouTube*, em que, a partir da inserção de certa (s) palavra(s), o próprio *site*, com seu sistema de busca, se encarrega de listar todos os vídeos que utilizaram tal (is) palavra(s) para se auto-identificar quando de sua publicação no *site*<sup>16</sup>. Em um segundo momento, a partir das próprias páginas de usuários que têm vídeos publicados, cheguei, seguindo as pistas de afinidades temáticas dos usuários, a outros vídeos, que me levaram a outras páginas de usuários e outros vídeos, e, assim, sucessivamente. Como são os próprios usuários que publicam os vídeos que elegem as palavras-chave através das quais querem ser “encontrados” por outros usuários, minha primeira triagem consistiu em alcançar aqueles usuários espanhóis que gostariam de ser identificados como sujeitos que *tematizam* a imigração. Por isso, era importante que classificassem aquelas palavras-chave que inseri no

---

<sup>16</sup> Em um primeiro momento, utilizei as palavras *inmigración*, *migración*, *inmigraciones*, *migraciones*, *migrante*, *migrantes* para proceder a uma pré-seleção dos vídeos.

sistema de buscas do *site* como palavras que autodefinissem seus vídeos. Acreditava que a intenção destes autores de inserir-se no debate assumindo pontos de vista claramente *sobre* as migrações, e não casualmente comentando-a, era importante para pensar sua potência ativista, sua inserção como agentes de idéias. Como a rede vem tendo um uso crescente para sociabilidade, com a proliferação de *sites* de relacionamento, tais como Orkut, Facebook, Netlog, Hi5, Sonico, entre dezenas de outros, gostaria de limitar-me aos vídeos de autores cuja intenção primordial aparente fosse, de fato, publicar suas *idéias*, e não, apenas, *socializar* com fins afetivos ou profissionais, como é de praxe em tais redes.

Em uma segunda etapa de seleção do material a analisar, ainda que pareça contraditório com o item anterior, busquei os usuários que, a partir das idéias que defendem e de suas obras publicadas (os vídeos), tivessem uma sociabilidade ativa na comunidade *YouTube*<sup>17</sup>. Isto é, utilizassem suas ferramentas de interatividade para entrar e contato com outros usuários, com idéias afins – no caso, as idéias nacionalistas/xenófobas. Este procedimento parecia importante para pensar se a rede poderia vir a ter uma função social, como arregimentadora de sujeitos defendendo certas modalidades de causas. Por mais que os vídeos publicados por indivíduos que tinham pouca atividade no *site*, por si só, tivessem a riqueza de conteúdo necessária para dispor de dados para meu objeto – a contaminação de discursos públicos da realidade sócio-histórica e os discursos veiculados *online* – me parecia que os vídeos de usuários ativos em uma possível comunidade de valores (nacionalistas/xenófobos) defenderiam com mais efetividade os pontos de vista mais velados e difíceis de “capturar” fora da internet. Mesmo que apontassem para certas idéias que destruíssem, muito rapidamente, minha hipótese inicial. O que, de certa forma, aconteceu.

Ao longo da própria seleção dos vídeos percebi que as falas dos autores dos vídeos nacionalistas/xenófobos espanhóis no *YouTube* faziam referência a outros corpos de argumentos e referentes simbólicos que pareciam transcender as influências dos discursos midiáticos e parlamentares. Isto é, faziam referência a idéias terceiras, por vezes mencionadas, mas nunca diretamente assumidas como argumentos *da* mídia ou *do* governo

---

<sup>17</sup> O *YouTube* dispõe de mecanismos de interatividade em que um usuário pode escolher seus vídeos favoritos; pode definir seu vídeo como sendo uma “resposta” a outro já existente no *site*, bem como pode tratar outros usuários como “amigos”, incluindo-os em suas listas de amizade/relacionamento que constam em seu perfil (página) no site. Estes itens são os mecanismos pelos quais os membros do *YouTube* se relacionam entre si, indicando como aderem ao conteúdo das páginas uns dos outros (inscrições); como são aderidos por um membro (inscritos); como se reportam (comentários e boletins); como indicam seus vídeos prediletos (favoritos); como sugerem relações mais pessoais, que iriam além dos conteúdos que relacionam suas páginas (amigos). Ao analisar os vídeos, busquei observar seus mecanismos de interatividade e a intenção de seus “autores” de manter o diálogo com sua “audiência”. Com o intuito de compreender em que medida estes usuários expressavam desejo de “comungar” de certos pontos de vista com outros internautas, ou, por outro lado, se apenas desejavam expor suas idéias acerca do tema das migrações, sem se preocupar com, ou mesmo fomentar, debates (ou embates). Porém, a interação entre usuários não é objeto central de minha análise, neste momento.

espanhol. Fui tentando mapear estes “novos” argumentos e símbolos, percebendo, aos poucos, que muitos deles eram, na prática, uma *retomada* de falas históricas sobre o estrangeiro, evocadas por diversas lideranças nacionais, e cultivadas, ainda hoje, naquele país. Estas falas sugerem-se fazer parte da base ideológica de certos coletivos políticos que têm uma atuação que se desdobra na internet, mas que têm em situações e espaços presenciais a origem de sua organização original<sup>18</sup>.

Este procedimento de buscar a existência de uma “teia” de usuários conectados por um leque de temas comuns – no caso, o nacionalismo e o orgulho espanhol; a reprovação à chegada de imigrantes na Espanha; o elogio às políticas bélicas de combate a “forasteiros”, dentre outros elementos que explicitarei ao descrever os vídeos, me fizeram, por fim, optar pelos oito vídeos que são analisados neste trabalho. Busquei, nesta seleção<sup>19</sup> final, eleger vídeos que explicitassem narrativas nas quais ficasse(m) evidente(s) seu(s) argumento(s), e que, claramente, tais vídeos não fossem obras institucionais, e sim obras individuais e autorais. Assim, ficaram de fora os vídeos que sejam apenas compilações de material jornalístico, isto é: notícias ou reportagens televisivas, bem como vídeos que apenas reproduzem uma fala sem edições de algum pronunciamento de terceiros, ou vídeos de empresas, partidos ou movimentos culturais.

---

<sup>18</sup> Com diferentes graus de intensidade, estes grupos defendem o retorno de uma orientação repressiva à chegada de imigrantes pelo que esta representa como “maculação” do ideal nacional de pureza de uma “raça” espanhola. Estes coletivos ideológicos também atribuem à presença estrangeira a causa ou o agravamento de problemas econômicos e sociais na sociedade espanhola pós-globalização. Elogiam a austeridade com que governos e gestões militares, ou de orientação bélica do século XX, atuaram na defesa da pátria, reprimindo a entrada de migrantes, como se deu na ditadura de Primo de Rivera (1923-1930) ou de Francisco Franco (1936-1975). Elogiam, também, a atuação imperial dos reis católicos, entre os séculos XV e XVII, ao financiar Cruzadas e reprimir insurreições de nacionalismos regionais, em nome da unificação territorial e ideológica da Nação espanhola.

Maapei alguns dos coletivos que são constantemente referidos nas falas dos autores dos vídeos que analisei, sendo parte deles partidos políticos – como a Falange Espanhola de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (J.O.N.S.) – partido político espanhol fundado em 1933 por José Antonio Primo de Rivera. A Falange espanhola é conhecida por sua inspiração fascista e sua ideologia nacional-sindicalista. Tem forte identidade com movimentos similares que lhe foram contemporâneos, como o fascismo e o nacional-sindicalismo italiano, e o nacional-socialismo alemão. Foram mencionados, também, a Democracia Nacional – (partido de ultra-direita espanhol, fundado em 1995 por ex-lideranças do movimento *skinhead*); outros movimentos de teor religioso – como o Movimiento Católico Español e a Acción Juvenil Española (AJE) e de caráter cultural, de amplitude internacional – como o White Pride (movimento político internacional que defende a superioridade da “raça” branca) e o Rock Against Communism (RAC) (movimento político que utiliza a música para propagar suas atitude “anti-sistema”. Dentre outras causas, como o comunismo e a homossexualidade, está a luta contra a imigração).

<sup>19</sup> Alguns dos vídeos que estão neste trabalho foram tirados do ar ao longo da pesquisa – pelos produtores do *site* – na medida em que tenham recebido denúncias de violação dos termos de uso acordados entre *site*/usuário. Este procedimento permite visualizar um dos poucos mecanismos de controle de xenofobia pela rede: o que bane o perfil de certos usuários por mau-comportamento, delatado por outros usuários. Suponho que alguns destes usuários tenham voltado a utilizar o *site*, tendo aberto nova conta, sob nova identidade, mas não tenho dados precisos sobre este fato.

## V - Por que falar da Espanha?

Tendo entrado “tardamente” na União Européia (em 1986), a Espanha sofreu mudanças impactantes nos últimos 20 anos, tornando-se uma das economias mais bem sucedidas do continente. Mas, já em meados dos anos 1990, o que se sugeria ser um período de bonança econômica e social para seus cidadãos, reverte-se na percepção externa da Espanha como um país atraente onde se viver, tanto para europeus como para não europeus. Em cinco anos quintuplica o número de imigrantes vivendo no país: 1.109,060 mil estrangeiros (2,87% da população<sup>20</sup>), em 2001, para 4.790.074 (11,1% da população<sup>21</sup>), em 2005.

O aumento progressivo da chegada de estrangeiros, a partir dos anos 1990, torna-se de difícil “digestão” para uma população nacional não acostumada à presença de certas etnias e culturas, como é o caso dos negros africanos. Tal presença parece ser vista como uma espécie de “contaminação” racial<sup>22</sup> e cultural, por setores da população que crêem na superioridade do europeu caucasiano, bem como ultraja as condições laborais dos espanhóis, segundo os defensores de um nacional sindicalismo.

Já no século XX, a ditadura franquista, que duraria quase 40 anos (1936-1975), reforçou a perspectiva de uma “Espanha para os espanhóis” ao impedir, por diversos atos e mecanismos ditatoriais, a presença de estrangeiros e de sua convivência e integração pacífica na sociedade espanhola. A partir da década de 1980, com o fim do Franquismo, o país vê ampliarem-se suas liberdades democráticas e ascender sua condição econômica. Ainda

---

<sup>20</sup> Segundo o Anuário de las Migraciones, Ministerio del Interior, Dirección General de Extranjería, 2002. In: Gimenez, Carlos. “Que es la inmigración”. RBA, Libros, 2003.

<sup>21</sup> Fonte: Banco Mundial. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/4549025-1214334216239/Spain.pdf> O Banco Mundial não esclarece se contabiliza apenas os imigrantes documentados

(legais) ou todos os imigrantes, a partir de estatísticas disponibilizadas por instituições que lidem com este grupo. Pelo tipo de dados que costuma manipular (valor de remessas, investimentos, impostos declarados pelos imigrantes etc.), se sugere que estejam a referir-se apenas aos imigrantes documentados. Porém, ao buscar dados mais recentes das imigrações, a partir de fontes oficiais, me deparei com o que parece ser uma incongruência: segundo o Instituto Nacional de Estadística Espanhol, já em 2007, a Espanha tinha 4 milhões, 526.522 imigrantes vivendo em seu território. Ou seja, teria sofrido a diminuição de 263.552. Já segundo a Agência de Informações estatísticas da EU – Eurostat – entre 2006 e 2007 a Espanha teria recebido 1 milhão 857 mil e duzentos imigrantes. Mais do que sugerir que a resposta para tal contradição estaria no número de deportações, destaco a falta de clareza quanto aos dados reais das estatísticas oficiais sobre as imigrações internacionais, e aponto para a vulnerabilidade sofrida pelos iniciantes no tema, sujeitos às mais incongruentes e possivelmente arbitrarias interpretações e análises.

<sup>22</sup> Se o discurso que elogia uma “raça” pura, ariana, tal como defendido pelo nazismo alemão, hoje, encontra constrangimentos para se expressar abertamente, por vezes, aqueles setores espanhóis mais reacionários à realidade do multiculturalismo parecem buscar exaltar justamente as marcas de seu passado germânico (na presença de povos bárbaros, entre os séculos IX a.c. e VIII a.c.) e ignorar a longa presença de etnias *mouras* (entre os séculos VIII e XV d.c) (Valdeón, 2007) para ponderar sobre o que constituiria uma identidade “tipicamente” espanhola.



assim, não consegue extirpar a difusão de discursos de certos setores da sociedade que percebem tal abertura à democracia, e a própria globalização, como um decaimento de uma grandiosidade moral, relacionada, sobretudo, com o período percebido como glorioso de seu passado imperial. Frequentemente amalgamados com uma moralidade católica e a disposição bélica, estes discursos ampliam sua dimensão pública, por meio de novos mecanismos de produção/divulgação de informação, sobretudo, com o advento e difusão da internet. Multiplicam-se as falas individuais pela rede que sustentam os argumentos de uma Espanha “profunda”, que se auto-percebe como povo que é mais “feliz” quando não se mistura.

É fundamental recordar que a Espanha é também um país que viveu com muita intensidade o fenômeno dos fluxos *emigratórios* de seu povo. A partir do século XIX até os anos 1960, milhões de espanhóis (aproximadamente 4 milhões, segundo Martinez, 2001) migraram fugindo de perseguições políticas, religiosas, e desastres econômicos, tendo-se constituído como um povo de forte tradição *emigratória*. Neste sentido, ao intensificarem-se as tensões entre autóctones e imigrantes no país, já nos anos 2000, este histórico de emigração do povo espanhol torna-se base de argumentação constantemente evocada pelos críticos aos discursos ultra-nacionalistas, xenófobos ou reacionários à chegada de imigrantes.

O próprio Brasil constitui-se como um dos países que receberam grandes fluxos destes emigrantes<sup>23</sup>. Entre 1884 e 1933, o país recebeu aproximadamente 600.000 espanhóis. Já no século XXI, é o fluxo de brasileiros em direção à Espanha que chama a atenção na relação Brasil-Espanha. Em 2007, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro dispunha de dados que oscilavam entre o registro de 70 e 150 mil brasileiros no país ibérico, um crescimento espantoso para uma estatística que ficava em torno de 7 mil brasileiros, dez anos antes<sup>24</sup>. Foi justamente sobre tal contexto de aumento da imigração brasileira na Espanha que ocorreu um dos maiores incidentes diplomáticos entre brasileiros e as autoridades do controle migratório no aeroporto de *Barajas*, Madri, entre janeiro e março de 2008, quando centenas<sup>25</sup> de brasileiros foram impedidos de entrar como turistas no país, sob alegação de

---

23 “Segundo os registros dos órgãos governamentais que, no Brasil, controlavam a entrada e saída de imigrantes (fontes oficiais de informações), o perfil do espanhol típico que aqui chegava (imigrante) era adulto jovem, do sexo masculino, oriundo das zonas rurais e costumava viajar desacompanhado mesmo quando casado. No entanto, deve ser considerado com um certo cuidado o registro de sua origem rural. Há fortes indícios de que para fazer jus às passagens subvencionadas, os candidatos ao subsídio costumavam declarar-se agricultores, contando com a convivência dos agentes e das companhias de navegação.” Fonte: IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>

24 “Imigrantes brasileiros na Espanha já são 70 mil”. *O Globo Online*, 22/03/07. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/03/22/295055055.asp>

25 Em fevereiro de 2008, 452 brasileiros foram impedidos de entrar no país; 428 em janeiro. Fonte: “Espanha reconhece ter ‘errado’ no tratamento oferecido a brasileiros”. *Folha Online*, 20/03/08. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u384139.shtml>

que não apresentavam os requisitos para tal. Desde os atentados ocorridos na Estação de trem Atocha, em 2004, e no Aeroporto de Barajas, em 2006, ambos em Madri, o tema das imigrações na Espanha vem se tornando um dos principais pontos de incômodo para os espanhóis<sup>26</sup> e levando a um acirramento do controle de estrangeiros nos aeroportos e fronteiras.

Em 2008, esse episódio dos brasileiros impedidos de entrar na Espanha acendeu o interesse da grande mídia e da sociedade brasileira pelo tema naquele ano, e “coincidiu” com as vésperas das eleições presidenciais na Espanha, um momento em que o tema das imigrações tornou-se um dos principais tópicos discutidos nas campanhas dos candidatos. Paralelamente, os índices de rejeição à entrada de brasileiros<sup>27</sup> no país ibérico escalaram números inéditos e deflagraram uma tal crise diplomática entre os países que levou a diplomacia brasileira a lançar mão do recurso da reciprocidade de procedimentos de restrições à entrada dos espanhóis, colocando, mais intensamente, o tema das migrações na agenda midiática brasileira.

Os incidentes em *Barajas* me chamaram a atenção para o tratamento da mídia brasileira para o tema, e para como a “agenda” das migrações internacionais nos noticiários brasileiros enfocam predominantemente as migrações no contexto europeu, ainda que o Brasil tenha um cenário de imigração, sobretudo de *emigração*, bastante relevante a partir dos anos 2000. Além da “importação” de agendas internacionais, a própria aquisição de material jornalístico (reportagens, fotos etc.) se dá predominantemente em dependência das agências internacionais de notícias (Cogo, 2003), o que pode ajudar a explicar por que as notícias brasileiras sobre migrações internacionais colocam foco no contexto europeu, mesmo quando tenhamos regiões sensíveis à questão, como a tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, a Brasil-Paraguai, ou, ainda, um avançado processo de negociações em torno das migrações internas ao continente, pelo Mercosul.

Por fim, no Brasil, tais matrizes de notícias ganham visibilidade ao privilegiarem argumentos que associam a migração a aspectos como *desemprego*, *violência* e *criminalidade*, modo pelo qual o crime “irrompe como sentido privilegiado das migrações contemporâneas” (Cogo, 2005:167), à semelhança de sua abordagem original no contexto

---

<sup>26</sup> Substituindo tópicos como desemprego e moradia, preocupações históricas dos espanhóis. Nestosa, Jesús Ruiz: “Más control para los inmigrantes” in: ABC Color, Paraguay, publicado em 26/02/07, pag. 13) Disponível em <http://www.cnbbsul1.org.br/index.php?link=news/read.php&id=4122> Acesso em 05-05-2008.

<sup>27</sup> Se enfoco o caso da emigração brasileira na Espanha por proximidade e relevância do fenômeno, é importante demarcar que o controle das fronteiras se dá sobre migrantes de diversas nacionalidades, com destaque para as operações realizadas para “filtrar” latino-americanos e norte-africanos. Em 2008, os marroquinos representam a nacionalidade em maior número no país, à frente dos romenos e dos equatorianos. Somente de latino-americanos, a Espanha contabiliza, naquele ano, cerca de 2,5 milhões de indivíduos. Segundo divulgado no jornal *Le Monde*, em 02/08/07.

européu<sup>28</sup>. Neste sentido, optar por compreender alguns aspectos das negociações de sentidos sobre as migrações internacionais contemporâneas no contexto europeu, em que a Espanha é um caso privilegiado que permite dar visibilidade a muitas destas questões, torna-se, conseqüentemente, um esforço por compreender como os brasileiros negociam e podem vir a negociar esse tema. A difusão de uma melhor compreensão e complexificação do tema das migrações internacionais pode, também, quem sabe, evitar, que, aqui no Brasil, reincidamos em certos deslizos, tais como anacronismos e injustiças, como os que vêm ocorrendo no “velho” continente nos últimos anos, relativo à abordagem política e discursiva deste tema.

## **VI - A construção dos capítulos e de um lugar de fala**

Explicarei, em seguida, o modo como “distribui” esta discussão e seus subtemas em capítulos neste trabalho. Antes, gostaria de compartilhar com o leitor uma breve contextualização da minha entrada nestas discussões, contextualização esta que talvez permita melhor elucidar algumas escolhas que adotei na abordagem e metodologia construída para entrar neste debate.

Ao ser aprovada para o mestrado em Mídia e Mediações Socioculturais da UFRJ, havia decidido tomar esta formação como uma qualificação para pensar e falar de certos temas publicamente, temas que considerava nevrálgicos, tanto para a compreensão do mundo contemporâneo, como para a compreensão dos rumos da Comunicação Social, minha base de formação também na graduação. À época, escolhi analisar uma modalidade de certo formato de programa de TV, os chamados “*Reality-show*”, mais especificamente, os chamados *realities de segunda geração*<sup>29</sup>. A grande façanha dos produtores deste tipo de programa consistia em intermediar uma transformação – física, psicológica, ou estilística – de seus participantes (pessoas “comuns”), ou de suas famílias ou casas, – transformação esta que deveria ser evidente ao final do programa.

Tanto o formato quanto o cenário sócio-político em que um programa de televisão se propõe a “apoiar” o cidadão em sua busca de autotransformação eram meu objeto de estudo, na medida em que pudessem ajudar a pensar as novas modalidades de construção identitária midiaticizadas. Na medida, também, que podiam estar falando da realidade sócio-histórica em

---

<sup>28</sup> Vale chamar a atenção para dois aspectos: busquei reproduzir as preocupações com o terrorismo na Europa e nos EUA, ainda que no Brasil não se escute falar da existência destas práticas. Por outro lado, reporte os casos dos refugiados naquelas regiões, embora seja válido lembrar a presença, no Brasil, de aproximadamente 4.000 refugiados residentes. Fonte: Arquivos Cáritas-RJ.

<sup>29</sup> Por se diferenciarem dos chamados *realities* de confinamento, tais como Big Brother, Casa dos Artistas etc., em que a maior parte de seu conteúdo consiste na vigilância 24 horas de seus participantes confinados em um espaço, e a disponibilização deste conteúdo para a audiência.

que vivemos – com suas mudanças correlatas nos estatutos do saber, do poder, dos espaços considerados “públicos” e dos novos atores sociais que entram mediando estes processos, como foi o caso da grande mídia ao longo da segunda metade do século XX.

A natureza mutante das identidades culturais em sociedades onde se fomenta a individualização (Beck, 1992) e a privatização da existência (Bauman, 2001), e a “complexidade” que exige seu tratamento, sobretudo quando pensadas sob certos contextos, como a globalização, e a crescente mediação dos processos sociais, era o que me motivava a compreender um pouco melhor a participação desta mídia nas novas modalidades de construção identitária do sujeito contemporâneo, temáticas que estavam sendo estudadas na base das análises dos *realities* e da televisão, de modo geral.

Intrigava-me a construção social da percepção de que uma participação nos *realities* seria um investimento em uma “melhoria” de vida, na perspectiva de um “empreendedorismo de si mesmo” fomentado socialmente na contemporaneidade (Rose, 2001). Compreender os esforços impetrados pelos participantes dos *realities* para “subir na vida”, mesmo quando não se tratasse de uma escalada econômica, mas cultural ou simbólica, ainda hoje me atrai, mas, ao longo do período de aulas e leituras do mestrado, fui percebendo uma forte mudança do meu interesse pessoal sobre o meu objeto. Das identidades “remodeladas” nos *realities* de transformação, passei a me interessar por outras identidades culturais, também atreladas ao desejo de mudar “de vida”: as identidades das pessoas que viajam com esperança de melhorias de vida, os migrantes, aqueles cidadãos que se deslocam do território-nação e enfrentam os conflitos e possibilidades de ampliação, adaptação, inserção, integração, disputas, trocas e assimilação dos símbolos, códigos e estruturas nacionais de seus novos países de acolhida.

Este interesse pessoal pelos migrantes foi crescendo e tomou tal proporção que cheguei a pensar que estas sim eram identidades culturais que mereciam ser mais problematizadas por nós, profissionais e pesquisadores de comunicação. Mas mudar de tema então no meio do mestrado? E seria tal mudança de tema uma manobra epistemológica por demais radical? Ao contrário do que sugeriam disparidades de campos onde situar os dois temas – *realities* e migrantes –, cogitei que ambos falam do mesmo ambiente mediado e da reconfiguração do âmbito de atuação política e econômica dos atores e instituições sociais da contemporaneidade, bem como do surgimento de novos lugares de fala e modalidades de atuação política individual.

Dei-me conta de que os regimes sociais de produção de sentido que propõem dinâmicas de identificação, projeção e “mutualismo” entre as figuras do célebre e do cidadão

comum, de que se valem os produtores dos *realities*, guardavam estreitas semelhanças com os regimes de produção de sentido em torno da viagem contemporânea. Melhor dizendo: a possibilidade de transformar a si mesmo, e "evoluir" segundo um projeto individual, emancipado das instituições tradicionalmente reguladoras da moral moderna, que é a base moral dos *realities*, pressupõe, creio, o mesmo tipo de liberdade envolvida em determinadas modalidades de viagem contemporâneas, com graus de normatização social que variam segundo a intenção do viajante – turismo, migração, asilo etc.

Com a globalização, a possibilidade de ir e vir, cruzando fronteiras nacionais e consumindo experiências extranacionais ou interculturais, pressupõe um tipo de liberdade que, de certa forma, vem regulamentando as novas formas de construir a identidade cultural individual, formas estas que também podem ser percebidas nestas modalidades de programas de TV. "Que liberdade é essa?" Esta pergunta se tornaria meu bastião luminoso a perseguir – dos *realities* às migrações. Neste sentido, passei por este projeto de mestrado buscando pensar em que medida a globalização, a prevalência do regime capitalista neoliberal e seu fomento a certo tipo de liberdade sobre outros modos de constituir a sociedade poderiam marcar tanto os regimes de produção de sentido que fomentam a passagem à condição do célebre, base moral dos *realities*, quanto os regimes que fomentam a condição do *turista* consumidor de experiências culturais extranacionais (e rejeitam a liberdade de outras modalidades de viajantes, como os migrantes).

Assim, embora deixar de ter como objeto de estudo programas de televisão sobre transformações pessoais e adotar o cenário midiático das migrações internacionais contemporâneas sugerisse ter sido uma manobra temática brusca, o cenário sócio-político de "privatização dos destinos" (Vaz, Bruno, s/d) e das identidades, que me moveu no início do mestrado, é o mesmo. Tanto quem quer mudar (estética ou psicologicamente) e "pede ajuda" à mídia, como quem precisa mudar (geograficamente) e pode ter ou não a mídia a seu favor, impõe como questão refletir sobre os novos lugares da mídia – suas funções auto-referenciais, seus novos regimes de produção e de recepção de informação, entre outros tópicos centrais dos estudos contemporâneos de comunicação.

As migrações tomadas como parte de um "todo" historicamente demarcado, como recorte para análise de dada realidade, também permitiria ver, com mais clareza, como a sociedade negocia certos temas, contemporaneamente, tais como, a liberdade, as identidades e a alteridade, questões de base também nos meus estudos sobre os *realities*. Mas, guardadas as citadas semelhanças entre *realities* e migrações, optei pelo segundo tema. Agora exponho,

por meio da apresentação dos capítulos, o que pude subtrair desta que vem sendo uma aventura temática, ao mesmo tempo científica e engajada, deste tema tão instigante.

## VII - Os capítulos

Pela complexidade das relações político-econômicas em que se inserem contemporaneamente; por estremecerem instituições jurídicas estruturantes de uma ordem mundial que durou séculos e que parece ruir, como o Estado-nação; por colocarem em xeque certos valores e conceitos-chave modernos, tais como *identidade* e *comunidade*; e por se adaptarem e apropriarem das transformações dos regimes de produção e recepção de informação e dos lugares de fala nas sociedades midiáticas, creio que as migrações internacionais contemporâneas tocam um amplo espectro de outros temas que me levaram a organizar uma divisão da discussão que proponho em cinco capítulos. Cada capítulo buscou situar alguns destes eixos de discussão, os que me pareceram mais fundamentais para embasar a entrada neste debate sobre as identidades migrantes no contexto da mediação das sociedades.

Um primeiro passo para situar o debate me pareceu conhecer as principais abordagens teóricas sobre as migrações históricas (instituído como marco a produção teórica realizada a partir do século XX, debruçada sobre migrações que se dão a partir da segunda metade do século XIX). Como resultado, o capítulo 1 – “Teorias das Migrações: da causalidade econômica à complexidade do fenômeno” – busca oferecer um panorama das principais “explicações” teóricas que se buscou dar às migrações “históricas” do período pós revolução industrial, desde as teorias neoclássicas do fim do século XIX e princípios do século XX, até algumas das principais abordagens contemporâneas – as que enfocam as redes sociais transnacionais, a perspectiva dos direitos humanos, e a complexidade do conjunto de motivações que levam um indivíduo a migrar, contemporaneamente.

Ao tomar conhecimento de algumas linhas de debates sobre as migrações, fui me dando conta de que havia uma concreta *categorização* das identidades dos migrantes, assumidas por discursos públicos e práticas políticas, em que refugiados são tratados como vítimas e migrantes econômicos como criminosos, assim como todo um esforço para se apartar a situação dos turistas das demais categorias. Decidi seguir as “pistas” que me ajudassem a compreender esta *criminalização* do migrante econômico e a criação desta categoria identitária. Para isso, fazia falta, como exercício prévio, compreender as principais dinâmicas de construção identitária contemporânea, no contexto de globalização, e algumas

de suas especificidades diante da afirmação do paradigma de *identificações* (Hall, 1997) transnacionais. Assim, no capítulo 2 – “Globalização, mediação e identidades migrantes” –, tentei disponibilizar discussões sobre como os modos sob os quais, contemporaneamente, perseguimos um modelo de autonomia e flexibilização – da economia à moralidade – que incidem sobre as formas de migrar e de constituir o que poderiam ser as “identidades migrantes”.

Instigada por estudos que precederam o meu e discutem a importância da mídia na construção de sentidos sobre as identidades migrantes, busquei contextualizar a importância da fala midiática e mediada nas dinâmicas públicas de construção de sentidos, mas, também, como ferramenta tecnológica que incrementa as dinâmicas migratórias em si mesmas. Por mais que a mídia por vezes apenas reflita os fatos e disputas de sentidos históricos de diversos outros atores sociais, ainda assim, é conhecido o efeito de *agendamento* do que ganha visibilidade por seus filtros. Assim, em face do quadro de tensão imperante sobre o tema das migrações no continente europeu, acreditei ser importante, no capítulo 3 – “Migrações e mediação das sociedades: sobre discursos e visibilidade” –, apreender quais seriam os principais argumentos discriminatórios dos editoriais jornalísticos espanhóis sobre o imigrante e a imigração neste país.

Para além da centralidade da mídia, outros atores sociais pleiteiam a fala e o estatuto de “verdade” sobre tais temas. Os governos, os parlamentares, as organizações supranacionais, como a ONU, e seus contextos de negociações de políticas públicas que experimentam multilateralmente, também parecem ter função capital na criação de sentidos e consensos no âmbito de uma opinião pública mundial e sobre a população europeia, em específico. Assim, no capítulo 4 – “Da securitização à seleção das migrações: contextos sócio-históricos das migrações contemporâneas” – busquei pontuar algumas linhas de fala/atuação política de outros atores – sobretudo os parlamentares, mas, também, de instituições reconhecidas no tratamento executivo das migrações internacionais, como é o caso do ACNUR-ONU. Também neste capítulo, destaco alguns marcos factuais que foram usados para *agendar* as políticas governamentais de securitização das migrações, como se deu a partir do ataque terrorista às torres gêmeas nova-iorquinas – em 11 de Setembro de 2001 e o ataque à estação de trens Atocha, em Madri, em 2004. Por meio de atos práticos e de linguagem relacionados aos migrantes e às migrações, os governos e gestores públicos vêm, direta e indiretamente, operando no sentido de distinguir as categorias aceitáveis ou desejáveis de migrantes (refugiados e migrantes qualificados) e o que seriam os indesejáveis e a controlar (migrantes econômicos/ilegais).

Por fim, depois de mapear sobre que bases poderiam estar a assentarem-se os argumentos fundamentais dos vídeos espanhóis xenófobos no *YouTube*, já no último capítulo – “Internet e construção de sentidos sobre as identidades migrantes: contaminação *online* de discursos públicos xenófobos” – chego à análise propriamente do conteúdo dos vídeos, bem como a algumas discussões sobre certas características e papéis da internet, frutíferas para pensar como se migra e como se fala das migrações, contemporaneamente. A análise destes vídeos foi feita pontuando os argumentos dos xenófobos, entretanto, tomando como referência o que foi descrito nos capítulos 3 e 4, quando emergiram as abordagens e argumentos discriminatórios centrais observados junto a textos políticos e midiáticos, via falas da mídia e via falas de intelectuais que tematizam as migrações e as identidades dos migrantes. Não optei por fazer um capítulo à parte sobre a direita ou ultradireita espanhola, das quais muitos argumentos dos vídeos que analiso se depreendem, porque não estou certa de que o funcionamento destas elites, hoje, possa ser pensado à parte dos regimes midiático e parlamentar, na prática, imiscuindo-se neles. Foi para título de compreensão de sua base ideológica que optei por chamá-la “outras elites simbólicas”, e por separá-la das demais instâncias<sup>30</sup>. Mas, é por este esforço metodológico de destacar as idéias destes setores que melhor compreendemos conceitos que defendem em seus contextos históricos específicos de germinação. Creio ser este procedimento necessário, não só para uma compreensão histórica do desdobramento de certos fenômenos, mas, também, para lograr “desnaturalizar” construções que parecem tão óbvias como é o caso do “orgulho nacional”.

---

<sup>30</sup> Em contraposição com as “elites simbólicas” elencadas por Van Djk: “professores, jornalistas, escritores, políticos etc.” (Van Djk, 2008:29)



## **CAPÍTULO 1**

### **TEORIAS DA MIGRAÇÃO: DA CAUSALIDADE ECONÔMICA À COMPLEXIDADE DO FENÔMENO**

Neste capítulo, entre outros sub-temas, enfoco a construção do ideal de “unidade étnica” elaborado no fim do século XIX, denunciado em vários estudos históricos e sociológicos como uma arbitrária construção europeia fomentada por parte de classes sociais particulares e encampada por governos ao longo do século seguinte. O século XX, que será melhor focado neste trabalho, será o século em que se poderão observar os paroxismos deste esforço em criar consenso em torno da unidade nacional, e a intolerância investida na presença do estrangeiro, como uma espécie de “subproduto” de tal esforço em se fazer crer, não só, na unidade, mas, também, na superioridade de certas etnias. Acredito que, ao compreender esta base ideológica sobre a qual se montou o Estado-nação e os fundamentalismos de Estado que nela se sustentaram, é possível ser mais bem-sucedido em compreender também os conflitos que o aumento das migrações internacionais vêm gerando no interior dos países que mais investiram nessa *ideologia*, já no último quarto do século XX e princípio do XXI.

À relação entre a construção dos nacionalismos e as migrações internacionais se investe, também, a coincidência histórica de certos adventos fomentadores de grandes fluxos migratórios, como a Revolução Industrial, em seu ápice no século XIX, e as grandes modernizações urbanas e suas consequências para o trabalho rural à época. O século em que as elites políticas europeias se dedicaram a fomentar suas “identidades nacionais” foi, portanto, também, o século de grandes fluxos de migrações internacionais, alavancadas pelas profundas alterações nas relações e condições de trabalho desencadeadas pela afirmação das sociedades industriais.

#### **1.1 Um marco: revolução industrial**

Bauman (2004), antes de proceder à análise da contemporaneidade (que conceitua como “modernidades líquidas”<sup>31</sup>) assume que, ainda na modernidade que classifica como “sólida” e que compreende este período áureo da industrialização, os itinerários das

---

<sup>31</sup> Um período histórico que, segundo o autor, viria a reunir condições especialmente profícuas à geração de grandes fluxos migratórios internacionais conflituosos para o que chama de “vagabundos” (1997) ou “refúgio humano” (2004) e, prazerosos para os “turistas”, constituindo o que chama de “sociedade dos viajantes” (1997).

populações eram “sobredeterminados” pela possibilidade de conseguir emprego nas regiões que passavam por “processos modernizantes avançados” (51).

Desde o princípio, a era moderna foi uma época de grandes migrações. Massas populacionais até agora não calculadas, e talvez incalculáveis, moveram-se pelo planeta (...) As trajetórias populares e prevalecentes mudaram com o tempo, dependendo das pressões dos ‘pontos quentes’ da modernização, mas, no todo, os imigrantes vagaram das partes ‘mais desenvolvidas’ (mais intensamente modernizantes) do planeta para as ‘subdesenvolvidas’ (ainda que não atiradas para fora da balança socioeconômica sob o impacto da modernização)” (Bauman: 2004:50).

É o advento da industrialização europeia, a partir do século XVIII, que atua como um acelerador dos processos de modernização e urbanização do continente europeu e que, em seu auge, desencadeia uma série de alterações na relação população-território que viriam a gerar grandes fluxos migratórios tanto dentro do continente quanto de europeus com destino às Américas. As primeiras grandes migrações *internacionais* se situam, portanto, na segunda metade do século XIX, justamente o período em que se fazem sentir os efeitos das transformações ocorridas pela implantação do modelo fabril de produção.

Dentre as diversas mudanças que a crescente industrialização das metrópoles trouxe, se encontra a eliminação do trabalho servil (nas metrópoles) e escravo (nas colônias). Com o surgimento de novos sistemas de remuneração, uma série de funções, anteriormente exercidas pelos homens, passa a ser desempenhada por máquinas, gerando uma reordenação do homem com seu tempo e espaço de trabalho e, em última instância, desemprego. Se, nas cidades, os trabalhadores buscam “adaptar-se” às competências laborais exigidas nas fábricas, o desenvolvimento do sistema industrial também impõe uma nova agenda para o campo. A demanda por novos tipos (e em maior escala de produção) de matérias primas transformaram as formas de exploração da terra, bem como as relações do homem com ela e com seu empregador. Para Fausto (2000), que descreve como as Américas também passam a ser um destino visado para os trabalhadores inadaptados às novas condições laborais na Europa, no contexto de industrialização, os principais fatores de expulsão do continente europeu para os países da América envolveriam “o acesso a terra e, portanto, ao alimento; a variação da produtividade da terra (...) e o número de membros da família que precisam ser mantidos”, afirmando que “nas grandes migrações dos séculos XIX e XX – época em que chegaram à América mais de dois terços dos migrantes – o que de fato contava era uma combinação dos três fatores” (14).

O desenvolvimento dos transportes marítimos e ferroviários é outro elemento que viria a favorecer a experiência migratória, tanto no contexto interno da Europa como dos

fluxos Europa-América, bem como a estimular o consumo de novas modalidades de viagem turísticas: “a rápida extensão mundial da nova economia iria pedir, e, portanto criar, novos tipos de viajantes. Consideremos o símbolo desta extensão, a estrada de ferro”. (Hobsbawn, 1992:214) Para Hobsbawn, portanto, “migrações populacionais e industrialização andam juntos” (1992: 207) e, no caso das migrações internacionais do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX, há grande coincidência histórica entre migrações e afirmação de nacionalismos.

## **1.2 Um mito: a unidade étnica**

Em seu livro *O mito das Nações* (2005), o historiador Patrick Geary analisa como os deslocamentos humanos *em massa*, na história, têm sido regra e não exceção. O autor enfoca o continente europeu em suas pesquisas, nas quais busca desestabilizar o mito de que a Europa, e cada um dos países que a constitui, disporia de unidades identitárias históricas que estariam “ameaçadas” diante das recentes “ondas” migratórias contemporâneas. Para Geary, ao contrário, uma pretensa “identidade” europeia se construiu justamente na confluência de fluxos migratórios: “as atuais populações europeias, com suas variadas línguas, tradições e identidades políticas e culturais são o resultado dessas ondas de migração” (Geary, 2005:20). O historiador reúne provas próprias de seu campo disciplinar, a História, para demonstrar como uma construção muito recorrente do ódio secular entre os povos é fruto de uma “retórica do nacionalismo étnico” criada para justificar “a criação de nações etnicamente ‘puras’” como a única alternativa ao genocídio” (idem:23).

O autor defende haver uma má apropriação, por parte de intelectuais, do estudo dos períodos Antigo e Medieval, de intensas migrações no interior do que hoje se entende geograficamente como o continente europeu. Sobretudo os historiadores e filólogos teriam “fundido” o *estudo* da História ao nacionalismo, e difundido a ideia de que tais migrações teriam criado unidades culturais e linguísticas entre os povos. Para Geary, tal premissa teria sido a base da formação tanto dos nacionalismos quanto do racismo: a “pseudo-história parte do princípio de que os povos da Europa são distintos e estáveis, e são diferenciados pela língua, pela religião, pelos costumes e pelo caráter nacional, que não são ambíguos nem mutáveis” (22), premissas que justificariam que os povos “sempre” tivessem se odiado. A história e a filologia teriam sido utilizadas, portanto, não para sistematizar unidades culturais e linguísticas pré-existentes, como afirmam os ideólogos dos nacionalismos, mas para “estabelecer unidades comuns” (50). Este processo, levado a cabo tanto por “Estados fortes e hegemônicos como em movimentos pela independência”, buscava afirmar que “nós sempre

fomos um povo”, o que, para o autor, era, na prática, um apelo para que se *tornassem* um povo – “apelos sem base histórica que na verdade são tentativas de criar a história” (51).

Esta perspectiva vem no espectro deixado pelos estudos de Benedict Anderson, que apontou o grande esforço empreendido pelas elites políticas dos países, sobretudo, em momentos pontuais da história, para promover a indissociação entre sociedade e Estado-Nação, afirmando mais claramente esta ideia em sua obra já clássica *Comunidades Imaginadas* (2007). O século XIX é o período apontado por este autor como de florescimento de uma percepção, por parte das elites políticas, da importância de envolver a sociedade em um sentimento de pertencimento, lealdade e orgulho nacionais. Para reforçar esta percepção de unidade, a organização administrativa, a afirmação de línguas, de modelos pedagógicos e outras instituições sociais teriam sido utilizadas para dar contornos objetivos à ideia de “Nação” e de “Estado-Nação”. É por todo este esforço de *construção de* tais unidades culturais por parte das elites interessadas em sua “essencialização” que o autor cunha, portanto, o conceito que busca revelar seu caráter *representacional*: nações como “comunidades imaginadas”. Nacionalismos como “artefatos culturais” (21).

Meu ponto de partida é a afirmação de que a nacionalidade, ou a ‘qualidade de nação’- como poderíamos preferir chamá-la, em vista dos variados significados da primeira palavra – da mesma forma que o nacionalismo, são artefatos culturais de uma classe particular <sup>32</sup>(Anderson, 2007: 21).

Jeffrey Lesser (2000) também destaca a relação entre identidade nacional e interesses de classe, ao relembrar o caso do Estado-nação brasileiro, que já oscilou entre querer ver o país “branquear-se” em certos momentos históricos, mas que também já teria desejado ser visto como um país “miscigenado”, segundo os interesses das elites econômicas na população estrangeira que aqui aportava, para os seus próprios negócios: “A etnicidade nunca se referiu à cultura social apenas, incluindo também a cultura econômica” (25).

Para Hall (1997), as nações modernas que “impõem fronteiras rígidas dentro de onde esperam que as culturas floresçam” (2003:35) são fundadas a partir do cultivo de estratégias representacionais, acionadas para construir nosso senso comum sobre a identidade nacional. O acionamento do “orgulho nacional” teria se baseado no “relacionamento primário entre as comunidades políticas nacionais soberanas e suas comunidades imaginadas”, quando da afirmação da legitimidade destes Estados-nação (idem). Em nível micro-social, as “culturas nacionais” que se desenvolveram a partir dos esforços de “classes particulares” foram se

---

<sup>32</sup> Tradução da autora: “Mi punto de partida es la afirmación de que la nacionalidad, o la ‘calidad de nación’- como podríamos preferir decirlo, en vistas de las variadas significaciones de la primera palabra -, al igual que el nacionalismo, son artefactos culturales de una clase particular”.

constituindo como uma das principais fontes de identidade cultural individual, senão a principal. A nação moderna conseguiria tornar-se, portanto, muito mais que uma entidade política, mas algo que produziu sentidos – um sistema de *representação cultural*, significados culturais, tornando-se, de fato, um *foco de identificação* de uma comunidade simbólica (Hall, 1997).

Para Appadurai (2007) há “uma idéia fundamental e perigosa por trás da idéia mesmo de Estado-nação moderno, a de uma “*etnia nacional*”<sup>33</sup> (2007:16) que foi construída e naturalizada em grande escala, apoiada por retóricas de guerra e sacrifício, de medidas punitivas e disciplinares de uniformização educativa e linguística e pela subordinação de numerosas tradições locais e regionais, para dar nascimento às nações como as conhecemos: sob a unidade de suas “populações nacionais”. (17) O autor afirma que este *perigo* está também no fato de que a afirmação da ideia de uma “etnia nacional” singular, longe de ser uma excrescência particular de um ou outro país, é, de fato, algo generalizado. Ramos (2006) demarca que a criação do Estado-Nação está imbuída da mesma lógica *irracional* presente na ideia de “processo civilizatório” por buscarem, ambas, condicionarem a concessão de cidadania a membros pertencentes a uma mesma “raça”. Ao longo dos séculos, tal lógica teria se embasado em discursos persuasivos “científicos” – com “aportes das ciências sociais” (Lario, 2008:195) e *teológicos* para justificar a demarcação de suas fronteiras, culminando, já no século XIX, com “o anti-semitismo moderno biológico e racial e, com ele, toda uma *patologia racial moderna*” (Ramos, 2006:65).

Costa Pinto (1972), muito tenazmente, lembrou que os nacionalismos, historicamente utilizados “como ideologia ou como *slogan* – muito mais como *slogan* que como ideologia” (13) – tiveram vários usos e inclinações segundo os processos históricos vividos por cada país. Não obstante seu “fundamento historicamente objetivo” seja “o florescimento da nação como nova forma de associação humana e como principal marco de referência da solidariedade social e política” (16), algo que coincide com a perspectiva e com o marco histórico recortados na obra de Anderson (op. cit), o autor brasileiro chama a atenção para outros usos ideológicos do nacionalismo, já no século XX. Destaca, por exemplo, a diferença entre o nacionalismo das grandes nações e o das pequenas; o nacionalismo como arma de luta das pequenas nacionalidades depois da Primeira Guerra Mundial, diante da política absolutista de submissão da *Santa Aliança*; as disputas entre nacionalistas e internacionalistas na construção do socialismo soviético; os nacionalismos nazistas da década de 1930 na Europa; os nacionalismos em busca de independência e

---

<sup>33</sup> Tradução da autora para: “national etnos”.

autodeterminação nas áreas coloniais da Ásia e da África e os nacionalismos “desenvolvimentistas” no pós-Segunda Guerra, atingindo a América Latina e o Caribe. Com isso, o autor busca demarcar suas grandes diferenças de natureza político-ideológica, próprias aos seus contextos correlatos. Costa Pinto (1972) nos relembra, portanto, que pensar o que seria(m) o(s) nacionalismo(s) sempre requer uma demarcação clara na realidade histórica específica de que se trate para que se possa compreender de fato a que interesses políticos este *slogan* foi evocado a atender.

### **1.3 Um eixo: teorias sobre as migrações**

Se os grandes fluxos migratórios modernos se deram já a partir da segunda metade do século XIX, sua tematização é relativamente recente, com suas principais teorias sendo produzidas, sobretudo, a partir da primeira metade do século XX.

Robert Park foi um dos primeiros autores a tematizar a sociedade à luz das migrações (1927). Junto a colegas “identificados com a ala progressista” da Chicago das primeiras décadas do século XX, (Coulon, 1995) como Robert Merton, William Thomas e Florian Znanieck, Park atuou na “Escola de Sociologia de Chicago”, também conhecida, simplesmente, como “Escola de Chicago”. Park e seus companheiros trabalharam a questão das migrações sob um particular esforço em desconstruir as perspectivas *biologizantes* que definiam características fisiológicas como determinantes da superioridade de determinadas “raças” em detrimento de outras. Tais perspectivas *biologizantes* já vinham encontrando oposição em pesquisadores da “Escola de Antropologia francesa, que era hostil a tais preconceitos” (Ramos, 2006:64), e na ação incisiva de certos sociólogos, como Émile Durkeim. Durkeim “arduamente defendia a idéia de que a integração dos imigrantes não era um problema racial, nem étnico e nem religioso, mas uma questão social de ambas as partes, e que deveria ser gerida pelo estado” (idem).

Park e alguns de seus colegas de Chicago buscaram justamente compreender como a imigração nos Estados Unidos podia refletir, do ponto de vista sociológico, os processos urbanos e modernizantes daquele início de século. Este autor propunha que o estudo do que chamou de “o homem marginal” (1927), que era, naquele contexto, o migrante europeu buscando acolhida nas cidades norte-americanas, era a melhor forma de compreender a sociedade em que se vive, pois acreditava que era na cabeça daquele indivíduo estrangeiro que se veria com mais nitidez a *confusão* que os novos contatos culturais promovem, manifestando-se das formas mais “óbvias”. Park defendia que, se era na cabeça daquele

sujeito “onde as mudanças e misturas da cultura estão se dando”, seria nesta instância que se podia melhor estudar “os processos da civilização e do progresso”<sup>34</sup> (Park, 1927:893).

Se o tema das migrações era estudado transversalmente pela Escola de Chicago, como forma de compreender outros fenômenos sociais, os primeiros estudos *sistemáticos* voltados para as migrações são de cunho econômico, fortemente influenciados pela conjuntura da Divisão Internacional do Trabalho desencadeada pela industrialização. Preconizando que os fluxos migratórios são determinados por certas carências materiais vividas pelos candidatos à migração nas sociedades de “origem” e por sua busca de suprir tais carências nas sociedades que disponham de melhores ofertas para tal em outras regiões, estes estudos conformam a Teoria da Atração e Repulsão, que viria a produzir, décadas a fio, diferentes ramificações que baseiam suas análises sobre as migrações no binômio demanda-oferta de trabalho/oportunidades (Soares, 2003).

Fundamentalmente economicistas, essas teorias combinam tanto fatores “micro”, considerando que a decisão de migrar decorreria do cálculo, pelo indivíduo, entre o custo e o benefício da migração, como fatores “macro”, que supõem que os deslocamentos humanos derivam das diferenças da distribuição do capital e do trabalho (idem) e dos “níveis salariais entre os países” (Arango, 2003; Firmeza, 2007; Soares, 2003). Estes estudos teóricos se inserem, portanto, no quadro das Teorias Neo-clássicas, impulsionadas pela preponderância dos regimes liberais do início do século XX, baseadas em princípios de viés econômico para justificar as migrações de forma lógica, como a “eleição racional”, a “maximização da utilidade”, “os rendimentos líquidos esperados” e as “diferenças salariais” (Arango, 2003).

Outra vertente das Teorias Neo-clássicas, não inicialmente formulada para as migrações mas que foi aplicada, posteriormente, a elas, foi a Teoria do Trabalho Segmentado, ou Teoria das Economias Duais, desenvolvida para explicar como as migrações contribuíam no desenvolvimento de economias, em geral, em contextos pós-coloniais, em que um setor menos avançado economicamente, agrícola, provia com contingente humano o setor que precisava se ampliar e necessitava de mão de obra, gerando um “encaixe” mais ou menos harmônico de interesses e resultando, como produto, no desenvolvimento econômico de ambas as sociedades, de “origem” e de “destino”. Esta inspiração teórica pressupõe que o desenvolvimento das economias implica em uma demanda constante, de natureza estrutural, de mão de obra, sendo a migração desencadeada não por fatores de expulsão, mas de atração (Soares, 2003).

---

<sup>34</sup> Tradução da autora: “the changes and fusions of culture are going on – that we can best study the processes of civilization and of progress” (Park, 1927:893).

Um ponto criticado nas teorias Neo-Clássicas para explicar as migrações é o de que se as diferenças de salários e qualidade de vida entre os países fossem tão determinantes na criação de fluxos migratórios, contemporaneamente, o número de imigrantes internacionais, já alto, subiria a níveis incalculáveis. Além disso, como estas teorias poderiam explicar o fato de países com padrões econômicos similares receberem ou emitirem números tão díspares de migrantes? (Arango, 2003).

A abordagem teórica da Nova Economia das Migrações de Mão de Obra propôs conclusões diferentes sobre as origens e a natureza das migrações. Ainda tributária de um âmbito de análise “micro” (Soares, 2003), esta teoria buscou afirmar que as unidades de análise do fenômeno migratório não deveriam concentrar-se no indivíduo, “mas deveriam ser tomadas por unidades maiores de pessoas relacionadas, tipicamente famílias ou domicílios” (idem: 234). Para Firmeza (2007), como a chamada “nova economia da migração” defendia que as migrações serviam a uma grande variedade de motivações (para financiar o desemprego, a aposentadoria de membros da família, prejuízos na colheita, entre outros recursos para melhorar a produtividade da unidade da produção familiar), era necessário deslocar o centro de decisões dos atores individuais, e melhor focar estas outras unidades.

Após a Segunda Guerra Mundial, e, mais nitidamente, a partir dos anos 1960, os grandes fluxos migratórios internacionais começam a mudar de direção. Se as migrações intra-regionais continuam acontecendo com regularidade, a Europa, que era a origem de grande volume de migrantes em direção às Américas, passa a *receber* um contingente crescente de pessoas provenientes deste continente, bem como da África e da Ásia. Estes fluxos, frequentemente, eram estimulados por determinados setores econômicos europeus para “suprirem as deficiências de mão-de-obra geradas, em um primeiro momento, pela reconstrução pós-guerra e, posteriormente, pela própria expansão econômica do continente” (Cogo, 2006:15). Sob o impacto das mudanças na natureza dos novos fluxos migratórios da segunda metade do século XX, a partir dos anos 1960, novas teorias surgiram questionando diversos aspectos das teorias neoclássicas.

Uma grande mudança de perspectiva nos estudos migratórios, de fato, deu-se com as *Teorias Histórico-estruturais*, sobretudo as de influência marxista, quando o fenômeno migratório passou a ser pensado como reflexo direto da expansão das relações capitalistas e a levar em conta a alteração dos fluxos internacionais no pós Segunda Guerra Mundial. Para RIBAS-MATEOS (2004), estas teorias podem ser divididas em duas tendências básicas: uma que engloba migrantes e classe trabalhadora, atribuindo-lhes interesses e “consciência de classe comuns” (49), e outra que delimita diferenças entre os dois grupos no tocante a



“formas culturais e inclusive raciais intensificadas frequentemente por ideologias e atitudes xenófobas por parte dos autóctones, e por diferenciação no sistema de salários e na qualificação do trabalho”<sup>35</sup> (49). De todo modo, seria a organização desigual de um mercado global em expansão o que, para ambas as tendências, geraria a propensão à migração de indivíduos originários de países explorados e prejudicados pelo avanço desenvolvimentista de países que, por sua vez, para “crescerem” economicamente, dependiam da exploração daqueles. Assim, segundo Arango (2003), as migrações internacionais seriam fruto de “relações desequilibradas e assimétricas” (6) entre os países. Estas teorias teriam se inscrito na tradição Histórico-Estrutural que também gerou, nos anos 1960, a Teoria da Dependência (idem).

A Teoria do Sistema Mundial é outra das abordagens Histórico-Estruturais que colocam em perspectiva a questão das desigualdades sócio-econômicas entre os países como fatores que desencadeariam grandes fluxos migratórios. Esta perspectiva, também não originalmente formulada *para* as migrações, mas aplicada a elas, procede a análises que compreendem “o cenário internacional ou mundial em termos de agentes concebidos como atores em um todo sistêmico” (Ianni, 2003:42). Aplicada ao contexto das migrações do século XX, a Teoria do Sistema Mundial defende que o acúmulo de desigualdades geradas por séculos de exploração colonial e imperialista de países do sul por países que hoje compõem a Europa é um componente fundamental que teria condicionado o movimento dos fluxos migratórios no sentido sul>norte. Ou seja, em direção aos países que conduziram tais relações históricas de exploração e desigualdade econômica (Wallerstein, 1995). Esta Teoria incrementa-se ao incluir a conjuntura de desigualdades geradas pelo capitalismo ocidental mais contemporâneo, em que os Estados Unidos adquirem poder proporcional ao exercido anteriormente pelo continente europeu (Furtado, 1987), gerando novas “condições” que favorecem as migrações.

A acumulação primitiva de capital dos países que controlavam os regimes coloniais manufatureiros e a desigual Divisão Internacional do Trabalho e bens de produção, já nos regimes liberais das sociedades industrializadas, teriam sido as condições que precederam o atual estado das relações econômicas e das condições díspares de trabalho e acesso a bens e recursos de conhecimento. Tais fatores, envolvidos na decisão do indivíduo por migrar, são previstos pela Teoria do Sistema Mundial, que defende que a falta de acesso à acumulação primitiva de capital de suas próprias riquezas básicas, e a falta de ingerência sobre os

---

<sup>35</sup> Tradução da autora: “formas culturales e incluso raciales intensificadas a menudo por ideologias y actitudes xenófobas por parte de los autóctonos, y por diferenciación en el sistema de salarios y en la cualificación del trabajo”.

acordos que, historicamente, definiram os grandes fluxos comerciais, como se deu no sistema colonialista, tornaram certos países grandes geradores de *emigrantes*.

Para Wallerstein (2007), um “eurocentrismo” que, desde o século XVI, haveria produzido desigualdade e representaria, portanto, “ausência de democracia”, seria determinante na geração das desigualdades socioeconômicas que vêm a desencadear as migrações. Para o autor, a retomada da democracia mundial depende, entre outros processos socioculturais, de um “desmanche ativo das suposições européias que têm permeado a geocultura há dois séculos” (1995:48). Para Morin (1995), um defensor da ideia de uma “humanidade” universal que elimine as “inter-rivalidades” que “arrastam o resto do mundo para guerras” (28), o fato de que algumas nações, por séculos, tenham-se julgado “superiores” e se colocado por “missão guiar ou dominar toda a humanidade” foi também a responsável pela criação da ideia de “raças hierarquizadas em superiores e inferiores” (26), ideia esta fundada em um “ocidentalocentrismo [que] nega o estatuto de homem plenamente adulto e racional ao ‘atrasado’” (idem).

Para Sayad (1998), que aborda o tema das migrações internacionais como um reflexo da divisão internacional sistemática do trabalho, haveria, inclusive, uma etnocêntrica “divisão do trabalho intelectual” que fraciona o estudo do fenômeno migratório em um campo de interesse pela *imigração* e outro pela *emigração*, segundo os interesses das sociedades de acolhida de migrantes:

à sociedade de imigração e à reflexão interna da sociedade de imigração cabe o trabalho sobre a imigração; à sociedade de emigração e à reflexão interna a essa sociedade cabe o cuidado de encarregar-se do trabalho intelectual sobre a emigração – sendo que este consiste, *grosso modo*, na análise das causas “endógenas” da emigração e de seus efeitos conseqüentes, efeitos “exógenos” desta mesma emigração. Esta divisão participa, ao que parece, da mesma relação de dominação, da mesma dissimetria ou desigualdade nas relações de força que se encontram na origem e são constitutivas do fenômeno migratório (...)” (Sayad, 1998: 16)

Seja afiliando-se às perspectivas teóricas neo-clássicas, seja baseando-se em teorias de caráter histórico-estruturalista, é a Teoria da Atração e Repulsão que está na base das perspectivas que buscam em fatores econômicos, políticos e sociais as variáveis que levam as pessoas, por eleição racional ou pela “força” das circunstâncias, a migrar. Tais fatores poderiam ser sintetizados como sugerido por Soares (2003):

I) o elevado crescimento demográfico dos países em desenvolvimento – nesses países, o excedente de mão de obra (...) não é absorvido de forma produtiva, o que leva à emigração para países desenvolvidos; II) a pobreza – privação econômica estrutural; III) desequilíbrio da renda; IV) a estagnação econômica; V) as violações aos direitos humanos, resultantes de

problemas políticos e sociais, que têm um efeito desestabilizador sobre a sociedade e podem conduzir à migração forçada (Soares, 2003:232).

#### **1.4 Um dado de realidade: redes sociais transnacionais**

O paradigma estrutural busca identificar as variáveis mais importantes que condicionavam a saída dos migrantes e suas possibilidades de inserção na sociedade de acolhida (Miguez, 1995: 23). A partir dos anos 1990 e 2000, fluxos migratórios que se dão no contexto de globalização econômica despertam novos interesses dos campos das ciências sociais e econômicas, sendo marcados pelas novas configurações desta ordem globalizada. Estes novos estudos buscam produzir análises sobre as migrações contemporâneas afinadas a um dos novos paradigmas de base da globalização, o *transnacionalismo*. De acordo com as possibilidades técnicas de comunicação e de transporte aportadas pela globalização econômica e cultural, a dimensão e intensidade com que se dão os novos “nexos transfronteiriços” entre migrantes (Álvarez-Miranda, 2008), seus países de nascimento, de acolhida e outros elementos que constituem as redes transnacionais, as análises das migrações passam a aproximar-se do paradigma de redes (Fazito, 2002) que ultrapassam as fronteiras nacionais.

A viabilização de redes sociais transnacionais de migrantes se tece no contexto de globalização, em que, entre outros fatores, o desenvolvimento, a concorrência e o consequente barateamento dos custos dos recursos de telecomunicações – uso de internet, chamadas telefônicas; vôos internacionais mais acessíveis; acesso ao consumo de meios de comunicação transnacionais e o crescimento da circulação mundial de produtos locais – promovem a formação de relações entre indivíduos que

consistem de laços sociais que ligam comunidades expulsoras a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras unindo migrantes e não migrantes em uma teia complexa de papéis sociais e relações interpessoais complementares, mantidos por conjuntos informais de expectativas recíprocas e comportamentos prescritos (...) (Massey et alli, 1987:139 *apud* Fazito, 2002:9).

A Teoria das Redes Sociais (Arango, 2003) e a Análise das Redes Sociais (ARS) (Fazito, 2002; Soares, 2003) explicam como um conjunto de relações interpessoais transnacionais vinculando imigrantes estabelecidos, candidatos à migração, família, amigos ou demais compatriotas que ficaram no país de “destino”, assim como “emigrantes retornados” e população nativa se constrói para explicar a persistência dos fluxos migratórios, “auto-sustentado no tempo” (Portes, 2004), à revelia de políticas públicas. Neste

sentido, essa teoria atua mapeando as complexas estruturas sociais que, estabelecidas no país de acolhida, vêm “estruturando as oportunidades dos imigrantes” (Ramella, 1995: 20) e suplantando os esforços oficiais do poder público em “canalizar ou suprimir o fluxo migrante” (Portes, 2004:3). Ao adotar o conceito “transnacionalismo”, a Teoria das Redes Sociais relaciona as análises empíricas das modalidades de migração contemporâneas com o reconhecimento de que sua *práxis* busca tanto acompanhar os caminhos abertos da globalização, como, por outro lado, é uma resposta às fragilidades criadas pela “individualização” como “novo modo de socialização” (Beck, 1992; 127) contemporânea, *ethos* social frequentemente gerador de vulnerabilidade social pelo sujeito migrante.

A Teoria ou Análise das Redes sociais se constitui como uma abordagem intermediária entre as explicações de caráter “micro”, que justificam as migrações por motivações estritamente individuais, e as “macro”, que atribuem às circunstâncias estruturais do contexto sócio-econômico, as variáveis que condicionam a opção do sujeito por migrar (Luken, 2006). Embora possa levar em conta o contexto migratório e alguns fatores de expulsão no país de onde vêm os migrantes, esta perspectiva parece haver superado as abordagens baseadas na teoria da atração e repulsão, sobretudo, porque

Embora a migração esteja claramente associada às diferenças salariais, não são elas suficientes para dar conta da complexidade que o fenômeno migratório abriga (...) A experiência tem mostrado que os migrantes não respondem mecanicamente às diferenças nas taxas salariais e de emprego – não estão imbuídos das mesmas motivações nem enfrentam os mesmos obstáculos; os contextos sociais, econômicos, históricos, culturais e políticos nos quais as decisões de migrar diferem (Soares, 2003).

Para Fazito (2002), a Análise das Redes, inicialmente aplicada aos sistemas geográficos, de telecomunicações, computação e engenharia, com o objetivo de lidar com dados relacionais que expressem relações (conexões ou laços) entre objetos diversos, tem o mérito de deslocar o foco da observação dos “atributos individuais” para “as relações que esses indivíduos estabelecem com outros co-participantes em determinado contexto social” (Fazito, 2002:11). Adaptada às relações sociais, as teorias das redes sociais mostram-se relevantes “para a compreensão de problemas complexos, como a integração entre estrutura social (macro) e ação individual (micro) (Degenne e Forsé, 1999; Scott, 2000 *apud* Fazito, 2002:10)”.

As *Redes Sociais* parecem ser alvo de análises sensivelmente otimistas, no sentido de que elas sejam, hoje, as estruturas que melhor poderiam explicar a sustentabilidade e a duração do fenômeno migratório contemporâneo à revelia do controle dos governos dos países de nascimento ou de acolhida. Por outro lado, as ambiguidades problemáticas no seu

interior, no tocante às suas funcionalidades, não deixam de ser observadas por estes estudos. Luken (2006) destaca que as pesquisas contemporâneas sobre redes sociais vêm buscando comentar, também, a “capacidade sancionadora” das redes sobre os indivíduos que a integram, em que práticas de controle e de privação da liberdade podem dificultar “o êxito dos projetos individuais”<sup>36</sup> ou mesmo produzir uma “excessiva dependência do enclave étnico que limita a mobilidade ascendente”<sup>37</sup> (8). Para alguns autores, a existência da rede, usualmente tratada como uma estrutura de relações no apoio ao imigrante já no país de acolhida é decisiva ainda na escolha do destino para onde se migrar (Luken, 2006), chegando a interferir até mesmo na decisão por se empreender ou não o ato migratório, e como proceder a realizá-lo: “Muitos migrantes se decidem por migrar porque outras pessoas de sua relação o fizeram anteriormente. Por isso as redes têm um efeito multiplicador, implícito na respeitável noção de ‘migração em cadeia’”<sup>38</sup> (Arango, 2003: 19).

Fazito (2002) matiza o poder de condicionamento do indivíduo à rede, ponderando “que a rede não ‘age’ através dos indivíduos ou determina as escolhas individuais”, embora reconheça que ela exerce certo “constrangimento estrutural” que incide sobre os indivíduos e possa explicar “algumas das principais motivações individuais para a decisão de migrar” (7): “O constrangimento estrutural, embora real, é formal e não absoluto. A análise de redes sociais começa com a idéia de que as relações não surgem aleatoriamente, mas estão vinculadas na rede” (Fazito, 2002:14).

De um lado, a rede é o grande impulsionador de uma chegada menos traumática desse imigrante a um novo país, o apoiando em um primeiro acesso na busca por moradia, trabalho, e em outros recursos e espaços da nova cidade/sociedade. O sujeito migrante pode vir a tornar-se mesmo “dependente” da rede, não conseguindo prescindir dela para inserir-se e integrar-se em diferentes âmbitos socioculturais, ou mesmo previdenciários da sociedade de acolhida, se atendo às relações estabelecidas com seus compatriotas. No outro extremo, a rede também implica uma tensão nas relações de confiança entre seus compatriotas, que têm que matizar os níveis de vínculos possíveis a se estabelecer em seu interior, e superar o otimismo inicial, apoiado no imaginário da rede como um “espaço” de puro acolhimento.

Giménez (2003) sistematiza as teorias que levam em conta a dimensão transnacional dos novos vínculos estabelecidos entre migrantes, país de acolhida e países de nascimento, bem como os mecanismos criados para a formação de redes sociais como sendo *Teorias*

---

<sup>36</sup> Tradução da autora: “el éxito de los proyectos individuales”.

<sup>37</sup> Tradução da autora: “excesiva dependencia del enclave étnico que frena la movilidad ascendente”.

<sup>38</sup> Tradução da autora: “Muchos migrantes se deciden a emigrar porque otros relacionados con ellos lo han hecho con anterioridad. Por ello las redes tienen un efecto multiplicador, implícito en la venerable noción de ‘migración en cadena’”.

*Articulacionistas* ou *Transnacionalistas*, cujos principais aspectos seriam, em resumo: a disparidade de condições e oportunidades percebidas pelos candidatos a migração nos países de moradia e nos países almejados; as “informações, imagens e estímulos procedentes do mundo rico” (45); os familiares ou amigos já estabelecidos no estrangeiro, colocando em marcha a *cadeia migratória*<sup>39</sup>, a existência de *campos migratórios*<sup>40</sup> e redes de relações cuja importância se verifica, sobretudo, nos momentos de saída, viagem, chegada, alojamento, moradia, e atração do candidato à migração.

### 1.5 Uma causa: as teses dos ativistas dos Direitos Humanos

O tratamento hostil conferido aos imigrantes nas sociedades de “acolhida” e a visibilidade que os fatores de expulsão das sociedades de “origem” ganharam nas últimas décadas vêm fortalecendo uma perspectiva dos estudos migratórios ancorada na defesa dos Direitos Humanos do sujeito migrante. As abordagens teóricas contemporâneas que vêm sendo sistematizadas baseando-se na defesa dos princípios definidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem<sup>41</sup>, sobretudo em seus artigos que permitem interpretações mais claramente voltadas para as questões das migrações<sup>42</sup>, são defendidas por profissionais que combinam teorias das ciências sociopolíticas e econômicas com um “ativismo” sensibilizado com os aspectos de cunho humanitário do fenômeno, transformado em “causa”.

A premissa básica da abordagem dos Direitos Humanos para as migrações é: “não importa onde esteja o migrante, ele deve ter seus direitos humanos respeitados” (Lussi, 2008<sup>43</sup>). Ou seja, todo seu embasamento teórico subsequente parte da defesa do pressuposto de que os instrumentos legais e jurídicos criados em instâncias nacionais para “defender” suas fronteiras da “ameaça” dos migrantes não podem sobrepor-se ao “respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades...”,

---

<sup>39</sup> “Conexão entre os imigrantes de uma determinada origem na qual os pioneiros atraem e ajudam a migração de outros, estes ajudam a outros e assim sucessivamente” (Giménez, 2003:171).

<sup>40</sup> “Extensão (nacional e internacional) até onde chegam as conexões, vinculações e redes de um determinado coletivo de migrantes” (Giménez, 2003:171).

<sup>41</sup> Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

<sup>42</sup> Tais como: a não discriminação por etnia, credo, sexo, língua, opinião ou classe social (artigo II); a proibição da escravidão e o tráfico de pessoas (Artigo IV); a proibição da tortura ou do “tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (Artigo V); a proibição da prisão, detenção ou exílio arbitrários (Artigo IX); o direito a uma audiência pública quando lhe pese qualquer acusação criminal (Artigo X); o respeito à mobilidade dentro do próprio Estado, a saída e o retorno a ele (artigo XVIII); o direito ao asilo para as vítimas de perseguição (Artigo XIV); o direito a ter uma nacionalidade e a mudar de nacionalidade (Artigo XV). Dentre estes, o artigo XVIII, seguramente, tem sido o mais evocado para evocar a situação dos migrantes em trânsito internacional, embora este não estipule nada sobre o direito à entrada e mobilidade em outro Estado que não o seu de “origem”.

<sup>43</sup> Em entrevista concedida à pesquisadora em 09/10/2008, Brasília-DF.

(...) ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição<sup>44</sup>.

Uma segunda abordagem da questão da migração do ponto de vista dos ativistas dos DH é a que pressupõe que as migrações contemporâneas se dão como reflexo da complexidade da sociedade contemporânea globalizada, muito mais “marcada pelos desequilíbrios sócio-econômicos, pela violência e intolerância do que pelo respeito à igualdade e à dignidade humana” (Milesi; Carlet, 2006). As migrações seriam, portanto, ao mesmo tempo, “denúncia” e “anúncio” (Bassegio<sup>45</sup>, 2008<sup>46</sup>): denúncia de um regime e de um modelo econômico concentrador e excludente – o neoliberalismo globalizado – e anúncio “de outro mundo, outra política, onde além do direito de emigrar deve haver também o direito de não migrar, com condições de vida digna para se fixar no lugar de origem” (idem).

A crise do “Estado de Bem Estar Social” e as mudanças no mercado laboral que a Globalização impõe, tanto aos países nela plenamente inseridos como aos que, excluídos, sofrem os reflexos de suas performances – a automação e a tecnificação dos meios de produção – reduzindo e/ou terceirizando a força de trabalho, são constantemente evocados nesta abordagem, como fatores geradores de migrações de fundo “econômico”. Neste sentido, “as migrações, as fronteiras permeáveis e as viagens falam, em suas entranhas, daquilo que a globalização tem de fratura e segregação” (Canclini, 2005:9).

Para Bassegio (2008), as migrações contemporâneas constituem mesmo a “interpelação mais forte e mais evidente do atual processo de globalização”, sugerindo que a busca dos migrantes por melhores condições para se posicionarem no contexto de tantas mudanças econômicas seria, também, uma contestação ao seu caráter “concentrador e

---

<sup>44</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos – Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)

<sup>45</sup> Secretário do Grito dos Excluídos Continental, uma manifestação popular coordenada, que busca “denunciar todas as situações de exclusão e assinalar as possíveis saídas e alternativas (...). Quer ser uma instância articuladora, animadora e interpeladora dos movimentos sociais; um espaço facilitador das diversas lutas e demandas sociais.” (<http://www.gritodosexcluidos.com.br/>)

<sup>46</sup> Bassegio, Luiz. Muros: diminuam as migrações ou alteram-se as rotas? 23/12/2006. Disponível em <http://www.gritodosexcluidos.com.br/artigosSemanais/artSem146/>

excludente. Os migrantes não querem ficar fora e não permitem que os benefícios do desenvolvimento sejam apropriados só por uma minoria”<sup>47</sup> (1).

Ao levar em conta tanto as dificuldades que passa o migrante em suas sociedades de acolhida, como, também, os fatores mais estruturais que estariam na base da falta de condições de permanecer em seus países originais, a perspectiva dos ativistas volta a aproximar-se das teorias histórico-estruturalistas, mas agrega a elas a defesa do respeito aos Direitos Humanos. Abordando as sociedades emissoras e as condições socioeconômicas propulsoras das emigrações, outros artigos da Declaração dos Direitos do Homem são, ainda, evocados por esta perspectiva:

Artigo XXIII: 1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social (...).

Artigo XXV: 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (...).

Quando os Estados nacionais, responsáveis por garantir direito ao trabalho (Artigo XXIII), direito à moradia (Artigo XVII) e direito a condições dignas de moradia, alimentação, vestuário, cuidados médicos e proteção previdenciária, ainda nas sociedades de “origem”, falham, supõe-se que as condições de vida precárias então geradas tornam o ato migratório uma consequência natural de tais condições. Esta causalidade quitaria o aspecto “criminoso” das migrações indocumentadas, uma vez que o direito a condições dignas de vida – preconizado na Declaração – deveria ser respeitado pelas legislações nacionais, e, não sendo, daria sentido e chamaria à aplicação o Artigo XVIII da mesma Declaração: “Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados”. Assim, a mobilidade humana no contexto da globalização, ou de qualquer regime ou modelo econômico que force a população a buscar condições de sobrevivência em outro lugar que não o seu de nascimento tem, na perspectiva dos ativistas pelos Direitos Humanos, uma visão sistêmica e autojustificada, sobretudo, no contexto de uma globalização que

---

<sup>47</sup> Tradução da autora: “concentrador y excluyente. Los migrantes no quieren quedarse fuera y no permiten que los beneficios del desarrollo sean apropiados sólo por una minoría”.



Não distribui riquezas, que globaliza o acesso livre aos mercados, mas não é solidária; elimina barreiras comerciais, mas impede a circulação das pessoas, defende o livre mercado como um direito, mas dificulta ainda mais o acesso aos direitos básicos”<sup>48</sup> (Declaração de Bruxelas, junho de 2002).

É neste sentido que, no âmbito dos fóruns mais expressivos em discutir a questão das migrações internacionais, seus estudiosos vêm buscando situar fluxos migratórios como “um processo que tem lugar neste momento, no marco da globalização e não pode ser analisado fora dela”<sup>49</sup>. Tais análises tendem a demarcar que uma globalização que vem se dando com enfoque estritamente produtivista, baseado na *eficácia* econômica, e desligado de valores preconizados pelos Direitos Humanos, vem sendo a principal causa geradora dos grandes fluxos migratórios. Para boa parte dos setores que atuam no campo e na pesquisa das migrações,

Não se deve, portanto, abordar como um tema exclusivamente de fronteiras ou de ‘porta para dentro’, mas como um processo econômico, político, cultural e social relacionado diretamente aos efeitos que o modelo capitalista neoliberal imposto gera mundialmente (Bassegio, 2008)<sup>50</sup>.

Estas redes de trabalho para discutir a problemática migrante perante a globalização chamam a atenção para o fato de que a integração econômica entre determinados países ou blocos de países, por si só, não garante que, mais acima das trocas comerciais, o valor da troca cultural que as migrações ensejam seja encarado como um motor de desenvolvimento social, ou que devam suscitar valores humanos como solidariedade, uma vez que “se globaliza a miséria, não o progresso, a dependência, não a soberania, a competitividade e não a solidariedade”<sup>51</sup>. Esta integração econômica não garantiria<sup>52</sup>, em síntese, que as diferenças entre as culturas, e a possibilidade de intercâmbio destas sejam tratadas como um valor positivo em si. A “positivação” do fenômeno migratório é um aspecto que vem sendo destacado pelas redes de pesquisadores e ativistas no tocante às migrações contemporâneas

---

<sup>48</sup> Tradução da autora: “no distribuye riquezas, que globaliza el acceso libre a los mercados, pero no es solidaria; elimina barreras comerciales, pero impide la circulación de las personas, defiende el libre mercado como un derecho, pero dificulta aún más el acceso a los derechos básicos”.

<sup>49</sup> Tradução da autora: “un proceso que tiene lugar, en este momento, en el marco de la globalización y no puede ser analizado fuera de ésta” Declaração de Rivas, II Fórum Social Mundial das Migrações. Rivas Vaciamadrid, Espanha, 2006.

<sup>50</sup> Tradução da autora: “No se debe por tanto abordar como un tema exclusivamente de fronteras o de ‘puertas para adentro’, sino que es un proceso económico, político, cultural y social relacionado directamente con los efectos que el modelo capitalista neoliberal impuesto genera mundialmente”. In: *Globalización, Migración e Integración*, publicado em 05/06/2008, por Con Voz – Red Informativa. Disponível em [http://www.redconvoz.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=309&Itemid=86](http://www.redconvoz.org/index.php?option=com_content&task=view&id=309&Itemid=86)

<sup>51</sup> Tradução da autora: “se globaliza la miseria, no el progreso, la dependencia no la soberanía, la competitividad y no la solidaridad”.

<sup>52</sup> In: *Globalización, Migración e Integración*. Redcon Voz, 05/06/2008. Disponível em: [http://www.redconvoz.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=309&Itemid=86](http://www.redconvoz.org/index.php?option=com_content&task=view&id=309&Itemid=86)

frente ao imaginário negativo frequentemente atribuído ao imigrante na sociedade de “destino”. Ao constatar a oscilação da imagem do migrante entre criminoso e vítima, que podem ser apenas “faces da mesma moeda” (Sprandel, 2008), nas sociedades de acolhida, os partidários desta perspectiva buscam estimular a reconstrução destas imagens estereotipadas, ambas frutos do tratamento das migrações como *problema* e não como um *valor*.

As abordagens histórico-estruturalistas, que tendiam a justificar o ato migratório pelas relações desiguais entre oferta e demanda de trabalho e condições básicas de vida, tiveram sua parcela de influência na construção desta imagem ao enfatizar a falta de condições materiais de habitação das sociedades que mais geram migrantes econômicos e refugiados, condições que remetem a carências de ordem material. O nexos causal que busca nas condições históricas vividas no país de “origem” os fatores que *condicionam* o movimento migratório se, por um lado, contribui para que se entendam as migrações como uma contingência, por outro lado, pode levar a uma *apassivação* do sujeito migrante, por não o investir de nenhum poder de escolha e determinação neste processo. Neste sentido, um dos esforços dos teóricos ativistas tem sido destacar o protagonismo do indivíduo no processo migratório, de um lado, e enfatizar o aspecto da riqueza e a contribuição da presença do migrante na conformação de sociedades multiculturais complexas, de outro (Lussi, 2008)<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> Em entrevista concedida à pesquisadora em 09/10/2008, Brasília-DF.

## 1.6 Um esforço: complexificar a abordagem das migrações

Em seu trabalho sobre os fluxos migratórios motivados, não por razões econômicas, mas, por motivações subjetivas, mais especificamente, “por amor”, Girona (2007) se mostra especialmente interessado em relativizar a importância do enfoque dos estudos que abordam a migração de uma perspectiva estritamente economicista, optando por uma perspectiva que, não só leva em consideração os movimentos orientados por opções individuais e subjetivas, como, também, as migrações que se dão apoiadas em construções prévias de redes transnacionais de apoio e processos identificatórios bidirecionais. O autor nos descreve um ambiente sócio-econômico-cultural em que tais relações “transnacionais” de diversas naturezas, incluindo as afetivas, se dão como sintoma mesmo de uma sociedade global em que os limites geográficos e culturais para os “encontros” sejam redefinidos pelo enfraquecimento ou alargamento das fronteiras e de um suposto recrudescimento da mobilidade humana e de capitais:

se produzem novas e poderosas relações de poder em espaços e processos sociais transnacionais em um âmbito policêntrico, e um contínuo redimensionamento dos limites culturais, produto das múltiplas interconexões entre grupos sociais dissimiles” <sup>54</sup>(Featherstone, 1990; Robertson, 1992; Hannerz, 1998; Appadurai, 2001) (Girona, 2007:431).

Se as tecnologias e a relação que permitem com o tempo (a simultaneidade) e o espaço (esvaecimento das fronteiras físicas) reforçam uma ordem global que estimula o fluxo (real e/ou virtual) entre pessoas oriundas, inclusive, de grupos, comunidades, países, religiões ou etnias improváveis de se aproximar e harmonizar em outro contexto, as mudanças que se referem às relações de gênero e no conceito de amor seria outro dos marcos primordiais para se pensar as migrações motivadas por questões subjetivas, na contemporaneidade<sup>55</sup>. O intento de Girona (2007), por não atribuir às motivações envolvidas no ato migratório um caráter eminentemente objetivo, dando-lhe “complexidade”, também é compartilhado por Cogo (2005; 2008), para quem haveria um “marco geral diverso” (Cogo, 2008: 26) de motivos e desejos que levam a que se deixe o país de nascimento para viver uma experiência fora. Para Mezzadra (1995 *apud* Cogo, 2008),

---

<sup>54</sup> Tradução da autora: “se producen nuevas y poderosas relaciones de poder en espacios y procesos sociales transnacionales en un ámbito policéntrico y un continuo redimensionamiento de los límites culturales, producto de las múltiples interconexiones entre grupos sociales disímiles”.

<sup>55</sup> Ao mesmo tempo tensionadas pelo ideal de “amor romântico” da família nuclear, materializados no *casal* como paradigma desse amor (em face do casal que viva simbioticamente ligado à comunidade, na modernidade), e pelo ideal do casal como “união de opostos”, essencialmente opressor do “eu” vigoroso pela lógica da individualização contemporânea, as “migrações por amor” se encontrariam atravessadas tanto pelo ideal de “amor romântico”, como pelas demandas de construção de um “eu” autônomo, pilar que sustenta uma sociedade marcada pelo individualismo e narcisismo, na contemporaneidade (Lasch, 1983).

o subjetivo dá conta de como estas migrações acabam se definindo a partir da soma de uma pluralidade de situações, vínculos, conflitos e disputas sociopolíticas, econômicas e culturais nas sociedades contemporâneas sem que isto reduza às causas ‘objetivas’ os aspectos que envolvem toda a experiência migratória” (26).

Lussi (2008<sup>56</sup>) também conclama a que a análise do fenômeno seja feita sobre uma complexidade de fatores, sendo, por isso, fundamental que a questão da migração seja tratada de forma interdisciplinar, na medida em que seja um “fato social total”, e que perpassa uma série de aspectos localizados no cruzamento das disciplinas. Se, por um lado, “a demografia e o direito não dão conta do fenômeno” (Lussi, 2008<sup>57</sup>), nem tampouco a economia pode encerrar o “campo” das migrações, Sayad (1998) propõe que, por se tratar do deslocamento de pessoas no espaço, “em primeiro lugar”, as migrações concernem aos campos da demografia e da geografia, ciências que buscam compreender a ocupação da população em um território. Mas, lembra que

o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião) etc. (15).

Para Peixoto (2004), se, por um lado, a falta de um campo de conhecimento específico que se voltasse para o estudo das migrações levou a uma “coexistência de explicações sociológicas de tipo ‘micro’ – como as que envolvem o processo racional de tomada de decisão –, e de tipo “macro” – como as que referem à existência de ‘forças’ que impelem à migração (...)”, (8) esta característica também terminou por possibilitar que o estudo do fenômeno se desse, de fato, com caráter mais interdisciplinar. O autor acredita que as novas formas de mobilidade (incluindo a mobilidade “virtual”) obrigam, certamente, a uma conjugação reforçada de perspectivas teóricas (Peixoto, 2004).

---

<sup>56</sup> Em entrevista concedida à pesquisadora em 09/10/2008, Brasília-DF.

<sup>57</sup> Em entrevista concedida à pesquisadora em 09/10/2008, Brasília-DF.

## 1.7 Por uma teoria complexa, interdisciplinar e humanista

Enquadrar a diversidade de fatores envolvidos na construção da motivação para o ato migratório diante da diversidade de transformações sociais, econômicas e culturais, contemporaneamente, implica, necessariamente, em um abandono parcial dos paradigmas de base das Teorias de Atração e Repulsão, ancoradas no suposto de que é a *carência* de ordem material o único fator que move o indivíduo no ato migratório. A abordagem interdisciplinar convoca a uma nova forma de pensar as migrações, em que um primeiro exercício parece ser o de superar o tratamento problemático do tema, aquele que atribui à mobilidade humana um caráter predominantemente conflituoso, dramático, e, sobretudo, necessariamente não desejado pelos sujeitos que o realizam. Por outro lado, o fato de a migração ser um movimento realizado, em dado momento, com consciência e intenção do sujeito não garante que ela não esteja a responder a um conjunto de necessidades criadas à sua revelia, por uma conjuntura social, política e econômica mais ampla que, por vezes, só lhe deixe a opção de migrar.

As transformações econômicas e geopolíticas do mundo globalizado têm gerado efeitos em cadeia sobre as relações de trabalho sem levar em conta a capacidade deste novo mercado de responder à presença dos homens e de suas funções no mundo pré-globalização. A perspectiva dos Direitos Humanos merece ser evocada para se pensar as migrações contemporâneas na medida em que, ao favorecer o aumento de fluxos migratórios, tais transformações do mundo em direção à afirmação do modelo único neoliberal – que busca otimização econômica dos sistemas produtivos – não dão conta de acomodar condições e direitos básicos que garantam a dignidade do homem frente a tais câmbios.

Não se trata de atribuir à globalização e ao modelo neoliberal de produção a única causalidade de migrações “involuntárias”, e de, por isso mesmo, vitimizar a identidade dos sujeitos migrantes. Pelo contrário, busquei destacar as falas de autores que conclamassem ao esforço de reinvestir o sujeito migrante de poder de escolha, o que alguns tratam por “protagonismo”. Por outro lado, creio ser necessária certa cautela ao proceder-se a tal abordagem, sob risco de incorrer, involuntariamente, em uma simplificação que é marca do modelo neoliberal, qual seja, o de que o Homem é totalmente livre para escolher o que fazer de sua vida, em que se inclui migrar.

Por isso, pensar as migrações desde a ótica dos direitos Humanos é também uma forma de enfrentar os paroxismos do relativismo em que incorremos ao encampar este que é o preceito básico do modelo neoliberal – a livre iniciativa privada. Aplicada às migrações, a

perspectiva dos Direitos Humanos permite lembrar que, frente à multiplicação de possibilidades de formas de viver, se identificar e produzir cultura, pode haver algo de universal dentre todos os homens que deve ser prezado e reivindicado, algo da ordem de uma dignidade, que pode ser ferido mesmo quando o sujeito crê que a escolha de migrar foi sua. Sobre a crença neste poder de escolher, e seu alcance à construção da identidade cultural, que parecem ser marcas de uma contemporaneidade, dedicarei parte do capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO 2**

### **GLOBALIZAÇÃO, MDIATIZAÇÃO E IDENTIDADES MIGRANTES**

A ampliação das modalidades e modos de migrar, no contexto da globalização, vem sendo cada vez mais tematizada por uma literatura específica sobre migrações internacionais contemporâneas. Mas, se estas migrações, por um lado, podem ser analisadas como um fenômeno social em si mesmo, por outro, podem ser tomadas como parte de um “todo” historicamente demarcado, não só como “reflexo”, mas como um “recorte” da realidade social, econômica, política e cultural dos países e seus indivíduos, ou das dinâmicas de interação entre eles. As migrações internacionais permitem ver, com certa clareza, como nas sociedades contemporâneas negociamos certos temas, temas estes que estão na base da construção das identidades culturais e da subjetividade dos sujeitos contemporâneos, tais como a liberdade e a alteridade.

#### **2.1 Migrações e novos modos de construir identidade: o paradigma das *identificações***

Os processos subjacentes ao ato migratório – como os modos de constituir vínculo, de construir identidade, de lidar com a alteridade e de arbitrar sobre a própria vida – vêm sendo largamente discutidos por autores para quem as migrações contemporâneas tanto podem ser enfocadas a partir de seus processos correlatos na “mente” do sujeito contemporâneo, como expressam os processos sócio-políticos de uma época. Para Bauman (1998; 2001; 2003; 2004), Hall (1997; 2003) e Canclini (2005; 2007), um período histórico pode ser compreendido segundo o modo como se constituem e se articulam as identidades culturais nestes tempos. Estes autores se debruçam sobre as repercussões sociais dos paradigmas da globalização no campo da cultura e das identidades culturais, analisando a incidência dos conceitos centrais da globalização: – transnacionalidade, livres fluxos, desregulamentação – quando incidem no âmbito sócio-cultural e da conformação de identidades individuais.

Hall (1997) problematiza como a fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, etnia, raça e nacionalidade que produzem crises de identidade ao nível do indivíduo são reflexos análogos à “nova fase ‘transnacional’ do sistema [que] tem seu ‘centro’ cultural em todo lugar e em lugar nenhum no mundo pós-globalização. Está se tornando ‘descentrada’” (Hall, 2003:36) na contemporaneidade. Estas formas de operação, orientadas pelos interesses de “empresas transnacionais” que agem sobre mercados mundiais

desregulamentados e lançam mão de “sistemas de comunicação que transcendem e tiram do jogo a antiga estrutura do Estado-nação” (idem) produzem discursos sócio-econômicos também ao nível do indivíduo, atribuindo-lhe o “poder” ou a possibilidade de compor seus referenciais identitários de forma autônoma. Hall desenvolve sua tese das *identidades culturais na pós-modernidade* (1997) sustentando que, mais do que a busca da construção de repertórios identificatórios que o vincule a comunidades, o indivíduo experimenta, contemporaneamente, processos de *identificação* (Hall, 2000) pontuais com outros sujeitos, grupos, etnias, ou nacionalidades, passando a relativizar uma fidelidade integral a, ou reinterpretando, sua relação com suas insígnias nacionais “originais”.

A perspectiva de um sujeito que experimenta processos de *identificação* multilaterais com outros indivíduos e referentes culturais de comunidades territoriais diferentes das de nascimento ou inscrição sanguínea colabora para abalar a ideia de que somos sujeitos *integrados* por um centro único (ideia esta já abalada desde os estudos marxistas e pós-marxistas, feministas, estruturalistas de forma geral). Tal perspectiva também ajuda a refletir sobre o caráter arbitrário do esforço investido pela construção de unidades simbólicas nacionais. Para Hall, nem a dada cultura nacional seria capaz de promover tal “integração”. Assim, o “sujeito sociológico” (1997), mono-identitário, reconhecido como fruto da ação determinante da cultura, viria sendo substituído pelo “sujeito pós-moderno”<sup>58</sup> (idem), que demanda repensar as categorias modernas de *reconhecimento* e *pertencimento*, contribuindo para eliminar definitivamente qualquer tentativa de “essencialização” ou de busca de uma “natureza” do sujeito. Isto é, na contemporaneidade, haveria tal *descentramento* do sujeito que permitiria o deslocamento dos processos de reconhecimento situados em esferas públicas de âmbitos comunitários, territorialmente circunscritos, para processos de identificação e pertencimento também descentrados, fragmentados, que passariam a ter como centro da experiência o próprio tempo presente individual (Hall, 1997; 2003). Esta dimensão

---

<sup>58</sup> Aqui não há espaço para uma longa discussão sobre a pertinência dos termos “modernidade” ou pós-modernidade, dada sua complexidade, e uma vez que se trate de definições do (s) próprio(s) autor(es). Porém, ao corroborar os argumentos de Hall (1997, 2003) e Poster (2001) sobre a evidência de uma experiência pós-moderna, e na ausência de uma sistematização precisa destes autores do que entendem por modernidade e por pós-modernidade, parto de uma consideração própria, que se alinha às definições de Vattimo (1989) para uma e para a outra. Na hipótese que propõe este último autor, uma época moderna se refere a uma compreensão do mundo e da história como “algo unitário” (10), construído por “grupos e classes sociais dominantes” (11), sucedida por uma proliferação de visões de mundo e formas de representá-lo nesta que seria uma “pós-modernidade”. Nesta nova instância, não haveria uma coincidência entre estabilidade, permanência e verdade, nem mesmo consenso sobre o que viria a ser “a” Verdade. Para o autor, embora tal “proliferação” de formas de experimentar e representar o mundo e o tempo não signifique, por si só, uma emancipação política de fato pelo indivíduo, reflete uma busca de emancipação que aventou uma ampliação das possibilidades de representações sobre a realidade, e a própria consciência da existência de múltiplas realidades.



de “identificação” do sujeito contemporâneo, um processo que estaria mais em sua ordem psíquica, do que no âmbito político representacional, talvez fale melhor da irredutibilidade (Hall: 2000) do conceito de identidade. Isto é, permitiria perceber que a própria dinâmica dentro-fora, ou nós/eles, em que o que o que está dentro pode vir a sair e o que está fora pode chegar a ser assimilado, ao falar da incapacidade de “totalidade”, de “ajuste completo” do conceito de identidade, que mais se torna um *processo* do que uma “marca” cultural imóvel do sujeito. Com isso, Hall, que considera o conceito de identificação “tão ardiloso quanto o de identidade – embora preferível” (105), propõe que não se atribua ao conceito de identidade qualquer traço essencialista, conferindo-lhe um caráter “estratégico e posicional” (Hall, 2000: 108).

Hall busca demonstrar, ainda, como as sociedades globalizadas promovem entre os indivíduos que compartilham o modelo neoliberal de economia um acesso cada vez mais amplo de imaginários compartilhados sobre as vidas possíveis de serem vividas e as culturas a serem desfrutadas, imaginários estes que “tomam de empréstimo” uma multiplicidade de símbolos nacionais no processo individual de construção identitária (Hall, 2003), processo ainda mais vigoroso quando o consumo de imaginários (Appadurai, 1994) é levado às últimas instâncias, as do deslocamento geográfico: “Na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas” (Hall, 2003:27).

A partir dos anos 1990, estes processos de *identificação* entre os sujeitos se vêm facilitados por certos adventos sócio-econômicos em escala mundial, tais como a difusão e o barateamento de recursos tecnológicos de comunicação transnacionais (Appadurai, 1994; Cogo, 2008), a televisão via satélite e a internet. Apesar de sua natureza *internalista*, no sentido de que pode favorecer e reforçar laços comunitários de unidades locais, como a nação (Deutsch *apud* Schlesinger, 2002), a chamada “grande” mídia, quando se apropria destas ferramentas, passa a incidir diretamente em processos simbólicos e políticos fundamentais em instâncias de alcance transnacionais. Se o “agendamento” e as condições de legitimação dos fatos e processos sociais “reais” se davam no “espaço” virtual de compartilhamento de referentes midiáticos comuns a uma nação antes da globalização, nas últimas décadas novos conjuntos de referentes culturais circulam e convocam ao compartilhamento da construção de sua significação em escalas supranacionais. Cogo (2008b) atribui à apropriação e aos usos das tecnologias da comunicação um dos processos que permitiram de fato a “construção e circulação de imaginários” (1) no mundo globalizado, destacando que

embora o nacional se mantenha como uma dimensão conformadora de imaginários e práticas de nossa sociedade, o incremento dos processos transnacionais de interdependência que conforma a vida social constitui uma realidade que resulta da própria expansão das tecnologias da comunicação nas últimas décadas (4).

Por meio de adaptações de suas rotinas produtivas (apropriação de *agendas* e aquisição de material extra-nacionais de agências de notícias, ou outros gêneros de produtos culturais; deslocamento de equipes de reportagem para coberturas internacionais; adaptação de formatos e gêneros de programação interna para consumo de audiências de outros países etc.), novas modalidades de produção e oferta de ícones e discursos que transpõem fronteiras nacionais se colocam para uma audiência tornada “transnacional”, situada geograficamente em um ponto do globo, mas vinculada e identificada com um consumo de referentes e produção extra-territoriais. A busca por referenciais simbólicos que, outrora, se encontravam nos limites da nação e de suas instituições tradicionalmente normatizadoras, vai abrindo espaço para outros sistemas de representação multidirecionais. A experiência de tal “multidirecionalidade” é favorecida por fatores econômicos e tecnológicos que vêm permitindo, nos últimas décadas, “a criação de comunidades transnacionais, onde as novas dinâmicas entre as comunidades de origem e os lugares de ‘destino’ forjaram (e têm forjado diariamente) novas e complexas identidades” (Monteiro, 136:2007). Barbero defende haver, nesta “reformulação das fronteiras”, uma volta da “idéia weberiana de ‘comunidades emocionais’, uma espécie de “amálgama” dos

referentes locais com os símbolos relacionados à aparência ou à linguagem, que são desterritorializados em uma reformulação das fronteiras políticas e culturais, mandando para o alto o arbitrário artificialismo de certas demarcações que foram perdendo a capacidade de nos fazer sentir juntos<sup>59</sup> (Barbero, 2004:31).

Pelo espaço virtual criado pela internet ou pelas imagens televisivas que se produzem em um país e se distribuem por vários outros via satélite, a exibição pela mídia de produtos jornalísticos, educativos e de entretenimento são consumidos em diferentes línguas e multiplicam os referentes simbólicos compartilhados. Favorecem a multiplicação, também, dos processos de *identificações* transnacionais uma vez que os sujeitos podem proceder a uma relativização ou a uma reinterpretação crítica daquelas insígnias do Estado-nação ao qual cidadãos estão inscritos por nascimento/sangue (Cogo, 2008). Se, evidentemente, de país para país, e de indivíduo para indivíduo, os processos de recepção são experimentados

---

<sup>59</sup> Tradução da autora: “referentes locales com símbolos vestimentarios o lingüísticos desterritorializados en un replanteamiento de las fronteras políticas y culturales que saca a flote la arbitraria artificiosidad de unas demarcaciones que han ido perdiendo la capacidad de hacernos sentir juntos”.

com singularidades, os produtos de comunicação transnacionais criam não só maiores gamas de referências icônicas comuns entre indivíduos que vivem em países diferentes como, também, experiências de consumo novas e criativas exatamente pela singularidade dos processos de recepção e interpretação locais, produzindo experiências tratadas por alguns autores como sendo de consumo *interculturais* (Bhabha, 2003; Canclini, 2005; 2007).

Canclini (2007) associa as alterações das demarcações territoriais que delimitavam as trocas culturais entre as nações ao processo de abertura dos mercados internos ao capital transnacional, desde os anos 1980. A redistribuição do controle econômico e político de cada país, não mais exercido exclusivamente por meio de chefes de governo e instituições jurídicas no interior dos Estados-Nação, mas em negociação e, em casos, em tensão, com um sistema transnacional de atores políticos estaria de fato favorecendo a formação de sociedades *multiculturais*, de aceitação e convivência dos símbolos, pessoas e comunidades de diferentes culturas, *reconhecendo* suas diferenças étnicas, buscando garantir seus espaços institucionais. Mas, defende o autor, não necessariamente favorecendo novas formas de vínculos e ambientes comunais, nem encaminhando disputas e acordos de sentido que acredita serem potencialmente criativos neste “espaço” – intercultural – entre as culturas ou no que Bhabha (2007) chama de *entre-lugares* das culturas: “Sob concepções multiculturais, admite-se a *diversidade* de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação (Canclini, 2007: 17).

No contexto das migrações contemporâneas, a legitimação das sociedades multiculturais, isto é, o reconhecimento de que de fato vivemos em instâncias territoriais ainda circunscritas pela figura jurídica do Estado-nação mas em que se permite – e se amplia – a coabitação de culturas e etnias, é um avanço sobre o que foi por muito tempo o paradigma de convivência entre sujeitos de culturas e etnias diferentes, qual seja, o paradigma da *assimilação* “(na qual a cultura pré-migratória [do indivíduo que migra] desaparece por completo)” (Lesser, 2000:22) na convivência com a cultura da sociedade de acolhida, e também sobre o paradigma da *aculturação* “(a modificação [forçada] de uma cultura em resultado do contato com uma outra)” (idem), ambos paradigmas fomentados pelos Estados-nação na recepção de seus migrantes no contexto pré-globalização. As migrações contemporâneas, no contexto da globalização, afrontariam tais paradigmas na medida em que o contato gerado pelos fluxos migratórios provocou mudanças na constituição do povo da sociedade de “destino”, resultando em novos processos, e modalidades de identidade, como se pode ver refletidos pela figura jurídica da dupla ou tripla cidadania, progressivamente mais atribuídas a uma população com vínculos

territoriais, sanguíneos ou afetivos cada vez mais transnacionais nos últimos anos (Monteiro, 2007).

Se, atualmente, as *sociedades multiculturais* são um dado de realidade incontestável e indiferente a sua defesa ou crítica, as diferentes abordagens teóricas que buscam modelos sociais de convivência entre os indivíduos provenientes de diferentes culturas/etnias em um país de acolhida debatem sobre os limites possíveis para as trocas culturais entre tais indivíduos. Para Semprini (1999), os regimes *multiculturais* podem criar situações de intensa incomunicabilidade e *fechamento*, quando circunstâncias que evidenciam “diferenças reais” no interior de um mesmo espaço de convivência deixam os indivíduos “desprovidos de competências relacionais” (Semprini, 1999:78). Para Canclini (2005), outro “limite” da expansão das trocas culturais entre habitantes de sociedades multiculturais é que os processos econômicos das sociedades globalizadas, se, por um lado, fomentam a co-presença de culturas e indivíduos de origens étnicas diversas em um mesmo solo, não necessariamente “libera” o consumo dos produtos culturais de maneira irrestrita. Ao contrario, “administra” *seletivamente* a diversidade cultural entre os países, delimitando os referentes e produtos culturais que *devem* ser consumidos pelos cidadãos de cada país.

A abordagem “cancliniana” se centra na busca de modelos de trocas simbólicas *inter*-nacionais da “criatividade” e do “consumo” que sejam *interculturais*, isto é, que invistam sobre o que é possível “ser” e “fazer” *com* “os outros” (2003:17), avançando sobre o modelo de consumo das sociedades “multiculturais”, em que se consumiria ou se abnegaria a cultura do “outro” por suas diferenças explícitas em relação à “minha”. A interculturalidade seria, portanto, um modo de troca cultural em que os diferentes sujeitos “são o que são em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos” (2003:17). No modelo de troca intercultural, os referentes culturais se “confrontam”, mas se “entrelaçam”, gerando produtos culturais híbridos que seriam, na prática, os frutos do processo da posta em relação e do intercâmbio cultural *de fato* entre os sujeitos de origens étnicas distintas.

A despeito da polarização entre a defesa de modelo *multi* ou *inter* culturais, Hall (2003) propõe matizações acerca do conceito de “muliculturalismo”. O autor defende que, se, por um lado, é possível defini-lo genericamente como as “estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais” (52), por outro, não se o pode tratar como uma doutrina única, uma estratégia, muito menos um “estado de coisas já alcançado” (idem), mas como processos sempre inacabados. Os regimes multiculturais, tomados como regimes de

tolerância inter-étnica (Walzer, 1998), contam com uma grande gama de níveis desta tolerância frente à diferença, que podem ir da “resignação” ao “entusiasmo”, passando pela “indiferença”, pela “aceitação estóica” e pela “curiosidade” entre os indivíduos. (idem: 27) Neste sentido, Hall (2003) propõe que não se fale em “O multiculturalismo”, mas em “multiculturalismos”, que, para ele, podem passar de tendências mais *conservadoras* às mais *liberais*, passando pelo multiculturalismo *pluralista*, pelo multiculturalismo *comercial*, o multiculturalismo *corporativo*, o multiculturalismo *crítico*, o multiculturalismo *revolucionário*, “e assim por diante” (53). Para o autor, a título de se buscar uma natureza básica do conceito, poder-se-ia dizer que uma unidade pela qual todas as formas de multiculturalismo trabalhariam a favor seria a luta pela “importância da diversidade cultural” (Wallace *apud* Hall, 2003: 54).

## **2.2 Identidade e normatização da autonomia**

As novas modalidades de desregulamentação do controle da economia que são marcas do modelo de globalização neoliberal a partir dos anos 1980, têm reflexos claros na cultura e nos processos identitários vividos ao nível do indivíduo. Na contemporaneidade, talvez como em nenhuma outra época, o homem crê no seu poder de *interferência* sobre seus processos subjetivos e sociais, bem como as diferentes modalidades de iniciativas privadas se vêem investidas de poder nestas que são as sociedades neoliberais. A competitividade fomentada nestes regimes tem também sua ação análoga sobre o indivíduo e sua(s) identidade(s). Ao voltar sua esfera de ação para si mesmo, estendendo-a à conformação de sua personalidade, aos seus modos de sentir e agir, o sujeito contemporâneo atua sob a prerrogativa de que tanto consumir quanto “mudar” só depende dele mesmo, e que estas ações podem ser, na prática, um indício de sucesso pessoal.

Bauman (2001; 2004) argumenta que a afirmação da liberalidade “capitalista”, na globalização, conhecida como “neoliberalismo”, é a expressão máxima do que entende como a passagem de uma modernidade “sólida”, que afirmou um conjunto mais ou menos estável de valores e modos de vida e que se apoiava em ordens sociais mais rígidas e hierarquizadas, para outro momento da modernidade, que vem discutindo em suas últimas obras, denominada “líquida”, já no século XX, por sua analogia evidente com tudo que é menos tangível e mais “fluido”, “flexível” e “volátil”. Esta liberdade capitalista seria a base comum dos discursos que valorizam os *livres fluxos*, a *desregulamentação* e a *flexibilização* tanto na economia como nas relações humanas e em suas formas de constituir identidades (Bauman, 2001; 2004). O autor destaca ainda que a passagem da modernidade sólida para a líquida

marca também a passagem dos poderes de conformação da identidade de um nível “macro” para o nível “micro”, “(...) do ‘sistema’ para a ‘sociedade’, da ‘política’ para as ‘políticas da vida’” (2001:14), chamando a atenção para o esvaecimento da função normatizadora de determinadas figuras de poder e referência de moralidade naquela modernidade “sólida”, como a comunidade, o Estado e a religião. Se naquela “modernidade sólida” estavam estabelecidas ordens sociais mais rígidas e hierarquizadas, que contavam também com a força de um Estado centralizador e provedor de “propriedades sociais” (Castel, 2004), as sociedades “líquidas” se baseiam fortemente em processos arbitrados na esfera privada, que têm na *propriedade* privada uma das poucas garantias do indivíduo frente às incertezas do futuro.

Para Bauman, em se tratando de seus efeitos sobre o indivíduo, esta “transferência” de poder que sugere liberdade individual, frente às “amarras” das sociedades disciplinares – normatizadoras e punitivas – como pensadas por Foucault (1979) –, na prática, não é emancipadora da ação humana. Isto porque a falta de padrões “dados”, contemporaneamente, viria gerando constantes conflitos de *comandos* na sociedade, em que não é dado a ninguém o poder de, coercitivamente, compelir ou restringir o *outro*, tornando a moralidade individual uma instância sobre a qual não se deve intervir ou confiar: para Bauman, na contemporaneidade a confiança é substituída pela suspeita (Bauman, 2004).

Na conjuntura de “radical privatização do destino humano” (Bauman, 1998 *apud* Vaz; Bruno, 1999:1) um expressivo tipo de risco eminente que produziria tal estado de “suspeita” colateral entre os indivíduos é o risco social, aquele que compromete a capacidade dos indivíduos de assegurar por si mesmos sua independência, ao ter que lidar com o grande leque de contingências sócio-econômicas sem poder “dominar o presente nem antecipar positivamente o porvir” (Castel, 2004:40). Esta ideia é também defendida por Koselleck (2006), em um âmbito que superaria a questão do risco social, se referindo a todo risco inerente à falta de certezas sobre o futuro: a própria relação com o tempo. Para o autor, se “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”, sua tese afirma que esta “diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente” (314), aumentando a insegurança de que a experiência vivida enseje, necessariamente, o caminho do progresso.

Para Lyotard, o desdobrar do capitalismo liberal avançado que eliminou a alternativa socialista e que, pouco a pouco, substitui o Estado de Bem-Estar social pela “(...) fruição individual dos bens e serviços” (Lyotard, 1986:69) também teria trazido a prerrogativa da

*eficácia* individual. Na prática, uma “solução” ao estado de “desarraigo” social do indivíduo, e à disposição do Estado em “dissolver” seu vínculo social e tomar como sua função primordial apenas a regulação discreta das liberdades de mercado. A normatividade da instabilidade, que para o autor seria um dos aspectos cruciais da “condição pós-moderna”, torna-se uma marca da virtualização da economia de mercado e incide diretamente na relação do Estado com a sociedade. É conhecida a vertiginosa imagem criada por Lyotard para esta sociedade atendida por um Estado mínimo: “uma massa composta de átomos individuais lançados num absurdo movimento browniano” (idem:28).

É assim que, “regulados” por tendências mercantis, os indivíduos assumem os pressupostos da eficácia individual, tornando-se mais bem-sucedidos quanto mais sejam capazes de serem autônomos e de “reinventar-se” a si mesmos (Beck, 1992; Castells, 1999, Zizek, 2003; Rolnik, 1997; Sibilia, 2008). Erehnberg (2004) aponta a “normatividade da autonomia” como uma marca da contemporaneidade na qual a valorização da “realização de si”, por meio da ação individual e o “*self-ownership*”, faz pesar sobre cada um a responsabilidade de construir-se por si mesmo. Para Rose (2001), tal construção se daria tanto em nível social, frente às relações que se podem *escolher* estabelecer, como no individual, em que cada sujeito se vê como um “foco psicológico unificado de sua biografia, como o *locus* de direitos e reivindicações legítimas, como um ator que busca ‘empresariar’ sua vida e seu eu por meio de atos de escolha” (140).

Neste contexto, em que a lógica de mercado sem regulamentação tende a interpretar vulnerabilidade e incerteza como liberdade e autonomia, o indivíduo dito “livre” é aquele que deve ter um “projeto de identidade” (mutável) e “estilo de vida” próprios, sobre os quais a vida e suas contingências adquirem sentido na medida em que possam ser construídas como o “produto da escolha pessoal” (Idem:194) e mudar “ao menor sinal de desuso” (Rolnik, s.d). Se na “modernidade líquida” de que fala Bauman o indivíduo tem o “poder” de construir sua identidade como *projeto de vida*, no contexto de *incerteza generalizada* contemporânea o indivíduo deve passar a assegurar-se de que este projeto não o leve a construir uma única identidade fixa: “o eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe” (Bauman, 1998: 114). É neste sentido que também a possibilidade de desapegar-se territorialmente, de viajar, é apenas uma das instâncias que expressam a falta de “padrões e configurações” (Bauman, 2001: 14), cada vez menos “dados” e menos ainda “auto-evidentes”. É assim, também, que “fixar-se ao solo não é tão importante se o solo pode ser alcançado e abandonado à vontade, imediatamente ou em pouquíssimo tempo” (Bauman, 2001: 21).

Mas, se as identidades culturais se supõem mais “bem-sucedidas” na proporção em que se tornem mais “desarraigadas”, “livres” para se auto-compor – isto é, quanto menos apegadas estejam aos vínculos comunitários ligados ao sangue, ao território ou à religião –, é também no marco da globalização que “vemos multiplicarem-se as reivindicações de identidade local com formas e escalas muito diferentes (...)”; que nacionalismos exacerbados são retomados; que idiomas regionais “tomam sua importância”; que “ressurgimentos religiosos se fundam em um passado recuperado ou reconstruído” (Augé, 2006:99), todos eles retomando vinculação a instituições históricas que, de fato, se imaginavam enfraquecidas. Como bem demarca Rodrigo (2007), contemporaneamente, “a pluralidade identitária também significa simultaneidade identitária” (23) e a experimentação desta “liberdade” de autoconstrução identitária torna-se problemática quando se dá o que Sen (2007) denomina *identidades opostas* (55 *apud* Rodrigo, 2007:23), sobretudo aquelas que põem em conflito as múltiplas lealdades nacionais e questionam o *status quo* da fidelidade inequívoca ao Estado-nação de nascimento, situação especialmente experimentada pelos sujeitos que migram.

Marc Augé (1997) busca demonstrar como o que chamou de “crise da alteridade” – esse choque entre certas “reivindicações de identidade local” com outras identidades experimentadas em escala global – se expressa mesmo na dificuldade da antropologia em proceder a “recortes” e enfoques de “mundos” identitários unificados. Neste campo, uma análise do *Outro* precisa construir-se “na encruzilhada dos mundos novos onde se perde a pista mítica dos lugares antigos” (145). Para o autor, estes “mundos novos” seriam “heterogêneos, mas interligados” (141) e precisam ser reconhecidos como tais para que se possa compreender o mundo contemporâneo. Assim, por contraditória que se demonstre aos paradigmas de *liberalização* das identidades, a volta dos paroxismos das identidades ligadas a territórios comunitários estabelecidos na modernidade ainda podem ser pensadas como mais uma de suas facetas: não a que ensaiou gerar “uniformização” ou “homogeneização” entre padrões culturais planetários, mas a que vem prometendo, também, a *singularização* do indivíduo (Augé, 2006).

Se a globalização pode ser analisada no âmbito da conformação de identidades culturais e a partir da percepção do indivíduo sobre seu poder de ação sobre seu projeto identitário (Bauman, 1998), em que cada vez mais lhe é dada a possibilidade de *identificar-se* com diversas culturas (Hall, 1997; Canclini, 2005), em última instância, esta *emancipação* do sujeito no tocante a suas identidades culturais precisa ser melhor observada quanto ao seu poder real de trânsito geográfico (Bauman, 1998; 2004; Hall, 2003; Canclini, 2005; 2007).



Para Bauman (1998), na prática, os hibridismos culturais e as experiências de co-identidades não incidem em uma “liberalização” destas experiências às últimas instâncias, ou seja: a liberdade dos fluxos humanos pelo espaço. Para o autor, “a hibridização e a derrota dos essencialismos proclamadas pelo elogio pós-modernista do mundo ‘globalizante’ estão longe de expressar a complexidade e as agudas contradições que dilaceram esse mundo” (1998:109); tal liberalização só se daria de fato em uma categoria muito específica de viajantes, a dos turistas.

Bauman defende que haveria uma errônea difusão, pela mídia, de um imaginário de “conquista do espaço e do ‘acesso *virtual*’ a distâncias que permanecem teimosamente inacessíveis na realidade efetiva”. (Idem: 96) Buscando, portanto, distinguir os indivíduos que podem desfrutar desta “conquista do espaço” dos que não podem, ou que são reprimidos ao cruzar as fronteiras abertas para viajantes “selecionados” pela globalização, Bauman cunha os termos “turistas” e “vagabundos”, diferenciando o que seriam os “nômades urbanos da geração *wireless*” (The economist, 2008<sup>60</sup>) dos “viajantes aos quais se recusa o direito de serem turistas” (Bauman, 1998:101).

Todas as pessoas podem agora ser andarilhas, de fato ou em sonho - mas há um abismo difícil de transpor entre as experiências que podem ter, respectivamente, os do alto e os de baixa escala de liberdade. Esse termo da moda, “nômades”, aplicado indiscriminadamente a todos os contemporâneos da era pós-moderna, pode conduzir a erros grosseiros, uma vez que atenua as profundas diferenças que separam os dois tipos de experiência e torna formal, superficial, toda semelhança entre eles (Bauman, 1998: 96).

Parece haver, de fato, uma nítida diferença de tratamento dos viajantes com objetivos turísticos e os que buscam residência, deflagrando o paradoxo das “liberdades identitárias” quando estas são levadas às instâncias da migração em si mesma. Ainda nos aeroportos, chamados por Augé (2006) de “não-lugares”, um “espaço nos quais se coexiste sem viver junto” (196), as políticas de controle da viagem comuns aos blocos regionais (NAFTA e União Europeia, sobretudo) buscam discernir turistas e candidatos à migração, esforçando-se por garantir a *eficácia* dos projetos nacionais destas sociedades. Segundo tais projetos, sugere-se que turistas trariam aportes econômicos e migrantes trariam um duplo risco: a captação dos benefícios voltados exclusivamente para os indivíduos que nasceram com ou obtiveram a cidadania relativa à nação em que habitam e o aumento dos índices de violência locais.

---

<sup>60</sup> “Mobility: Nomads at last”. *The Economist*, 10/04/08. Disponível em [http://www.economist.com/specialreports/displaystory.cfm?story\\_id=10950394](http://www.economist.com/specialreports/displaystory.cfm?story_id=10950394)

Não obstante o rigor do controle das fronteiras, aumentado a partir dos anos 2000 para controlar também a entrada de “elementos” suspeitos para a prática de terrorismo, se multiplicam casos de incidentes diplomáticos entre autoridades de controle de fronteiras e turistas, revelando que nem sempre os primeiros vêm logrando distinguir de fato quem está na “categoria” do segundo <sup>61</sup>. Assim, entre a saída de seu país e a entrada em outro, a identidade do sujeito parece “oscilar” entre ser um “privilegiado” turista e um “suspeito” migrante, multiplicando-se as situações em que se recai na segunda condição. Calligaris (20008) chama a atenção para como “nas últimas décadas” tornou-se difícil não só viajar como manter a soberania da identidade do sujeito que viaja, bem como arbitrar sobre sua aceitabilidade nos países de “destino”: “As ‘condições’ para ser desejável se multiplicaram. Ao atravessar uma fronteira, o passaporte prova que estamos em paz com a Justiça de nosso país. As outras nações devem decidir se somos hóspedes desejáveis”<sup>62</sup>.

Para Fantazzini (2005), o conflito identitário estabelecido neste “trânsito” geográfico toma maiores proporções quando as migrações implicam em perda da própria cidadania do país de nascimento, sobretudo quando se tratam de migrações clandestinas, quando os direitos civis da sociedade de acolhida tampouco podem ser facilmente acessados pelos imigrantes. Para Padrón-Fumero (2008<sup>63</sup>), a diferença entre as identidades vividas nos países de “origem” e nos países de acolhida aumenta ainda mais no caso dos migrantes que se colocam em viagens de alto risco. A autora defende seu argumento lembrando o caso dos imigrantes norte-africanos e asiáticos que viajam em *pateras* e *cayucos* por alto-mar, desembarcando nas costas europeias: “os viajantes em cayucos são heróis locais em seus

---

<sup>61</sup> O caso dos incidentes diplomáticos ocorridos entre os brasileiros que tentavam entrar na Espanha, e as autoridades do controle migratório no aeroporto de *Barajas*, Madri, entre janeiro e março de 2008 é emblemático. Naquele período em que ocorreram os incidentes, as autoridades de fronteira impediam de entrar até mesmo quem apresentava provas de sua intenção de proceder a uma viagem turística ou motivada por eventos profissionais pontuais e sugeriam desconfiar de que aqueles viajantes não eram de fato *apenas* turistas, intentando, na realidade, estabelecerem-se como moradores “ilegais” no país. Como fato precedente ao rigor adotado nos aeroportos estaria a crescente chegada de imigrantes indocumentados latino-americanos, e, no caso dos brasileiros, tratar-se-ia, segundo as autoridades, de viajantes, em sua maior parte mulheres, buscando prostituir-se no continente. “Parte dos brasileiros detidos na Espanha chega ao Brasil”. *O Globo Online*, 07/03/08; “Garcia diz que Brasil aplicou regra da reciprocidade com espanhóis”. *Folha de São Paulo*, 08/03/08; “Entrei na Espanha e já consegui emprego”. *Folha Online*, 10/03/08; “Brasileiros sofrem para entrar na Espanha há anos, diz pesquisadora”. *Folha Online*, 11/03/08; “É proibido viajar - A modernidade, que começou com a livre circulação, acaba proibindo a viagem”. *Folha de São Paulo*, 13/03/2008; “Polícia detém na Espanha empresário brasileiro que dava trabalho a ilegais”. *O Globo Online*, 13/03/08; “Rigor da Espanha afeta cidade que mais ‘exporta’ mulheres”. *Folha de São Paulo*, 16/03/08; “Espanha reconhece ter ‘errado’ no tratamento oferecido a brasileiros”. *Folha Online*, 20/03/08). Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u384139.shtml>

<sup>62</sup> <http://contardocalligaris.blogspot.com/2008/03/proibido-viajar.html> (Blog do autor). Publicado em 13/03/2008

<sup>63</sup> PADRÓN-FUMERO, Noemí. Muerte en las fronteras de la EU. *El País*, 21/05/08. Disponível em: [http://www.elpais.com/articulo/opinion/Muerte/fronteras/UE/elpepiopi/20080521elpepiopi\\_14/Tes](http://www.elpais.com/articulo/opinion/Muerte/fronteras/UE/elpepiopi/20080521elpepiopi_14/Tes)

países de origem, mas se transformam em infiltrados, impuros, perturbadores no país de destino”<sup>64</sup>.

### 2.3 Identidade e medo: o 11 de setembro norte-americano

A residência e não o turismo experimentado pelo estrangeiro sempre protagonizou algumas representações de ameaças à população local, seja em sua esfera de valores morais, seja por colocar em “risco” as conquistas de bens tangíveis e intangíveis dos autóctones. A história do estudo das sociedades de migrantes conta com poucos autores que tenham registrado expressões nitidamente positivas dos encontros entre migrante e população das sociedades de acolhida, quando não fossem tais expressões mais do que evidências de mútuos benefícios entre os dois grupos, na prática, muito mais *conclamações* para que se “positivassem” estes encontros interculturais. George Simmel é um deles. Simmel (1983) defendeu que a posição do migrante no grupo autóctone é determinada “essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram, nem poderiam se originar no próprio grupo” (182). Neste sentido, exatamente por não estar submetido a “componentes nem a tendências peculiares do grupo” (183), o estrangeiro estaria em um ponto ótimo entre proximidade e distância da sociedade de acolhida, posição que lhe permitiria um tipo “específico e positivo de participação” (idem), uma *objetividade* que “pode ser definida como liberdade” (184). Esta objetividade “libertadora” é que tornaria o estrangeiro o ator social por excelência para *julgar* e mediar conflitos.

Embora não descarte a carga de tensão presente entre sociedade de acolhida e estrangeiros, Simmel buscou analisar as condições intrínsecas à *estrangeiridade* que podem vir a tornar vantajosa a presença do migrante nas sociedades modernas. Sua análise é marcada pelo contexto específico da sociedade norte-americana das primeiras duas décadas do século XX, um contexto anterior à eclosão dos nacionalismos pós-primeira guerra mundial, e bem anterior às dinâmicas multiculturais que analisamos no contexto da globalização neste século XXI. Anterior também a um dos episódios contemporâneos que mais interferiram nas representações sociais acerca das identidades do viajante, seja ele turista ou migrante, sendo ele estrangeiro, enfim: o episódio do ataque às torres gêmeas novaiorquinas, ocorrido no já célebre 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

---

<sup>64</sup> Tradução da autora: “Los viajeros en cayuco son héroes locales en sus países de origen mientras que se transforman en infiltrados, impuros, perturbadores en el país de destino”.

Falar do medo do estrangeiro e de seus mecanismos de controle, apaziguamento ou incitação, contemporaneamente, é, de fato, evocar este que foi um dos grandes marcos concretos das mudanças nas orientações das políticas de controle da circulação do estrangeiro. Se “a imigração é um *problema* [grifo nosso] político substancial na maior parte das economias desenvolvidas do Ocidente” é porque (Hobsbawn, 2007: 12), em muito, a abordagem do “problema” passa a ser orientada por políticas definidas pelos Estados Unidos após o ataque às torres.

## 2.4 Migrações, terrorismo e identidades suspeitas

Em 2008, os tickets de embarque do metrô novaiorquinos estampavam, em uma de suas faces: *“If you see something, say something”*. O anúncio publicitário, com o respectivo caminho de acesso telefônico ao serviço de delação de suspeitos, indica que a “Autoridade de Transporte Metropolitano” de Nova Iorque (MTA – uma empresa pública) dispõe de serviços de controle de fatos ou pessoas suspeitas de práticas terroristas, mesmo reconhecendo que “em Nova Iorque ainda não tivesse havido nenhum ataque terrorista dentro do metrô”, à semelhança dos “fatais atentados de Londres, em julho de 2005, que tirou dezenas de vidas”<sup>65</sup>. No *site* da empresa<sup>66</sup> se pode acompanhar como a mesma busca afirmar que, desde o episódio do ataque às torres gêmeas, o metrô da cidade teria se tornado um dos locais mais visados por terroristas, dada sua grande circulação de pessoas concentradas em pequenos espaços.

A disponibilização de informação sobre seu controle de elementos suspeitos no metrô, por parte da MTA, pode encontrar seu fundamento no fato de o metrô ser, na definição de Marc Augé (2008), um “não-lugar”, ou seja, um desses “espaços de circulação” em que não se pode “ler a identidade, a relação e a história” do indivíduo (109). Este seria o fator pelo qual se tornaria profícuo a ações ilícitas como o terrorismo. Tal disponibilização de informação reflete, ainda, a intenção do governo norte-americano, por meio de suas instituições públicas, de “se esclarecer a população sobre os serviços públicos”, prática que em Nova Iorque, segundo Caiafa (2007:73), seria uma prática “habitual” (Caiafa, 2007: 73). Mas reflete, sobretudo, o esforço do governo norte-americano à época de sugerir que os eventos terroristas ocorridos em outros países tornam-se riscos análogos ao cidadão “nacional”. Em suma, os esforços da MTA de Nova-Iorque, bem como de outras instituições públicas norte-americanas, nos oferecem, portanto, pelo menos três aspectos a destacar: 1. A sinalização dos espaços públicos mais profícuos aos atos ilícitos: os “não-lugares”. 2. Sua intenção de demonstrar “comprometimento” com a informação de suas práticas e méritos ao cidadão nacional. 3. A urgência em se manter um estado de alerta sobre o risco constante que ocasiona a presença dos elementos suspeitos.

---

65 “So far there has yet to be a successful attack on the NYC subway like the deadly London Underground bombings on July 7, 2005 that claimed dozens of lives”. Tradução da autora. <http://www.nysubway.com/safety/subwaysafety.html>.

66 A seção “How Safe Is The New York City Subway?” by AK Thornton - Terrorism and the New York Subway” (“Quão seguro é o metro da cidade de nova iorque?”). Tradução da autora. <http://www.nysubway.com/safety/subwaysafety.html>

Desde o ataque às torres gêmeas e outros ataques ocorridos na Europa, certos governos buscam consagrar acordos de sentido que façam o cidadão “nacional” reconhecer que são os estrangeiros os maiores responsáveis pela eminência de catástrofes terroristas e de outras ordens de “choques de civilizações”, como demarcou Delumeau (2007). Segundo os discursos que chamavam a atenção para a iminência de novos ataques – como o da MTA, em NY – o medo e a suspeita se assumem como “legítimos” e lógicos, por coerentes com tal iminência<sup>67</sup>. Para Hobsbawn (2007), haveria uma desproporção entre a chamada “guerra contra o terror” e o risco representado de fato pelos elementos suspeitos: “a chamada ‘guerra contra o terror’ não é uma guerra, exceto no sentido metafórico (...). O inimigo não tem condição de derrotar-nos nem de causar-nos danos volumosos.” (150). O autor questiona não só as medidas de segurança dos países que se sentem “sobre-ameaçados” por ataques terroristas, mas, também, a própria banalização da utilização da palavra “guerra” para tratar esse tema (*guerra* contra a imigração ilegal, *guerra* contra as drogas, *guerra* contra máfia; *guerra* contra o terrorismo etc.) por sua desproporção, portanto, ao problema que busca debelar.

Os EUA, percebido como uma “terra de sonhos” e oportunidades para estrangeiros a partir do século XIX, e que foi um dos primeiros países a colocar a questão da discriminação étnica “no centro de suas preocupações”, buscando o “reconhecimento público das identidades coletivas” por meio de uma constituição multicultural (Priore, 2002<sup>68</sup>; Sempini, 1999), desde os anos 1990, por outro lado, vêm colocando em xeque sua imagem de *melting pot* “pacífico”. Se os mexicanos, durante décadas, foram o “bode expiatório” do sentimento de insegurança social e econômica dos norte-americanos (Délano, 2004: 26), parece ser que, nos anos 2000, todo estrangeiro torna-se uma potencial ameaça, embora seja sabida a crescente preferência do país pelo rechaço aos cidadãos de origem árabe. Reciprocamente, os Estados Unidos, vistos como maior representante do materialismo e da economia de mercado contemporâneos são identificados com um tipo de base moral repudiada pelo islã fundamentalista, fatores marcantes sobre os quais Vaisse (2005) acredita ter se fundamentado o ataque terrorista ao *World Trade Center* e ao Pentágono, em 2001. Para o autor, “os Estados Unidos, cuja política é vista como parcial, em virtude de seu apoio ao governo israelita, da presença militar americana na Arábia Saudita, da manutenção do

---

<sup>67</sup> Dada a sua imprevisibilidade, os ataques terroristas sugeriam conchamar a contra-ataques na mesma medida, ou seja, imprevisíveis (ataques por exércitos governamentais ou plurinacionais) constantes (ações de monitoramento e controle de seus principais agentes de “risco” – os estrangeiros), ou, no extremo, estendidos, por meio de ações militares nos países de “origem” dos estrangeiros, as guerras.

<sup>68</sup> PRIORE, Mary Del. Multiculturalismo ou de como viver junto. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/mee/meetxt1.htm>

embargo e das ações militares até 2003 contra o Iraque” (278), foram atacados em uma mensagem clara de repúdio ao que este país representa, em termos de valores ocidentais, de maneira geral, mas, também, às suas orientações belicistas e intervencionistas particulares no mundo. Para Appadurai (2007), o ataque às torres gêmeas inaugurou “um novo tipo de guerra”, cujo alvo é “apenas um único inimigo: os Estados Unidos (...) um ato maciço de punição social, um tipo de execução pública de massa (...) visando a punir a América de todos seus melindres morais no mundo, notadamente no mundo islâmico” (33-34).

Ao ter sido assumido como de autoria estrangeira<sup>69</sup>, o ataque às torres gêmeas norte-americanas tornou-se um emblema de como a entrada de turistas e migrantes deveria ser abordada: pelos órgãos de controle de fronteira e por outros ministérios que possam “monitorar” a presença estrangeira tornada suspeita na sociedade, sobretudo, os provenientes de países mais pobres, e, sobretudo, evidentemente, os de países com forte tradição islâmica. O episódio marca o ápice do processo de “‘securitização’ do fenômeno migratório e de asilo”, que, se já vinha ocorrendo antes do ataque ao *World Trade Center*, “encontra, assim, sua legitimidade reforçada” (Alba; Leite, 2004: 10), amplificando “os já amplos suprimientos de ‘temores relacionados à segurança’” (Bauman, 2005:14) e criando consensos sociais em torno da ideia de que o controle da presença do estrangeiro é a melhor garantia de prevenção de novos ataques, algo que discutirei mais no capítulo 4.

A “sensação” de risco iminente que a presença do estrangeiro produz nos cidadãos autóctones parece, de fato, aumentar com o aumento de fluxos de mobilidade humana. Mas o temor pela presença do *outro* parece superar o fenômeno das migrações, sendo parte de mudanças mais amplas nas formas de conceber a alteridade (Vaz, 2006): “A mudança na alteridade corresponde à passagem da norma ao risco como o conceito básico a partir do qual os indivíduos na cultura ocidental pensam o poder da ação humana, isto é, constroem a ideia de sofrimento evitável” (Idem: 73). Ou seja, de mecanismos normativos que definiam claramente onde começaria o ato criminoso – essas premissas ficando muito claras para seus pretendentes ao delito – passa-se à construção de mecanismos preventivos do risco, em que, antes de ter de proceder a corretivos e punições, extirpa-se a presença dos presumíveis culpados (todos os “diferentes”) e protege-se a “vítima virtual” (idem): os cidadãos nacionais.

No caso das políticas públicas para as migrações internacionais, a produção de identidades virtuais de criminosos (migrantes) e vítimas (autóctones) é usada como base para

---

<sup>69</sup> Por sequestradores provenientes da Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito e Líbano, ligados à rede terrorista Al Qaeda, autora de diversos atentados em diferentes partes do mundo.

a criação de consensos em torno dos riscos que seriam intrínsecos à presença de estrangeiros, justificando seus mecanismos de “securitização”, mesmo quando sejam estes autoritários:

Ser vítima virtual legitima práticas autoritárias em relação a um outro que nos põe em risco – perceberemos que é na tolerância em relação à morte de indivíduos por policiais e na aceitação da superpopulação das prisões que nossa sociedade autoriza a violência do Estado (Vaz, 2006:72).

Delumeau (2007) descreve como um “medo do Outro” vem se dando em escala mundial pela difundida, “constante” e “ameaçadora” ideia de que poderia haver um ““choque de civilizações”” (46) entre os grupos imigrantes e autóctones. O migrante parece tornar-se uma espécie de “bode expiatório” de um sentimento generalizado de temor e insegurança que se reflete na tentativa de deslegitimar, criminalizar, e, em casos extremos, eliminar fisicamente o *Outro* representado pelo estrangeiro (Giménez, 2003; Póvoa, 2005). Para o autor, tal estado das coisas nos conduziria ao cultivo de uma mentalidade “obsessiva” que utiliza o medo como arma, mentalidade que está na base do totalitarismo (Arendt, 1979), da agressão à repressão de qualquer desvio, “até mesmo qualquer veleidade de discussão” (Delumeau, 2007:46). Este processo, que já foi vivido e discutido à exaustão a partir da experiência totalitária de diversos governos no século passado, ganha novas modalidades para se expressar, contemporaneamente, mas coloca em evidência um mecanismo bastante “universal”, qual seja, a associação entre estrangeiro e risco. Para Kehl (2007), a especificidade do medo contemporâneo em relação ao *outro* estrangeiro é que hoje já viveríamos em um estado de medo “generalizado”, voltado para qualquer que seja o *Outro*, seja “estrangeiro ou vizinho, familiar ou desconhecido (...) O homem, que só sobrevive física e psiquicamente em aliança com seus semelhantes, vê hoje no outro, qualquer que ele seja (...) a ameaça mais temida” (Kehl, 2007: 89).

Para Bauman (1998), a associação entre estrangeiro e risco deve ser pensada enquanto um encobrimento de uma moralidade universal vigente contemporaneamente, conclamando a que se relacione o medo e a insegurança individual aos modelos políticos de sociedade vigentes. Para o autor, quanto menos as pessoas sabem sobre si mesmas, sobre suas identidades e planos para o futuro, como é o caso da experiência de liberdade e autonomia no que chama de “modernidade líquida”, “mais verão as outras como viscosas e mais freneticamente tentarão desprender-se dos estranhos que elas experimentam como uma envolvente, sufocante, absorvente e informe substância” (40). Diferente da experiência identitária moderna, em que ficavam muito bem definidos os limites entre os diferentes “projetos identitários” individuais (espelhados em referenciais comunitários), na contemporaneidade, qualquer contato com o *outro* pode, por “contágio”, nos fazer mudar de



rumo. O “medo como princípio da ação”, como proposto por Arendt (1979), ou como apreensão do risco de “contágio”, que tem como referência um ideal de pureza, como nos definia Mary Douglas (1966; 1992) – uma construção simbólica comunitária sobre a qual se montaram estratégias de Estado de exclusão do *outro* em um passado não muito distante (século XX), e se mantinham demarcadas as fronteiras desta mesma comunidade – portanto, ganha novas expressões na contemporaneidade, mas não se extirpa, à revelia dos esforços da eliminação de todas as formas de totalitarismos de Estado experimentadas nas últimas décadas.

### CAPÍTULO 3

#### MIGRAÇÕES E MIDIATIZAÇÃO DAS SOCIEDADES: SOBRE DISCURSOS E VISIBILIDADE

Se pensadas em sua dimensão ideológica, as migrações internacionais contemporâneas se vêem fomentadas ideologicamente por concepções econômicas que difundem noções de liberdade individual análogas aos livres fluxos internacionais de comércio e informações. Migrar seria uma forma de tomar-se o “destino” para si, de “empresariar” seu projeto de vida, de “identificar-se” com coletivos e referentes nacionais diversos, de atribuir ao território um valor menor, ou um valor que se re-signifique com o tempo e com o projeto de vida nele vivido. Em sua dimensão socioeconômica, grande parte dos fluxos de migrantes internacionais contemporâneos é uma “reação” às circunstâncias socioeconômicas que recaem sobre as vidas dos cidadãos afetados pelas mudanças econômicas e geopolíticas do mundo. Muitas vezes mais vulneráveis economicamente, a maioria dos indivíduos que se dispõem a migrar acredita neste movimento como uma forma de sobreviver àquelas mudanças, intensificadas com a globalização das economias.

A concepção de mundo e de questionamento de suas fronteiras que está na base da dinâmica contemporânea da globalização parece apoiar-se em ideários macro-econômicos transnacionais, bem como se sustenta por políticas específicas, estabelecidas no interior dos governos nacionais e blocos regionais. A difusão e efetividade desta “concepção” é também viabilizada mundialmente pela disponibilidade de recursos tecnológicos e por novos regimes de comunicabilidade do que se passa com os indivíduos e processos sociais no interior das nações – a *mediatização* das sociedades.

A mediatização como um processo macrosocial que incide tanto sobre o fenômeno global das migrações como, em nível micro-social, nos novos modos de construir as identidades e constituir vínculos sociais merece um maior investimento na análise de alguns de seus “subprodutos”, em seus atores sociais e instituições, as próprias mídias, para seguirmos pensando o próprio fenômeno das migrações internacionais, ou, ainda, transnacionais contemporâneas. Mas como certos meios de comunicação se tornaram, na prática, mediadores potentes da *negociação* de *ethos* identitários? Como a mídia se tornou não só este espaço de visibilidade e expressão, mas, o espaço por excelência da própria *construção* das identidades? Como os meios de comunicação se tornam ferramentas tecnológicas para o próprio indivíduo em vias de migrar ou instrumento de integração já nas sociedades de acolhida? Compreender os modos como lidamos com as identidades culturais,

hoje, tem relação direta com os novos lugares assumidos pela mídia nas sociedades contemporâneas, sobretudo, uma vez que esse *lugar* assume dimensão transnacional.

### 3.1 Midiatização e construção de identidades culturais

Sodré (2002) aponta o que seriam as vias de incidência da mídia na vida do cidadão comum: tanto por uma articulação das mídias com as instituições tradicionais da vida social, atuando em uma espécie de “co-gestão” de mudanças ou melhorias da vida doméstica familiar ou da comunidade, quanto ao fornecer um “cardápio” de referências, *ethos* pré-moldados aos quais, uma vez incorporados pelo indivíduo, garantiriam sua inclusão em uma nova forma de comunidade, uma *comunidade imaginada*, à qual também Anderson (1999) se referia, em sua teoria, ao dar à *imprensa* um poder central.

Ao se “articular” com outras instituições tradicionais da vida social e ao fornecer dito “cardápio” de referências identitárias, a mídia se coloca, contemporaneamente, como um poder ambivalente – tanto como um espaço de *visibilização* das questões e discursos públicos, quanto como um poder normatizador que *agenda* os comportamentos e identidades, individuais e coletivos, aceitos e os que devem se tornar marginais. Para Silverstone (2002), a centralidade assumida pela mídia se dá na medida em que ela filtra e molda realidades cotidianas ao oferecer “representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e manutenção do senso comum” (20). Para este autor, é no “mundo mundano” que a mídia opera de maneira mais significativa, permitindo a criação de tal forma de comunidade abstrata, e de um “espaço simbólico” compartilhado que, nos dias de hoje, seria impossível escapar à presença de suas representações, seja para fins de entretenimento e informação, seja “para ver algum sentido nas continuidades da experiência” (2002:12).

Mas, como à antiga atribuição a espaços comuns relacionados ao território, às experiências e referências coletivas, ligadas aos nacionalismos, às religiões, à família e à educação escolar vêm tendo lugar experiências socioculturais mediadas pelos meios? E em que medida a mídia se coloca como o intermediário por excelência no desenvolvimento de processos sociais e políticos, mas, também, ao nível da subjetividade individual, na construção identitária de sujeitos? Como se constituiu esta que se vêm chamando de “Cultura das Mídias” (Santaella, 1992), ou de “Cultura da Mídia”, (Kellner, 2001), este âmbito ou conjunto de processos em que a visibilidade midiática e os referentes ofertados *pela* mídia se tornam para o indivíduo a nova e vigorosa fonte de inspiração para a construção da própria identidade?

Kellner (2001) aposta que a mídia conquista tal espaço por seu poder de refletir referentes da realidade sócio-histórica e reproduzir as disputas e conflitos fundamentais de uma sociedade. Este autor (2001) defende que a mídia vem se tornando uma mediadora incisiva em processos históricos fundamentais na sociedade pelo fato de dominar a dinâmica de, por um lado, *propor* modelos e, por outro, de *refletir* as experiências culturais. Isto ocorreria lado a lado de sua inclinação a representar os interesses de classes dominantes e a estimular modelos de existência em que o valor de mercado se sobrepõe à experiência criativa e construtivista individual. Já para Sodré (2008), como a mídia é “completamente regida pela economia monetária”, na escolha de suas pautas, referências e seleção de seus “personagens” referencia-se na concretude de seu real-histórico apenas na medida em que ele possa viabilizar os processos de identificação mais imediatos com sua audiência (2002).

Santaella (1992) formula a hipótese de que a conquista desse “lugar” pela mídia se dá por sua habilidade em “abalar as divisões estratificadas entre cultura erudita, popular e de massas como campos perfeitamente separados e excludentes” (15). Este processo viria ao encontro – e fomentaria – um “aceleramento do trânsito entre as diversas formas de cultura, fazendo-as saltarem de um setor a outro” (21).

Parece ser que, pensar o lugar da mídia nos processos sociais, políticos ou, ainda, econômicos da sociedade se constitui na tensão entre admitir sua destreza em captar tais processos do “real histórico” já em curso, reinvestindo-os de sentidos, e perceber seu protagonismo em *criar* tais processos. Para isso, lança-se mão de uma série de técnicas discursivas que, ao mesmo tempo, exibam sua legitimidade para tal sem distanciá-las de seu público. Fairclough (2001) sugere que a mídia parece estar tomando a dianteira em processos sociais cruciais da sociedade exatamente por praticar determinadas novas modalidades de ordens de discursos sociais que a *aproximam* de seu público. Uma delas é o domínio da “personalização sintética” do discurso e a tendência a assumir falas cada vez mais “face a face”, mesmo que em discursos públicos, para audiências massivas. A outra modalidade discursiva seria a “diminuição de marcadores de assimetria de poder”, em que se reduzem os marcadores explícitos da fala que denotavam “assimetria de poder entre pessoas com poder institucional desigual – professores e alunos, gerentes e trabalhadores, pais e filhos, médicos e pacientes (...)” (129). Ambas modalidades discursivas estariam ligadas ao “domínio privado do ‘mundo da vida’” (idem), e reforçam aquela ideia de que haveria uma proximidade inescrutável entre mídia e indivíduo, ao se apresentar a primeira como, ao mesmo tempo, íntima (do público) e “acessível” (ao público). O manejo desta “simulação de simetria de poder” (265) pela mídia parece revelar uma aparente democratização da fala, ao

sugerir que se fala o que se compreende, e, ainda, que se fala de algo mais próximo ao *real*, manejo este correntemente utilizado como parte das “técnicas largamente usadas pelos detentores do poder institucional” (idem).

Para Barbero (2004), de fato, a mídia não seria apenas o espaço de “veiculação” ou “tradução” de representações e discursos já existentes, nem tampouco teria como pretensão substituí-los, mas, na prática, constitui-se como um cenário onde “se faz, e não se diz, a política” (31). O autor defende que uma pista para compreender o impacto da presença dos meios audiovisuais na vida cotidiana dos indivíduos se encontra em um aspecto que guarda semelhanças com o defendido por Fairclough: a utilização dos discursos da “corporalidade”, da “gestualidade” e da “teatralidade” pelos meios audiovisuais, uma vez que esta seria a “matéria significativa de que está feita, segundo E. Goffman, a ‘interação social cotidiana’” (32).

Para Sodré (2002; 2008), a mídia teria chegado a tornar-se uma “esfera existencial”, ao reforçar uma nova forma de experiência (individual e relacional) *tele-realizada, simulada*: “um quarto bios”, uma “outra forma de vida”. Este “bios midiático” seria uma forma de *ambiência* virtual, da vida como espectro, como “quase presença das coisas” (Sodré, 2008): uma comunidade afetiva que teria se tornado possível porque “as imagens já estão inscritas na própria cultura, na mediação do sujeito consigo mesmo”. Para o autor, os atuais dispositivos midiáticos que permitem representar o real levam o indivíduo a concebê-lo “em seu fluxo”, através de “próteses” de percepção. Dentre tais recursos, a imagem tem sido a mais potente articuladora com a realidade “epidêmica”, em que o “olhar público” sobre a identidade não é mais dado, e a identidade/imagem do indivíduo deve ser produzida pelo próprio indivíduo.

A perspectiva de uma identidade que não precisa mais ser submetida ao controle do “olho exterior” das tradicionais instituições sociais da modernidade em seu poder normatizador da moral, mas que se torna controlada internamente pelo próprio indivíduo faz pensar que “os homens não são mais vítimas da imagem, se tornando, eles mesmos, imagem” (Sodré, 2008). Tal perspectiva incita a pensar em que medida a relação de normatização indivíduo/olho exterior pode estar sendo assumido pela mídia, contemporaneamente. Mas, se aquele “olhar” do outro”, tradicionalmente vigilante e normativo, praticado por um “poder exercendo-se por transparências” (Foucault, 1979:217) de instituições modernas sobre o indivíduo, parece tornar-se, finalmente, *internalizado* pelo próprio indivíduo contemporaneamente – como se pretendia por aquele modelo de vigilância em que as “pessoas se tornariam virtuosas pelo simples fato de serem olhadas” (Foucault,

1979: 224) – qual o lugar da mídia na facilitação desta “internalização” deste olho externo, pelo indivíduo?

Bruno (2004; 2008) chama a atenção para como a transformação dos modos de construir identidade pode estar respondendo a mudanças na relação entre subjetividade, visibilidade e tecnologias midiáticas. Para a autora, as tecnologias comunicacionais contemporâneas “participam de uma transformação no modo como os indivíduos constituem a si mesmos e modulam sua identidade a partir da relação com o *outro*, mais especificamente com o ‘olhar’ do *outro*. (1) Para a autora, o “olhar vigilante” externo de um modelo moderno de segurança seria, de certa forma, transferido para o modelo de um olhar midiático – inicialmente externo (dos meios para o indivíduo) e internalizado, em um segundo momento, por este indivíduo, de tanto lidar com o olhar midiático.

Vaz (2006) também sugere ter havido mudanças na forma de constituir as identidades, mas, sobretudo, na forma de *perceber* as identidades – e a alteridade, por extensão. Neste caso, o lugar que ocupa a mídia nessas mudanças é mais um dos sintomas de tais transformações. O autor sugere que a implicação midiática nos processos de construção de identidades individuais e coletivas vai além de seu protagonismo em fornecer aquele olhar vigilante e normatizador “perdido” no modelo “Benthamiano”, recobrado por Foucault, uma vez que a própria relação do sujeito com a *norma* teria mudado. Vaz (2006) implica a mídia em um processo mais amplo de mudanças da modernidade para a contemporaneidade, em que a *norma*, que foi marca de uma forma de poder moderna, como pensada por Foucault (1984; 1996 *apud* Vaz, 2006), é substituída pela ideia de *risco*, um conceito que implica tanto a mídia quanto o indivíduo, na ambição de prever e decidir sobre o futuro, no presente.

Neste sentido, creio ser válido presumir que a mídia venha conjugando com formas mais “atuais” seu não declarado papel de instituidor de verdades em processos sociais de construção de sentidos. Uma das estratégias para tal, parece, é deixar que as verdades, elas mesmas, emanem da diversidade de experiências dos indivíduos “comuns”. Neste intento, a aproximação à vida privada de seu público e o espaço concedido para tudo que seja da ordem do ordinário, espontâneo e não planejado – como a vida real – bem como o interesse pelos aspectos mais domésticos dos personagens públicos, torna-se uma das bases das novas estratégias discursivas midiáticas. Esta “publicização do privado” e “privatização do público” (Mehl, 1997), ao passo que se difunde como novo *ethos* social, sugere abrir espaço para experiências mais “autênticas” com o real (Frohne, 2002), processo no qual a mídia sugere se inserir “apenas” como mediadora do acesso de sua audiência a tais experiências.

Ao inverter a prioridade do olhar sobre a vida privada e ao âmbito do “comum”, a mídia sugere aproximar o espectador das “verdades”, “realidades”, temas, valores e preocupações pertinentes, não dos ilustres da vida pública modernas, mas também do cidadão “comum”. O importante para a mídia torna-se não oferecer normas, mas demonstrar sua habilidade em lidar com seu público. (Verón, 2003) Tal manobra de auto-referência tem sido uma de suas estratégias mais recentes na ampliação de seu papel social perante uma audiência que se torna objeto e sujeito da produção que realiza (idem). Assim, como “estratégias de ‘pedido de atenção’ sobre as próprias regras e operações através das quais produz a realidade da construção” (Fausto Neto, 2007:10), a mídia produz um olhar sobre si mesma, parecendo sofrer o mesmo processo de internalização do olho vigilante experimentado pelo sujeito contemporâneo, naturalmente, com mais consciência e poder de aproveitamento de suas possibilidades produtivas.

A tendência a dar visibilidade aos aspectos mais comuns da vida íntima da população se vê refletida pelo fenômeno das “construções biográficas”, em que se promovem narrativas e relatos que simulam uma cristalinidade do real: testemunhos, relatos pessoais, segredos desvelados, confissões, memórias e biografias sobre a trajetória pessoal de personagens públicos ou anônimos, de caráter confessional e “realista”, (Ehrenberg, 1995; Mehl, 1997), que se debruçam sobre questões “banais” da vida de todos e “qualquer um”. Mesmo quando enfoca figuras ilustres ou personagens famosos por suas obras, em tais narrativas, estas são frequentemente relegadas a segundo plano (Schmidt, *apud* Goulart e Lerner, 1997; Sibilia, 2005). Na prática, sugere-se que é a vida privada, tanto a dos famosos, como a dos “comuns”, que interessa às telas e páginas, criando em torno da promessa de dar “visibilidade” e fama ao “íntimo”, uma espécie de “comunidade” de sentidos, dentro da qual se sugere que todos devem “lutar” para tentar incluir-se. Ou seja, tornarem-se célebres ou famosos por serem “eles mesmos”:

Os meios não se cansam de apregoar que agora qualquer um pode ser famoso. Não deixa de ser assim. E, inclusive, os genuinamente famosos de outrora, como os de hoje em dia, são resgatados em seus papéis de ‘simples mortais’: são festejados nas telas e em outros suportes com esplendor midiático porque são comuns, exibindo e ficcionalizando uma intimidade, que ainda que seja banal, acaba sendo fascinante ante o olhar alheio<sup>70</sup> (Sibilia: 2005: 25).

---

<sup>70</sup> Tradução da autora: “los medios no se cansan de pregonar que ahora *cualquiera* puede ser famoso. No deja de ser cierto. E, inclusive, tanto los genuinos famosos de otrora como los de hoy en día son rescatados en sus papeles de *cualquiera*; se los festeja en las pantallas y en otros soportes con esplendor mediático porque son *comunes*, exhibiendo y ficcionalizando una intimidad que aun siendo banal —y quizás justamente por eso— resulta fascinante ante la mirada ajena”.

Para tornar-se uma figura “pública” (o que quer dizer, nesse caso, aparecer pela mídia), cada vez mais torna-se, portanto, imprescindível que o sujeito se disponha a exhibir o que há de mais pessoal, ao mesmo tempo que banal e comum a todos os não ilustres, isto é: suas mazelas, insignificâncias, perversões, intimidades sexuais e fisiológicas, toda espécie de prática “inconfessável”, enfim: sua “autenticidade” (Sibilia, 2008; Bruno, 2004). Passa a importar o que as chamadas “pessoas comuns” (Bretas, 2008; Recuero, 2008) podem ter de mais “espontâneo”, tanto quanto de tão banal, que possa chegar a causar identificação em um público infundável, para além de nichos identitários de mercado, pois a “vida privada” é um âmbito temático que deve interessar a todos. Frente à “busca interminável e diversa do real, tanto na ciência como na vida” (Andacht, 2003), à “sede de verdade” atribuída ao público, cada vez mais voraz a tudo que remeta à realidade (Sibilia, 2005), a mídia oferece um “buraco da fechadura” pretensamente documental, revelando a intimidade, não só do famoso ou do comum, mas, em última instância, dela mesma. É que, ao buscar responder a uma possível “sede de real”, na prática, a mídia parece criar outra premissa: não a de que mostra a realidade, mas que, ao ser mostrada por ela, qualquer coisa pode se tornar “real”.

Um esvaziamento da esfera pública (Sennet, 1988), ou a perda de fronteiras entre público e privado, e a valorização de iniciativas e cenários antes associadas à intimidade e ao segredo, em que a vida privada visibilizada pela mídia torna-se a instância máxima desta “construção de si” talvez possam explicar o que Ursula Frohne chama de “retóricas de autenticidade da mídia” (2002: 258). Para a autora, ao ter acesso às experiências *autênticas* de personagens dispostos a oferecer sua intimidade e seus segredos em troca de visibilidade, a mídia sugere dar passo ao que há de mais próximo ao *real*. Ou seja, em contrapartida, a identidade destes personagens passa a existir para o “mundo”.

Ainda como contrapartida à cessão daquela “autenticidade”, a mídia oferece modelos identitários para os que apostam na “melhoria” de si. É assim que se apresentam nossos “ídolos” bem sucedidos após esforços de autoconstrução estética, estilística e social projetados pela mídia, os célebres, que, tomados como referências a ser seguidas se mostram como “vencedores” da guerra pela visibilidade e publicidade de si e de seu “projeto de identidade” (Bauman, 2004). O regime de celebridades chama à volta da discussão sobre mídia e *norma*. Com o objetivo de tal legitimação ou “coroamento” da existência, o indivíduo “enfrenta” a natureza e recria a si mesmo de acordo com tais ideais forjados na “cultura da mídia”, buscando os recursos e tecnologias oferecidas pelo mercado para emplacar tais bem sucedidos “projetos de si”. A vida “passa a ser, com frequência constante neste contexto, uma história inspirada nos modelos cinematográficos (e multimídia) que



permeiam e recriam constantemente o mundo, enquanto o ‘eu’ se espelha nos personagens que desbordam da tela e modelam o real” (Sibilia, 2004:6). Neste sentido, a mídia normatiza modelos de vida bem sucedidos. Mas, ao sugerir o que se considera padrão de sucesso pessoal, aponta que a autenticidade do sujeito comum pode ser “aprimorada” por estratégias de intervenção no corpo, na casa, ou em sua personalidade, amplia seu papel normatizador, oferecendo-se como mediador para tal intervenção. Alcançado este projeto, se oferece novamente como espaço de visibilidade do *processo*<sup>71</sup>.

A identidade referendada por seu aparecimento na mídia, e, com sorte, celebrizada, torna-se um protótipo que possa produzir identificação por outros, em processos de “clonagem identitária” ininterruptos que “constituem padrões de normalidade efêmeros” (Rolnik, s/d).

Para fazer girar este mercado, é necessário que novos tipos de clone sejam produzidos o tempo todo, enquanto outros saem de linha, tornam-se obsoletos. (...) O que se vende são imagens destas identidades/mercadoria que serão consumidas inclusive por aqueles de cuja medula subjetiva o capital se alimentou para produzi-las (Rolnik, s.d.).

Para Barbero (2004), tal desejo de “ser visto” corresponde, nas sociedades midiáticas, a uma demanda crescente por “reconhecimento recíproco”. Isto é, ao “direito de informar e ser informado, de falar e ser escutado, imprescindível para poder participar das decisões que concernem à coletividade” (35), por parte de uma audiência que já teria percebido que, contemporaneamente, a “exclusão cidadã se situa justamente aí, na ‘desposesión’ do direito de ser visto e ouvido, já que equivale ao de existir/ importar socialmente” (idem).

### 3.2 Mídia, contextos e discursos parlamentares: a “problematização” das migrações

Diante do contexto de mediação das sociedades, o espaço discursivo mediado, onde se confere tecnicamente a visibilidade às falas e identidades culturais, torna-se, assim, ele mesmo, um espaço prático, isto é, o espaço da posta em ação da identidade, individual e

---

<sup>71</sup> A mídia vem dispondo de uma série de “recursividades internas às suas próprias operações” (FAUSTO NETO, 2005; 30-31) para afirmar sua relação com seu público. Aqui encontramos um bom exemplo para ilustrar esta sua nova “natureza” auto-referencial: os *reality shows de intervenção* ou *transformação*, exibidos pela TV, que têm como objetivo acompanhar o processo de transformação estético ou comportamental de seus personagens. Este formato de programa é um dos que melhor se prestam a compreender tais dinâmicas de seleção e exclusão de subjetividades e construção identitária na contemporaneidade, bem como a compreender a atuação da mídia em sua função normativa, reguladora e auto-referencial. Ao conduzir à vitória o participante que tenha conseguido “modular” seu corpo, sua casa, estilo pessoal, ou comportamento, segundo o objeto almejado – em geral corpos jovens e esbeltos, relações libertárias e estilos pessoais “artísticos” –, a grande mídia demonstra a amplitude de seu poder. Ao mesmo tempo que oferece seus *ethos* identitários como referência a se seguir, insinua-se como uma mediadora fundamental para o alcance desse projeto.

coletiva, de sua existência, enfim. Os temas de grande atualidade, não completamente assentados sobre bases tradicionais de conhecimento (como o científico, por exemplo) se configuram como uma destas pautas que se tornam alvo de crescente disputa de sentidos acerca da definição de “verdades” em torno do próprio fenômeno. Este é o caso dos novos fluxos de migrações transnacionais. É assim que as identidades dos migrantes são tematizadas em espaços públicos, para além dos ambientes acadêmicos, das disputas de verdade das sociedades, em que a mídia tem função central.

Os discursos que enfocam as migrações – e as identidades coletivas dos migrantes – têm um efeito de ação na medida em que a visibilidade e a reiteração desta é uma das condições primordiais da criação de comunidades de sentidos menos ou mais reacionários à convivência com imigrantes em uma sociedade. Esta relação entre visibilidade identitária e aceitação pública do que é tornado visível não se volta apenas para o tema das migrações internacionais e as identidades migrantes, mas para a negociação de sentidos acerca de qualquer identidade coletiva. Pois, se, por um lado, a própria identidade se torna objeto de autoconstrução individual (Bauman, 1998; 2001; 2004; 2005; Rose, 2001; Ehrenberg, 1995; Rolnik, 1997) favorecida pela possibilidade de aparição pela mídia, esta visibilidade midiática é a garantia de sua legitimização como identidade que pode tornar-se coletiva. Assim, a mídia trabalha nesta dupla chave, qual seja, oferecer-se como espaço de referências de identidades coletivas, que é também, o espaço em que o sujeito exercita uma autopercepção de si, ao ser visibilizado pela mídia.

Se “só aquelas identidades coletivas reconhecidas publicamente, quer dizer, previamente legitimadas midiaticamente, estão em condição de apresentar demandas ante o poder público” e inserir-se na condição de cidadãs (Sampedro, 2004: 136 *apud* Casero, 2007: 140; Barbero, 2004), é a partir das imagens e discursos a que confere visibilidade que a mídia termina por se converter em uma espécie de “gestora das identidades públicas” (Casero, 2008: 139). Com isso, a mídia organiza o que Gamson (1992) chama de “pacotes interpretativos” sobre as identidades culturais coletivas, na contemporaneidade, isto é, modalidades de argumentos reunidos que, sustentados publicamente, “significam e dão sentido às questões sociais”<sup>72</sup> (Becket, 1997:65).

Neste sentido, a forma e a intensidade com que as identidades são representadas pela mídia – seja ela a “grande” mídia de massa ou a internet, em sua versão “meio de comunicação social” (Verón, 1997) se tornam, no mais das vezes, também, a forma como

---

<sup>72</sup> Tradução da autora: “The discursive elements that make up different issue frames are organized into what Gamson calls ‘interpretative packages’ that make sense of and give meaning to social issues (...)”.

são percebidas em sua realidade sócio-histórica. Como defende Antoun (2008), por maior que seja o esforço das Teorias de Recepção para “abrandar visões apocalípticas” (12) de como a grande mídia condiciona a aceitação do que publiciza, não é mais possível ignorar que as “guerras de informação” tornam o leitor, por mais ativo que o seja, em um sujeito ainda “passivo na perspectiva de luta para produzir a informação capaz de transformá-lo em um sujeito com atividade e autonomia” (13).

### 3.3 Os discursos problemáticos sobre as migrações pela mídia

Laurio (2008) chama a atenção para como vem crescendo, sobretudo no âmbito europeu, a “convicção” de que os modos pelos quais a mídia representa os movimentos migratórios e a convivência entre autóctones e imigrantes “desempenha um papel central” na reprodução de discursos, no caso, com “efeitos negativos para a coesão social em sociedades crescentemente diversas” (Laurio, 2008: 196). No debate sobre as migrações, o autor chama atenção para o racismo como um “atributo” da mídia europeia:

Os meios como instituição que prefiguram e condicionam o debate, legitimam a visibilidade/invisibilidade de diferentes setores sociais, determinam significados e representações da realidade que passam a ser compartilhados pela coletividade, instaurando consensos sociais. O racismo, não reconhecido como um destes consensos sociais, é um atributo das sociedades modernas, européias, individualistas, igualitárias, universalistas” (idem).

Para Carmona (2005<sup>73</sup>), entre os estudos realizados para analisar o tratamento informativo dos meios de comunicação sobre os imigrantes na Europa, mas, sobretudo, na Espanha, há uma tônica dominante na percepção de uma visão negativa do imigrante na mídia, que “privilegia o marco de apresentação da imigração como um ‘problema’”<sup>74</sup>, muito mais do que se empenha em produzir análises sobre as razões da imigração, das circunstâncias vividas pelos migrantes em seus países de “origem”, ou já nos países de acolhida – estas sim, muitas vezes problemáticas, ou sobre sua contribuição para as sociedades de acolhida.

o que mais chama a atenção na análise do tratamento informativo da imigração estrangeira é a tematização generalizada em torno da dimensão problemática destes movimentos demográficos, e, ainda caberia dizer, problematizadora, segundo os enfoques jornalísticos, que costumam investir na responsabilidade

<sup>73</sup> CARMONA, Juan Francisco Torregrosa. “El tratamiento informativo de la inmigración como paradigma de la alteridad”. Revista *Pueblos*, set. 2005, n.18.

<sup>74</sup> Tradução da autora: “privilegia el marco de presentación de la inmigración como un ‘problema’”.

– cultural, moral, jurídica... – das pessoas emigradas, às vezes de forma exclusiva, desviando quaisquer outros fatores que competissem com estes fatos narrados (...) Estamos nos referindo às nomenclaturas eleitas pelos meios, e por muitos cidadãos, e inclusive especialistas, para enquadrar esta realidade. Falar de ‘o problema da imigração’ é muito distinto de falar de ‘os problemas da imigração (...)’ é óbvio que a utilização de uma ou outra expressão muda o sentido e as premissas do debate<sup>75</sup> (idem).

Van Djk também chama a atenção para certos aspectos das “premissas” do debate, tais como certas condições de realização das notícias: dominação de brancos ocidentais, com valores “preconceituosos”, e, também, para o manejo de certas “estratégias cognitivas” pelos jornalistas, tais como o uso constante de expressões associadas aos aspectos negativos da migração (Van Djk, 1997 *apud* Carmona, 2005) para orientar as representações que articulam sobre a realidade social das migrações. Para Bañón Hernández (2007) e Padrón-Fumero (2008<sup>76</sup>) o especial interesse da mídia em construir a realidade das migrações como um “problema” ou um “conflito” se expressa pela utilização de elementos linguísticos que caracterizam o ato migratório como sendo “invasões” plenas de perigo: “Nada mais ilustrativo que os termos aberta e imprudentemente utilizados nos meios de comunicação tais como enchentes, correntes, massas e inclusive *tsunamis* contra os quais há que se construir muros que previnam inundações”<sup>77</sup> (Padrón-Fumero, 2008).

Carmona (2005) observa como, tanto para as análises midiáticas do fenômeno migratório com enfoque quantitativo, quanto para as qualitativas, “a maior parte das notícias vêm constituídas por dificuldades e/ou problemas relativas à imigração”<sup>78</sup> e se busca uma afirmação dos aspectos mais dramáticos do ato migratório, bem como se busca associá-lo ao conceito de “invasão” e aos conflitos provocados por esta dinâmica. O autor destaca como trabalhos “de referência” sobre análises qualitativas da mídia realizadas na Espanha por Andreu Casero e Teun.A. Van Dijk “coincidem” em apontar a estratégia midiática de

---

<sup>75</sup> Tradução da autora: “Lo primero que llama la atención en el análisis del tratamiento informativo de la inmigración extranjera es la tematización generalizada en torno a la dimensión problemática de estos movimientos demográficos, y aun cabría decir problematizadora, según los enfoques periodísticos aportados, que suelen incidir en la responsabilidad – cultural, moral, jurídica...- de las personas emigradas, a veces de forma exclusiva, eludiendo cualesquiera otros factores de posible concurrencia en los hechos narrados.(...) Nos estamos refiriendo a la denominación elegida por los medios, y por muchos ciudadanos e incluso expertos, para encuadrar esta realidad. Hablar de ‘el problema de la inmigración’ es muy distinto a hablar de ‘los problemas de la inmigración’. (...) Es obvio que la utilización de una u otra expresión cambia el sentido y las premisas del debate”.

<sup>76</sup> PADRÓN-FUMERO, Noemí. Muerte en las fronteras de la EU. *El País*, 21/05/08. Disponível em: [http://www.elpais.com/articulo/opinion/Muerte/fronteras/EU/elpepiopi/20080521elpepiopi\\_14/Tes](http://www.elpais.com/articulo/opinion/Muerte/fronteras/EU/elpepiopi/20080521elpepiopi_14/Tes)

<sup>77</sup> Tradução da autora: “Nada más ilustrativo que los términos abierta e imprudentemente utilizados en los medios de comunicación tales como *riadas*, *corrientes*, *masas* e incluso *tsunamis* contra los que hay que construir muros que prevengan inundaciones”.

<sup>78</sup> Tradução da autora: “la mayor parte de las noticias vienen constituidas por dificultades y/o problemas con respecto a la inmigración”.

demarcar oposições do tipo nós/eles, atribuindo todos os elementos negativos a “eles” e somente os positivos a “nós” (os europeus).

Van Dijk (2007) aposta que as estratégias discursivas da mídia europeia, de modo geral, consistem em destacar os sucessos negativos dos imigrantes e negar os do *endogrupo*, assim como em destacar os aspectos positivos do *endogrupo* e omitir os dos imigrantes. Tal estratégia seria uma maneira indireta de racismo simbólico, uma vez que, na prática, este é negado por todos os grupos: “Tanto para a direita política como para a esquerda, e tanto para os tablóides como para a imprensa de qualidade, a negação do racismo é uma pauta constante”<sup>79</sup>(34). Segundo o autor, a análise de “milhares” de notícias europeias por projetos de pesquisa que se preocupam em compreender as abordagens midiáticas sobre o tema das migrações demonstram “de forma mais que consistente” (2008:30) que as minorias e os imigrantes tendem a ser associados a temas problemáticos e negativos. Dentre tais temas, destaca: a violência, o crime, o desemprego, as drogas, a ilegalidade, o desvio cultural, o atraso, as máfias, o fanatismo, a intolerância cultural etc. Sob estas abordagens, as migrações são tomadas “como invasão” e a integração dos imigrantes como uma ameaça à “nossa” cultura, na medida em que os delitos cometidos pelos migrantes tornam-se mais frequentes e mais graves que os do “endogrupo” (34)

todas as pesquisas empíricas indicam, entre outras coisas, que, se de forma mais direta e agressiva no caso da direita, e de maneira um pouco mais sutil na esquerda, as minorias e os migrantes não europeus são representados como um problema, apoiando tal representação, além do mais, na atribuição de características negativas, entre as quais destacam a violência, o crime e a perversão ou o desvio cultural (religioso, lingüístico etc)<sup>80</sup> (Van Dijk, 2008:30).

Casero (2007) defende que os meios de comunicação social se servem de um “amplo” conjunto de *eixos discursivos* para articular e orientar a “construção de representações e imagens simbólicas sobre a realidade social” (141). Em relação à tematização das migrações pela mídia espanhola, o autor identifica três eixos básicos a partir dos quais se afirma a “construção da identidade midiática da imigração”: *a polarização legal-ilegal*, *o mercado laboral*, e *a conflituosidade dos imigrantes* (141). No primeiro eixo (legal-ilegal), a situação jurídica do imigrante condiciona sua aceitação por parte da

---

<sup>79</sup> Tradução da autora: “Tanto para la derecha política como para la izquierda, y tanto para los tablóides como para la prensa de calidad, la negación del racismo es una pauta constante”.

<sup>80</sup> Tradução da autora: “todas las investigaciones empíricas indican, entre otras cosas, que, si bien de forma más directa y agresiva en el caso de la derecha y de manera algo más sutil en la izquierda, las minorías y los inmigrantes no europeos son representados como un problema, apoyando tal representación además en la atribución de características negativas, entre las que destacan la violencia, el crimen y la perversión o la desviación cultural (religiosa, lingüística, etc.)”.

sociedade. A dicotomia expulsão/regularização marca de forma constante as abordagens sobre a possibilidade ou não de integração do imigrante. Para Casero, “a acentuação deste eixo é tão marcada que a falta de documentação serve para dar nome ao coletivo de imigrantes”: os “sem-papéis” (141). A manifestação do eixo “legal/ilegal” se articularia a partir de três momentos básicos da presença do imigrante na sociedade de acolhida: a *chegada*, a *estadia* e a *expulsão*.

A chegada dos imigrantes comporta o efeito sensacionalista/dramático descrito anteriormente por outros autores, e buscaria demonstrar os riscos de morte envolvidos nas imigrações, desencorajando-as. A estadia seria o momento por excelência de explicitação do caráter *ilegal* da presença do imigrante. É quando se inicia com mais nitidez o processo de *criminalização* das imigrações, na medida em que se trate o imigrante sem documentação como delinquente ao qual se deve buscar controlar e *capturar*. Já o momento da *expulsão* aparece como uma consequência lógica da entrada irregular do imigrante, em “nenhum caso” sendo vista como injusta ou reprovável. Pelo contrário, no discurso midiático sobre a expulsão se recorre a “inversão ou culpabilização da vítima” (Van Dijk, 2003<sup>a</sup>: 256, *apud* Casero, 2007: 145).

O segundo eixo proposto por Casero (2007), o “laboral”, é o que percebe o imigrante não como uma pessoa, mas como um *trabalhador*, estabelecendo que é o mercado o marco que deve legitimar ou não sua presença. Neste eixo é onde melhor se conhecem as políticas de migrações *selecionadas*, ou seja, as políticas que procedem à “filtragem” dos migrantes que interessam às sociedades de acolhida e a interrupção da estadia dos que não, o que subentende haver uma visão utilitarista das migrações, que trata o imigrante como alguém que só é bem vindo se puder ocupar vagas sub ou super-qualificadas para autóctones<sup>81</sup>.

O terceiro e último eixo proposto por Casero é o da “conflituosidade” dos imigrantes. Este eixo se sub-dividiria em três outros: *conflituosidade e discurso reivindicativo* – em que os imigrantes são representados por manifestações, passeatas, ocupações e outras formas de “protesto gratuito”, tomadas como ameaçadoras ou “excessivas” pela mídia (149); o *binômio imigração-delinquência* – que define o imigrante como alguém perigoso, que promove o aumento da insegurança “cidadã”. Neste ponto, Casero matiza a responsabilidade da mídia na construção da identidade criminalizada do imigrante, na medida em que, pelo menos no caso espanhol, o discurso político que criminaliza as imigrações – que se afirma por meio das declarações de parlamentares – seria especialmente interessado no triunfo desta relação,

---

<sup>81</sup> As migrações *selecionadas* são discutidas mais profundamente no capítulo 4.

como forma de ocultar uma “gestão política deficiente no terreno da segurança cidadã”<sup>82</sup> (152) sendo co-responsável pela abordagem criminalizante do “problema” das imigrações. E, por último, *o imigrante como carga social*. Neste aspecto, as atenções sociais que os imigrantes demandariam e o acesso a direitos sociais como educação, saúde, moradia etc. seriam um peso para o Estado de Bem Estar, sem que este sujeito retornasse “nada em troca” (153) à sociedade que o acolhe.

Ao revisar a bibliografia que analisa o tratamento midiático do tema das migrações na Espanha, Moreno Preciado (2006) destaca quatro aspectos que considera como sendo os mais reiterados pela mídia espanhola – sobretudo impressa – mencionados pelos autores de tais análises. Seriam eles: 1) O caráter de “avalanche”: “se instala a idéia de que nosso país está submetido a uma verdadeira ‘invasão’, facilitada pela situação geográfica que a converte em fronteira Norte-sul”<sup>83</sup> (212); 2) O “perigo” da imigração para a sociedade de acolhida: “as condições de vida dos países exportadores de imigrantes fazem com que surja na sociedade de acolhida o temor de diferentes doenças e também a inclusão de temas culturais consideradas inapropriadas”<sup>84</sup> (idem); 3) O caráter “delitivo”: “a irregularidade é uma das características do atual fluxo migratório, que, por sua vez, propicia o estabelecimento de redes de delinquência e criminalidade”<sup>85</sup>. E, por último, 4) A “precariedade” e a “marginalidade”: “como consequência do caráter irregular da imigração, que dá lugar a importantes bolsas de pobreza e marginalidade entre estes coletivos”<sup>86</sup> (ibidem).

Apesar de não negar a evidência da situação descrita, os diferentes autores consideram que os meios a sobre-dimensionaram, contribuindo, com isso, à consolidação na opinião pública de determinados estereótipos e associações do tipo imigrante “invasor”, “problemático”, “conflituoso”, “delinquente”, “violento”, “doente”, “pobre”. Estes rótulos são constitutivos do que Goffman (1998:14) chama um atributo *desacreditador* que favorece a estigmatização de quem o carrega<sup>87</sup> (Moreno Preciado, 2006: 212).

---

<sup>82</sup> Tradução da autora: “gestão política deficiente en el terreno de la seguridad ciudadana”.

<sup>83</sup> Tradução da autora: “se instala la idea de que nuestro país está sometido a una verdadera ‘invasión’, facilitada por la situación geográfica que la convierte en frontera Norte-Sur”.

<sup>84</sup> Tradução da autora: las condiciones de vida de los países exportadores de inmigrantes hacen que surja en la sociedad de acogida el temor a diferentes enfermedades y también a la inserción de pautas culturales consideradas inapropiadas”.

<sup>85</sup> Tradução da autora: “la irregularidad es una de las características del actual flujo migratorio, que, a su vez, propicia el establecimiento de redes de delincuencia y criminalidad.”.

<sup>86</sup> Tradução da autora: “como consecuencia del carácter irregular de la inmigración, que da lugar a importantes bolsas de pobreza y marginalidad entre estos colectivos”.

<sup>87</sup> Tradução da autora: “A pesar de no negar la evidencia de la situación descrita, los diferentes autores consideran que los medios la han sobredimensionado, contribuyendo con ello a la consolidación en la opinión pública de determinados estereotipos y asociaciones del tipo de inmigrante ‘invasor’, ‘problemático’, ‘conflictivo’, ‘delincuente’, ‘violento’, ‘enfermo’, ‘pobre’. Estas etiquetas son constitutivas de lo que Goffman (1998: 14) llama un atributo *desacreditador* que favorece la estigmatización de quién lo porta”.

Os “eixos” propostos por Casero (2008) e os “aspectos reiterados”, por Moreno Preciado (2006), se são eficientes em sistematizar aspectos fundamentais presentes nos discursos sociais sobre os imigrantes, em alguns momentos nos sugerem uma separação por demais mecânica de temas que se mostram “sinuosos” e se cruzam. No caso da análise de Casero, acredito que o eixo “legal”, tanto quanto o “laboral”, não deveriam ser separados tematicamente do eixo “conflituosidade”. Mais que isso, seriam perpassados por este. Isto porque tanto a chegada do imigrante indocumentado (aspecto do eixo “legal”) quanto a presença do trabalhador (aspecto do eixo “laboral”), com as vicissitudes que se lhe atribuem os discursos midiáticos, são marcados por discursos problematizantes, *conflituosos*, supostamente provocando distúrbios para as sociedades de acolhida. Neste sentido, têm natureza igualmente “conflituosa”. Além disso, há também a situação do migrante que pode justapor ambas as condições (ser trabalhador *e* ilegal), algo que o diferencia de outras modalidades de trabalhador imigrante, como o “qualificado”, por exemplo, o que migra através de programas de incentivo dos governos das próprias sociedades de acolhida. Neste caso, os eixos podem fundir-se, justapor-se e recombinar-se, na medida em que as características que os conformam se interpenetram.

Já os “aspectos” sistematizados por Moreno Preciado parecem buscar muito mais elencar os elementos discursivos que estariam nas bases de argumentação do que Gamson chamou de “*pacotes interpretativos*”, no caso, os que se referem às migrações. Neste sentido, ao não “amarrar” os eixos em categorias, Moreno Preciado permite que o que para Casero seria um eixo – a “conflituosidade” – se torne uma abordagem transversal a todos os aspectos invocados em tais “pacotes”: o “carácter problemático e conflituoso” do tratamento informativo das migrações (Moreno Preciado, 2006:212).

### **3.4 Abordagem multilateral das migrações: jornalistas X pressões ulteriores**

Para Lorite Garcia (2004)<sup>88</sup>, os jornalistas da Espanha demonstrariam uma progressiva sensibilização pelo tema das migrações internacionais, que teria aumentado visivelmente sua presença na mídia impressa e audiovisual<sup>89</sup>. Se em 2000, havia uma abordagem unilateral, “unipolar”, “centrada na ‘avalanche’ de *pateras*” (2), a atual

<sup>88</sup> Lorite Garcia dirigiu a pesquisa *Tratamiento informativo de la inmigración en España*, realizada com seu grupo MIGRACOM – Observatorio y Grupo de Investigación de Migración y Comunicación, na Universidad Autónoma de Barcelona – em 2002, a partir de encomenda do Instituto de Migraciones y Servicios Sociales do governo espanhol. A pesquisa focou cadeias públicas e privadas de rádio e televisão, além de jornais impressos.

<sup>89</sup> Segundo as amostras observadas entre 1996 e 2002, o tempo destinado ao tema das migrações internacionais teria aumentado significativamente de 1996 para 2000 (de 0,61% para 2,29%) e ainda mais expressivamente de 2000 para 2002 (de 2,29% para 7,30%).



abordagem seria mais ampla, incorporando a visão “multipolar” que o tema mereceria. Tal ampliação de abordagem teria se dado pelo surgimento de temas políticos nacionais e internacionais de destaque e influência sobre o tema das migrações, como o desenvolvimento da União Europeia e a discussão, em seus domínios, sobre a necessidade de uma legislação comum para regular a imigração “não comunitária” no bloco.

Apesar do aumento da incidência de notícias sobre a imigração<sup>90</sup>, a pesquisa de Lorite Garcia constata que as abordagens “multipolares” dos jornalistas espanhóis não se propõem a dar visibilidade às realidades da emigração, ou seja, às questões que levam os imigrantes a decidir partir de seus países e buscar a vida em outro. No período observado, as notícias que informam sobre questões relativas à África ou à América Latina (continentes de onde provém a maioria dos imigrantes enfocados) seriam quase “insignificantes” em relação ao que se dedica à Europa e aos Estados Unidos. “Esta desproporção entre Estados Unidos e África vem se reiterando desde 1996, ano do primeiro estudo realizado (...)”<sup>91</sup> (8). Assim, tal “olhar multipolar”, constatado nas abordagens jornalísticas espanholas a partir de 2002, teria alguns limites no alcance à contextualização do problema da imigração e das identidades dos imigrantes: “vemos que tal olhar multipolar não alcança compreender este traço de identidade e critério constitutivo tão necessário dos novos inquilinos”<sup>92</sup> (idem).

Em suas conclusões, a pesquisa busca destacar os esforços dos jornalistas espanhóis na abordagem da questão da imigração, desde “várias ópticas e temáticas”, mas considera que tal esforço é limitado, na prática, por estruturas ideológicas e sistêmicas do próprio meio, limitando seu intento original:

as rotinas produtivas dos meios seguem produzindo e reproduzindo um discurso informativo (textual, visual e sonoro) por demais fragmentado e eurocêntrico da realidade dos imigrantes não comunitários. (...) De qualquer forma, convém falar a favor dos diferentes jornalistas espanhóis, confrontados à necessidade de informar sobre temáticas tão difíceis de abordar adequadamente como a imigração, que mostram um interesse crescente por abordá-las desde propostas de qualidade informativa. São

---

<sup>90</sup> Uma característica da pesquisa encomendada pelo governo espanhol que merece atenção é o fato de que ela enfocou os noticiários audiovisuais da tarde e da noite, períodos de reconhecidas “mayor elaboración que los del mediodía y de audiencias a menudo más importantes”. (6). O que o autor se refere como “mais importantes”, infiro, tratar-se-ia de uma audiência mais instruída e participante do debate acerca da imigração na Espanha. Dessa forma, a análise da produção do horário “tarde-noche”, consagrado por uma abordagem, e até mesmo uma linguagem, mais elaboradas, menos sensacionalistas e mais informativas, não permite compreender como se dá a produção de discurso voltada para uma audiência com acesso ao horário matinal, submetida a condições diferenciadas de recepção.

<sup>91</sup> Tradução da autora: “Dicha desproporción entre Estados Unidos y África viene reiterándose desde el 96, año del primer estudio realizado (...)”.

<sup>92</sup> Tradução da autora: “vemos que dicha mirada multipolar no logra abarcar aún esta seña de identidad y criterio formativo tan necesario de los nuevos inquilinos”.

partidários de contrastar fontes, por exemplo, mas reconhecem que muitas vezes não dispõem do tempo necessário para lidar com elas<sup>93</sup> (18).

O fato de os jornalistas espanhóis serem “partidários” de se “contrastar fontes”, por sua vez, se afronta com outro aspecto conclusivo da pesquisa: o fato de que a “voz” e a imagem do imigrante não costumam aparecer na mesma proporção que a fonte oficial, via de regra, o governo. Lorite Garcia comenta: “é mais fácil reproduzir uma foto de um político falando sobre a regulamentação dos imigrantes do que um imigrante falando sobre a regulamentação dos imigrantes que está destinada a regularizar sua situação”<sup>94</sup> (18). Mas, o autor reconhece que é justamente esta “dificuldade” em abordar o imigrante desde seu potencial em comentar, analisar, e dar seu próprio testemunho, tanto de sua realidade como imigrante como sobre o fenômeno da migração em si mesmo, que parece vir sendo uma das maiores responsáveis pela perpetuação da imagem “unipolar” das *pateras* entre a recepção destes meios:

Ao entrevistar uma amostra qualitativa de diferentes tipologias de pessoas em função de variáveis como a procedência geográfica, culturais e religiosas, residentes na cidade de Barcelona e em diferentes localidades da província de Barcelona (...) pudemos observar, desde essa recepção midiática e diversa da realidade atual, que a maioria associa a imigração atual com a notícia ou a instantânea fotográfica da chegada em *pateras* e em particular com certas imagens impactantes”<sup>95</sup>. (p. 19)

A imagem da chegada dos imigrantes, sobretudo nas costas mediterrâneas europeias, parecer ser especialmente atraente para a mídia pelo impacto causado pela imagem de uma modalidade específica de chegada: as embarcações conhecidas como *cayucos* ou *pateras* (Zapata-Barrero, 2008; Cogo, 2008b). Apesar de que, na Espanha, a maioria (60%) dos imigrantes chega em avião (contra os 30% que efetivamente chegam pelo mar), as adversidades enfrentadas, ou as mortes em pleno alto-mar se manifestam como “estratégias de dissuasão, consistentes em apresentar os efeitos da entrada clandestina” nos países de

---

<sup>93</sup> Tradução da autora: “las rutinas productivas de los medios siguen produciendo y reproduciendo un discurso informativo (textual, visual y sonoro) demasiado fragmentado y eurocéntrico de la realidad de los inmigrantes no comunitarios. (...) De todas formas, conviene decir en favor de los diferentes periodistas españoles, enfrentados a la necesidad de informar sobre temáticas tan difíciles de abordar adecuadamente como la inmigración, que muestran un interés creciente por abordarlas desde propuestas de calidad informativa. Son partidarios de contrastar fuentes, por ejemplo, pero reconocen que muchas veces no disponen del tiempo necesario para dar con ellas”.

<sup>94</sup> Tradução da autora: “Es más fácil reproducir una foto de un político hablando sobre la reglamentación de los inmigrantes que un inmigrante hablando sobre una reglamentación que va destinada a regularizar su situación”.

<sup>95</sup> Tradução da autora: “Al entrevistar a una muestra cualitativa de diferentes tipologías de personas en función de variables como la procedencia geográfica, culturales y religiosas, residentes en Barcelona ciudad y en diferentes localidades de la provincia de Barcelona (...) pudimos observar, desde esa recepción mediática y diversa de la realidad actual que la mayoría asocia la inmigración actual con la noticia o la instantánea fotográfica de la llegada en pateras y en particular con ciertas imágenes impactantes”.

acolhida (Casero, 2007: 143). Para Cogo (2008b), na Espanha, a “reiteração mediática” daquelas imagens da chegada “clandestina” de migrantes, em geral africanos, pelos barcos, é um dos exemplos “de um imaginário criminalizador das migrações” (Cogo, 2008b).

A identidade do sujeito migrante passa a reduzir-se ao dramático momento de sua chegada em condições sumárias ao país de “destino”, ou da decadência de seu projeto, quando morrem no caminho, ou são presos pelas autoridades antes de chegarem à nova vida. Lorite Garcia reconhece que tal abordagem seria uma forma de discriminação “involuntária” do imigrante por parte dos jornalistas, que “ao transmitir a realidade multicultural desde o ponto de vista ocidental europeu, em que foi formado, inclusive pode levar a certo tratamento ‘paternalista’ ou positivo ‘benfeitor’”<sup>96</sup> (18) do imigrante, mas atribui tal “limitação” à pressa e à pressão requerida na “atualização da informação das novas realidade nos meios” (idem), e à própria rapidez com que se transformam “os códigos culturais, linguísticos e comunicativos de estes ‘outros’ cidadãos recém chegados a uma civilização europeia em contínua transformação” (ibidem).

Na pesquisa de Lórite-Garcia e de seu grupo Migracom fica clara uma defesa de que os jornalistas espanhóis são os grandes responsáveis pela abordagem “multipolar” do tema, a partir de 2002. Isto é, ficam claros os esforços da pesquisa realizada pela equipe de Lorite Garcia em enfatizar o aumento da incidência do tema na mídia espanhola, a ampliação de suas abordagens, e as boas intenções dos jornalistas, atentos em oferecer visões “multipolares” do tema da imigração, mas prejudicados por “forças” superiores relacionados à rotina produtiva do campo midiático, como pode ser melhor observado na conclusão da pesquisa sobre a atuação destes profissionais:

Nenhum jornalista, que se saiba, advoga pela discriminação racial. Todos desejam respeitar a diversidade cultural e transmitir a realidade multicultural real, atendo-se às sugestões de uso incentivadas por manuais de estilo como o do Colegio de Periodistas de Catalunya em 1996 (...) Mas, frequentemente se produz uma discriminação involuntária. Os meios começam a mostrar a imigração desde um olhar multipolar e os jornalistas estão preocupados em difundir um tratamento informativo de qualidade, mas o impacto visual, e inclusive informativo e até formativo que exerce este tratamento cada vez mais diverso da chegada e assentamento da imigração sobre as audiências diversas ainda é unipolar demais (...) <sup>97</sup> (19).

---

<sup>96</sup> Tradução da autora: “al transmitir la realidad multicultural desde el punto de vista occidental, europeo, en el que ha sido formado, incluso puede derivar en un cierto tratamiento ‘paternalista’ o positivo ‘benefactor’”.

<sup>97</sup> Tradução da autora: “Ningún periodista, que se sepa, aboga por la discriminación racial. Todos desean respetar la diversidad cultural y transmitir la realidad multicultural real, ateniéndose a las sugerencias de manuales de estilo como el que impulsan en el año 1996 desde el Colegio de Periodistas de Catalunya (...) Pero a menudo se produce una discriminación involuntaria. Los medios empiezan a mostrar la inmigración desde una mirada multipolar y los periodistas están preocupados por difundir un tratamiento informativo de calidad, pero el impacto visual e incluso informativo y hasta formativo que ejerce dicho tratamiento cada vez más

Ainda assim, o autor/pesquisador reconhece que o fato de a população continuar “associando estes movimentos humanos com a imagem da *patera*, mas com as piores imagens e conseqüências de tais chegadas à geografia espanhola”<sup>98</sup> pode decorrer de um uso abusivo de tais imagens, por aqueles jornalistas, ao invocarem-na para ilustrar quaisquer aspectos do tema “migrações”: “Também é certo que esta percepção da imigração se dá porque a imagem da *patera* se usa muitas vezes como recurso visual para informar sobre qualquer tema, como por exemplo, a Lei de Estrangeiros”<sup>99</sup> (19).

### 3.5 Migração e crime pela mídia

Se a imagem das *pateras* e *cayucos* é utilizada pela mídia espanhola em sua intenção de *problematizar* e *dramatizar* as imigrações, “particularmente grave, por nocivo”, é o discurso informativo/político que estabelece “uma relação indissociável e generalizada entre imigração e delinquência” (Carmona, op. cit). Em 2002, Estéban Ibarra, presidente do *Movimiento contra la Intolerancia* denunciava: “É evidente que há problemas de criminalidade e que, além dos autóctones, há também estrangeiros criminosos (...) mas não é justo, nem por isso se deve estigmatizar como criminosos a mais de dois milhões de estrangeiros que há em nosso país”<sup>100 101</sup> (*apud* Carmona, op. cit). O apelo de Ibarra a que não se procedesse a uma deturpação interpretativa básica dos fatos (tomar o todo pela parte) se dava em um contexto de aumento progressivo do número de estrangeiros nas prisões europeias, e, especificamente na Espanha, evento que se tornou, nas eleições presidenciais de 2008, argumento constantemente evocado pela imprensa espanhola para reiterar pontos de vista restritivos às imigrações no país:

O número de presos não pára de crescer, principalmente porque a escalada de ingressos penitenciários protagonizados por criminosos estrangeiros se multiplicou durante a última legislatura. Mais de 70% dos novos presos são estrangeiros e nos últimos quatro anos a população reclusa não espanhola

---

diverso de la llegada y asentamiento de la inmigración, en las audiencias diversas, es aun demasiado unipolar (...).”

<sup>98</sup> Tradução da autora: “asociando estos movimientos humanos con la imagen de la patera, pero con las peores imágenes y consecuencias de dichas llegadas a la geografía española”.

<sup>99</sup> Tradução da autora: “También es cierto que se da dicha percepción de la inmigración porque la imagen de la patera se usa muchas veces como recurso visual para informar de cualquier tema como por ejemplo la Ley de Extranjería”.

<sup>100</sup> Tradução da autora: “Es evidente que hay problemas de delincuencia y que además de los autóctonos hay extranjeros delincuentes (...), pero ni es justo ni se debe estigmatizar por ello como delincuentes a más de dos millones de extranjeros que hay en nuestro país”.

<sup>101</sup> Segundo fontes já citadas anteriormente, em 2008 esse número já superou os 4 milhões.

aumentou em 51%, de tal modo que 34% dos internos em centros penitenciários do nosso país procedem de outros países.<sup>102 103</sup>

O estudo dos portugueses Seabra e Santos (2005) busca analisar as bases do aumento do número de estrangeiros nas prisões europeias<sup>104</sup>. Encomendada pelo governo português, a pesquisa chama a atenção para o fato de que o maior número de *condenações* de criminosos estrangeiros em relação aos criminosos “autóctones” não quer dizer que os primeiros cometam mais crimes que os segundos. Na prática, quer dizer que estes estrangeiros estão mais intensamente submetidos a olhares vigilantes e ao confinamento *preventivo* por parte do poder público do que os “nacionais”, tanto nos domínios da Europa, como na América do Norte<sup>105</sup>:

foi possível constatar que, em termos de medidas de coacção, a *prisão preventiva* [grifo meu] é bastante mais aplicada a estrangeiros do que a portugueses. Esta situação não é única, o mesmo se verifica em países como a Holanda, a Alemanha, a Suíça, a Inglaterra, o Canadá e os EUA (Seabra; Santos, 2005:123).

Outro aspecto da abordagem “criminalizante” da presença estrangeira na Europa consiste em atribuir ao crime uma intencionalidade prévia, por parte dos estrangeiros, ou seja, em defender que a migração teria como *finalidade* a própria prática de delitos. Este aspecto pode ser claramente visualizado neste trecho da coluna do jornal espanhol *El Mundo*: “com os dados na mão, fica evidente que uma parte dos estrangeiros vêm para a Espanha para praticar crimes”<sup>106 107</sup>. Na mesma coluna, o jornal defende que as práticas criminosas realizadas por estrangeiros seriam mais violentas do que as realizadas pelos

---

<sup>102</sup> Tradução da autora: “El número de reclusos no para de crecer, principalmente, porque la escalada de ingresos penitenciarios protagonizados por delinquentes extranjeros se ha multiplicado durante la última legislatura. Más del 70% de los nuevos presos son extranjeros y en los últimos cuatro años la población reclusa no española ha aumentado un 51%, de tal modo que el 34% de los internos en centros penitenciarios de nuestro país proceden de otros países (...)”.

<sup>103</sup> “La inmigración desborda las cárceles” (não assinada). Coluna opinion – impresiones do jornal *El Mundo*, 03-03-2008. Disponível em: <http://www.elmundo.es/papel/2008/03/03/opinion/2338141.html>

<sup>104</sup> O estudo mencionado foi realizado baseado nos dados prisionais de Portugal.

<sup>105</sup> Sobretudo quando se tratem de crimes cometidos por estrangeiros em condição de indocumentação, há que se lembrar que o estrangeiro nesta situação, no país de acolhida, está sob jurisprudência e observação da polícia e da lei municipais, estaduais, nacionais e, em certos casos, continentais. Ou seja, além da submissão às normas vigentes para todos os cidadãos moradores da região, também está sob observação e auspícios dos órgãos de controle da imigração “ilegal”, com seus mecanismos próprios de monitoramento, inclusive com jurisprudência continental. É, portanto, duplamente “monitorado”.

<sup>106</sup> Tradução da autora: “con los datos en la mano, resulta evidente que una parte de los extranjeros que vienen a España lo hacen para delinquir”.

<sup>107</sup> “La inmigración desborda las cárceles”. *El Mundo*, 03-03-2008. Disponível em: <http://www.elmundo.es/papel/2008/03/03/opinion/2338141.html>

cidadãos nacionais: “além disso, gangues de estrangeiros organizadas trouxeram formas de crime muito mais violentas”<sup>108 109</sup>.

---

<sup>108</sup> Tradução da autora: “además, bandas [gangues] de extranjeros organizadas han importado formas de delito mucho más violentas”.

<sup>109</sup> “La inmigración desborda las cárceles”. *El Mundo*, 03-03-2008. Disponível em: <http://www.elmundo.es/papel/2008/03/03/opinion/2338141.html>

### 3.6 Linguagem, discursos e ação

Um aspecto que merece ser destacado nas abordagens midiáticas criminalizantes é a própria “adjetivização” dos crimes *praticados* por estrangeiros como sendo “crimes estrangeiros”. Neste caso, a escolha dos significantes linguísticos tem um efeito preponderante nas possibilidades de atribuição de sentido ao tema, na medida em que, ao tratar os crimes *praticados por* estrangeiros como sendo *crimes estrangeiros*, se está, não só, criando, mas colocando em ação uma nova modalidade de crimes, inexistente, na realidade: os crimes que são *concernentes* à condição de imigrante.

Esta perspectiva da linguagem como conformadora de *ação* – isto é, neste caso, a adjetivação do “crime estrangeiro”, que agenda o debate e sugere políticas de contenção a este “novo tipo” de crime – foi pensada por Austin (1990), em sua Pragmática da comunicação. Para o autor, proferir determinados tipos de sentenças<sup>110</sup> não é apenas “*descrever* o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é *fazê-lo*”. (Austin, 1990:24) Isto é, ao criar a modalidade “crime estrangeiro”, o sujeito da fala – o jornalista e o meio de comunicação para quem trabalha – não estaria apenas registrando o cumprimento de seu papel de reportar o fato de que, no caso, *há* um tipo de “crime estrangeiro”, mas *agindo* no sentido de *criar* um tipo de crime *estrangeiro*. É neste sentido que Austin cunha, para esta modalidade de frase *performativa*, o conceito “sentença *performativa* ou *proferimento performativo*, ou, de forma abreviada, um ‘performativo’”, que seria, finalmente, a realização de uma ação, ou “uma das ocorrências, senão a principal ocorrência da realização de um ato” (Austin, 1990:26). Se, em alguns casos, a enunciação é um dos elementos envolvidos para a realização completa do ato, em outros, como é o caso da expressão de pontos de vista xenófobos pela mídia, torna-se a própria realização completa daquele ato, ou seja: a fala *é* a ação.

### 3.7 Mídia como espaço de negociação dos discursos sociais

Ao levar em conta a importância tomada pela mídia nos processos de construção e negociação de visibilidade para identidades culturais coletivas, não pretendi afirmar que ela é o único ator social implicado na construção de identidades culturais e na produção e reprodução de discursos sobre os migrantes. De fato, embora possa se constituir como *sistema de construção*

---

<sup>110</sup> “As ‘sentenças’ formam uma classe de ‘proferimentos’, classe esta que deve ser definida, em minha opinião, gramaticalmente, embora duvide que já haja uma definição satisfatória. Os proferimentos performativos se contrastam primordialmente com os proferimentos constataivos. Emitir um proferimento constativo (isto é, proferi-lo com uma referência histórica) é fazer uma declaração. Emitir um proferimento performativo é, por exemplo, fazer uma aposta” (Austin, 1990: 25).

*de sentidos* que reflete outros discursos públicos, o discurso midiático claramente não é a única *fonte* que as pessoas usam para construir significado em temas políticos (Gamson, 1992). Neste sentido, outro aspecto que merece destaque neste ponto do trabalho é a *centralidade* da mídia, não como *produtora* de ofertas de sentidos, mas, também, como mediadora do “espaço” onde *outros* atores sociais negociam sentidos e produzem discursos sociais sobre o fenômeno das migrações contemporâneas.

Van Dijk (2007) propõe que os discursos sociais são as práticas sociais de maior impacto sobre os processos de produção de sentidos na sociedade, e, de fato, devem ser pensados em seus diversos âmbitos sociais, isto é: políticos, midiáticos e nas conversas cotidianas que se derivam dos discursos anteriores, em que a mídia disputa e põe em disputa, restringe e torna visível, determinados pontos de vista que possam ser tomados como “verdadeiros” ou não. Isto é, no sentido do que vim discutindo até aqui, mais do que considerar a mídia como o único ator social a produzir e ofertar sentidos sobre fatos sociais, seria mais adequado propor que, se “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; (...)” (Foucault, 1979:13), parece ser que a mídia ganha tal centralidade ao condicionar o acesso à “verdade”, a que sugere como tal, sua própria mediação técnica do real, que se torna, por sua vez, aquilo que ela exhibe.

Buscando pensar uma “economia política da verdade” (13) que seria dinamizada pelos discursos sociais, Foucault (1979) atribui “cinco características históricas” que se relacionam a tal “economia de verdade”. Segundo o autor, toda sociedade estaria dominada por uma “vontade de verdade” que permeia os discursos disputados nestas sociedades, “controlando-os”, “selecionando-os”, “organizando-os”. A primeira delas seria o formato científico e sua localização em instituições que cuidam dos discursos para que se situem em campos disciplinares; a segunda é o fato de que os discursos são submetidos à incitação econômica e política (pois estes discursos devem produzir verdades para a produção econômica); a terceira é que a verdade é objeto de “imensa” difusão e “imenso” consumo, por meio da mídia e de instituições educativas. A quarta característica é que a verdade é controlada por grandes aparelhos políticos e econômicos – como as universidades, o exército, os meios de comunicação etc.; a quinta e última característica da economia política da verdade é que ela é objeto de debate político e de confronto social (são as chamadas “lutas ideológicas”) (13).

Alinhado à perspectiva de pensar uma “economia política da vontade de verdade”, como proposto por Foucault, Zapata-Barrero (2008) sugere haver uma “economia dos discursos” que se interessaria por “como se regula socialmente a produção discursiva” que confere a certos



grupos e instituições sociais o acesso aos meios de produção deste discurso. Nesta economia, são estabelecidas normas e restrições de *produção* e *circulação* de discursos que disputam os sentidos atribuídos aos fenômenos sociais, como é o caso da tematização do fenômeno das migrações, em que a mídia encontra-se em posição privilegiada exatamente pela detenção dos meios que, por excelência, conferem ou retiram visibilidade social aos discursos (432). A restrição que submete a política de discursos sobre as migrações à “lógica dos meios de comunicação e mercado de notícias” se daria na medida em que, no contexto da “sociedade midiática na qual estamos imersos e em que as notícias adquirem estatuto dominante no espaço do discurso público” (Zapata-Barrero, 2008:433), os meios tendem a “ênfatisar os aspectos emocionais e dramáticos, baseados nos efeitos negativos, assim como as notícias que estigmatizam certas nacionalidades de imigrantes” (433).

Além da “lógica dos meios de comunicação e mercado de notícias”, Zapata-Barrero (2008) defende haver “pelo menos” outros três sistemas de restrição da produção discursiva do tema das migrações. Seriam eles: o sistema eleitoral e a lógica de partido; a presença de partidos e/ou discursos claramente racistas e “anti-imigrantes”; e a urgência de certos conflitos históricos pontuais. O autor enfatiza a influência dos sistemas e discursos parlamentares como o domínio de maior influência na “construção e representação das representações sociais” das identidades dos migrantes (453), defendendo que um estudo das “políticas de discurso” sobre a migração deve conjugar análises tanto das dinâmicas no campo midiático quanto no parlamentar e na opinião pública de um modo geral.

Se a mídia confere um acesso diferenciado ao Espaço Público, gerindo as “oportunidades em termos de acesso (e tudo o que isso implica)” aos “recursos de captação de atenção do público”, orientando, com isso, um *agendamento* das pautas sociais (Esteves, 2003:49), sobre o tema das migrações internacionais contemporâneas tal agendamento se dá sob uma relação bidirecional, que leva em conta, também, as performances discursivas dos representantes dos parlamentos dos países e das comunidades em que se inserem – Mercosul, NAFTA, União Europeia, etc.

Zapata-Barrero (2008) e Ribas-Mateos (2008) chamam a atenção para o fato de que os discursos visibilizados pela mídia, não só, podem legitimar políticas públicas concretas, tornando-se a base filosófica de ações institucionais sobre o tema, como, com isso, na prática, “outorgam à linguagem a categoria de uma ação” (Zapata-Barrero, 2008:429). No caminho inverso, a mídia parece se nutrir dos posicionamentos políticos assumidos por ditos discursos parlamentares para “desenhar” os fatos que reporta. Isto é, se por vezes se pode notar um alto teor *opinativo* e autoral nos fatos que noticia, sugerindo algo de sua

“autonomia” para tal, em outros momentos, a função de agendamento midiático se faz notar pelas escolhas dos fatos, fontes, linguagem e enquadramento que privilegiam a posição legalista e os pontos de vista de europeus “pertencentes às elites”, “a favor das instituições e dos porta-vozes do *endogrupo*” (Van Dijk, 2007:72).

Assim, se a mídia é uma das principais responsáveis por gerir o espaço público discursivo e se vale das inclinações políticas dos governos, estes ganham, com esta relação, um espaço privilegiado para expor e justificar as posições adotadas. Os governos falam pela mídia.

Neste capítulo, procedi ao exercício de sistematizar algumas análises sobre a atuação da mídia europeia, em especial a espanhola, sobre o tema das migrações internacionais contemporâneas. Constató, junto a certos autores, que esta atuação se dá em estreita relação com as performances parlamentares, por meio de seus discursos/práticas sociais, ao passo que os orienta. Se, por um lado, me atenho ao esforço de análise de certos autores de compreender os atos de linguagem sobre as migrações, como modalidades de práticas sociais, creio também ser necessário investir em um maior conhecimento do contexto político e sócio-econômico em que se realizam tais atos. Creio mesmo não ser possível avançar em compreender a negociação das identidades atribuídas aos migrantes, na contemporaneidade, pela mídia, sem investir um pouco mais em conhecer, também, alguns fatos históricos concretos que vêm motivando o debate e a disputa de sentidos acerca destas identidades nas esferas públicas eminentemente presenciais.

Reconheço que pretender conhecer tais “fatos” pouco há de “concreto”, na medida em que deles tomamos conhecimento de maneira orientada por tais “enquadramentos” midiáticos dos discursos. Ainda assim, e por isso mesmo, acredito ser interessante se apropriar destes discursos via material midiático, aproveitando a oportunidade que ele nos dá de compreender não só as inclinações e intenções de jornalistas e meios, como, também, de apontar para outros aspectos da relação mídia e governos. Exercício que farei no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 4

### DA SECURITIZAÇÃO À SELEÇÃO DAS IDENTIDADES DOS MIGRANTES: CONTEXTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO FENÔMENO CONTEMPORÂNEO

Os discursos sociais tornados públicos sobre as migrações contemporâneas são fortemente marcados por um caráter *performativo*. Sem tomarem como base o que se produziu como teoria das migrações históricas dos séculos XIX e XX e sem se remeterem aos processos históricos que levam ao aumento da mobilidade humana, as discussões e o conhecimento que vêm sendo produzidos sobre as migrações contemporâneas apóiam-se sobre fatos e dados contemporâneos, que se multiplicam a cada dia. De fato, qualquer esforço em analisar as migrações contemporâneas apenas sob a luz das migrações históricas seria necessariamente falho ao não contemplar as variáveis políticas, culturais e sócio-econômicas mais recentes, do mundo pós-globalização. Mas, ao discutir o tema apenas sob o prisma da “urgência” de resolver o “problema” da imigração, a comunidade internacional torna os discursos que se produzem, mais que nunca, *política* que se produz.

As migrações contemporâneas são, portanto, um tema “vivo”, que se assenta sobre, e conforma, um cenário político “inflamado” a respeito de sua gestão. Isto é, com muito baixo grau de neutralidade dos atores de fala/ação. Se “a volição é um fato contemporâneo da própria ação (...); não apresenta nenhum traço adicional, é logicamente idêntica à ação que nomeia” (Ricoeur, 1988, 52), a construção de um discurso se baseia em “ato intencional que busca efeitos determinados. É um ato político e se converte mesmo em uma política” (Zapata-Barrero, 2008: 429)<sup>111</sup>.

Para pensar os efeitos dos atos de fala individuais, Ricoeur (1988) defende a “manifesta pertença do desejo à ordem da linguagem” (49). Isto é, incita a pensar nas motivações individuais implicadas nos atos de linguagem e na construção de discursos. De fato, acredito ser sob a premissa da intencionalidade, do “motivo” e do “desejo” que podemos compreender os discursos não neutros que vêm sendo negociados sobre as migrações. Para Ricoeur, a “força do desejo” deve ser buscada e revelada, desafio nem sempre simples, na medida em que

a análise lingüística tende a eliminar a força do desejo e a considerar apenas o que se passa na linguagem, a saber, precisamente, o sentido; eis porque a

---

<sup>111</sup> Tradução da autora: “un acto intencional que busca tener unos efectos determinados. Es un acto político y se convierte en una política misma”.

noção de desejo parece sempre desprovida de sua energia e reduzida a um simples verbal (52-53).

No caso dos discursos sociais sobre o fenômeno das migrações, tratamos de atos de fala que trazem implícitas intenções políticas, ligadas não apenas a interesses e motivações pessoais, mas voltadas para a defesa do que sejam os “valores e interesses” comunitários de um grupo, contribuindo “para a proteção de seus cidadãos” – como é o caso da União Europeia<sup>112</sup> e de outras comunidades regionais que produzem falas e políticas públicas oficiais. Assim, se as falas estão plenas de *propósitos* e subentendem relações de interesses mútuos que permitem que haja tanto uma escuta acordada como um *desejo* de ação de quem fala e de quem aceita, na escuta, “conduzir-se de maneira adequada” (Austin, 1990: 31), da mesma forma, todo ato de fala está imbuído de uma “realidade” sócio-histórica que determinam as condições de sua realização: “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica” (Bakhtin: 1979:29).

Para Austin (1990), estes “contextos” sobre os quais se assentam os atos de fala e o fato de que sejam mais ou menos “apropriados” para a ascendência de certos discursos criariam o que o autor chama de “condições apropriadas” dos atos performativos, isto é, o *contexto* que permite a criação de acordos prévios entre o sujeito que fala e o que escuta sobre a “realidade” de que se fala. Isto é, para que certas falas sejam convencionalmente aceitas pelos sujeitos envolvidos nas práticas discursivas, encontrando interlocução, aceitação e legitimidade, acredito, como Austin, que é preciso haver um contexto de “condições apropriadas” para que efetivem o que submerge nas intenções dos sujeitos falantes.

Assim, no caso dos discursos sobre as migrações, cabe questionar quais seriam estes contextos e condições apropriados para o sucesso de certas afirmações, materializados em políticas públicas? Como os contextos sócio-econômicos dos países de acolhida incidem nos modos com que se debate o tema das migrações? E como o contexto político parlamentar disputa ou se alia à mídia para “oferecer” certos sentidos sobre as identidades migrantes? São questões que só podem ensaiar ser respondidas a partir da compreensão do *contexto* sócio-histórico em que se inserem as disputas de sentido sobre as identidades dos migrantes, mas, também, como também defende Van Dijk (2008), compreendendo a incidência dos discursos das “elites simbólicas” da realidade histórica sobre a qual nos debruçamos.

---

<sup>112</sup> “Objetivos da União Europeia”. In: *L’Union européenne après Le traité de Lisbonne*. Paris: Gualino éditeur, Lextenso éditions, 2008.

#### 4.1 O discurso-ação das políticas públicas para as migrações

O tema das migrações no mundo globalizado tomou tal dimensão na definição de políticas públicas nacionais e regionais – por meio dos blocos e comunidades, tais como a União Europeia, o Mercosul e o NAFTA – na área da segurança e do trabalho – que, extrapolando as teorias que sinalizavam que o fenômeno se tornaria um dos *efeitos* da globalização, tornou-se um fato que a supera e passa a *normatizar* as relações internacionais e a criação de políticas públicas intergovernamentais. Para Ribas-Mateos (2004), se é no contexto da globalização econômica que se situam as políticas de controle da imigração, os fluxos migratórios vêm tornando-se mesmo *marcos* a partir de onde “se moldam as estratégias transnacionais” (29). A criação de novos blocos econômicos regionais para a livre circulação de bens, serviços, informações e trabalhadores, passa a ter neste último item seu foco de atenção e tensões. Se a circulação de pessoas é um dos aspectos da globalização mais problemáticos e menos levados às instâncias máximas de seus preceitos – a integração social dos imigrantes – (Délano, 2004), ainda assim, é tomada como “um assunto de alta prioridade para governos e organismos internacionais” (Arango, 2003).

Atualmente, as migrações transfronteiriças se colocam no centro da atenção pública de numerosas cidades (...) As notícias e informações sobre as migrações desfrutam de uma presença constante nos meios de comunicação. As políticas públicas que tentam – geralmente com pouco sucesso – gerir os fluxos migratórios e suas conseqüências e implicações nunca foram tão abundantes. Ainda que as migrações atuais não sejam as maiores da história (...) nunca haviam alcançado tal nível de importância e significado (idem<sup>113</sup>).

Se, fora do contexto europeu, a criação de blocos de intercâmbio comercial e de intercâmbio de trabalhadores, como o Mercosul<sup>114</sup>, vem encarando a questão das migrações internacionais como um elemento-símbolo da eficácia de um novo modelo de se fazer negócios – multilateralmente –, e tem, de fato, avançado bastante no tocante a uma política

---

<sup>113</sup> Tradução da autora: “En nuestros días, las migraciones transfronterizas se han situado en el centro de la atención pública de numerosas sociedades (...) Las noticias e informaciones relativas a las migraciones gozan de una presencia constante en los medios de comunicación. Las políticas públicas que intentan, generalmente con fortuna limitada, gestionar los flujos migratorios y sus consecuencias e implicaciones nunca han sido tan abundantes. Aunque las migraciones actuales no sean las mayores de la historia (...) en ningún tiempo pasado han alcanzado significación y relevancia comparables”. Arango, Joaquín. “La Explicación Teórica de las Migraciones: Luz y Sombra”. Revista *Migración y Desarrollo*. Outubro de 2003. Disponível em [www.migracionydesarrollo.org](http://www.migracionydesarrollo.org)

<sup>114</sup> No Mercosul, o tema estava na agenda da formulação do bloco desde sua criação. O ritmo da abertura das fronteiras dos membros dos blocos vem se dando de gradualmente para não desestabilizar o nível de emprego, e sua qualidade, dizem seus signatários, assim como para adaptar as questões relativas à seguridade social no interior dos países (Firmeza, 2007). Mas, desde 2003, a comunidade dispõe de um Foro Especializado Migratório, para acompanhar e avaliar o impacto destas migrações regionais e também as extra-regionais no desenvolvimento do bloco.

de circulação de pessoas entre os membros do bloco (Fantazzini, 2005), inclusive, no sentido de agregar novos países signatários (Sprandel, 2008<sup>115</sup>)<sup>116</sup>, a integração econômica de estrangeiros extra-regionais torna-se um tema espinhoso para certos blocos como a União Europeia e o NAFTA<sup>117</sup> norte-americano, que reúnem os países mais procurados do mundo por migrantes provenientes de fora destas comunidades.

Reduzindo nosso campo de análise à União Europeia e seus movimentos migratórios, se, por um lado, se pode dizer que o desenvolvimento de um mercado comum tem como um de seus pilares “oferecer um espaço de liberdade, de segurança e justiça sem fronteiras interiores, no seio do qual é assegurada a livre circulação de seus cidadãos”<sup>118</sup>, para Alba e Leite (2004), ainda em seus primórdios, a criação da União Europeia, em 1957<sup>119</sup>, sempre buscou deixar muito claramente definida a diferença entre a mobilidade de cidadãos “comunitários” e não comunitários. O que parece ser um reforço desta tendência distintiva entre cidadãos comunitários e não comunitários e um reforço da lógica que securitiza as fronteiras, combatendo a entrada dos não comunitários “ilegais” é a criação do Espaço Schengen<sup>120</sup>. A criação do Espaço Schengen e suas primeiras medidas previram a abolição dos controles nas fronteiras internas dos Estados Membros, estabelecendo regras e uma política comum em matéria de vistos e a introdução de medidas de monitoramento para o controle nas fronteiras externas (em especial no domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal). O processo de criação do Schengen buscou dar aos fluxos das migrações “um sentido mais restritivo frente a terceiros [não comunitários]”, sobretudo depois do episódio do ataque às torres gêmeas (18).

Sob a unidade da União Europeia, os governos dos países deste continente passam, desde então, a conferir outro tratamento para os fluxos de estrangeiros, inclinando-se a uma abordagem das migrações baseada no paradigma da “securitização” (Alba; Leite: 2004),

---

<sup>115</sup> Em entrevista conferida à autora. Brasília, DF, 10-10-2008.

<sup>116</sup> Embora estes fatos relativos às migrações no continente sul-americano não sejam amplamente divulgados pela mídia (Cogo, 2008).

<sup>117</sup> NAFTA – Tratado de Livre Comércio da América do Norte

<sup>118</sup> “Objetivos da União Europeia” in: *L’Union européenne après Le traité de Lisbonne*. Paris: Gualino éditeur, Lextenso éditions, 2008.

<sup>119</sup> Para Amin (1989), somente após a segunda guerra mundial a Europa pôde conceber uma “consciência europeia comum”, triunfando sobre “consciências nacionais ou províncias locais”. Para o autor, pelo menos até aquela guerra, o “inimigo hereditário” europeu era o próprio vizinho, percepção insuflada pelos chauvinismos nacionalistas que apenas teve em Hitler seu maior símbolo (Amin: 1989, 14). Esta contribuição é importante para mantermos em consciência o complexo, e relativamente recente, processo de criação de instâncias e identidades comuns entre os países deste continente.

<sup>120</sup> A Zona de Schengen inclui atualmente os 13 Estados Membros da UE assinantes do acordo para o Espaço: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Grécia, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha, Suécia – e também a Noruega e a Islândia. Os filiados mais recentes são a Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca. O Chipre, 10ª nação a ingressar na UE, em 2004, optou por manter certos controles de fronteira por mais um ano.

conduta que, na prática, se encontraria na base conceitual da criação da própria comunidade: promover uma “clara distinção entre segurança interior e entorno exterior” (idem:8).

Mas, é a partir dos anos 2000, e, mais especificamente, a partir do episódio do ataque às torres gêmeas norte-americanas, que “as políticas migratórias, comerciais e outras tantas estão sendo reavaliadas através da lente da segurança nacional” (Alba; Leite, 2004). Depois do ataque, os Estados Unidos passaram a dedicar esforços especiais em liderar regionalmente um processo de “securitização” das fronteiras, inclusive forçando seus vizinhos – Canadá e México – a se adequarem às suas deliberações neste sentido (Klein, 2003). A relevância econômica do país no cenário mundial, a incidência de ataques terroristas também no âmbito europeu (em 2003; 2004 e em 2005<sup>121</sup>) e um certo “desvio” dos fluxos de imigração dos Estados Unidos para o continente europeu, além dos múltiplos efeitos transversais da própria globalização, parecem ter se encarregado de dar dimensões transnacionais a tal abordagem “securitizada” do tema. Se a exportação do modelo de “securitização” norte-americana no pós-onze de setembro para o resto do mundo pode soar a um paroxismo questionável pela diferença das condições sob as quais se realizou tal ataque e os ataques ocorridos na Europa<sup>122</sup>, para Alba e Leite (2004), de fato, o ataque às torres norte-americanas reforça a lógica que “atribui aos imigrantes e refugiados o papel de potenciais ameaças à segurança do Estado e da sociedade” (11) também no continente europeu.

#### **4.2 O 11 de setembro e a securitização das migrações em bloco**

O ano de 2007 ficou marcado pela propagação de notícias destacando a atuação conjunta da União Europeia na criação de mecanismos operacionais para restringir e controlar os fluxos migratórios. Naquele momento, seus membros parecem haver dedicado especial empenho em publicizar os esforços do bloco em construir uma política de *discursos* comuns do trato das migrações internacionais. Foi o ano, por exemplo, em que seus chefes de governo e responsáveis públicos pelos fluxos migratórios se reuniram, em encontros

---

<sup>121</sup> Depois do episódio do “11 de setembro norte-americano”, seguiram-se ainda outros ataques terroristas, por sua vez na Europa, que também se tornaram conhecidos e debatidos mundialmente (Madrid, em 2004 e 2006; Londres em 2005).

<sup>122</sup> Não obstante a coincidência da técnica de “atingir o alvo simbólico” pelo reconhecimento de seu público, para o que, a mídia é a mediadora por excelência (Wainberg, 2005:15; Hobsbawn, 2007), os ataques terroristas tiveram autorias e objetivos finais diferenciados, tanto quanto os objetivos do Al Qaeda se diferenciam dos objetivos do ETA na Espanha e de outros usos de práticas terroristas – de guerrilhas a governos (Walzer, 2003). Ainda assim, a mídia e governos parecem ter conseguido produzir um enquadramento comum aos ataques, de modo a ajudar estes grupos a alcançar talvez o único objetivo realmente em comum entre os diferentes episódios: espalhar o medo como estratégia de visibilidade e mobilização para atender-se a suas demandas mais concretas e específicas.

<sup>122</sup> Franco Frattini, comissário da União Europeia para Justiça, Liberdade e Segurança. “Fronteiras da UE: maior circulação, ingresso mais difícil”. *Deutsche Welle*, 02/10/07. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2806188,00.html>

formais e informais, como o ocorrido em Lisboa<sup>123</sup>, em outubro de 2007, para discutir os próximos rumos do *Espaço Schengen* e definir as principais orientações, em bloco, para o tema. Ali, ficava decidida a adoção de mais rigor coletivo para controlar a entrada de membros extra-comunitários e, ao mesmo tempo, ampliação da Zona de Schengen para incluir novos países. Como a preocupação primordial da reunião sugeria ser o perigo iminente de terrorismo, entre as medidas acordadas tiveram destaque o emprego de “tecnologia de ponta” e a divulgação dos dados dos passageiros entre os órgãos nacionais de segurança de todos os países do *espaço*, como formas de operar uma “ofensiva tecnológica contra as atividades terroristas” no interior do bloco (Fratini, 2007)<sup>124</sup>.

Ribas-Mateos (2004) matiza o que seria tal intensidade de poder normatizador em nível dos blocos regionais para o controle de migrantes nas fronteiras. A autora acredita que, se o desenvolvimento de instâncias transnacionais de fato pode levar a uma “debilitação” do papel do Estado-nação no âmbito da regulação da economia, no que tange às políticas de imigração, este mesmo Estado ainda é percebido como o grande “motor” dos esforços de “homogeneização cultural” (208). Já Portes (2004) defende que, mesmo tentando criar mecanismos transnacionais no interior de blocos regionais para controlar os fluxos nas fronteiras, ainda é o Estado-nação o grande responsável pelo controle da entrada de imigrantes nas sociedades de “destino”. Para o autor, “por definição”, os Estados tiveram sempre a incumbência de “manipular” a cultura e a sociedade pela regulação de tudo que vem de dentro e de fora de suas fronteiras, porque, sendo os fluxos de estrangeiros compostos por pessoas que podem “alterar a própria natureza das sociedades receptoras” e de sua relação com este Estado-nação, se configurariam como um dos fluxos mais “potentes” e “problemáticos” no questionamento deste poder (idem:2).

De fato, a questão das migrações internacionais toca questões sensíveis aos programas de governos comuns, como a citada soberania do Estado-nação, mas, também, a concorrência de mercado entre os próprios membros de um bloco. Le Bussy (2007)<sup>125</sup> expressou um ponto de vista frequentemente velado no tocante às tentativas de estabelecer políticas únicas de migração no interior de blocos regionais: o fato de que o desenvolvimento de tal processo significa transpassar a espinhosa questão da concorrência econômica entre os

---

<sup>123</sup> “Fronteiras da UE: maior circulação, ingresso mais difícil”. *Deutsche Welle*, 02/10/07.

<sup>124</sup> Franco Fratini, comissário da União Europeia para Justiça, Liberdade e Segurança. “Fronteiras da UE: maior circulação, ingresso mais difícil”. *Deutsche Welle*, 02/10/07.

<sup>125</sup> Diretor do Centro de Estudos da Etnicidade e das Migrações da Universidade de Liège, em entrevista publicada por: “La ‘carte bleue’, une vision utilitariste de l’immigration”, entrevista para o jornal *Courrier International* (França), em 31/10/2007.



próprios países do bloco, sobretudo em se tratando de definir políticas para os migrantes desejáveis (por todos), os chamados “migrantes qualificados”.

As diferenças históricas de orientação sobre o fenômeno das migrações, e a concorrência de interesses econômicos sobre o tema tornam, portanto, a elaboração de programas comuns para os países um tema nem sempre fluido, mas margeado por limites que precisam ser permanentemente negociados pelos membros do bloco da comunidade, pois, como bem admitiu Régis (2008), para o Estado, “recusar ou admitir estrangeiros é uma expressão de sua soberania. Por mais que se advogue a existência de um ‘mundo único’, ainda estamos longe dessa realidade” (84). Por tais dificuldades de conciliar interesses – e mesmo legislações – nacionais, uma vez que estas, em última instância, sempre se mostram mais efetivas que os esforços de criação de legislações internacionais (Rezek, 1991), muitas vezes os Estados terminam por se manterem “congelados” (Le Bussy)<sup>126</sup>, tornando-se mais ativos quando se trata de securitizar do que em elaborar políticas internacionais para acolher migrantes: “é mais fácil avançar sobre as questões restritivas, como as expulsões”, do que sobre a integração dos imigrantes (idem).

De fato, a busca de políticas comuns para o tratamento da questão das migrações internacionais não impede que, em cada país europeu, a negociação da presença de estrangeiros se dê com especificidades e variáveis históricas próprias, levando-se em conta fatores como: o maior ou menor índice de desempregos e a maior ou menor recessão econômica, bem como a tradição ou não de recepção de imigrantes, assim como a presença e o poder de setores políticos mais ou menos conservadores em cada país. É neste sentido que, para além da unificação dos discursos e políticas públicas para as migrações no interior da União Europeia, se observam as diferenças entre os modos de “negociar” o tema das migrações localmente<sup>127</sup>.

Na Alemanha, nos anos 2000, a presença de estrangeiros é um tema discutido com observada cautela, com manifestações públicas vigilantes (e vigiadas) sobre o tema, dado o constante rememoração<sup>128</sup> da maior tragédia humanitária experimentado no país – o

---

<sup>126</sup> Idem

<sup>127</sup> As distintas abordagens individuais dos temas das migrações pelos chefes da nação e de governo europeus de cada país só podem ser comentadas neste trabalho de forma muito geral. Reconheço os riscos de proceder a simplificações baseadas em “sentidos comuns” das discussões locais; ainda assim, busquei, nas abordagens midiáticas, reconhecer  *fatos*  que ajudassem a captar o teor geral das tendências políticas, ações e discursos adotados nas políticas públicas destes governos. A Espanha, caso particular deste trabalho, merece uma análise mais detida, o que farei no tópico seguinte.

<sup>128</sup> Ao inaugurar um monumento memorial às vítimas do holocausto, em 2005, Wolfgang Thierse, presidente do Parlamento alemão, comentava sobre a opção de construí-lo em um lugar totalmente aberto e acessível “24 horas por dia”: “Optamos por um monumento aberto, com todo o risco que isso pode trazer”. O parlamentar referia-se aos ataques  *neonazistas* , cada vez mais recorrentes, que eventualmente poderiam sofrer o monumento e seus visitantes. Naquele ano, a violência de fundo racista, praticada por partidários da extrema-

holocausto, no século passado<sup>129</sup>. Já na Áustria “natal” de Hitler, a ultra-direita alcançou, nas eleições legislativas de 2008, seus melhores resultados desde a Segunda Guerra Mundial (quase 30% das cadeiras)<sup>130</sup>. Na Itália, no mesmo ano, a xenofobia parece se institucionalizar com o respaldo dos próprios representantes do Estado (neste caso, tendo Sílvio Berlusconi como chefe de governo), fomentando “a discriminação étnica como forma de construção de consensos que objetivam implantar políticas contra os trabalhadores (Carboni; Maestri, 2008)”<sup>131</sup>. Já a França elegeu, em 2007, um candidato a presidente que, anos antes das eleições presidenciais, já tinha o discurso contrário à imigração bastante divulgado internacionalmente<sup>132</sup>.

### 4.3 Sarkozy, Berlusconi e a Diretiva de Retorno

O ano de 2007 marca, não só, a formulação e adoção de mecanismos comuns entre os membros da União Europeia para a securitização das migrações – e a utilização de mecanismos já existentes – como foi o ano em que houve a publicização<sup>133</sup> de um comprometimento pessoal de alguns dos chefes de governos dos países do bloco. As

---

direita, havia aumentado 27% em relação ao ano anterior. Três anos depois, os números de violência de fundo xenofóbico eram os maiores dos últimos anos. Em 2008, Wolfgang Thierse já ex-presidente do parlamento alemão, reconhece o progressivo aumento e certa naturalização do nazismo nos últimos anos: “O extremismo de direita faz parte do cotidiano, e só atrai atenção quando os crimes são demasiadamente horrendos” (“Alemanha inaugura amanhã monumento às vítimas do Holocausto”. *Uol* – Últimas Notícias, 09/05/08. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/05/09/ult1808u40485.jhtm>; “Regiões da Alemanha enfrentam a banalização da violência extremista”. *Uol* – Mídia Global/ *Folha de São Paulo*, 04/06/08. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/2008/06/04/ult2682u817.jhtm>)

<sup>129</sup> Ainda assim, é comum a prática de manifestações públicas como passeatas e organizações de seminários e congressos contra imigração. Nos dias atuais, precavidias, utilizam palavras mais “sutis”, mas ainda de caráter xenófobo, mas abrem mão de empunhar a histórica e controversa suástica. “Congresso de extremistas de direita provoca protestos”. *Deutsche Welle*, 19/09/08. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,3657586,00.html>

<sup>130</sup> “La extrema derecha resurge en Áustria”. *El País*, 29/09/2008.

<sup>131</sup> “Itália: racismo como política de Estado”. *Brasil de Fato*, 09/09/2008. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/antiores/jornal.2008-08-27.6415118208/editoria.2008-09-09.1133929225/materia.2008-09-09.0911684165>

<sup>132</sup> Em 2005, diante das manifestações juvenis contra as novas regras trabalhistas do presidente Chirac (2002-2007), Nicolas Sarkozy era ministro do Interior, o “número dois” do Governo francês, e tomou a iniciativa de afirmar pela televisão aberta que “a ameaça terrorista na França está em um nível ‘muito elevado’”. Não obstante tal afirmação, o país não sofria um grande atentado terrorista com base em conflitos étnicos desde 1996. Por outro lado, os protestos contra as medidas do governo que flexibilizavam os modelos de contratação, em 2005, foram liderados por jovens, sendo a grande maioria filhos ou netos de imigrantes. À época, justamente a nacionalidade daqueles jovens foi constantemente evocada para se justificar o reforço da securitização das fronteiras e o controle da presença dos imigrantes, insuflando ainda mais, o sentimento de rejeição à presença destes jovens no mercado de trabalho. “Grupo aliado da Al Qaeda aponta França como ‘inimiga número um’”. Agência EFE, 27/09/2005. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI684651-EI294,00.html>

<sup>133</sup> Foi o caso da ampliação da divulgação da atuação da Agência de Controle de Fronteiras Externas da União Europeia (Frontex<sup>133</sup>), criada em 2004, que melhor veio a público quando de sua atuação na operação especial para combater o fluxo de imigrantes indocumentados provenientes da América do Sul em oito aeroportos da União Europeia, em 2007. Ainda em 2006, uma ação similar já havia sido organizada, impedindo a entrada de quase 2000 sul-americanos considerados, nos mesmos aeroportos.

atuações individuais memoráveis do francês Nicolas Sarkozy e do italiano Sílvio Berlusconi, que vêm se manifestando publicamente a favor de mais “proteção” das fronteiras da região, assim como adotando procedimentos internos para tal controle, merecem algum destaque. Berlusconi, com o apoio do partido de ultradireita Liga Norte, se destacou por suas polêmicas medidas discriminatórias para as imigrações.

Sarkozy merece ser lembrado também pela sua memorável atuação na securitização das migrações ao tornar-se, em 2008, presidente da União Europeia. Quando este francês de ascendência húngara, já abertamente combativo à presença de imigrantes indocumentados em sua atuação como presidente da França, torna-se presidente também do continente, a repressão à imigração “ilegal” torna-se, declaradamente, uma de suas principais bandeiras<sup>134</sup>, com a aquiescência de numerosas lideranças do bloco: “As idéias de Sarkozy sobre imigração, que lhe garantiram o apoio de boa parte do eleitorado da extrema-direita na França, vêm ganhando força nos últimos tempos entre os líderes de vários países do continente”<sup>135</sup>.

Ainda antes de assumir o cargo “continental”, foi articulador ativo da aprovação, pelo parlamento europeu, da mais rígida legislação de toda a história no tratamento da questão da imigração: a “Diretiva de Retorno”, ou “Lei do Retorno”, ou, ainda a “Diretiva da Vergonha”, como foi apelidada por ONGs de defesa dos direitos dos migrantes<sup>136</sup>, lei que comentarei em seguida. Para dar dados gerais ao que parece uma posição pessoal contrária à imigração por parte do presidente francês, entre junho de 2007 – um mês após sua posse – e maio de 2008, houve um aumento de 31% de expulsões sobre os 12 meses anteriores. Após a aprovação de medidas em bloco para a securitização das migrações, em junho de 2008, a expulsão de imigrantes ilegais na França aumenta em 80%<sup>137</sup>.

Sílvio Berlusconi, eleito presidente da Itália em 2008, é outra figura de destaque por seu esforço direto e ação indireta na criação de medidas mais “duras” para o tratamento dos imigrantes indocumentados no bloco. Em seus primeiros dias de governo, Berlusconi envia ao parlamento italiano um projeto de lei que transformaria a imigração indocumentada em

---

<sup>134</sup> “Sarkozy na EU: ilegais e bioenergia na pauta”. *O Globo*, 01/07/2008.

<sup>135</sup> “Imigração triplica e estimula barreiras na Europa”. *BBC Brasil*, 26/03/2008. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080318\\_imigracaoeuropaanti.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080318_imigracaoeuropaanti.shtml). Esta que é uma constatação recorrente pela imprensa internacional, também está disponível em: “Ao assumir EU, Sarkozy propõe ‘proteção’ maior ao bloco”. *Folha de São Paulo*, 02/07/2008; “Sarkozy e o plano de fechar portas da Europa: presidente francês quer fazer da imigração sua bandeira à frente do bloco europeu”. *O Globo*, 08/06/2008.

<sup>136</sup> “EU endurece regras contra imigrantes ilegais no bloco”. *Folha de São Paulo*, 19/06/2008.

<sup>137</sup> “Expulsão de ilegais na França aumenta 80%, anuncia governo após aprovação de nova lei”. *O Globo online*, 19/06/08. Disponível em: [http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2008/06/19/expulsao\\_de\\_ilegais\\_na\\_franca\\_aumenta\\_80\\_anuncia\\_governo\\_apos\\_aprovacao\\_de\\_nova\\_lei-546871082.asp](http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2008/06/19/expulsao_de_ilegais_na_franca_aumenta_80_anuncia_governo_apos_aprovacao_de_nova_lei-546871082.asp)

crime na Itália<sup>138</sup>, a chamada “lei anti-imigrantes”. A iniciativa, discutida entre os demais membros do bloco, recebeu alguns comentários de “preocupação”, não por seu caráter anti-humanitário, mas porque poderia “desviar” os tradicionais fluxos de imigração da Itália para os países vizinhos<sup>139</sup>: “acreditamos que essa mudança afete também a outros países da União Europeia que permitem a livre circulação de pessoas e, portanto, deveríamos trabalhar para aplicar uma política comum entre todos os sócios europeus”<sup>140</sup>. Os arroubos reacionários aos fluxos migratórios de Berlusconi, junto à preocupação dos demais membros vizinhos, como a Espanha, com as consequências para seus próprios países, pareceu acelerar o processo de criação de uma legislação comum ao bloco. Ainda no contexto de discussão da *Diretiva de Retorno*, Berlusconi conseguiu militarizar<sup>141</sup> o país na fiscalização dos imigrantes indocumentados e propor duas de suas primeiras polêmicas medidas para o combate do “problema”: decretar um censo para fichar grupos étnicos específicos, como os 200 mil ciganos no país<sup>142</sup> – nomeando, ainda, “um responsável para a ‘questão cigana’”. Isso lembra alguma coisa?” (Calligaris, 2008)<sup>143</sup> – e propor uma reforma da educação que prevê a separação de alunos estrangeiros e “autóctones”<sup>144</sup>.

A *Diretiva de Retorno* ou *Lei do Retorno*, aprovada pelo parlamento europeu em junho de 2008, unifica procedimentos quanto às detenções de imigrantes, prevendo a penalização do estrangeiro flagrado sem documentos que permitam sua moradia. A lei permite que o imigrante apreendido nestas condições fique detido em prisões por um período de até 18 meses no país de “destino”. Prevê, também, a proibição de seu retorno ao bloco por cinco anos, desde a data da detenção. O documento define, ainda, que tal detenção se dê

<sup>138</sup> “Berlusconi diz que não recuou de lei anti-imigrantes”. *O Estado de São Paulo*, 04/06/08.

<sup>139</sup> Como o do secretário de Estado Espanhol na União Europeia, Diego Lopez Garrido, que alertou para a possibilidade de que, com tal medida, houvesse um “desvio de fluxos migratórios de forma desproporcional para a Espanha” (“Berlusconi diz que não recuou de lei anti-imigrantes”. *O Estado de São Paulo*, 04/06/08).

<sup>140</sup> Diego López Garrido, secretário de Estado espanhol na União Europeia. (“EU propõe banimento de imigrantes ilegais”. *O Globo*, 23/05/08).

<sup>141</sup> “Cruzada contra imigrantes – governo de Berlusconi põe 3 mil militares nas ruas para combater ilegais e ciganos”. *O Globo*, 01/08/08.

<sup>142</sup> “A Europa, única esperança dos ciganos”. *Le Monde*, 04/07/08.

<sup>143</sup> Calligaris, Contardo. “Desgosto”. *Folha de São Paulo*, 17/07/08.

<sup>144</sup> “Los alumnos inmigrantes en Italia deberan pasar un test de ingreso”. *Minuto Digital*, 15/10/08. Disponível em: <http://www.minutodigital.com/actualidad2/2008/10/15/los-alumnos-inmigrantes-en-italia-deberan-pasar-un-test-de-ingreso/>; “Aulas de adaptação para imigrantes é apartheid”, acusa revista italiana Famiglia Cristiana. *Oriundi*, 23/10/08. Disponível em: <http://www.oriundi.net/index.php>; Itália: racismo como política de Estado. *Brasil de Fato* 09/09/08. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/v01/impreso/anteriores/jornal.2008-08-27.6415118208/editoria.2008-09-09.1133929225/materia.2008-09-09.0911684165>. Dentre as propostas para, segundo Berlusconi, “mudar a história da educação no país” está também a demissão de 80 mil professores (“Berlusconi quer separar aluno italiano de estrangeiro”. Agência Estado, 24/10/08. Disponível em: [http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao\\_1/2008/10/24/em\\_noticia\\_interna,id\\_sessao=1&id\\_noticia=84886/em\\_noticia\\_interna.shtml](http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_1/2008/10/24/em_noticia_interna,id_sessao=1&id_noticia=84886/em_noticia_interna.shtml)).

tanto por ordens judiciais (como vem sendo até então), quanto por “decisões administrativas” ou “atos independentes pelos que se ordene a prisão”<sup>145</sup>.

A “Directiva” causou impacto na comunidade internacional e alavancou ondas de protestos da sociedade civil, embora estas não tenham alcançado a impedir que fosse aprovada pelo parlamento europeu, por unanimidade. Mas tal impacto parece se dar mais pela assunção pública e a criação de medidas concretas em torno a um paradigma – o da *securitização das migrações* – do que por uma novidade em sua formulação. A *Directiva* padronizou, deu visibilidade e legitimidade a tal paradigma, já colocado em prática com as dinâmicas de controle adotados no Espaço Schengen, anos antes. A aprovação da “Lei do Retorno”, por outro lado, deu visibilidade aos controversos procedimentos de detenção de estrangeiros em centros espalhados pela Europa, bem como construídos em regiões periféricas ao continente, como no Marrocos, na Tunísia, na Ucrânia e na Líbia. Os 224 centros construídos para confinar imigrantes indocumentados antes de deportá-los não vinham ao conhecimento da opinião pública, sendo mais bem “revelados” a partir das polêmicas causadas pela Directiva, quando, só então, muitos deles passaram a permitir a entrada de representantes de instituições de defesa dos Direitos Humanos, jornalistas, e organizações de grande poder de ação no tema, como a ONU<sup>146</sup>.

Todas estas ações vêm sendo, ao mesmo tempo, respaldadas pelas aclamações de setores das sociedades de acolhida que associam migração à criminalidade e reforçando um senso comum de que há motivo para preocupação e controle acirrado destes fluxos. Giménez (2003) chama a atenção para uma sutileza pouco percebida nos debates parlamentários sobre o aumento da delinquência na Europa em que se discute se a imigração é ou não responsável pelo aumento da criminalidade e fator de insegurança nas ruas. Para o autor, quando se trata os “crimes estrangeiros” como os responsáveis pelo aumento das estatísticas de criminalidade no continente, se promove uma “amálgama” entre os crimes praticados *por estrangeiros* pela sua condição de irregulares em si mesma – como, por exemplo, certas transgressões comerciais praticadas pelos imigrantes que desejam integrar-se laboralmente: vendas de produtos sem licença nas ruas, a própria presença no país sem “papéis” para tal e outros tipos de delitos que seriam responsáveis pelo aumento da insegurança cidadã de fato – como assaltos, homicídios etc. Se o número de imigrantes sem permissão para morar aumentou nos últimos anos na Europa, e na Espanha de modo específico, como chama à atenção o autor, e a sua presença irregular se torna um crime – como viria a se consagrar

---

<sup>145</sup>(artigo 3, parágrafo 3 da Directiva sobre o Retorno de imigrantes, aprovada pela União Europeia em junho de 2008).

<sup>146</sup> “Europa cada vez confina a más inmigrantes”. *La Nación*, 14/01/08. Disponível em: [http://www.lanacion.com.ar/Archivo/nota.asp?nota\\_id=978716](http://www.lanacion.com.ar/Archivo/nota.asp?nota_id=978716)

com a Lei de Retorno – é natural que as estatísticas de criminalidade aumentem e possam ser relacionadas à presença de estrangeiros, o que não deveria remeter, necessariamente, a um aumento da insegurança pessoal dos “autóctones”.

#### 4.4 Da securitização à seleção das migrações: os migrantes “qualificados”

Os debates, legislações e políticas públicas formuladas no âmbito da União Europeia se, por um lado, parecem adquirir um tom cada vez mais conflituoso, buscando associar as migrações internacionais ao “problema” do desemprego, do terrorismo e a outros riscos latentes na presença do imigrante, ganha outra abordagem diante da percepção, por parte dos membros do bloco, da importância de se acolher certas modalidades de imigrações, quais sejam, os refugiados e os migrantes “qualificados”. Seja do ponto de vista do devido respeito aos tratados internacionais para as causas humanitárias, seja por perceberem as vantagens econômicas implicadas na acolhida dos migrantes qualificados, a União Europeia, por meio de seus representantes, impetram outra abordagem e outro tom para seus discursos públicos, ao falar/agir sobre as chamadas migrações “selecionadas”.

Diferente do que vem se convencendo chamar de “migrantes econômicos”, expressão que busca sugerir que este migra por *problemas* econômicos em seu país de moradia anterior, o migrante “qualificado” é aquele que atingiu alto grau de formação acadêmico/profissional superior e/ou desempenha cargos importantes e estratégicos naquele que se considera seu país de “origem”. Estes profissionais com alta qualificação técnica e/ou formação acadêmica são atraídos por programas de seleção coloquialmente conhecidos como “*headhunters*”, para desempenhar suas funções nos países considerados “desenvolvidos”, contribuindo com o crescimento econômico destes. Sobretudo nos países de língua inglesa, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Austrália e o Canadá, tais programas visam incorporar estes países na corrida mundial por talentos, e, no caso do Canadá e da Austrália, também responder à necessidade de “povoar” tais territórios, em face de seu quadro histórico de baixa densidade populacional, bem como frente à ameaça futura de se ter uma população envelhecida e falta de mão de obra específica em alguns setores<sup>147</sup>.

Ao dar-se conta de que, enquanto nos Estados Unidos a força de trabalho altamente qualificada responde por 3% da população trabalhadora, e no Canadá este percentual chega a 7%, a Europa também decidiu entrar na “corrida de cérebros”, uma vez que esta modalidade de migrante não chega a 2% da população empregada<sup>148</sup>. Em 2008, a União Europeia aprovou a adoção do seu sistema “*Blue Card*”, ou “*Bleue Card*”, um mecanismo que garante

---

<sup>147</sup> Em 2006, o Canadá era habitado por 33 milhões de pessoas, ou o equivalente a quatro pessoas por KM<sup>2</sup>. A Austrália, com 21 milhões de habitantes, tem média de três pessoas por KM<sup>2</sup>, segundo o Banco Mundial. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/4549025-1214334216239/Canada.pdf>

<sup>148</sup> “The Proposed European Blue Card System: Arming for the Global War on Talent?”. Migration Information Source, 01/2008. Disponível em: <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?id=667>

residência temporária aos trabalhadores que comprovem sua vinculação a trabalhos qualificados pré-oferecidos por programas dos governos dos países de acolhida, e que tenham a intenção de permanecer no país e dedicar-se ao mesmo por um número mínimo de anos pré-estabelecidos<sup>149</sup>.

A questão do declínio demográfico que se dá no Canadá tampouco é uma questão menor entre os cidadãos europeus, sugerindo vir sendo tomada em conta pelos gestores públicos das migrações internacionais. Tal declínio do crescimento demográfico só não se torna generalizado – referindo-se a toda a população da Europa – por causa da presença dos imigrantes, como se pode encontrar nas declarações da agência de Estatísticas da União Europeia:

Enquanto o declínio da população está ainda em evidência em vários países da Europa, em nível de conjunto (União Europeia e Europa como um todo) a população em 2007 ainda aumentou. O principal condutor deste crescimento populacional ainda foi, mais uma vez, a migração, que contrabalanceou o decréscimo natural em alguns países<sup>150</sup>. (Lanzieri, 2008)<sup>151</sup>

Mesmo que a União Europeia procure divulgar que, ao se analisar a situação da relação mortalidade-natalidade da população em bloco, e sem observar as peculiaridades de cada país, não haja motivo, ainda, para preocupação, já que esta relação ainda apresenta saldo positivo, esta visão não é unânime e vem sendo questionada por um conceituado instituto de pesquisa sobre demografia no continente:

Todos os países europeus apresentam taxa de natalidade baixa demais para manter seu atual nível populacional, concluiu um abrangente estudo de análise demográfica do Instituto *Max Planck de Rostock*, divulgado na mais recente edição da revista alemã *Pesquisa Demográfica em Primeira Mão*. Segundo os pesquisadores, nenhum dos Estados europeus atingiu o assim chamado ‘nível de substituição’ da média de 2,1 filhos por mulher, através do qual a geração dos filhos pode substituir a de seus pais<sup>152</sup>.

---

<sup>149</sup> A *Carte Bleue* é válida por um período renovável de dois anos. “Dois anos após a concessão do cartão azul, o detentor e os membros da sua família têm direito à livre circulação na União Europeia; O estatuto de residente de longa duração só é conferido 5 anos após a atribuição do cartão azul; O cartão azul não confere autorização de residência permanente.” (“Parlamento Europeu aprova adoção do Cartão Azul para legais”. *Oriundi*, 04/11/08). Disponível em: <http://www.oriundi.net/index.php>

<sup>150</sup> Tradução da autora: “While population decline is already in evidence in several countries in Europe, at aggregate level (European Union and Europe as a whole) the population in 2007 still increased. The main driver of this population growth was once again migration, which counterbalanced the negative natural change in some countries”.

<sup>151</sup> Population in Europe 2007: first results. In: Population and social conditions . Eurostat - Statistics in focus 81/2008. Disponível em: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-SF-08-081/EN/KS-SF-08-081-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-08-081/EN/KS-SF-08-081-EN.PDF)

<sup>152</sup> “Todos os países europeus têm taxas de natalidade insuficientes”. Especial: Imigração na Europa – *Deutsche Welle*, 12/01/2009. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,3938486,00.html>



#### 4.5 Migrações selecionadas: os refugiados

No caso dos migrantes não “qualificados”, ou seja, aqueles que supostamente não teriam tanto a “oferecer” ao país de acolhida, sendo tomados, portanto, como indivíduos “dotados” apenas de carências e, em certos casos, como portadores de riscos, a UE procede, ainda, a distinções entre “subcategorias” de identidades migrantes. Os migrantes que viajam por motivações “econômicas” são tratados de modo diferente dos migrantes que procedem a migrações forçadas, motivadas por perseguição política, religiosa ou étnica: os refugiados. Independentemente da especificidade das políticas especialmente voltadas para refugiados, há um direito internacional básico, e costumeiramente respeitado, que é o direito de não ser deportado para o país de onde fugiu por temer por sua vida – o princípio do *non refoulement*<sup>153</sup>.

Se uma das pautas prioritárias do mandato de Sarkozy à frente da União Europeia tem sido a definição de políticas únicas de tratamento da questão da imigração no continente, tais medidas parecem também vir levando em conta a particularidade deste grupo social, na medida em que, sendo o refúgio uma causa humanitária, sugere provocar outra abordagem, para além da estritamente econômica – segundo os interesses das sociedades de acolhida. Sob o mandato de Sarkozy na EU, o parlamento do bloco votou, em outubro de 2008, “sob intensos protestos de legisladores de esquerda e de ativistas de Direitos Humanos”<sup>154</sup>, seu maior passo para a criação da distinção dos migrantes em categorias jurídicas mais “claras”: a assinatura do *Pacto Europeu de Imigração e Asilo*, na prática, a unificação de leis e procedimentos para identificar e atender refugiados. Em meio ao processo de discussão em torno da criação desta “Europa de Asilo”<sup>155</sup>, tanto o parlamento europeu, quanto o Alto Comissariado da ONU para o atendimento a refugiados – o ACNUR, principal gestor supranacional do tema – pareciam concordar que “um dos principais problemas para a gestão da imigração na Europa é a distinção entre imigrantes e refugiados” (idem).

A pressão pela *distinção* entre migrantes e refugiados é também determinada pela necessidade da própria ONU de executar seu atendimento a refugiados e definir seu raio de

---

<sup>153</sup> Segundo definição do próprio ACNUR, “o princípio do *non-refoulement*, previsto no Artigo 33 supera qualquer medida atribuída ao Estado que poderia ter como efeito a deportação para o território onde sua vida ou liberdade poderia estar ameaçada, ou onde ele ou ela poderia estar em risco de perseguição, incluindo interceptação, rejeição na fronteira ou indireta rejeição”. (Site do ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Disponível em: [http://www.unhcr.bg/global\\_consult/principe\\_non\\_refoulement\\_en.pdf](http://www.unhcr.bg/global_consult/principe_non_refoulement_en.pdf)).

<sup>154</sup> O “Pacto” entrará em vigor em 2010. (“EU aprova leis para prisão e deportação de ilegais”. *O Globo*, 17/10/2008).

<sup>155</sup> “Política de asilo na União Europeia: Como reconhecer um refugiado?”. Artigo não assinado divulgado na versão portuguesa do *site* do parlamento europeu. Publicado em 27-06-2007. Acessado em 13/10/2008. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?language=PT&type=IM-PRESS&reference=20070615STO07873&secondRef=0>

atuação. O ACNUR atua em todos os países que ratificaram o compromisso de respeitar o Estatuto dos Refugiados<sup>156</sup>, definindo-se como uma instituição que se compromete a “promover os acordos internacionais sobre refugiados e vela para que os governos respeitem o direito internacional dos refugiados” (ACNUR, 2001:21157). Até então trabalhando em parceria com governos locais, e submetido às suas legislações concernentes, o trabalho do ACNUR sempre dependeu, portanto, da definição, por parte destes governos, de quem se enquadra na “categoria” de refugiados. Ao passar a ser submetido a políticas e legislações comunitárias, de blocos como a União Europeia, o ACNUR se vê ansioso por uma maior “clareza” da EU para mudanças na definição de seu “público-alvo”, isto é, da separação modal entre migrantes e refugiados. Neste sentido, parece coerente de sua parte cobrar dos gestores públicos que se “identifiquem” os refugiados, definindo-os como tais:

Vemos com bons olhos a prioridade francesa de criar uma 'Europa de Asilo'. Mas este objetivo só fará sentido se os requerentes de asilo e refugiados forem identificados como tais e se lhes for garantido um acesso justo, comum e efectivo aos procedimentos de asilo (Van Moortel, 2008<sup>158</sup>).

#### **4.6 Da seleção à securitização das migrações: refugiados X migrantes “econômicos”**

Tanto a perspectiva de se criar uma “Europa de Asilo”, prevendo a acolhida e integração de refugiados, como a implementação dos programas de atração para profissionais super-qualificados e diplomados são expressões vívidas da tendência de proceder a “Migrações Seleccionadas”, um processo de identificação dos migrantes em “categorias” que permite que cada país – e o bloco, como um todo –, molde seu sistema de inserção de trabalhadores, segundo as características e necessidades do seu próprio mercado de trabalho nacional, segundo suas próprias carências. No caso das migrações “qualificadas”,

---

<sup>156</sup> No Brasil, a Lei que coloca em vigor as definições do Estatuto é a n. 9.474, de 22 de julho de 1997. Ministério da Justiça- Secretaria Nacional de Justiça – CONARE- Comitê Nacional para os Refugiados. Documento de circulação interna. “Art. 1 Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de seu país;

II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior.

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”

<sup>157</sup> “Protección de los refugiados - Guia sobre El derecho de los refugiados” (Guia preparado pelo ACNUR com a colaboração de parlamentares da União Interparlamentária, membros de comissões e comitês de promoção dos direitos humanos e direito internacional humanitário, distribuído para suas agências de execução ao Programa de Atendimento a Refugiados no mundo inteiro. Versão em Espanhol).

<sup>158</sup> Gilles Van Moortel, responsável do Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) em Bruxelas, em declaração para a Agência Lusa. Lisboa, 08 Julho. (“Refugiados: ‘Europa de Asilo’ só funcionará se quem procurar protecção for ‘devidamente identificado’” - responsável ACNUR). Disponível em <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/7735cb24f6797d6a058e6a.html>

fica de fora destes critérios uma análise mais profunda, por parte destes chefes de governo, de como estas *emigrações* repercutem nos países de “origem” destes “cérebros”. Já no caso da distinção promovida entre migrantes “econômicos” e refugiados, um outro aspecto que merece atenção é o reforço da criminalização dos migrantes “econômicos” no espectro da vitimização dos segundos.

O ACNUR descreve os refugiados como uma categoria “específica de migrantes forçados, ou seja, aqueles que não têm ou não podem contar com a proteção de seu Estado de origem” (idem), e que, “devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade”, não podendo, ou não querendo, “acolher-se à proteção de seu país<sup>159</sup>”. Na página inicial da versão portuguesa de seu *site*, o Alto Comissariado busca dar o tom do que se evoca ao se falar em “refugiados”: “Não há maior dor no mundo do que a perda de sua terra natal”. Esta citação de Eurípedes sintetiza dois aspectos frequentemente destacados nas campanhas de sensibilização do organismo – a realidade da *perseguição* e a *dor da perda*.

Se a opção pelo destaque à carga trágica que está na base do ato migratório do refugiado por vezes ofusca a riqueza em si da presença do estrangeiro, e do que ele pode contribuir à sociedade de acolhida, argumentos cada vez mais presentes nas perspectivas dos ativistas das migrações contemporâneas, ela responde à constatação de uma das dificuldades mais sérias no tocante à causa da acolhida das pessoas nesta condição: a resistência a conviver e a integrar os refugiados, sustentadas na ignorância da população autóctone sobre as realidades da *emigração* (Sayed, 1998). Assim, chamar a atenção para a fragilidade com que chegam estas pessoas aos novos países tem sido uma estratégia, por parte do organismo, de função duplamente mobilizadora: no desmonte das posições defensivas por medo e na comoção e adesão à causa da *vítima*<sup>160</sup>.

---

<sup>159</sup> O ACNUR foi fundado por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 14 de dezembro de 1950 e começou a atuar em 1951, inicialmente objetivando “reassentar os refugiados europeus que ainda estavam sem lar, como consequência da Segunda Guerra Mundial”, estendendo seus domínios ao atendimento de refugiados de todo o mundo, alguns anos depois. (ACNUR – site oficial da instituição Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/>)”.

<sup>160</sup> Além dos programas de integração local do refugiado que promove, em parceria com os governos locais no país de acolhida, o ACNUR desenvolve campanhas de sensibilização da população local e mundial: as “campanhas de esclarecimento são importantes para modificar esta percepção equivocada sobre os migrantes e refugiados (ACNUR, IMDH, Fantazzini, 2007: 88). É neste sentido que o ACNUR trabalha tanto para oferecer atendimento emergencial e colaborar no desenvolvimento de programas de integração sócio-laboral, mas, também, na realização de campanhas que exponham a realidade dos refugiados e sensibilizem a população dos países de acolhida. Tais campanhas são, também, seu mais potente meio para angariar fundos – a instituição se mantém por doações da sociedade civil. Personagens ilustres, conhecidos mundialmente, que procedem a doações financeiras, ou colaboram “emprestando” sua imagem para a causa. Nos últimos anos, famosos do cinema e do mercado fonográfico como Brad Pitt, Angelina Jolie, Madonna, George Clooney, Matt Damon entre outros “célebres” vêm se manifestando publicamente a favor da causa dos refugiados, seja fomentando doações financeiras, como estimulando a adoção de crianças provenientes daqueles países de onde se origina a maior parte dos refugiados do mundo.

Ao situarem os problemas vividos pelos refugiados em seus países de “origem” – exércitos pilhadores, bandidos salteadores, senhores de guerras tribais, perigos de uma *pré-modernidade* (Giddens, 1991) –, estas campanhas, de um lado, logram chamar a atenção para o que seria a realidade da *emigração* dos refugiados, e, por outro, sugerem, haver pouco risco de “contágio” negativo das identidades dos refugiados sobre as dos cidadãos “autóctones”: cidadãos dos consagrados e “civilizados” Estados de Direito (Castel, 2004). Estando o refugiado em uma situação jurídica e identitária mais precária, esta população mais “civilizada” poderia, inclusive, proceder a modalidades de contágios “sem” riscos: a sensibilização e a solidariedade.

Os protocolos das relações internacionais que regem os Direitos Humanos e prevêm a situação dos refugiados em seus artigos vêm conseguindo a ratificação de muitos países no sentido da criação de legislações internas para atender os refugiados e distingui-los dos demais migrantes, o que sugere que o tempo será um dos fatores de “naturalização” da presença do refugiado em todos os países signatários da Convenção de Genebra ou que ratifiquem posteriormente o Estatuto dos Refugiados<sup>161</sup>.

Se os conflitos estruturais vividos pelos refugiados podem ser amenizados por políticas públicas voltadas para estes nos países de acolhida, os conflitos psicológicos, existenciais e ligados à identidade cultural destes indivíduos têm na circunstância da *fuga* um momento que os torna mais drásticos. Pelas condições com que saem de seu último país de moradia – sem planejamento, fugindo – os refugiados são obrigados a abandonar grande parte de seus pertences, incluindo, muitas vezes, seus principais documentos de identidade. Ao chegar aos “novos” países e acessarem a rede de atendimento a refugiados, se deparam com a incompatibilização entre o que “eram” e faziam nos países dos quais tiveram de sair, e as poucas oportunidades de trabalho e integração social concretas para os que estão na sua condição nos novos países. Sem os comprovantes de sua escolaridade, ou outros comprovantes curriculares, quase sempre são relegados a baixos estágios da escala sócio-laboral<sup>162</sup>. Soma-se a este desvio de “rotas” das identidades sócio-laborais, o fato de, em boa parte dos países sem tanta tradição ou volume de recebimento de refugiados, as pessoas com

---

<sup>161</sup> No caso Europeu, um dos maiores territórios de “destino” dos refugiados, apesar de seus países terem se proposto a discutir e legislar sobre o exercício internacional dos Direitos Humanos Universais há pouco mais de meio século, no marco das reflexões do pós-segunda-guerra mundial (Amin, 1989), a presença de refugiados se tornou um fato bastante mais comum à população nacional, que, em sua maioria, parece ter alguma noção do que é, juridicamente, esta categoria, bem como já teve contato com alguma pessoa que passe por esta condição. O que não quer dizer que o encampação oficial dos países nesta causa, individualmente, seja livre de problemas e ineficiências no tocante às políticas públicas adotadas.

<sup>162</sup> Não são poucos os casos em que herdeiros de famílias de elites econômicas, e profissionais diplomados nos países de onde partem tornam-se trabalhadores ocupando cargos tradicionalmente desempenhados por pessoas que sequer têm o primeiro nível escolar.

este *status* ainda serem reconhecidas como ameaças à segurança social, quando confundidos com foragidos, mendigos, criminosos ou vagabundos.

Diferentes dos refugiados, que fogem por “fundado temor de perseguição”, os chamados “migrantes econômicos” podem, em tese, voltar ao seu último país de residência quando assim o desejarem, uma vez que não estão impedidos por questões de risco à vida. Se viajam em busca de melhores condições de trabalho e de qualidade de vida, de modo geral, são tomados como sujeitos que vêm em busca do que a maior parte da população “local” dos países se ressentem em perder nos últimos anos: oportunidades de trabalho e proteção social. Neste sentido, a “modalidade” migrante econômico não se vale da construção discursiva da *vítima*, produzida para o refugiado, este sim, percebido como tal. Salvo quando se evocam as condições das viagens de risco, em embarcações e outras modalidades pouco seguras, os migrantes econômicos tornam-se, muito mais, sujeitos ameaçadores que tomam, ilicitamente, o que é dos autóctones.

Para Castles (2005<sup>163</sup>), “é quase impossível fazer essa distinção” entre migrantes econômicos e refugiados. Para o autor, seria um mecanismo artificial separar a condição de alguém que fugiu por condições de inadaptabilidade econômica e de alguém que foge de outro alguém, bem como é “quase impossível” criar separações jurídicas para condições existenciais muito semelhantes, ou fundadas no problema comum da globalização. Além disso, Castles volta a lembrar que “em todo o caso, as pessoas migram por várias motivações simultaneamente” (idem).

Para Olivier Le Bussy (2007)<sup>164</sup>, o tema das “seleções” dos migrantes na Europa é espinhoso, porque, no fundo, “é reconhecido que os países têm o direito de escolher a quem dar ‘passe livre’”, algo que já viria sendo feito à revelia das articulações do bloco europeu que agora vem criando categorias identificatórias comuns para os migrantes. O que seria novo, portanto, e se tornaria complicado, é a formulação de *critérios* comuns para estas seleções. O autor aponta como uma das “deturpações” desta política o fato de que se queira, com ela, fixar “cotas” limitadas para os que se enquadrem na categoria dos refugiados, deixando de fora tanto os solicitantes de refúgio que não tiveram seus pedidos aceitos, como, destituindo de caráter humanitário as migrações “econômicas”. Para Le Bussy, esta política é uma “afrenta” ao princípio humanitário, uma vez que, se “a imigração se justifica também

---

<sup>163</sup> “O mercado de trabalho é que determina os fluxos migratórios” - Entrevista com Stephen Castles, pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas de Portugal, em 14/03/2005. Disponível em <http://www.acime.gov.pt/modules.php?name=News&file=print&sid=794>

<sup>164</sup> Em “La ‘carte bleue’, une vision utilitariste de l’immigration”, entrevista para o jornal *Courrier International* (França), em 31/10/2007.

pelas questões morais e humanitárias, fixar cotas para refugiados é uma deturpação da filosofia do direito internacional” (idem).

O próprio ACNUR ao declarar como “migrantes forçados” a todos os indivíduos que são forçados a migrar de seu local ou país de “origem” “por causas alheias à sua vontade” – não importando se por perseguição ou origens diversas: econômicas, sociais, ligadas aos desastres ambientais ou “outros fatores relevantes que provocam crises ou situações onde o sistema de organização social não pode garantir o atendimento às necessidades indispensáveis de sobrevivência, no todo ou parte da população” (ACNUR, IMDH, Fantazzini, 2007:25), sugere criar uma categoria identitária mais ampla de migrantes, englobando todos os que viajam por fatores compulsórios. O fato é que, na prática, no âmbito dos países de acolhida, só os migrantes que fogem por perseguição humana são considerados vítimas aptas a demandar proteção legal. Os demais migrantes, que não tenham tampouco sido convidados para ficar como “qualificados”, ficam, por sua vez, a um passo de serem considerados criminosos – bastando, para isso, não esconderem suas identidades de forma e por tempo suficiente<sup>165</sup>.

#### **4.7 O imigrante na Espanha contemporânea**

Neste momento em que procedo a algumas análises dos discursos/ações públicas dos gestores das políticas das migrações no âmbito europeu, compreender o caso das imigrações na Espanha torna-se interessante pelo que estas podem ter de representativo das posturas adotadas em conjunto no bloco – na criação e seleção de categorias de identidades migrantes – mas, também, pelo que a conjuntura das migrações que se dão especificamente neste país pode oferecer de aporte para a compreensão das imigrações europeias de modo geral. Além disso, torna-se fundamental compreender alguns aspectos da História contemporânea espanhola para bem situar algumas das discussões que apresentarei no capítulo seguinte, quando analiso as falas dos nacionalistas/xenófobos espanhóis que produzem obras – vídeos – divulgados pela internet.

Na Espanha, o tema das migrações internacionais foi, por muito tempo, a história dos emigrantes espanhóis que se dirigiam para outros países. Entre o século XIX e meados do

---

<sup>165</sup> Se o migrante não dispõe de um contrato de trabalho formal – modalidade em extinção no mundo inteiro –, ou não se casa legalmente com um cidadão (ã) que dispõe da nacionalidade do país, a partir do terceiro mês, quando sai da condição de turista, pode ser deportado. Esta é a fórmula básica das legislações de todos os países, guardadas suas peculiaridades. Porém, também na maioria dos países, a comprovação de moradia de um certo período no mesmo país (que não costuma ser inferior a cinco anos) permite que aquele migrante dê entrada no pedido de cidadã *residente*, saindo da “ilegalidade”. Assim, é bastante comum que os imigrantes se submetam a viver “escondidos” neste período que compreende o terceiro mês de estadia o alcance de anos suficiente para demandar residência no país onde decidiu viver.

século XX, o país viu saírem aproximadamente 4 milhões de indivíduos (Martinez, 2000). A partir dos anos 1990, uma conjuntura de fatores que iam da localização geográfica privilegiada, o bom momento econômico, e sua entrada na União Europeia foram tornando a Espanha um país percebido como interessante para se viver por grandes contingentes de migrantes provenientes da África, do leste europeu, da chamada “América Espanhola”<sup>166</sup>, mas, também, por vizinhos do próprio continente<sup>167</sup>. A partir dos anos 2000, a Espanha viu quadruplicar seu número de imigrantes. Se, em 2001, se contabilizavam 1.109,060 mil estrangeiros (2, 87% da população)<sup>168</sup>, em 2005 este grupo alcança 4.790.074 (11,1% da população)<sup>169</sup>. Com o aumento dos fluxos da imigração, os espanhóis se tornam não só o país europeu que mais recebe migrantes anualmente, como o que comporta os europeus mais preocupados com temas como *imigração e terrorismo*.<sup>170</sup>

Já em 2004, ano de eleições presidenciais, alguns fatos públicos contribuíram para colocar em debate a questão das migrações e a sua corrente associação à criminalidade no país, tornando mais claras não só as posições das representações político-partidárias de certos setores da esquerda e da direita local, mas, também, da grande imprensa espanhola, como visto no capítulo 3. Naquele ano, especificamente, um ataque terrorista ocorrido em uma estação de trem em Madrid, com autoria assumida por indivíduos ligados à organização islâmica Al Qaeda, terminaria por reforçar o senso comum da conexão imigração > terrorismo, como pretendido por setores reacionários à presença de imigrantes extra-

<sup>166</sup> Em 2008, os marroquinos representam a nacionalidade em maior número no país, à frente dos romenos e dos equatorianos. Somente de latino-americanos, a Espanha contabiliza hoje cerca de 2, 5 milhões de indivíduos. Segundo divulgado no jornal *Le Monde*, em 02/08/2007.

<sup>167</sup> Na prática, tornou-se o mais popular país de “destino” para migrantes europeus. Segundo uma pesquisa realizada em 2007 pela empresa The FT/Harris, publicada no jornal Budapest Business Journal, em 19/02/2007, Disponível em [bbj.hu](http://www.bbj.hu/main/news_22856_spain+tops+destination+list+for+eu+migrants.html) ou [http://www.bbj.hu/main/news\\_22856\\_spain+tops+destination+list+for+eu+migrants.html](http://www.bbj.hu/main/news_22856_spain+tops+destination+list+for+eu+migrants.html)

<sup>168</sup> Segundo o Anuário de las Migraciones, Ministerio Del Interior, Dirección General de Extranjería, 2002. In: GIMENEZ, Carlos. “Que es La inmigración”. RBA, Libros, 2003.

<sup>169</sup> Fonte: Banco Mundial. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/4549025-1214334216239/Spain.pdf>

Como o Banco Mundial não esclarece se contabiliza apenas os imigrantes documentados (legais) ou todos os imigrantes. Mas, pelo tipo de dados que costuma manipular (valor de remessas, investimentos, impostos declarados pelos imigrantes etc.), se sugere que estejam a referir-se apenas aos imigrantes documentados. Porém, ao buscar dados mais recentes das imigrações, a partir de fontes oficiais, me deparei com o que parece ser uma incongruência: segundo o Instituto Nacional de Estatística Espanhol, já em 2007, a Espanha tinha 4 milhões, 526.522 imigrantes vivendo em seu território. Ou seja, teria sofrido a diminuição de 263.552. Já segundo a Agência de Informações estatísticas da EU – Eurostat – entre 2006 e 2007 a Espanha teria recebido 1 milhão 857 mil e duzentos imigrantes. Mais do que sugerir que a resposta para tal contradição estaria no número de deportações, destaco a falta de clareza quanto aos dados reais das estatísticas oficiais sobre as imigrações internacionais, e aponto para a vulnerabilidade sofrida pelos iniciantes no tema, sujeitos às mais incongruentes e possivelmente arbitrárias interpretações e análises.

<sup>170</sup> Segundo uma pesquisa “Eurobarómetro” sobre a realidade social europeia, a menção ao problema da imigração nas respostas dos espanhóis perguntados sobre seus principais problemas e fontes de preocupações se situa muito acima da média dos outros países. Seriam também os espanhóis, junto aos dinamarqueses, os europeus mais preocupados com o terrorismo. A divulgação da pesquisa descreve os dados obtidos nesta ordem, sugerindo a relação entre imigração e terrorismo, segundo expresso pelos entrevistados.

européus no país. Tal atentado ocorreu às vésperas das eleições presidenciais espanholas, em que se enfrentavam nos últimos dias as lideranças José Maria Aznar – do PP – e José Luiz Zapatero – do PSOE.

Giménez (2003) aponta como o atentado se deu em um contexto em que, ainda sob o mandato e intenção de José Maria Aznar (PP) (2000-2004), havia pelo menos dois anos, o país vinha debatendo o tema das migrações vinculando-o à criminalidade, e, mais especificamente, ao terrorismo. Segundo o autor, este líder político, que apregoava a necessidade de uma volta do “orgulho espanhol” e de um nacional “soberanismo” (Béjar, 2008), foi um dos principais responsáveis pela criação deste nexos causal. À época, segundo esta visão, as migrações e o terrorismo seriam considerados, ambos, faces do mesmo problema. Esta era também a visão do Partido Popular e da direita espanhola de modo geral, e tornar-se-iam o foco de combate de Aznar até o fim de seu mandato.

Diante da crítica da oposição que denunciava que, nos últimos anos, a criminalidade havia aumentado, ao contrário do que havia sido prometido, o governo explicou que isto era consequência do crescimento da imigração, e trouxe dados sobre a porcentagem de detentos estrangeiros e estatísticas do número de crimes cometidos por não-nacionais (Giménez, 2003: 61)<sup>171</sup>.

Naquele período, Aznar preocupava-se, especificamente em atuar contra o que definiu como a mais nociva organização política de práticas terroristas: o ETA, estabelecido no país Basco. Constantemente evocando a atuação incisiva de suas “Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado” contra a organização basca, diante do atentado ocorrido na Estação Atocha, em Madri, Aznar não titubeou em tentar convencer a opinião pública mundial de que o atentado da Al Qaeda em Madrid, naquele 11 de março de 2004, fora, na verdade, praticado pela organização basca.

O presidente do governo, José Maria Aznar, prometeu hoje a derrota “completa e total” do terrorismo, considerando o “assassinato massivo” de Madrid e depois de pedir firmeza e defender a Constituição, assegurou que Espanha não mudará de regime “nem porque os terroristas matem, nem para que deixem de matar” (...) O chefe de governo sublinhou que os terroristas quiseram provocar todo o dano possível e que cometeram um “assassinato massivo” que prescinde de qualquer justificativa: “Mas o terrorismo não é cego, e matou muitas pessoas pelo mero fato de serem espanholas”, acrescentou Aznar, que lembrou tentativas anteriores do ETA para perpetrar um atentado com estas características e que foram abortados

---

<sup>171</sup> Tradução da autora: “Ante la crítica de la oposición que denunciaba que en los últimos años la delincuencia ha aumentado, en contra de lo prometido, el gobierno explicó que ello era consecuencia del crecimiento de la inmigración, y aportó datos sobre el porcentaje de reclusos extranjeros y estadísticas del número de delitos cometidos por no nacionales”.



pelas Forças e Corpos de Segurança do Estado, para quem transmitiu o sólido respaldo do Governo<sup>172</sup>.

Poucos dias depois do atentado na Atocha, e ainda antes das eleições presidenciais de 2004, se constatou que o então presidente havia pressionado a imprensa nacional para não esclarecer, a tempo das eleições, a verdadeira autoria do ato terrorista: não o ETA Basco, mas a Al Qaeda internacional. A forma inábil e pouco fiável com que Aznar se valeu para assegurar à população de que se tratava de um atentado de um grupo nacionalista interno, e não da organização internacional fundamentalista, terminaria por influenciar os rumos dos resultados das eleições, decididas alguns dias depois do ocorrido.

Perseverando em seu objetivo de atribuir a culpa aos terroristas do ETA, muito depois de que já houvesse ficado claro que a maioria das pistas já indicava a Al Qaeda, Aznar convocou os diretores dos jornais para assegurar-lhes que todos os indícios apontavam para os terroristas bascos. Porque se os eleitores espanhóis acreditassem que Al Qaeda era culpável, então podiam interpretar este fato como um fracasso da guerra no Iraque contra o terrorismo. De modo que Aznar escondeu as provas, e os votantes estavam bastante indignados no domingo 14 [março] pela manhã a ponto de expulsá-lo de seu cargo (Barber, 2004)<sup>173</sup>.

O candidato que concorria com Aznar, José Luiz Zapatero (PSOE), terminou por vencer, portanto, as eleições, tendo como uma de suas propostas de governo a busca da “Igualdade de direitos e deveres para todos os que residem regularmente na Espanha”<sup>174</sup>. Naquele ano, sua plataforma vinha com uma proposta clara de normalização e integração dos

---

<sup>172</sup> Tradução da autora: “El presidente del Gobierno, José María Aznar, garantizó hoy la derrota ‘completa y total’ del terrorismo pese al ‘asesinato masivo’ de Madrid y tras pedir firmeza y defender la Constitución, aseguró que España no cambiará de régimen ‘ni porque los terroristas maten ni para que dejen de matar’ (...) El jefe del Ejecutivo subrayó que los terroristas han querido provocar todo el daño posible y han cometido un ‘asesinato masivo’ que carece de cualquier justificación. ‘Pero el terrorismo no es ciego, y han matado a muchas personas por el mero hecho de ser españoles’, añadió Aznar, quien recordó intentos anteriores de ETA para perpetrar un atentado de estas características y que fueron abortados por las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado, a las que transmitió el sólido respaldo del Gobierno.” “Declaración institucional de Aznar”. *Jornal El Dia*, 11/03/2004. Disponível em: <http://www.eldia.es/2004-03-11/aznar.htm>. Passados alguns meses da declaração institucional publicada enquanto ainda era presidente, Aznar seguia defendendo a conexão entre o atentado de 11 de março de 2004 e o ETA, como publicado em certos diários espanhóis: “Aznar sigue sin descartar la conexión entre ETA y los terroristas del 11-M” (*ABC*); “El PP deslegitima la comisión del 11-M tras la citación de Aznar” (*El país*); “Aznar tendrá que aclarar el 11-M” (*El Periódico*). Publicado em: *Revista de Prensa Libertad Digital*. Disponível em: <http://www.libertaddigital.com/opinion/de-prensa-revista/16-ix-2004-20503/>

<sup>173</sup> Tradução da autora: “Perseverando en su intento de achacar la culpa a los terroristas de ETA, bastante después de que hubiera quedado claro que la mayoría de las pistas señalaban a Al Qaeda, Aznar llamó a los directores de los periódicos para asegurarles que todos los indicios apuntaban a los terroristas vascos. Porque si los electores españoles creían que Al Qaeda era el culpable, entonces lo podrían interpretar como un fracaso de la guerra en Irak contra el terrorismo. De modo que Aznar censuró las pruebas, y los votantes estaban lo bastante indignados el domingo 14 por la mañana como para expulsarle de su cargo”.

Barber, Benjamin R. “El liderazgo como mentira: terrorismo y política del miedo” (*El País*. 31/03/04).

<sup>174</sup> O que seria também sua proposta para a candidatura em um segundo mandato de governo, já em 2008 “El PSOE revalida su victoria de 2004” (*El País*, 09/03/08). Disponível em:

<http://www.elpais.com/especial/elecciones-generales/programas-electorales.html>

estrangeiros no país, algo que, na prática ficaria muito evidente na regularização da situação legal de cerca de 800 mil imigrantes (entre 2004 e 2007). Mas, para conseguir manter sua política “inclusiva” no tocante às imigrações, a liderança do PSOE teria como desafio enfrentar uma parte da opinião pública nacional que havia “comprado” o “pacote interpretativo” que associa imigração à criminalidade e o que atribui aos imigrantes o sentido de “invasores” que, para permanecer na Espanha, devem “assimilar” a cultura nacional espanhola. Tanto é assim que, após três anos de mandato “negociando” com tais setores, seria novamente um candidato do PP que ameaçaria a vitória de Zapatero.

Com uma abordagem bastante reativa às imigrações internacionais, o candidato do PP Mariano Rajoy trazia como proposta de plataforma de governo, em 2008, o combate às imigrações irregulares e a imposição de “contratos” que definem como os imigrantes regulares devem se portar para permanecer no país<sup>175</sup>. No período da campanha, enquanto a posição de Rajoy, do PP e de outros setores da direita espanhola se definiam por frases como: “A imigração é um problema real” e “Não podemos entrar todos”<sup>176</sup>, a esquerda representada por Zapatero buscava lançar mão dos mais recentes índices que comprovam a contribuição dos imigrantes para a economia e o mercado de trabalho do país. A liderança do PSOE buscava fazer lembrar, também, a histórica condição da Espanha como gerador de emigrantes, o que deveria tornar a sociedade espanhola (o eleitorado) mais condescendente com a acolhida dos sujeitos que imigram no país, atualmente: “A Espanha é um país de emigrantes e devemos ter muita prudência com as pessoas que vêm trabalhar conosco”<sup>177</sup>. Ainda assim, buscou sempre convencer o eleitorado de sua disposição e a de seu PSOE, em combater o terrorismo: “Seja qual seja o resultado [das eleições] [el PSOE] apoiará incondicionalmente o governo da Espanha no tema antiterrorista”<sup>178</sup>.

---

<sup>175</sup> Tradução da autora: “La inmigración es un problema real” e “No pueden entrar todos. No cabemos”. Dentre as propostas de políticas para imigrações, o candidato Mariano Rajoy defendeu o “Establecimiento de un contrato para los inmigrantes en los que se comprometan a cumplir las costumbres del país”. (“Elecciones Generales 2008 – Programas”. *El País*, 09/03/2008). Disponível em:

<http://www.elpais.com/especial/elecciones-generales/programas-electorales.html>

<sup>176</sup> Proferidas pelo candidato do PP às vésperas da eleição de 2008. *El País*, 10/02/08; *El País*, 28/02/08.

<sup>177</sup> Falas proferidas no debate pré-eleitoral de 25/02/2008, em que lançou mão, inclusive, do patriotismo espanhol dos estrangeiros que lutam pela Espanha e que “que morreram em missões de paz e em atentados terroristas”. “Devemos pedir a eles que firmem seu papel de delinquente potencial, a estas pessoas que às vezes morrem por nós?”. *Ultimo segundo*, 25/02/2008. Disponível em: [http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2008/02/25/zapatero\\_e\\_rajoy\\_fazem\\_duro\\_debate\\_eleitoral\\_1205226.html](http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2008/02/25/zapatero_e_rajoy_fazem_duro_debate_eleitoral_1205226.html)

<sup>178</sup> Tradução da autora: “sea cual sea el resultado apoyará al gobierno de España en materia antiterrorista sin condiciones”. In: “Mucho reproche y pocas ideas en el segundo cara a cara entre Zapatero y Rajoy”. *20 minutos*, 04/03/2008.

Disponível em: <http://www.20minutos.es/noticia/356709/0/debate/zapatero/rajoy/>

Em março de 2008 Zapatero se reelegeu, precisando lidar, por outro lado, com os 40,11% de aprovação de cadeiras pelo PP no congresso<sup>179</sup>, bem como com as tendências ao acirramento do controle de fronteiras, tomado como orientação política para o bloco europeu como um todo há pelo menos um ano. Pois, se nesta última campanha, os candidatos dos dois maiores partidos espanhóis personificavam a defesa de políticas públicas, por um lado, historicamente antagônicas, por outro, não podiam tais propostas desvirtuarem-se das atuais circunstâncias de fechamento da tolerância aos imigrantes ilegais, consenso de todo o bloco parlamentar europeu. Por onde discursassem ou respondessem a entrevistas, os candidatos foram cobrados e enfatizaram suas propostas quanto ao tema da migração internacional.

Já eleito, em 2008, o governo de Zapatero passou a adotar um discurso mais combativo aos fluxos “ilegais”, bem como a empreender ações como a criação da *Brigada de Expulsiones de Delincuentes Extranjeros (Bedex)*, que procederia a deportar os migrantes classificados previamente pelas legislações do bloco como “*delicuentes*”, ou *criminosos*. Em junho de 2008, no episódio da aprovação da “Directiva de Retorno”, o já presidente Zapatero inclusive manifestou-se a favor da lei. Argumentou que, como em alguns países da União Europeia não havia nenhum tipo de regulamentação quanto ao tempo de detenção de imigrantes irregulares (como são os casos do Reino Unido, Dinamarca, Holanda e Suécia), a *Directiva* teria o mérito de “padronizar” os procedimentos adotados por todos os membros do bloco (Gallego-Díaz, 2008<sup>180</sup>). Zapatero criaria, também, uma pasta dando à imigração *status* de ministério, fundindo-a à que é responsável pelo trabalho<sup>181</sup>, e endureceria a inspeção e o controle da situação de estrangeiros, utilizando como uma de suas estratégias para tal, a punição de empresários que empregassem imigrantes em situação irregular. As medidas tinham a destreza de sinalizar que seria menos tolerante à presença dos ilegais e, ao mesmo tempo, que cuidaria melhor dos imigrantes legalizados e trabalhando no país.

Não obstante se insurjam críticos ao que parece ser um certo “cinismo” de Zapatero, o que o governo espanhol parece fazer saltar aos olhos da população é sua visão “humanitária” do tema (por impedir os “abusos” de certos membros do bloco), mas “firme” com os compromissos assumidos perante o bloco europeu (Gallego-Díaz, 2008)<sup>182</sup>. Com isso, simultaneamente, parece buscar proteger-se das críticas que se multiplicam sugerindo

---

<sup>179</sup> Especial Elecciones – Resultados. *El Mundo*, s/d. Disponível em: <http://www.elmundo.es/especiales/2008/02/espana/elecciones2008/> Consultado em 11/12/2008.

<sup>180</sup> “El toque de la izquierda”, *El País*, 09/05/08. Soledad Gallego-Díaz. Disponível em [http://www.elpais.com/articulo/espana/toque/izquierda/elpepiopi/20080509elpepinac\\_3/Tes](http://www.elpais.com/articulo/espana/toque/izquierda/elpepiopi/20080509elpepinac_3/Tes)

<sup>181</sup> A Espanha tem quase 10% de desempregados, e a especulação em torno da contribuição dos imigrantes nesta estatística demarca a inclinação de o governo espanhol focar seu discurso nos imigrantes ilegais que vêm em busca de trabalho.

<sup>182</sup> “El toque de la izquierda”, *El País*, 09/05/08. Soledad Gallego-Díaz. Disponível em [http://www.elpais.com/articulo/espana/toque/izquierda/elpepiopi/20080509elpepinac\\_3/Tes](http://www.elpais.com/articulo/espana/toque/izquierda/elpepiopi/20080509elpepinac_3/Tes)

pouco “pulso” frente ao crescimento da imigração no país, à qual muitos atribuem o problema do desemprego e da violência no país, sem precisar assumir que vem redirecionando suas políticas – e as propostas dos setores socialistas históricos do país para o tema – tradicionalmente mais inclusivas e atualmente mais reacionárias à chegada dos imigrantes – frente a seu eleitorado à esquerda.

#### **4.8 Migrações espanholas e o mito da unidade nacional**

A Espanha é um país que tem como uma de suas marcas constitutivas a experiência das migrações contemporâneas, sendo, até meados do século XX, as *emigrações* espanholas o movimento mais expressivo de mobilidade humana neste país ibérico. No século XX, este movimento emigratório se intensificaria em volume, passando a ter como “destino” toda a América: até os anos 1950, cerca de 3,5 milhões de espanhóis haviam saído da Espanha para diferentes partes do mundo, a maioria expressiva deles destinando-se à Argentina e a Cuba (82% entre 1882 e 1930) (Martinez, 2000).

Os fluxos emigratórios espanhóis (que eram provenientes, sobretudo, da Galícia e da Andalucia) se tornaram tão expressivos nas primeiras décadas do século XX, fomentados pelas notícias de oportunidades em países do “novo mundo”, que se tornaram objeto de preocupação para as autoridades espanholas, principalmente no caso da emigração galega, e, sobretudo, ainda, no caso dos homens em idade de recrutamento militar. Alguns fatos e processos históricos vividos pela Espanha nesta primeira metade do século XX ajudam a melhor compreender a natureza destes fluxos humanos.

A partir das primeiras décadas do século XX, com a urbanização e a industrialização do país, surge uma nova classe política que viria a tornar-se referência de atuação militante em todo o mundo: a classe operária espanhola. Se no âmbito rural os defensores da monarquia ainda tinham uma maioria suficiente para assegurar a continuidade deste regime, a atuação política crescente dos operários – em correntes anarquistas, socialistas e comunistas – aliados com outros setores da população que também clamavam por uma República democrática, sugerem ameaçar a atuação dogmática e tirânica da coroa espanhola. A classe “obreira” espanhola, que questionava mais que direitos trabalhistas, mas instituíram as grandes greves como modelo de protesto, influenciavam-se pelos ecos da revolução russa, e se chocavam diretamente com a Guarda Civil Espanhola. A classe operária espanhola e outros setores urbanos experimentavam novos processos em suas relações produtivas, e, inconformadas com o dogmatismo operante em uma Espanha de mentalidade ainda agrária, pediam uma “nova Espanha”.

Os ataques ao “caciquismo” liderado por grandes proprietários de terras sinalizavam que aquela velha Espanha estava a ficar sem lugar nas sociedades industriais. Os choques entre trabalhadores e setores de esquerda com os representantes militares convocados para reprimir os movimentos que iam às ruas eram sangrentos e a “duração e extensão” dos conflitos levaria a uma resposta do governo à altura: envio de milhares de soldados, desmantelamento dos centros operários e detenção de seus dirigentes (Juliá, 2007: 487). Estava armado o clima de tensão e a justificativa política para o que viria a ser o primeiro golpe militar espanhol do século XX. Em setembro de 1923, com a omissão do rei Alfonso XIII (Azaña *apud* Juliá, 2007), Miguel Primo de Rivera, general catalão, se pronuncia e anuncia o novo regime: uma ditadura militar que duraria os próximos sete anos.

[em janeiro de 1930] a Espanha se encontrava sem constituição, sem um sistema de partidos, sem redes ‘lustradas’ de caciques, sem parlamento e sem governo. Havia que começar a construir de novo o que a coroa e os militares haviam destruído, ou seja, dar ao Estado uma constituição. Frente a uma monarquia socialmente isolada e carente de apoios políticos (idem: 492-493)<sup>183</sup>

em 1930 os republicanos conseguem forçar uma subida ao poder, e, nos primeiros meses do ano, se alastram pelas principais cidades divulgando um projeto político caracterizado pela demanda de um “Estado laico, parlamentar, legitimado na soberania nacional, livre de submissão à Igreja e ao exército e por suas aspirações à reformas sociais” (ibidem: 493). As classes operárias, aliadas a partidos progressistas de classe média, organizaram um plebiscito popular para garantir que a deposição do rei e a instituição de um Estado laico fosse um consenso do povo. Em abril de 1931, o veredicto popular decidiria que o rei deveria ir-se. Mas esta República espanhola, na prática, não duraria muito, de 1931 a 1936, quando é interrompida pela ação de setores civis da direita espanhola e seus companheiros ideológicos inseridos nas forças armadas do país. A guerra civil entre os dois grupos culmina com o golpe militar das forças militares comandadas pelo General Francisco Franco.

A ditadura franquista, que duraria quase 40 anos (1936-1975), foi marcada pela negação das duas perspectivas mais antagônicas de regime vigentes – Republicanismo e Monarquia – e também pelas perspectivas moderadas liberais que, admitindo ou não a monarquia, desejavam a “abertura” da política e da economia espanhola. A “Era” Franquista foi uma ditadura de fato, que proibiu as representações políticas; impôs o catolicismo;

---

<sup>183</sup> Tradução da autora: “Era el 29 enero de 1930 y España se encontraba sin Constitución, sin un sistema de partidos, sin redes caciquiles engrasadas, sin Parlamento y sin Gobierno. Había que empezar otra vez de novo a tejer lo que La corona y los militares habían destejido, o sea, a dar al Estado una Constitución. (...) Frente a una monarquía socialmente aislada y carente de apoyos políticos(...)”.

cuidou de sufocar os nacionalismos periféricos, tendo como aspecto transversal a exaltação do passado imperial e a censura às liberdades democráticas adquiridas sobre a monarquia absolutista da primeira metade do século XIX. Em resumo,

A ditadura implantada como resultado da guerra civil se apresentou como negação do liberalismo do século XIX e da democracia republicana do século XX; como tentativa de deter a história e devolvê-la à mítica origem da nação espanhola, os Reis Católicos, o império, o Século de Ouro. Um Estado que não se constrangia em ser reconhecido como totalitário pretendeu criar uma sociedade fechada a todo influxo exterior, autárquica, corporativa, homogeneamente católica, sonhando em recuperar um passado imperial. Olhando sempre para trás em busca de inspiração e modelo, a ditadura combinou instituições de origem medieval e nostalgias coloniais, tudo adubado em uma retórica fascista (Juliá, 2007:525)<sup>184</sup>.

A crise de 1929, alguns anos antes, havia provocado um natural arrefecimento das emigrações espanholas. Mas o fim da Guerra Civil e a subida de Franco ao poder acabam forçando a saída de milhares de espanhóis, sejam os militares de linhas contrárias às adotadas pelo grupo golpista de Franco, sejam os discordantes da esquerda espanhola, sem lugar no novo regime. Nesta época, mais de 500.000 espanhóis cruzaram suas fronteiras em busca de exílio em outros países (Juliá, 2007). Em sua maioria, esta população dissidente ainda encontrou acolhida nos países das Américas, muitos deles sob a identidade de refugiados políticos. Ao assumir o poder, Franco não via com bons olhos o “abandono” da pátria dos espanhóis pretendentes à emigração. Assim, buscou controlar e dificultar a saída de nacionais para outros países, sobretudo, no período da Segunda Guerra Mundial.

Naturalmente, as motivações e dissidências não eram a única razão das emigrações espanholas. Desde a segunda metade de século XIX, as dificuldades econômicas causadas por epidemias agrícolas, pelas guerras civis, e a própria “promessa” chamariz de “fazer a América”, um continente em construção, se tornaram fatores também impulsionadores da saída de espanhóis para o mundo<sup>185</sup>. Na segunda metade dos anos 1940 e na década de 1950,

---

<sup>184</sup> Tradução da autora: “La dictadura implantada como resultado de la guerra civil se presentó como negación del liberalismo del siglo XIX y de la democracia republicana del XX; como intento de detener la historia y devolverla al mítico origen de la nación española, los Reyes Católicos, el Imperio, el Siglo de Oro. Um Estado que no aborrecia reconocerse como totalitário pretendió crear una sociedad cerrada a todo influjo exterior, autárquica, corporativa, homogéneamente católica, soñando con recuperar un pasado imperial. Mirando siempre hacia atrás en busca de inspiración y modelo, la dictadura combinó instituciones de origen medieval y nostalgias coloniales, todo adobado em uma retórica fascista”.

<sup>185</sup> Ramos Pérez (1978) (*apud* Belott, 1992: *versão online*) traça um perfil da emigração espanhola segundo o qual esta se poderia dividir em fases. O que chama de “fase da emigração conspiradora” seria propriamente a que se vê motivada por razões políticas, “tão em evidência na Europa de fins da era napoleônica” (Belotto, op. cit). A fase seguinte, a da “emigração adaptável”, é a que compreende os emigrantes motivados pelo trabalho na agricultura dos países da América. A terceira fase seria a da “emigração forçada”, ocorrida em meados do século XIX, com destino a Cuba e Porto Rico, quando estas ainda eram colônias da Espanha. A fase seguinte é a das “contratas”, vinculada a um sistema de contratações maciças, levadas a cabo pelos países contratantes e agentes de viagem localizados na Espanha.

nova onda de emigrantes espanhóis se dirige para a América latina, sobretudo Argentina e Venezuela, e também para a França, já tradicional país de acolhida de espanhóis desde as guerras civis ocorridas no país ibérico, no século XIX<sup>186</sup>. A partir dos anos 1960, o perfil da emigração espanhola muda, sendo os países desenvolvidos da Europa os principais destinos destes “novos” emigrantes.

A partir da segunda metade dos anos 1970, com o fim da ditadura de Franco e a eleição de Felipe Gonzalez, liderança do Partido Socialista Obrero Español (PSOE), a Espanha se submete a reformas democratizantes, com resultados também no seu campo econômico: passou de uma economia considerada empobrecida, dentro dos parâmetros de desenvolvimento europeus, para tornar-se, nos anos subsequentes, uma das mais vibrantes do continente. Com o governo socialista, a monarquia voltava ao poder, mas em um regime democrático e parlamentar. A partir dos anos 1980, com a liberalização econômica e a entrada do país na União Europeia, a Espanha passa a ser percebida não só pelo expansionismo de suas empresas pelo mundo, mas, também, por sua estabilidade econômica e política. Assim, o chamado “milagre espanhol” vai apagando a imagem de uma Espanha atrasada economicamente, e retrógrada politicamente, marcas do regime conservador de Franco em seus quase quarenta anos no poder<sup>187</sup>.

#### **4.9 O nacionalismo e as migrações: chaves de compreensão do “problema” espanhol**

Compreender o tratamento midiático, governamental e do que seria uma “opinião pública” espanhola sobre as imigrações contemporâneas na Espanha implica em perceber que, até o início do fenômeno do que se considera uma “entrada massiva” de imigrantes, já nos anos 1990, a Espanha se constituiu, prioritariamente, como um país de emigrações. Por momentos, estas se deram com tal intensidade, que se tornaram preocupantes para o governo. Ainda no começo do século XX, o governo espanhol chegou a criar medidas explícitas para controlar uma saída massiva de cidadãos espanhóis, como se deu com a proibição da emigração subvencionada e a criação de um serviço de inspeção da emigração

---

<sup>186</sup> Durante o século XIX, os reis espanhóis viram seu modelo de monarquia absoluta ser questionado com o surgimento de movimentos liberais e republicanos que clamavam por um regime de viés mais democrático. O surgimento de movimentos populares, formações de milícias e guerras civis, ao longo do século, evidenciavam a demanda de diversos setores da sociedade por um Estado em que o rei fora menos soberano. Entre 1873 e 1874 o regime de monarquia absolutista é substituído por uma curtíssima experiência de República, logo sufocada por setores desejosos da volta à monarquia: a Restauração da monarquia, que dá sobrevida a um modelo dogmático e conservador que ruía em quase toda a Europa.

<sup>187</sup> O partido socialista sai vitorioso, ainda, nas eleições de 1986, 1989 e 1993.

para proceder a este controle, em 1910<sup>188</sup>. Estas medidas viriam a repetir-se, com novas especificidades, nos regimes ditatoriais subsequentes.

Mas, ao tratar-se a Espanha como um tradicional país de *emigração*, os setores mais interessados em defender uma certa “falta de vocação” para receber imigrantes costumam esquecer como a própria constituição do que se convencionou chamar de “povo espanhol” se dá baseada em sucessivas “ondas” migratórias. Desde o século IX a.c se viu habitada por sucessivos grupos de origem Indo-Europeia (Íberos, Celtas, Fenícios, Gregos, Cartagineses, Romanos), germânica (os chamados povos “bárbaros” – Suevos, Vândalos, Visigodos) e muçulmana (Árabes, Bérberes). Estes povos, de distintas tradições linguísticas e culturais, foram deixando suas marcas no que, apenas por volta do século II a.c, viria a reunir-se sob o nome *Hispania* (atribuição romana no seu período de ocupação do território) (Valdeón, 2007).

Foi somente no século XV, com a crucial união matrimonial de dois reis católicos (Fernando Aragão e Isabel de Castela) e a unificação territorial de todas as regiões sob seu comando que se constituiria o reino espanhol de fato. Os séculos XVI e XVII foram marcados pelo crescimento do Império Espanhol, insuflado pela colonização de territórios americanos, tornando-se uma verdadeira potência econômica.

Internamente, a “unidade” de Castela e Aragão se sustentava pelo sufocamento das minorias regionais e políticas insurretas, ignoradas em suas especificidades regionais, no intento de concretizar a ideologia do Estado-nação. Os séculos que se seguiram à união dos reinos hispânicos também foram marcados por sucessivos dilemas dinásticos e questionamentos populares sobre a legitimidade do poder dos soberanos.

A união dos reis católicos e a ação imperial e bélica nas colônias conquistadas formaria a base do que viria a se tornar a principal “unidade” ideológica dos próximos séculos e da Espanha moderna: a uniformidade religiosa (catolicismo) e o “espírito” guerreador com fundo católico – a “lógica” das Cruzadas, que empunha a guerra e o sacrifício como princípios de sucesso para a constituição de um glorioso império espanhol (Béjar, 2008).

No que este breve recorrido pela história Antiga, Moderna e Contemporânea da Espanha pode nos esclarecer sobre a incidência do tema das migrações e das representações sobre as identidades do *outro* neste país, é válido demarcar a longínqua história de unificação arbitrária de diferenças regionais marcantes, em prol da criação de uma nação

---

<sup>188</sup> Real Decreto de 26 de agosto de 1910 - Objetivava proibir a imposição dos emigrantes espanhóis de viajarem gratuitamente para o Brasil por meio de companhias de navegação que celebravam contratos com os interessados em virem trabalhar no Brasil.



singular; a histórica tradição de *emigração*; a localização geográfica privilegiada; a longa presença do governo totalitário de Francisco Franco e de sua repressão à diversidade cultural; a recente expansão econômica; a execução em vigor de um mandato de governo do *Partido Socialista Obrero Espanhol*, e outros fatores de cunho mais global – como o avançado da *midiatização* de processos políticos e a difusão das tecnologias de comunicação que colocam o indivíduo no centro da produção de discursos.

Estes são alguns dos aspectos a serem tomados em conta para se pensar em que medida a Espanha se encontra em uma posição específica para *negociar* o tema das migrações internacionais contemporaneamente, e em que medida pode ser tomada como uma espécie de “protótipo” do modo como diversos países europeus se constituíram e, de modo análogo ao espanhol, vêm reagindo com dificuldades ao grande aumento do número de imigrantes a partir dos anos 2000.

## **CAPÍTULO 5**

### **INTERNET E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE AS IDENTIDADES MIGRANTES: CONTAMINAÇÃO *ONLINE* DE DISCURSOS PÚBLICOS XENÓFOBOS**

Nos capítulos anteriores, procurei explicitar algumas bases textuais e contextuais que sustentariam os argumentos dos xenófobos dentro e fora da rede (por meio das análises teóricas realizadas sobre a produção de discursos sobre as migrações na grande mídia espanhola – capítulo 3, e ao observar as falas disponibilizadas midiaticamente dos discursos parlamentares – capítulo 4). Busquei observar, também, alguns preâmbulos sociais que podem ter criado o ambiente de insegurança social que geraria tais textos e contextos. Neste capítulo final, procedo a analisar vídeos autorais realizados pelas chamadas “pessoas comuns”, e disponibilizados pela internet, que defendem certas idéias sobre as migrações e os migrantes, a saber, idéias nacionalistas e xenófobas. Aproveito para refletir sobre a contribuição da rede nas dinâmicas migratórias e na construção de sentidos sobre a identidade migrante. Os vídeos analisados dão oportunidade de voltar a comentar certos aspectos já discutidos nos capítulos anteriores e debater sobre a existência de uma possível equivalência entre os discursos e argumentos sobre os migrantes, sustentados em esferas públicas presenciais e via internet.

#### **5.1 Internet: potente e ambivalente instrumento de autonomia para (falar da) a identidade**

Falar dos processos de identificação *mediatizados* é necessariamente ampliar o enfoque das mídias tradicionais de massa ou da “grande” mídia e focar a difusão da comunicação em rede, pela internet, entre as populações que vivem e circulam entre as nações. A internet dá visibilidade, com menos interferência dos empresários da comunicação, às experiências identitárias, na medida em que possibilita a divulgação de uma produção de informação individual já previamente favorecida pela difusão de outras ferramentas tecnológicas – câmeras digitais, programas de edição domésticos, entre outros recursos audiovisuais de uso não profissional. O desenvolvimento do modelo de produção de informação indivíduo-sociedade se dá com a expansão da internet, portanto, não só por sua adaptação às rotinas de uso da produção de informação baseada em tecnologia digital, permitindo seu armazenamento e divulgação, mas porque está em sua natureza colocar em circulação informações produzidas por muitos para muitos. Com isso, a internet insinua-se

como um modelo de comunicação promissor no fomento à autonomia individual e à democratização de pontos de vista diversos.

A comunicação em rede produz um “deslocamento imóvel” do consumo, à semelhança de outros produtos veiculados na “grande” mídia via satélite e, como esta, difunde para “muitos” produtos de experiências locais. É, portanto, uma instância de troca de informações de caráter ambivalente, que permite que a internet seja pensada tanto como meio de comunicação social, quanto como uma ferramenta comunicacional de uso privado (Verón, 1997). É o que ocorre quando dois indivíduos trocam uma mensagem de e-mail, arquivos pessoais, ou disponibilizam suas páginas pessoais na rede apenas para um número eleito de pessoas, não acessível aos demais usuários. Ao ser tomada como um meio de comunicação social, não obstante a internet possa ser observada desde algumas características comuns a outros meios como os jornais impressos, o rádio e a televisão – por seu caráter de difusor *público* de informação – por outro lado, revela especificidades categóricas em relação a tais meios de difusão massiva. Uma delas, como já mencionado, é o fato de basear-se na produção e consumo de informação de uma quantidade *intangível* de produtores e receptores, figuras que por vezes se acoplam – quem produz é também quem consome. Ou seja, por permitir a divulgação pública de discursos de *indivíduos comuns* que podem também consumir informação de outros *indivíduos comuns*.

A divulgação de pontos de vista individuais torna-se, portanto, um diferencial que faz da internet tanto o mais potente meio de comunicação em quantidade de oferta de informações/referentes produzidos individualmente, como, também, dá o contorno de sua outra natureza: como ferramenta tecnológica de trocas privadas de informação praticamente ilimitadas entre dois indivíduos. Tomada apenas como ferramenta ou dispositivo tecnológico, a rede não alcança o estatuto de um meio de comunicação social, na medida em que “tecnologias de comunicação” e “meios de comunicação” são eventos diferentes, sobretudo pela articulação, no caso dos *meios*, com modalidades *específicas* de utilização *social*. Isto é, os processos que levam uma ferramenta de comunicação a tornar-se um meio *social* de fato são mais complexos e implicam em certas *condições e modalidades (ou práticas) de produção e reprodução* das mensagens, que devem, necessariamente, estar acessíveis não apenas às duas pessoas envolvidas na troca de mensagens, mas a um público maior: este é seu caráter social (Verón, 1997<sup>189</sup>). O caráter *meio de comunicação social* que

---

<sup>189</sup>Utilizo e estou de acordo com estas concepções de meio de comunicação social/dispositivo tecnológico que traça Verón por acreditar, como este autor, na necessidade de corresponder à idéia de meio de comunicação social seu “contexto de usos sociais” que “permite ao mesmo tempo desenhar o campo da história social das tecnologias da comunicação que é então uma história dos meios” (33). Verón (op.cit) insiste em demarcar que “tecnologias de comunicação” e “meios de comunicação” são coisas diferentes, exatamente por esta

a internet pode assumir, por outro lado, lança mão das ferramentas tecnológicas que a rede dispõe, mas visa à multiplicação das práticas discursivas dos “cidadãos comuns”, ou seja, aqueles não profissionais das corporações de comunicação que desejam dar visibilidade ampliada a seus pontos de vista, obras autorais, à sua experiência identitária, enfim.

Para Poster (2001), que acredita que a internet deve ser definida mais como um *espaço social* do que como uma *coisa* (176), é possível pensar a internet como uma *ferramenta*, utilizada para ampliar a comunicação de indivíduos, grupos e corporações a baixo custo, mas defende que este uso da rede revela apenas uma de suas dimensões, no caso, sua dimensão *moderna*: “A Internet é moderna no sentido de que dá continuidade à tradição das ferramentas eficientes, e no sentido de que as culturas modernas remanescentes transferem suas características para o novo domínio”<sup>190</sup> (183). No entanto, o autor defende que, em certas instâncias, a internet não dá seguimento aos pontos de vista e práticas das instituições modernas, mas que estabelece novas relações e experiências políticas, consideradas “pós-modernas” pelo autor. Este seria o caso da relação entre sujeito e identidade. Segundo Poster (2001), a internet evoca e põe em experiência um aspecto que seria conhecido em outros âmbitos da vida “pós-moderna”: o fomento à autoconstrução da identidade pelo próprio sujeito.

A potência da internet no fomento de produções independentes baseadas em pontos de vista individuais, em que os sujeitos/autores podem “falar de si” e de sua visão de mundo revela aspectos da moralidade contemporânea já discutidos no capítulo 2: trata-se da multiplicação de narrativas individuais que se impulsiona pelo alargamento dos processos de *identificação* e, também, pela *mediatização* da própria experiência identitária, a qual reforça. Na rede, porém, autor, narrador e personagem da experiência muitas vezes tornam-se o tripé do mesmo sujeito, que passa a “dirigir” a própria vida como “obra” (Sibilia, 2005) pela internet. Esta experiência pode chegar ao paroxismo da autoconstrução e transformação pessoal individual na medida em que tal “autoconstrução” se dá no curso mesmo da comunicação interpessoal pela rede, isto é, em tempo real.

Nesses casos, o que está em jogo é a solicitação direta para que se construa identidades no curso das práticas de comunicação. Indivíduos inventam a si

---

articulação, no caso dos meios, com suas modalidades *específicas* de utilização social. Com isso, o autor evita alinhar-se a um corrente discurso tecnocrático que atribui a qualquer nova tecnologia de comunicação práticas sociais lineares e mecânicas de produção e reprodução, tendência “que acompanha a difusão de novos dispositivos” (33).

<sup>190</sup> Tradução da autora: “The Internet, then, is modern in the sense of continuing the tradition of tools as efficient means and in the sense that prevailing modern cultures transfer their characteristics to the new domain”.

mesmos e o fazem bastante repetida e diferentemente no curso de conversações por mensagem eletrônica<sup>191</sup> (Poster, 2001:183)

Com a difusão da internet ao seu uso comercial e individual, – sobretudo a partir da difusão da *web* 2.0, que amplia “as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para interação entre os participantes do processo” (Primo, 2008: 101) – passa a ser da alçada de cada indivíduo não só a escolha de com quem se relacionar, como, também, o quanto permitir a exibição das múltiplas faces de sua (s) identidade(s). Muitas análises sobre a experiência da sociabilidade em rede defenderam que esta característica da internet indiciava uma conquista de liberdade e autonomia elogiáveis pelo sujeito contemporâneo, potencializadas pela rede. Estas liberdade e autonomia, vividas em outras instâncias sócio-culturais, também se experimentariam pela rede, na medida em que ela permitiria o acesso a “mundos” até então intangíveis para os que viviam atrelados a comunidades fixas, ligadas ao território, possibilitando novos vínculos entre indivíduos, e identificações destes com culturas diferentes das suas.

Castells (2008<sup>192</sup>) defende que é a experiência da sociabilidade em rede uma das marcas das sociedades globalizadas contemporâneas que, portanto, mais favoreceria uma *emancipação* do sujeito e de suas escolhas identitárias. Para o autor, hoje, não é possível pensar a sociabilidade e a identidade fora de um modelo em que “tudo está articulado de forma transversal e onde há menos controle das instituições tradicionais”. Mas, se para o autor a internet é um “instrumento de liberdade e autonomia” que desestabiliza as relações entre “antiga” e “nova” sociedade pelo fato de a comunicação em rede acabar com o poder baseado em controlar indivíduos, tornando-se “um instrumento chave para a autonomia das pessoas”, em suas pesquisas também procede a uma construção causal invertida da relação internet < > autonomia. Nesta outra proposição, defende que é a autonomia experimentada pelo sujeito, previamente, que pode levar a um maior uso da internet:

Quanto mais autônoma é uma pessoa, mais ela utiliza a internet. Em nosso trabalho definimos seis dimensões de autonomia e comprovamos que *quando uma pessoa tem um forte projeto de autonomia, em qualquer uma dessas dimensões, ela utiliza internet com muito mais frequência e intensidade* [grifo meu]. E o uso da internet reforça, por sua vez, a sua autonomia. Mas, claro, quanto mais uma pessoa controla a sua vida, menos ela se fia nas instituições.

---

<sup>191</sup> Tradução da autora: “In these cases what is at stake is the direct solicitation to construct identities in the course of communication practices. Individuals invent themselves and do so repeatedly and differentially in the course of conversing of messaging electronically”.

<sup>192</sup> Castells, Manuel: “Liberdade e autonomia”. Entrevista concedida a Milagros Pérez Oliva. *El País* 18/02/08.

Em outra de suas obras, Castells (2003) justifica tal nexo causal autonomia > internet afirmando que, de fato, a web seria apenas um meio que tornou possível a evidência de transformações em curso na própria sociedade. O autor defende que ela apenas reflete e potencializa as relações e comportamentos já existentes, que apenas “amplificam-se e potencializam-se a partir do que são” (2003: 273). Poster (2001) também se questiona sobre em que medida a internet reflete padrões modernos ou cria novas modalidades de atuação política “pós-modernas”. Evita evocar o “determinismo tecnológico” que marca a celebração dos potenciais da rede, mas destaca seus efeitos sobre as relações sociais ao ter produzido tamanha *reconfiguração* no modelo de produção e distribuição da informação: “nada reconfigurou tão drasticamente as condições básicas do discurso e da recepção quanto a Internet”<sup>193</sup> (176). Poster (2001) se preocupa em pensar em que medida estas mudanças nas *condições básicas do discurso* podem ter criado “novas formas de configurações de poder na comunicação entre indivíduos”, e se “em outras palavras, existe uma nova política pela Internet?” (177).

Para pensar em que medida a rede fomenta formas de fato novas (“pós-modernas”) de sociabilidade e atuação política, o autor opta por discutir os aspectos que relacionam as novidades do modelo em rede em sua relação com a democracia. Para isso, toma como parâmetro o modo de funcionamento das instituições modernas e algumas de suas noções mais capitais: *presença* (relações “face-a-face”) e *ethos comunitários* que implicam tal presença de seus membros; *progresso* – relacionado ao projeto iluminista e baseado em parâmetros ocidentais de temporalidade; e *identidade* individual – unitária e solidamente construída no marco histórico moderno. Neste caminho, Poster (2001) se pergunta: “que tipo de comunidade pode existir nesse espaço?” (177). Mais do que fornecer respostas corretas sobre um fenômeno tão recente, o autor busca, muito mais, fazer perguntas pertinentes, tais como: em que medida as novas formas de diálogos *descentralizados* permitem criar novos blocos de grupos e formações políticas?; ou: em que medida a internet funciona como uma extensão de práticas modernas ou lança novas modalidades de atuação políticas?<sup>194</sup>

Vaz (2004) sistematiza quatro pontos promissores da internet para a democracia, quando de seu surgimento: a descentralização do poder de emitir informações à distância; o

---

<sup>193</sup> Tradução da autora: “None but Internet so drastically reconfigures the basic conditions of speech and reception”.

<sup>194</sup> Para isso, o autor convida outros autores para enriquecer a exposição de seus questionamentos, lançando subtemas que, tratados dialeticamente, poderiam fornecer pistas interessantes para enquadrar o problema da representação identitária pela Internet: relação entre mídia, esferas e pautas públicas midiáticas (Virilio, 1994); esfera pública e formação de consensos (Habermas, 1989); mídia e ampliação da representação de minorias (Lyotard, 1984; Fraser, 1989, 1990; Negt & Kluge, 1993), mídia e autonomia da identidade (Felski, 1989), entre outros.

anonimato; o novo poder da audiência em relação a representações que lhes são transmitidas; e a importância da rede como um lugar terceiro de sociabilidade, para além da família e do trabalho (idem:2). Todos estes aspectos são necessariamente influentes e contribuem no uso que migrantes e não migrantes vêm fazendo da rede, o que sugere uma ampliação das modalidades de comunicação para os que vivem em lugares diferentes dos de nascimento, além de vantagens para a produção de diversidade na divulgação de falas *sobre* as migrações.

Tanto como ferramenta de comunicação à distância, como em sua “face” meio de comunicação social, as novidades do modelo de interação em rede e a “liberdade” de construir e reconstruir as próprias identidades – dando visibilidade pública a elas – são aspectos que refletem aquele projeto de *emancipação* do sujeito empreendedor de sua própria vida, na contemporaneidade. Este “projeto de emancipação”, que para Vattimo (1989) marcaria o que chama de “fim da modernidade”, é intrinsecamente relacionado ao papel da mídia e seu sucesso em proliferar “visões de mundo”. Mas, se para tal projeto, a mídia passa a ter um papel central no fornecimento de um cardápio de referências de identidades, bem como no espaço de visibilidade que oferece às identidades das pessoas “comuns”, a internet parece ultrapassar em complexidade a chamada “grande mídia” em sua contribuição para tal *emancipação* do sujeito na construção de novas identidades culturais. A *web* se insinua como um eficaz instrumento para a retomada do controle do indivíduo de seus próprios processos identificatórios, em face do modelo *um-muitos* oferecido pela grande mídia<sup>195</sup> e, neste sentido, creio com Poster (2001), é possível pensá-la como “pós-moderna”.

Por outro lado, a mesma internet que apresenta peculiaridades como a garantia de anonimato da identidade, a possibilidade de expressão de pontos de vista e obras autorais individuais (sobretudo quando sejam polêmicos), aspectos estes que sugerem a ampliação das práticas democráticas, e uma libertação dos referenciais institucionais que orientavam os pontos de vista comunitários – marcos modernos –, a rede põe em circulação pontos de vista individuais que são formulados por sujeitos que têm suas opiniões, preconceitos e pontos de vista também ancorados em debates que se dão na realidade-histórica de onde vivem. Falar sobre ou “viver” as migrações contemporâneas *pela* rede é, forçosamente, remeter-se a experiências que implicam a relação do indivíduo que fala, e do que consome esta fala, com o território e com as comunidades que o habitam. Isto é, representar as migrações contemporâneas pela rede é levar em conta as relações presenciais das pessoas com seu espaço e, também, considerar os debates políticos que se dão sobre este tema naqueles

---

195 Tratada como tradicionalmente manipuladora do consumo da informação e das possibilidades criativas no âmbito da identidade, pelo sujeito (Shapiro, 1999; Antoun, 2008).

territórios. Neste sentido, no tocante às experiências identitárias *dos e sobre* os migrantes pela rede, não parece haver uma ruptura tão clara entre o que se pensa e como se age dentro e fora da internet, a ponto de permitir pensá-la como um espaço *alheio* ou de funcionamento radicalmente paralelo à realidade política presencial que se desenvolve fora do ambiente virtual. Assim, ainda com Poster (2001), creio também ser necessário evocar o caráter “moderno” da rede, no sentido de que esta pode servir, como *ferramenta*, apenas a tornar mais visíveis as dinâmicas das realidades e relações construídas fora dela.

### **5. 1. 1 Internet como dispositivo/ferramenta de comunicação e como meio de comunicação social: o migrante *pela* internet, o migrante *na* internet**

Para pensar a incidência da internet nos processos concretos de mobilidade humana, as migrações em si, torna-se capital evocar algumas das características mais básicas do que seria uma natureza técnica da comunicação em rede, quais sejam: o imediatismo da transmissão das informações – em tempo real – e a reprodutibilidade das imagens dos sujeitos e dos espaços de onde falam, para qualquer parte do mundo. Isto é, dar visibilidade imediata e colocar em contato pessoas separadas geograficamente, superando limites físicos como o tempo e o espaço são, certamente, as características básicas que fazem da internet o meio que, por excelência, mais favorece a ampliação das possibilidades de sua representação, mas, também, a experiência migratória em si mesma.

No tocante às migrações “em si mesmas”, a possibilidade de conectar pessoas situadas em países diferentes tanto favorece a manutenção da estadia do emigrante no novo país, como, também, lhe pode ser útil no planejamento do ato migratório. Seja no âmbito de sua “descoberta” do país para onde se candidata a migrar, seja na criação de uma sociabilidade entre os novos “vizinhos”, seja, ainda, na manutenção de vínculos com os entes e afetos que ficaram no seu antigo país de moradia, a internet se coloca como uma ferramenta de comunicação que promove novas formas de vínculos sociais.

Antes de partir, a rede pode ter um papel importante na desmistificação de falsas impressões acerca do país para o qual o cidadão pretende migrar; no esclarecimento de dúvidas e questões, tanto sobre a cultura daquele país, quanto acerca dos próprios trâmites do ato migratório, prevenindo alguns tipos de adversidades, ou evitando certas frustrações que costumam decorrer da falta de conhecimento prévio sobre a realidade da migração. Com a importância assumida pelas redes sociais na construção das motivações dos novos candidatos à migração, muitas vezes estes orientam suas expectativas com respeito à viagem baseando-se nos depoimentos daqueles que já migraram. Se por um lado, os testemunhos dos



quem já estão em estágio avançado de integração podem balizar as expectativas dos que ainda não foram, dando-lhe dados mais concretos acerca daquela realidade, muitas vezes, estes testemunhos acabam tendo o efeito contrário, o de criar falsas expectativas – animadoras ou desabonadoras – sobre a realidade da migração. É assim que muitos candidatos a tentar a vida em outro país o fazem acreditando que vão encontrar muito mais oportunidades do que efetivamente encontram, ou, ao contrário, desistem previamente por acreditarem que se a vida não está boa para quem está lá, suas possibilidades de fracasso estão também predeterminadas. Neste ponto, recorrer à internet como ferramenta de consulta em busca de outras informações e depoimentos que possam melhor refletir a realidade do país de “destino” torna-se uma forma de qualificar o planejamento e antecipar as situações que o migrante pode vir a encontrar quando viaja.

Naturalmente, a internet não é a única fonte de acesso a informações sobre os países e suas realidades culturais, mas é a única que, além de “aproximar” pessoas separadas geograficamente, permite o contato de pessoas e coletivos desconhecidos entre si. As redes de sociabilidade e apoio que se constroem virtualmente são um dos espaços mais profícuos para a posta em contato de pessoas que não se conhecem previamente de modo presencial, aliás, no mais das vezes, este é seu maior objetivo: justamente tornar presencial um primeiro contato que se dá pela rede. Ao oferecer um “espaço” para contatos de caráter “amoroso”, profissional, ou para a criação de amizades, as redes de sociabilidades virtuais tiram os migrantes que as utilizam do anonimato mútuo<sup>196</sup> e podem favorecer sua experiência de integração nas sociedades de acolhida. Em certos casos, é justamente a possibilidade de manutenção do anonimato pela rede que anima os migrantes a utilizarem a internet, tanto como fonte de informações, como em busca de apoio para situações difíceis por que estejam passando:

As chamadas redes de apoio da Internet se consolidaram como espaço onde encontrar soluções para todo tipo de questões. Os internautas se organizam em comunidades com o objetivo de encontrar soluções (a dificuldades de diversas naturezas: problemas afetivos, econômicos, legais etc.) e obtêm respostas, na maioria dos casos, de usuários anônimos cuja identidade nunca poderão conhecer com certeza (Tejedor, 2008:284)<sup>197</sup>.

---

<sup>196</sup> Neste caso, me refiro a um anonimato que precede à formação de uma rede social local, isto é, à situação do imigrante que acaba de chegar e ainda não é conhecido ou conhece outras pessoas.

<sup>197</sup> Tradução da autora: “Las denominadas redes de apoyo de Internet se han consolidado como espacio donde hallar soluciones a todo tipo de cuestiones. Los internautas se organizan en comunidades con el objetivo de encontrar soluciones (a dificultades de diversa índole: problemas afectivos, económicos, legales etc.) y obtiene respuesta en la mayoría de casos de usuarios anónimos cuya identidad nunca podrán conocer con certeza”.

Seja na construção de uma sociabilidade complementar a que vem construindo nas vias presenciais, seja como principal via de acesso à construção de relações que podem ou não vir a se tornar presenciais, a Rede se coloca como um ponto de apoio para os imigrantes, já no país de acolhida. Este apoio pode dar-se também pela operacionalidade que permite no acesso a informações institucionais importantes para a vida dos imigrantes. Pela internet, estes indivíduos podem acessar *sites* oficiais de ministérios, consulados, delegacias, associações e organizações não governamentais, ou outras instituições de interesse, assim como procurar oportunidades de trabalho, de educação, lazer e diversas outras instituições de sociabilidade. Em alguns casos, a única forma de acessar certas informações se dá pela internet, sobretudo em sociedades em que esta tem grande penetração entre seus indivíduos, tornando-se “requisito” também para imigrantes.

O coletivo de imigrantes encontra, nas “sociedades de destino”, um novo espaço, onde o acesso, o domínio e o uso cotidiano das tecnologias da informação e a comunicação são até certo ponto um requisito de grande importância no processo de adaptação ao novo entorno e, por conseguinte, em relação aos novos “vizinhos” (Tejedor, 2008:284).<sup>198</sup>

Já o uso da internet pelo sujeito migrante como ferramenta de comunicação na manutenção de vínculos com seus último(s) país(es) de moradia, seja ele de nascimento ou não, é um dos aspectos interessantes para pensar a perspectiva de que as migrações contemporâneas, mais do que “internacionais”, com o apoio destas tecnologias digitais de comunicação e sua difusão pela internet, devem ser definidas como *transnacionais*. A possibilidade de manter contato, de participar dos acontecimentos ocorridos, de ver e ouvir pessoas em tempo real coloca em xeque, inclusive, a própria noção de “presença” física entre migrantes e não migrantes. Isto porque, para muitos migrantes, as sociedades de acolhida são percebidas como uma instância de trabalho, em que sua integração nelas (muitas vezes indesejada por eles, dificultada ou renegada pelos autóctones) é, de fato, bastante relativa. Para estes sujeitos com integração parcial nas sociedades de acolhida, a participação e o acompanhamento dos fatos ocorridos em seus países anteriores de moradia podem tornar-se tão ou mais importantes e frequentes do que os eventos presenciais de que pouco participam nos “novos” países. Assim, se, nestes casos, a rede torna-se o “lugar” cativo em que se experimentam as relações mais íntimas e se mantêm os laços afetivos, cabe colocar em reflexão o que significa, nestes casos, “estar presente”.

---

<sup>198</sup> Tradução da autora: “El colectivo de inmigrantes encuentra en las ‘sociedades de destino’ un nuevo espacio donde el acceso, el dominio y el uso cotidiano de las tecnologías de la información y la comunicación es hasta cierto punto un requisito de gran importancia en el proceso de adaptación al nuevo entorno y, por ende, en relación con los nuevos ‘vecinos’”.

O uso da internet pelo imigrante também é incrementado pelo aumento do número de *sites* produzidos e voltados especificamente por/para migrantes. Nesse caso, um uso que se daria com caráter mais instrumental, como ferramenta de comunicação, é ampliado para seu potencial *meio de comunicação social*. E neste caso, também, cabe voltar a precisar os potenciais da internet na ampliação de *representações* das migrações e das identidades migrantes. Isto porque, tais *sites*, ao divulgar informações, prestar serviços, ou refletirem as experiências *dos* migrantes, terminam por dar acesso público a tais informações, bem como por exibir publicamente a própria experiência de *ser* migrante. Se esta produção ainda é incipiente frente ao uso que este grupo faz de meios impressos e do rádio para divulgar e ver refletidos seus pontos de vista (Tejedor, 2008), se coloca como um enorme potencial discursivo ao dar ao migrante a possibilidade de falar de si e expressar seus valores sem intermediários institucionais, e, mais importante, sem os filtros das representações identitárias que fazem os autóctones das realidades culturais dos migrantes. Cogo (2008) assinala como, de fato, os próprios migrantes não se reconhecem nos clichês construídos pelas mídias “autóctones” acerca de suas identidades. Neste sentido, o deslocamento da função produtor/receptor que a internet permite ao colocar o imigrante como construtor discursivo de sua própria realidade é potencialmente subversor da “colonização da memória pela mídia” (*idem*) e dá a ver expressões individuais da complexidade de ser migrante. Voltarei a esta discussão do uso da internet como meio social de difusão de representações sobre as identidades migrantes ao abordar seu uso por não migrantes, na segunda parte deste capítulo.

### **5.1.2 Categorias de uso e acesso da internet por migrantes**

O uso da internet *por* migrantes confunde não só o que poderiam ser as “naturezas” da rede (dispositivo/ferramenta tecnológica ou meio de comunicação social), como, também, o que poderiam ser definidas como *categorias* de uso (uso para sociabilidade, uso instrumental – para acesso de informações específicas etc.). Para a reflexão deste trabalho, as pesquisas que procedem a tal categorização de usos não seriam tão bem sucedidas em criar tais categorias, na medida em que demonstram fissuras ao serem aplicadas aos usuários migrantes. Vejamos por quê.

Vaz (2004) constatou que, como vem sendo confirmado “por diversos autores”, “o uso da Internet pelos indivíduos é esmagadoramente instrumental, o que tem como contrapartida o descrédito em relação à esperança de que a internet seria um lugar terceiro de sociabilidade” (1). Aqui encontramos uma dupla dificuldade, qual seja: a de generalizar as

condições de localização geográfica destes tipos de pesquisa<sup>199</sup> frente à experiência de transnacionalidade do público que nos interessaria analisar, os migrantes, e o próprio público-alvo da pesquisa – normalmente, a população em geral, ou os autóctones, não alcançando discernir migrantes de não migrantes, portanto não implicando os primeiros de forma clara em tais estatísticas. O fato de o número e a modalidade de acessos registrados em um país contemplarem os autóctones, ou, a população de modo geral, é o que cria as maiores dificuldades para pensar uma “categoria de uso” para os imigrantes<sup>200</sup>. Não se tem notícias de censos/pesquisas específicos voltados para registrar o uso da internet especificamente por migrantes *em* países de acolhida, o que seria o ideal para proceder a uma análise sobre tais categorias de uso (sociabilidade/uso instrumental) da rede por migrantes. O que é claro é que o fato de uma sociedade de acolhida (onde costumam se situar tais pesquisas) dispor de ampla rede de computadores conectados pela internet não necessariamente dá a dimensão do seu uso efetivo pelo migrante<sup>201</sup>.

Outro ponto delicado na criação e medição de categorias de usos da internet que contemplem os migrantes é que, tanto a categoria “sociabilidade”, como uso “instrumental” ganham novos contornos quando aplicados para sujeitos “autóctones” e quando para migrantes. Se, para os primeiros, a possibilidade de ampliação de contatos profissionais ou afetivos pela internet pode ser tomada como complementar às redes presenciais estabelecidas – na medida em que se suponha que autóctones têm quantitativamente mais relações humanas baseadas em contatos presenciais fundados em sua história naquele lugar –, para os migrantes, os contatos estabelecidos pela rede muitas vezes são os únicos de que dispõem para iniciar sua vida social/profissional. Se a consulta de jornais ou outros órgãos de informação dos seus países de nascimento a que se categoriza como uso “instrumental” pode

---

<sup>199</sup> Neste caso, as pesquisas mencionadas pelo autor foram realizadas nos EUA, um país que poderia ser tomado como referência de sociedade de acolhida pelo grande número de imigrantes que compreende.

<sup>200</sup> Se se toma como base o uso da Internet pelos migrantes já nas sociedades de acolhida com maior índice de imigrantes, é certo tomar como referência as sociedades com altos índices de conectividade. Se tomássemos como referência países de acolhida com mais baixos índices de desenvolvimento que os primeiros, como é o caso do Brasil, tampouco os resultados seriam mais animadores, uma vez que, como bem lembra Vaz (2004): “Devido a nossa incrível desigualdade na distribuição de renda, falta muito para que o uso da Internet se generalize, se é que algum dia isso ocorrerá. Em outras palavras, o uso permanece em grande parte restrito às camadas de renda mais alta e de melhor nível educacional. Assim, as esperanças podem se alimentar da distância entre as práticas mais inovadoras desses usuários e aquelas que são possíveis de existir para o conjunto da sociedade brasileira”(1).

<sup>201</sup> Frequentemente, se sugere que o número de acessos à Internet pelo migrante é quantitativamente inferior aos do autóctone, apontando-se, em tal disparidade, para uma necessidade de “alfabetização digital” da população migrante, e exigindo o “urgente e profundo replanejamento das estratégias da inclusão destes” (Tejedor, 2008:292) em capacitações para o manejo da Internet. Mas, levando em conta que muitos cidadãos estrangeiros antes de migrar utilizavam a Rede em seus países de “origem”, cabe pensar em que medida, mais do que “alfabetização digital”, se poderia, mais, sugerir uma “urgente e profunda” melhoria das condições de vida, de modo geral, do sujeito migrante. Tais mudanças poderiam ser revertidas no acesso a certos bens de consumo como as tecnologias digitais, e os computadores conectados à Internet, mais especificamente.

ter um caráter “tópico”, e objetivo, para “nacionais”, para os migrantes, muitas vezes, neste modo de uso tido como “instrumental” estão suas fontes de acesso a uma memória coletiva que pretendem manter com os referentes culturais de seu(s) último(s) país(es) de moradia.

Uma relativização necessária sobre os potenciais da internet para a experiência democrática das representações sobre as migrações e da própria autoconstrução de identidade migrante nos leva à implicação do material que analiso propriamente na segunda parte deste capítulo: os vídeos autorais que revelam pontos de vista nacionalistas, frequentemente discriminando e inferiorizando os estrangeiros – os vídeos xenófobos dos *sites* de hospedagem na internet. Pois, se a rede complexifica o “trabalho de imaginação” (Appadurai, 1996) acerca da migração, ampliando a compreensão das identidades envolvidas no ato migratório, tal ampliação de “visões” sobre as migrações não é um exercício com resultados garantidos pela simples multiplicação de “cardápios” imaginários sobre modos de ser “migrante”. Ao contrário, à revelia da proliferação de discursos, do poder *quantitativo* da diversidade ofertada pela *Web 2.0*, há que se observar quando a rede, por suas próprias características “libertárias” mencionadas, abre espaço para expressões de pontos de vista que colocam em choque as próprias conquistas democráticas festejadas na contemporaneidade, dentre as quais, a *liberdade de expressão* X o respeito às diferenças.

É justamente a “liberdade” de falar sem intermediários e sem regulações desta fala, como é próprio da internet, que vem permitindo a tomada de espaço de um tipo de discurso *sobre* os migrantes que já não encontra tanta legitimidade no espaço público tradicional e no Estado de Direito Moderno e democrático: o discurso xenófobo<sup>202</sup>, ou o discurso que desqualifica o migrante e as circunstâncias que os tornam estrangeiro.

### **5.1.3 Rede como espaço democrático que fere ideais democráticos: os discursos xenófobos pela internet**

Desde a década de 1990, frente à reconfiguração da paisagem de etnias e culturas no continente europeu, que foi um dos efeitos mais visíveis da globalização, chefes de governo e órgãos intergovernamentais, como a ONU, parecem vir se “sensibilizando” para a necessidade de renovar seus instrumentos de controle da intolerância baseada em diferenças étnicas e lugar de nascimento, a xenofobia ela mesma. De fato, o combate à intolerância e às discriminações sociais que ferem alguns dos ideais mais caros do paradigma iluminista, racional – a igualdade entre os homens – vem sendo um esforço institucional perpetrado

---

<sup>202</sup> Entendendo por xenofobia a discriminação e a intolerância que a acompanha baseada na visível diferença de cor, ascendência ou origem nacional ou étnica e na suposição da existência de raças.

desde os anos 1950, sob a égide de diversos instrumentos legais<sup>203</sup> adotados em nível internacional com aquele fim<sup>204</sup>. Mas, passadas mais de cinco décadas desde a redação do maior bastião do combate à discriminação baseada em diferença de origem ou etnia, a Declaração dos Direitos do Homem (1948), seus representantes reconhecem que as mudanças econômicas, políticas e sociais em curso no mundo impelem à renovação de tais instrumentos, de forma cooperada, em nível internacional:

Apesar do facto de a proibição do racismo e da discriminação racial estar profundamente enraizada no ordenamento jurídico internacional em matéria de direitos humanos e dos progressos realizados nesse domínio desde a criação da Organização das Nações Unidas, não há dúvida de que os objectivos das três Décadas de combate ao racismo continuam por atingir, que milhões de seres humanos continuam até aos dias de hoje a ser vítimas de tal flagelo e que, com o surgimento de novas tecnologias e o advento da globalização, novos desafios se colocam neste domínio, exigindo medidas inovadoras e esforços concertados a nível nacional, regional e internacional<sup>205</sup>.

Mas, se em nível governamental, ou, melhor dito, ao nível das ações de organismos supranacionais como a ONU, há toda uma movimentação no sentido de tornar visível sua preocupação com os conflitos de natureza xenófoba<sup>206</sup>, concretamente, as manifestações práticas desta natureza se encontram em franca ação em toda a Europa<sup>207</sup>. As ações

---

<sup>203</sup> Sendo alguns dos mais importantes: a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948); o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966); o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

<sup>204</sup> Com destaque para algumas ações específicas nos anos 1960: em 1963, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a *Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial* e, em 1965, um tratado internacional especificamente dedicado ao combate ao racismo e à discriminação racial: a *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*.

<sup>205</sup> Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa - Durban, 31 de Agosto a 8 de Setembro de 2001. Documento de circulação Interna – versão portuguesa (pág. 9)

<sup>206</sup> Vide a organização da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, celebrada no ano de 2001, que foi, ainda, proclamado o Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Conexa. No contexto da realização do evento, a Assembléia Geral da ONU se dizia “firmemente convencida da necessidade de adoptar medidas mais eficazes e sustentadas a nível nacional e internacional para a eliminação de todas as formas de racismo e discriminação racial”, revelando que seus “Estados participantes na Terceira Conferência Mundial contra o Racismo adoptaram uma agenda inovadora e abrangente de combate à discriminação, composta por uma Declaração Política na qual se enunciam uma série de compromissos destinados a erradicar a discriminação racial e a intolerância, bem como por um Programa de Acção onde se descreve em detalhe uma série de medidas a adoptar com vista a realizar os objectivos consagrados na Declaração Política”. Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa - Durban, 31 de Agosto a 8 de Setembro de 2001. Documento de circulação Interna – versão portuguesa (pág. 9).

<sup>207</sup> Além das evidências noticiadas midiaticamente, os próprios governos europeus declaram, por meio da ONU, estarem “constatando com preocupação as contínuas e violentas manifestações de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância conexa, e que teorias de superioridade de certas raças e culturas sobre outras, promovidas e praticadas durante a era colonial, continuam a ser defendidas na actualidade, de uma ou outra forma”. Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação

xenóforas surpreendem, sobretudo, ao reeditarem os ataques do tipo “neonazistas” contra estrangeiros e outras minorias discriminadas, renovando um tipo de ação que parecia debelada com o fim dos regimes totalitários do século XX. Mas, para além das práticas mais visíveis de violência explícita, outras formas de racismo e intolerância ao estrangeiro vêm se fortalecendo com as crises econômicas e o aumento dos fluxos migratórios dos anos 1990<sup>208</sup>. As performances dos discursos nacionalistas e ultranacionalistas que têm como causa, não apenas o fortalecimento do orgulho nacional, mas, também, a eliminação da presença de estrangeiros é um dos exemplos mais vívidos da circularidade de um tipo de discurso que parece renovar-se ao renovarem-se os questionamentos sobre o esforço unificador do Estado-nação.

Já pela internet, a prática de discriminação do estrangeiro parece ganhar um espaço de expressão único e privilegiado, burlando e superando esforços governamentais e supragovernamentais para seu fenecimento. Amparada em um dos mais expressivos fatores de sucesso do modelo de comunicação em rede, ainda o anonimato<sup>209</sup>, a expressão de pontos de vista politicamente incorretos à democracia (ou criminosos – segundo leis que variam de país para país), ferem alguns dos direitos do Homem estabelecidos internacionalmente, sem que as identidades dos indivíduos que a praticam possam ser facilmente identificáveis.

Via de regra, a criação de uma conta de usuário para *sites* desta natureza não depende da disponibilização, pelo candidato a usuário, de dados “reais”<sup>210</sup> sobre a sua identidade, mas da constituição de dados virtuais (basicamente, e-mail e senha)<sup>211</sup>. Em geral, os termos de uso acordados entre tais proprietários e usuários do *site* garantem que tais identidades só sejam reveladas sob recomendação judicial de órgãos públicos – em geral, ministérios – para averiguação de denúncias de que pratiquem crimes contra constituições nacionais. Tal dinâmica de proteger-revelar identidades de usuários, porém, não é fluida, nem livre de

---

Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa - Durban, 31 de Agosto a 8 de Setembro de 2001. Documento de circulação Interna – versão portuguesa (p. 23).

<sup>208</sup> Como não foi objetivo deste trabalho analisar as práticas presenciais de xenofobia, entre elas as de fundamento neonazista, não ousarei aprofundar-me na discussão desta modalidade de expressão de intolerância. Por outro lado, buscarei sinalizar quando as falas xenóforas do material que analiso fizerem menção ou sugerirem referenciarem-se naquelas modalidades de atuação contra estrangeiros.

<sup>209</sup> Pela rede, os usuários que publicam obras têm suas identidades camufladas por “apelidos”, os chamados *usernames* que são guardados pelos proprietários do *site* e codificados (nos chamados códigos IP’s).

<sup>210</sup> Por dados “reais”, neste caso, entendam-se os que são amparados em limites da vida civil presencial do indivíduo, tais como o CPF, ou o número de Registro Geral, o RG.

<sup>211</sup> Para permitir a abertura de uma conta para utilização de seus usuários do seu serviço de hospedagem de vídeos, o *YouTube* exige do usuário a criação de uma senha, de um e-mail, da data de nascimento e o gênero do usuário – informações que, na prática, podem ser inventadas. Para assistir a um vídeo, não é necessário abrir uma conta.

disputas entre governos e proprietários de *site* quando entram em choque seus interesses, de natureza pública e privada, respectivamente <sup>212</sup>.

Se em certos *sites* de sociabilidade a experiência anônima se contradiria com seus objetivos (como nos casos das redes de relacionamento pessoais em que os indivíduos pretendem estabelecer contatos de natureza afetiva), nos *sites* de exibição de idéias ou obras autorais políticas, a revelação da identidade destes que expressam pontos de vista polêmicos não se torna uma exigência. Em certos casos, é o próprio anonimato que garante a amplitude e a efetividade da proliferação de tais idéias.

O anonimato da fala pela internet viria a libertar da “perseguição” a fala de certos autores de obras xenófobas, que estariam sofrendo o cerceamento de suas idéias em espaços públicos presenciais: “Nossa necessidade de uma *Web* em um entorno livre como o dos EUA já não é um luxo, ou uma possibilidade, mas simplesmente uma questão de sobrevivência” <sup>213</sup>, argumentam certos usuários nacionalistas xenófobos da rede. Limitados por esforços governamentais de debelar a incitação ideológica de práticas xenófobas, a internet seria “a única forma que vai sobrando para poder ter ao alcance de todos alguns textos de formação, notícias, intercâmbios de idéias e pessoas, fora da mão brutal da inquisição sionista européia” (idem). Neste sentido, a expressão de idéias desta natureza pela *web* torna-se, mais do que uma prática que faz uso meramente instrumental da rede, uma espécie de nova “bandeira” ideológica em si mesma:

não vemos nesta *web* uma mera bandeira Nacional Socialista, não é isso o mais importante ou fundamental, mas que ela é uma bandeira de liberdade, é um exemplo que devemos dar de como podemos nos expressar sem nos reprimir pela ameaça de prisão. (...) (idem)

Como se pode observar, ainda nesta fala ativista da causa “branca” do que é um dos mais atuantes movimentos espanhóis de pregação da intolerância à presença do estrangeiro – o “NuevoOrden.net” –, a internet tem uma função estratégica na divulgação de seus ideais de

---

<sup>212</sup> O próprio *YouTube*, *site* que hospeda os vídeos analisados neste trabalho se viu, no Brasil, em meio a uma batalha judicial que reflete tais disputas de interesses. O *YouTube* é de propriedade da *Google*. Depois de mais de um ano se esquivando de fornecer informações sobre seus usuários para o governo brasileiro e seus parceiros no combate à fiscalização de conteúdos proibidos neste *site* de vídeos, esta empresa acabou cedendo e assinando um termo judicial de cooperação, em que se compromete a manter uma parceria com a ONG brasileira Safer Net, para localizar e punir crimes como pedofilia, xenofobia, intolerância religiosa, apologia e incitação a crimes contra a vida, homofobia e maus tratos contra os animais.

<sup>213</sup> Tradução da autora: “nuestra necesidad de una WEB en un entorno libre como el de USA es ya no un lujo, o una posibilidad sino simplemente una cuestión de supervivencia. Es la única forma que va quedando para poder tener al alcance de todos unos textos de formación, noticias, intercambio de ideas y personas, fuera de la mano brutal de la inquisición sionista europea. Por eso no vemos en esta WEB una mera bandera Nacional Socialista, no es eso lo importante y vital, sino que es una bandera de Libertad, es un ejemplo que debemos dar de cómo podemos expresarnos sin reprimirnos por la amenaza de cárcel. (...)”. Declaração de Princípios do movimento Nuevo Orden español. Não assinado. Disponível em: <http://www.nuevorden.net/declaracion.htm>



sociedade: “Um dos objetivos deste *site* é proporcionar informação não disponível nos controlados meios de comunicação e construir uma comunidade de ativistas brancos que colaborem e trabalhem para a sobrevivência de nossa gente” <sup>214</sup>. Assim, em certos casos, a internet se apresentaria não apenas como um espaço complementar à atuação dos “ativistas” do nacionalismo, mas, como a própria condição de sobrevivência para a propagação de seus ideais.

## **5.2 Contaminação *online* de discursos públicos presenciais: os vídeos nacionalistas e xenófobos espanhóis no *YouTube***

Ao enfocarmos a incidência dos meios de comunicação social na construção de discursos sociais *sobre* o migrante, isto é, como, com sua difusão, se multiplicam os discursos sociais construídos tanto por migrantes como por *não* migrantes, chega-se ao material que me disponho a analisar, efetivamente: os discursos xenófobos produzidos por sujeitos não migrantes, de nacionalidade dos países que acolhem os migrantes – no caso, os espanhóis. Analisarei as obras autorais destes sujeitos, difundidas pela internet, observando se minha hipótese de que o material negativo sobre as migrações e os migrantes encontrado na internet reflete alguns dos valores e abordagens evocadas pela grande mídia, pelos discursos parlamentares, e por outras elites simbólicas (partidos, movimentos políticos, socioculturais etc.). Ou seja, se tais discursos pela internet encontram ressonância em – e permitem observar – certos aspectos da negociação de sentidos sobre o tema das migrações contemporâneas e das representações do *outro* também nas esferas públicas tradicionais e presenciais.

A observação de um certo tipo de material midiático disponível na internet – no caso, os vídeos autorais de caráter nacionalista/xenófobo – me colocava como questão em que medida os pontos de vista que ela põe em circulação partem de indivíduos que, embora encontrem no anonimato da rede a “libertação” do cerceamento de suas idéias, têm suas opiniões, preconceitos e pontos de vista ancorados em debates que se dão na realidade-histórica onde vivem. Assim, os vídeos analisados foram escolhidos não só porque permitem traçar uma certa tipologia dos vídeos espanhóis de caráter xenófobo veiculados no *YouTube*, mas, também, porque permitem contribuir na construção de um modelo de análise de conteúdo e discurso de falas *na* (e não *da*) internet. Acredito que o que se passa na rede, não obstante possa ser favorecido e bastante influenciado por algumas de suas características de

---

<sup>214</sup> Tradução da autora: “Uno de los objetivos de este site es proporcionar información no disponible en los controlados medios de comunicación y construir una comunidad de activistas blancos que colaboren y trabajen para la supervivencia de nuestra gente” – Declaração de Princípios do movimento Nuevo Orden español. Não assinado. Disponível em: <http://www.nuevorden.net/declaracion.htm>

natureza tecnológica, só pode ser melhor compreendido buscando as relações entre este conteúdo e outros contextos e realidades sócio-históricos – e abandonando definitivamente abordagens univocamente focadas em seu determinismo tecnológico (seja ele considerado positivo ou negativo para a consolidação de práticas democráticas de comunicação).

Neste sentido, faz-se necessária uma revisão de algumas bases textuais e contextuais retiradas do material analisado nos capítulos 3 e 4 – isto é, as características do tratamento informativo da grande mídia espanhola e dos discursos/práticas públicas dos governos europeus, e mais especificamente o espanhol. Assim, volto a mencionar, de forma mais sistematizada, o que observei serem algumas das modalidades de abordagem/tratamento informativo, políticas públicas e argumentos da mídia, dos governos e também de – modo introdutório – de outras elites simbólicas que podem ser tomados como lideranças ideológicas na construção do discurso xenófobo pela internet, e dos vídeos que analisarei, de modo mais específico.

### **5.2.1 Os pacotes interpretativos de argumentos discriminatórios das elites simbólicas**

Como foi possível observar pela análise de diversos autores do tratamento informativo da mídia espanhola das migrações contemporâneas, sua abordagem “problematizadora” não se refere a um esforço de “desnaturalização” ou produção de “questionamentos” sobre o tema, um dos sentidos do termo “problematizar”, mas da criação de sentidos negativos, relacionados a “problemas” e conflitos trazidos pela chegada “massiva” de imigrantes na Espanha. Tal chegada “massiva”, frequentemente aludida à imagem de “avalanches” e crimes praticados por imigrantes compreenderia um risco latente tanto para autóctones quanto para migrantes.

A abordagem midiática, problematizadora e conflituosa, costuma eleger as pautas que enfocam as práticas delitivas dos imigrantes, mais do que as que refletem experiências positivas de integração e inclusão destes nas sociedades de acolhida. Outro recurso utilizado para favorecer o nexos causal migração>delinquência é a utilização de recursos de linguagem que associam migração a campos semânticos associados ao crime. Por outro lado, é comum a sugestão de que os migrantes podem ser tão “vítimas” do fenômeno das migrações, quanto os autóctones. Tal alusão costuma fazer-se evidente no uso ostensivo de imagens da chegada dos imigrantes que tentam entrar ilegalmente no país – frequentemente a bordo de precárias embarcações, em condições sanitárias igualmente “problemáticas”, em que se destaca a fragilidade dos migrantes e o risco de morte que correm ao empreender a viagem em direção à Europa.

Já as políticas públicas executadas em bloco se sugerem como medidas responsivas aos impactos sociais causados pelo aumento da imigração – e de seus efeitos mais visíveis sobre a população. Mas, se as primeiras negociações e medidas mais sistemáticas tomadas em bloco no trato das imigrações no continente, – sobretudo a partir de 2007 – vêm a público pela imprensa internacional como um esforço pela criação de consenso sobre políticas comuns para o tema, tais ações são precedidas por declarações da UE e dos chefes de governo de seus países no sentido de definir publicamente o que consideravam ser as *causas* e aspectos mais problemáticos comportados no fenômeno das migrações internacionais: o aumento da delinquência, e mais especificamente, o terrorismo internacional. Assim, ao diagnosticar problemas relevantes trazidos com as migrações, com os quais se legitima a necessidade de medidas “urgentes”, o bloco antecipava as soluções que viriam a adotar por meio de políticas públicas.

Para além das medidas específicas, desenvolvidas em âmbito nacional por cada país no sentido de, em maior ou menor escala, integrar os imigrantes já estabelecidos, as políticas definidas em bloco pelos países membros da União Européia convergem para o que seria uma *securitização* e uma *seleção* das migrações, segundo certos critérios estabelecidos em bloco<sup>215</sup>. Partindo-se da premissa de que a Europa e, mais especialmente, a Espanha, sofre com a chegada de fluxos desmesurados de imigrantes, já nos anos 2000, adotam-se as medidas de securitização que visam controlar tais fluxos nas fronteiras e eliminar a presença dos imigrantes em situação irregular. Neste sentido, disseminam-se em diferentes ações dentro de cada país, mas alinham-se sob orientações comuns ao bloco nos aeroportos e outras fronteiras entre países.

O aumento de estudos e debates acerca do impacto, mas também dos benefícios econômicos trazidos pela imigração no continente europeu, por outro lado, vêm ampliando a abordagem do tema. Chamam a atenção para como o incremento destes fluxos não só podem ser benéficos economicamente para o continente, como, para certos países, são a solução para o problema crônico de envelhecimento da população. Neste sentido, estes países parecem vir se convencendo da necessidade de permitir a chegada de certas categorias de migrantes, por meio da seleção dos migrantes com maior grau de instrução, os chamados “migrantes qualificados”. O aumento dos conflitos de caráter étnico-político (muitas vezes de fundo econômico) em países fora do continente e a pressão internacional pela acolhida sistemática de refugiados pela Europa é outro fator que merece ser lembrado como base

---

<sup>215</sup> Os critérios definidos para a seleção das migrações não são estabelecidos apenas em bloco. Como visto no capítulo 4, cada país também tem autonomia e estabelece o que considera serem os migrantes mais desejáveis para a economia de seu Estado.

para a inclusão de outra modalidade de migrantes selecionados no cenário de estrangeiros do continente: os migrantes refugiados.

Como esclarecido anteriormente, ao analisar as bases argumentativas dos vídeos selecionados, foi possível perceber que certos argumentos e referentes “escapavam” às modalidades de tratamentos sistematizados na atuação da mídia e dos governos europeus. Mesmo reconhecendo que estas “sobras” podem justamente revelar o que delinearia uma certa “autoralidade” e natureza da fala individual, não corporativista nem “profissional”, pela rede, foi possível perceber que alguns destes “novos” argumentos se filiam a outros corpos de argumentos, atores sociais e discursos também já existentes, tanto nas esferas públicas presenciais quanto na internet. Tentei, ao longo da pesquisa, e na medida em que foram emanando tais argumentos dos vídeos, mapear os referentes citados e atribuí-los a seus respectivos coletivos e causas, vigentes, extintos ou moribundos na sociedade espanhola.

Optei por denominar tais coletivos/causas como *outras “elites simbólicas”*, tomando como referência a proposição de Van Dijk (2007), que defende haver na sociedade certos grupos privilegiados em fazer valer seus pontos de vista, sendo tomados como referência para a construção de uma opinião pública. Na apropriação que faço da expressão, considero a influência destas outras elites simbólicas que afirmam falas desmerecedoras do estrangeiro na construção de uma opinião pública *no interior* das comunidades de valores nacionalistas. Ou seja, neste caso, as elites simbólicas às quais me refiro não são indivíduos nem categorias sociais, mas coletivos, partidos e movimentos político-culturais.

A fim de retomar e sistematizar os principais argumentos que formam os *pacotes interpretativos* midiáticos, governamentais e nacionalistas e facilitar o exercício de busca de contaminações entre tais discursos e os praticados nos vídeos do YouTube, segue uma tabela que resume estas discussões, iniciadas no capítulo 3.

<b>Abordagem midiática</b> (tratamento informativo)	<b>Políticas Públicas</b> <b>Governamentais</b>	<b>Abordagem outras “elites simbólicas”</b> (ultra-direita espanhola; movimentos racistas – White pride; RAC)
> Problematicador/ conflituoso	> Causa/solução	> Argumentos/Denúncias e apelos
- Criminalidade - Avalanche humana/ risco para todos (migrantes também são vítimas)	Causas: terrorismo e avalanche humana (“no podemos entrar todos”)	- Concorrência laboral/civil - Contaminação e decadência da raça e da cultura - Avalanche humana/ risco – para autóctones - Esquerda facilita a entrada e favorece a decadência da sociedade. - Orgulho nacional/ Sentimento de superioridade frente a outras
	Soluções: controlar fluxos por securitização (controle de fronteiras/deportações) e seleção dos migrantes	

		raças/etnias > Intervenção por força ditatorial
--	--	---

## 5. 2.2 Os vídeos

Os oito vídeos analisados foram produzidos e publicados por indivíduos (mesmo quando representem o ponto de vista de coletivos) e não por empresas ou organizações. Estão hospedados no *site YouTube*, de propriedade do grupo Google, que tem como produto matriz o vídeo, ou melhor, a disponibilização das ferramentas e o acesso aos usuários que descarregam e assistem a esses vídeos. O *site* não impõe grandes restrições temáticas para hospedar um vídeo em seu domínio, afora sobre os que se considere que incitem a violência ou outros crimes e inconstitucionalidades, definidos, genericamente como de “conteúdo impróprio (pornografia, imagens violentas, etc.)”<sup>216</sup>.

Para controlar o conteúdo dos vídeos que hospeda, o *YouTube* dispõe de uma ferramenta que permite que qualquer usuário denuncie outro por violação dos Termos de Uso acordados entre o usuário e a empresa, na prática, a utilização de conteúdo considerado “impróprio”. Por outro lado, não dispõe de nenhum modo de pré-controle do que é publicado em seu domínio. Assim, em princípio, qualquer vídeo pode ser hospedado até que sofra algum tipo de delação entre usuários, quando tal denúncia é checada pela equipe do *site*. Como comentado anteriormente, os governos federais também podem solicitar averiguação e retirada do ar de determinada conta de usuário. O *YouTube* é, atualmente, o mais popular *site* de hospedagem e veiculação gratuita de vídeos na internet <sup>217</sup>.

## 5.2.3 Metodologia de análise

Ao sistematizar as principais falas da mídia e dos governos e parlamentos, busco demonstrar como estas modalidades de fala vêm sendo apropriadas pelos discursos xenófobos na forma de seus vídeos individuais, como condição para um *reforço* ou, simplesmente, *referenciação* para os seus próprios objetivos. Ensaiei relacionar contaminações entre estes discursos e os sustentados nos vídeos espanhóis implica, necessariamente, em permitir que estes autores da rede falem por eles mesmos. Por isso, como um primeiro passo para compartilhar o material (os vídeos) com o leitor, optei por

<sup>216</sup> Como divulgado no próprio site: [http://br.youtube.com/t/fact\\_sheet](http://br.youtube.com/t/fact_sheet)

<sup>217</sup> O *YouTube* surgiu em 2005. Hoje, as visualizações são estimadas na casa dos 30 milhões de vídeos assistidos diariamente. Desde seu lançamento, o *YouTube* vem crescendo em ritmo acelerado, e seu poder de mercado logo foi percebido pela empresa mais poderosa do mundo, a Google, que, por US\$1,65 bilhão em ações, levou o *site* de vídeos norte-americano, quando este tinha apenas um ano de existência. A venda se deu em Outubro de 2006. Logo no ano seguinte, mais nove países (o Brasil, a França, a Irlanda, a Itália, o Japão, a Holanda, a Polônia, e a Espanha) ganharam suas versões locais.

transcrever todo o conteúdo digital analisado e, deste ponto, proceder a uma primeira análise de seu conteúdo<sup>218</sup> que diagnosticasse tanto seus referentes, como os argumentos centrais (principais e secundários) defendidos<sup>219</sup>. Este procedimento foi importante na medida em que uma mesma imagem poderia ser utilizada por vídeos diferentes (como de fato o são), com intenções narrativas diferentes. O passo seguinte foi cruzar os argumentos apreendidos no tratamento midiático, nas falas governamentais/parlamentares e por outras elites simbólicas e os argumentos defendidos nos vídeos, a fim de verificar a existência ou não de evidências de tais influências argumentativas.

No enquadramento das condições de produção destas análises, perceber a repercussão dos argumentos discriminatórios sobre os vídeos implica em deixar deliberadamente de fora as implicações dos discursos da internet sobre sua audiência, e as reapropriações pela mídia destes discursos, uma dinâmica “circular” e retroativa de reapropriações de sentidos que merece atenção, mas que foge às condições de realização deste trabalho. Acredito na importância de refletir sobre como a atuação xenófoba pela internet pode reforçar ou dar legitimidade à atuação xenófoba da grande mídia. Do mesmo modo, como as falas via internet podem ser capturadas pelos governos/parlamentos como alento para suas performances. Porém, os limites respectivos desta modalidade de trabalho só me permitem, neste momento, abordar um material relativo ao fluxo unidirecional dos argumentos, como abaixo<sup>220</sup>.

---

<sup>218</sup> Cabe destacar que não farei uma análise de discurso baseada em fontes de pesquisa que privilegiam estudos de estruturas linguísticas, mas baseada em procedimentos particulares que permitam: 1. *Recuperar* os discursos políticos, midiáticos e de outras elites simbólicas tematizando as migrações – em que busquei sistematizar modalidades de argumentos; 2. *Descrever* os discursos xenófobos a partir de um material midiático (os vídeos) e *focalizar*, neste material, as manifestações ou ecos presentes daquelas falas recuperadas na operação 1. Evidentemente, este tipo de análise poderia ser mais complexificado se o objetivo central da minha tese fosse um estudo dos discursos dos xenófobos como objeto – o que mereceria o trabalho de toda uma dissertação para dar conta deste intento. Entretanto, o que pretendi foi apontar para as presenças de fragmentos de um certo tipo de discurso público midiático e político/parlamentar na estrutura e funcionamento do discurso xenófobo. Ou seja, me centrei em ressaltar uma espécie de dialogia, em que chamo a atenção para os diálogos que certos discursos têm com outros, e que podem servir de pretextos para outros textos. Portanto, do universo de estudos que privilegiam o discurso como objeto, recorro apenas a esta pequena operação como pista e como evidência de um dos aspectos que me proponho a analisar neste trabalho.

<sup>219</sup> Por limites de “espaço”, e para facilitar a dinâmica da leitura, no corpo do texto fica disponibilizada uma espécie de sinopse, um resumo da narrativa de cada vídeo, bem como um quadro com os argumentos – principais e secundários – e os recursos de linguagem utilizados para sustentar suas narrativas. Já como anexo, o leitor pode encontrar uma versão mais detalhada – plano a plano – do conteúdo do vídeo. Desse modo, fica disponibilizado na íntegra um material que acredito que deva ser “lido” nesta condição, antes das inferências que sobre ele realizo.

<sup>220</sup> Fica de fora, também, o aprofundamento da análise das condições de interação entre os usuários das comunidades de nacionalistas espanhóis, embora tenha me interessado por indiciar a possibilidade de que esteja a haver um aprofundamento dos vínculos ideológicos entre estes sujeitos, mediados exatamente pela utilização de suas ferramentas específicas de interação entre usuários/audiência.

mídia



governos /  
parlamentos



**VIDEOS**



outras  
“elites simbólicas”

#### 5.2.4 Descrição dos vídeos<sup>221</sup>

##### Vídeo 1 – “Destrozando mi pais, cambiando mi mente”

Nome do usuário: alfmartred

URL: <http://br.youtube.com/watch?v=T2CyKJwBUsl>

Resumo da narrativa: O vídeo se inicia com um áudio de ruído e uma cartela preta e cinza com fonte branca com os dizeres: “Gracias”. Mais ruídos vão entrando, sugerindo barulho de manifestações de rua, mesclados a efeitos digitais que criam ecos. Entra a segunda cartela: “Gracias por permitirme que solo me interesse por mi, por mi ropa, mi móvil y mis juergas<sup>222</sup>”. Outras cartelas seguem, o áudio adquire outro elemento, que imita um órgão musical, grave e dramático: “Gracias por llamarme xenófobo solo por defender a mi raza”; “Gracias por favorecer que miles de personas acaben con mis costumbres”; “Gracias por hacerme sentir extranjero en mi próprio pueblo”. Agregam-se ruídos que sugerem correntes se arrastando, portas de ferro batendo. As cartelas seguem acompanhando o áudio: “hábeis conseguido que todo me de igual”. A partir desta frase entram imagens (fotos) na seguinte sequência: embarcações lotadas de imigrantes; imigrantes tatuados e *posando* com cara de “bandidos”; blitz e detenções de imigrantes; gangues de imigrantes; grafites que sugerem morte à monarquia; mais gangues de imigrantes; imigrantes tatuados; evento de inauguração de centro ibero-sulamericano; pichação em muro lembrando o conflito entre Hugo Chavez e o rei da Espanha na cúpula ibero-americana “por que no te callas tu, Rey?”; cenas de espancamento e morte na rua; passeatas islâmicas com cartaz “Islam will dominate the world”; mesquitas, policiamento em fronteiras; um homem ferido na cabeça. Nova cartela: “Gracias por dejarnos convertir en la juventud que más consume droga en Europa”. Nova sequência de imagens: jovens fumando maconha, bebendo, desmaiados em festas e na rua, com copos e garrafas na mão e junto aos seus corpos, traficantes de drogas sintéticas, repassando-as. Mais uma cartela: “Gracias por hacerme ver que el separatismo puede hacer lo que le venga en gana<sup>223</sup>”. Mais imagens: uma charge em que um *skinhead* e um anti-fascista martelam o brasão da família real espanhola; pichações, manifestações e atos de queimar a bandeira, reproduções do brasão e fotos da família real; manifestações de grupos separatistas da Espanha como o ETA; carros destrocados por atentados; pessoas sendo socorridas<sup>224</sup>, e no hospital; incitações a que o ETA agrida membros do PP. Por fim, sobre uma imagem de carros pegando fogo e manifestantes comemorando, uma frase é inserida: “Lo hábeis conseguido”, seguida de outro texto sobre a mesma foto “o.....”. Finalizando o vídeo, um rosto de criança pintado com as cores da bandeira espanhola e um brasão na bochecha leva inserida a frase que completa a anterior “o todavia no?”<sup>225</sup>.

<sup>221</sup> Em anexo apresento uma tabela com o resumo dos argumentos – principais e secundários – defendidos em cada um dos vídeos. Ver anexo 2

<sup>222</sup> Tradução da autora: “mis juergas” - Minhas farras.

<sup>223</sup> Tradução da autora: “lo que venga en gana” – o que lhe dê na cabeça, ou, o que tenha vontade.

<sup>224</sup> Em tais imagens, o autor procedeu a colocar tarjas pretas nos rostos das pessoas que prestam socorro, como forma de não identificar-las.

<sup>225</sup> Tradução da autora: “o todavia no?” – Ou ainda não?



## Vídeo 2 – “Las verdades de la inmigracion (in spanish)”

Nome do usuário: bruslee88

URL: <http://www.youtube.com/watch?v=4F42UY-rCVg>

Resumo da narrativa: O vídeo se inicia com uma cartela vermelha com os dizeres “Rac Promo”. O áudio começa, um rock do estilo “hard core”. Mais uma cartela anuncia o nome da música “Cancion ‘classe ouvrière’<sup>226</sup> (bunker 84)”. Em seguida aparece uma logo com uma caveira trespassada por uma foice e um martelo. Em volta da logo os dizeres: “Rock Against Communism”. Outra cartela anuncia: “Las mentiras de La inmigracion”. A próxima cartela define a estrutura do vídeo: uma frase que seria argumento de defesa pelos imigrantes e, mais abaixo, a palavra “falso”, ou outra réplica que pode “durar” por várias cartelas. Assim, frases como “Los extanjeros hacen el trabajo que los nacionales no quieren – falso!!!”; “Los extranjeros trabajan por la cantidad por la que los españoles no quieren trabajar – simplemente bajan los sueldos”; “Los inmigrantes no traen delinquência – falso!!! – 1 de cada 3 presos es extranjero a pesar de que oficialmente los extranjeros son solo el 15% de la poblacion – El 75% de los nuevos presos en 2006 han sido extranjeros”; “La imigracion de ahora es igual que La emigracion de los españoles em los años 60 – falso!!! – los extranjeros entran em España violando la ley, de forma ilegal y sin ningun control” seguem dando a estrutura do vídeo, sempre com argumentos ligados à legalidade e ao emprego. Lança mão de estatísticas brutas, sem citar fontes e sempre atribuindo os motivos da recessão econômica à presença dos imigrantes. Mais ou menos na metade do vídeo, uma nova cartela anuncia: “Las verdades sobre la inmigracion”, de onde sobrevivem argumentos como: “El sueldo médio en España descende em 2006 y es el mismo que en 1997 por culpa de los inmigrantes”; “Los salários de los obreros españoles no cualificados han caído hasta un 30%”; los españoles son víctimas de um racismo institucional<sup>227</sup>; los extranjeros gozan de privilegios a la hora de conseguir ayudas”; “los extranjeros no pagan impuestos durante 5 años si montan un pequeño comercio<sup>228</sup> – sin embargo los españoles si tenemos que hacerlo”. Quase ao fim do vídeo, mais uma cartela vermelha anuncia em fonte maior que as anteriores: “la patronal está euforica<sup>229</sup>”, para, em seguida, na próxima cartela explicar: “con La complicitad de los sindicatos han destruído al obrero español – gracias a gente que violado La ley desde El primero momento que llegaron a España”. Nas últimas cartelas, convoca o espectador: “unete a la resistencia<sup>230</sup>” e finaliza com a cartela: “Escucha a RAC”. O último frame é, novamente a logo do RAC com a caveira trespassada da foice e do martelo, coincidindo com o fim da canção.

---

<sup>226</sup> Tradução da autora: “Classe Ouvrière” – Classe Trabalhadora.

<sup>227</sup> Fonte em caixa alta no vídeo.

<sup>228</sup> Fonte em caixa alta no vídeo.

<sup>229</sup> Fonte em caixa alta no vídeo.

<sup>230</sup> Fonte em caixa alta no vídeo.

### Vídeo 3 – “Stop immigration”

Nome do usuário: Antichimanco (conta encerrada pelo *site*)

Resumo da narrativa: Pelo áudio, um gênero de música dramática<sup>231</sup>, mas em baixo volume, começa como fundo de uma cartela preta com os seguintes dizeres em fonte branca: “Desde hace ya algunos años, España esta sufriendo un proceso...”. De fora da tela vem entrando em movimento uma palavra com tipografia com volume, de cor vermelha que diz: “IRREVERSIBLE” e se fixa embaixo da frase anterior, fazendo o ruído de um carimbo batendo em um papel. O texto continua (com fonte branca, simples): “más de 4 millones de inmigrantes ya están en nuestros países. 1 millón<sup>232</sup> de ellos son ilegales. En noviembre de 2002 el director de la policia nacional achaca<sup>233</sup> a este millón de inmigrantes la subida de la delincuencia en un 10,52%. Segun datos aportados del ministerio del interior em enero del 2002, el 50% de los robos con violencia lo cometieron ciudadanos extranjeros”. Ao longo do texto, a música vai ganhando intensidade até que, inclusive aumentando de volume, culmina com imagens em sequência (sem textos acompanhando-as): embarcações lotadas de imigrantes (3); o detalhe de um olho; imigrantes tentando escalar muros de fronteiras; muçulmanas de burca; rebeldes árabes (não se identifica de qual facção) armados; filas de refugiados esperando ajuda humanitária; fotos de rebeldes árabes procurados; matéria de jornal com a manchete “La llegada de inmigrantes a la provincia aumenta uno 34% en el último año”; brigas entre imigrantes na rua; cenas de câmara de vigilância de imigrantes tentando cruzar fronteiras; imigrantes amedrontando policial; policial detendo imigrantes. A partir daí a música vai ganhando velocidade, enquanto algumas das imagens já exibidas se repetem até que a música termine no seu auge climático sob a imagem de um olho se fechando. Já sem som, uma cartela aparece com os seguintes dizeres: “se estima que con el índice de inmigracion actual, en el año 2020, en España, El 30% de La población será de familia inmigrante”. Os letreiros saem e são substituídos por um pôster estampado com a foto de uma menina, criança, loira e branca, em volta do qual está escrito: “Cuando ella se jubile<sup>234</sup> los europeos blancos seremos minoria – Europa despierta!”

### Video 4: “Patriota no facha”

Nome do usuário: [taky1988](#)

URL: <http://br.youtube.com/watch?v=vb0u85geFgs>

Resumo da narrativa: Cartela de fundo preto e fonte branca: “Lo que en outro país es normal...”. Foto de rosto de criança em close com um tratamento gráfico que simula que seu rosto tem a bandeira do Canadá desenhada, como maquiagem. Imagem do rosto se fragmenta e por debaixo desta surge outro rosto: a mesma criança, desta vez maquiada com a bandeira do Brasil. Outra fragmentação, fazendo sobrepor-se o rosto da criança com a bandeira dos EUA. O mesmo processo gráfico constrói a bandeira da Finlândia no mesmo rosto. Cartela de fundo preto e fonte branca: “...en España no”. Novamente o rosto da criança com bandeira da Rússia. Rosto se fragmenta e constrói desta vez a bandeira portuguesa. Segue o mesmo com a bandeira alemã e inglesa. Cartela de fundo preto e fonte branca: “ciertos sectores de la izquierda y los separatistas, hacen que si te sientes español tengas que

<sup>231</sup> Geralmente utilizada para *trailers* de filmes de aventura ou épicos.

<sup>232</sup> Fonte em caixa alta no vídeo.

<sup>233</sup> Tradução da autora: “achacar” – atribuir.

<sup>234</sup> Tradução da autora: “Jubilar” – aposentar.

sentir que eres facha<sup>235</sup>”. Foto de rosto da mesma criança em close com a bandeira da Suécia, seguida por foto desta com a bandeira italiana, argentina e francesa. Cartela de fundo preto e fonte branca: “por que es lícito ser nacionalista catalán o Vasco... y no podemos sentirnos españoles? Cartela de fundo vermelho preto e fonte amarela: “creer no es ser facha”. Foto da bandeira espanhola. Foto do menino com tratamento gráfico de bandeira espanhola maquiada. Cartela de fundo preto e fonte branca: “porque no podemos sentirnos españoles?” Imagem gráfica criada com efeito especial 3d de um globo terrestre composto por bandeiras dos países. Cartela de fundo preto e fonte branca: “como todo mundo se siente de su país”. Cartela de fundo preto e fonte branca: “España” Cartela de fundo preto e fonte branca: “Um país”. Cartela de fundo preto e fonte branca: “Vários idiomas”. Aqui se adiciona ao áudio um fundo de vozes de um homem e uma mulher falando palavras em línguas diferentes (inaudível). Foto da bandeira espanhola flanando. Cartela de fundo preto e fonte branca: “campanha de normalización de los sentimientos nacionales”. Cartela de fundo preto e fonte branca: “<http://espanolesincomplejos.blogspot.com>”. Cartela de fundo preto e fonte branca: “en todo el mundo el normal es que los ciudadanos quieran y respeten sus nación”. Sob a mesma cartela, com fonte com corpo maior, abaixo da primeira frase: Por sentirte español no eres un facha”. Abaixo das frases estão fotos da criança com as bandeiras de diversos países maquiadas no rosto, entre elas, em maior tamanho, a de uma criança com a bandeira da Espanha como maquiagem. Abaixo das fotos, o endereço eletrônico: <http://espanolesincomplejos.blogspot.com>”.

### **Video 5 – “Adiós mi España preciosa”**

Nome do usuário: Antichimanco (conta encerrada pelo *site*. O vídeo foi tirado do ar previamente pelo usuário)

Resumo da narrativa: Sob a canção “Adiós mi España preciosa”, cantada pelo canto espanhol Antonio Molina, uma bandeira da Espanha aparece flanando. O segundo plano é a foto de uma *patera* superlotada por imigrantes negros. Outra foto de uma blitz policial (La Guardia Civil Española) em que dois guardas fiscalizam os imigrantes sentados no chão, encostados em uma parede na rua. Foto de fila de imigrantes, observada por um policial espanhol. Outra foto de fila de imigrantes na rua, desta vez sugerindo relacionar-se a oferta de trabalho. Outra foto de imigrantes aguardando, sentados na calçada. Foto de cena de imigrantes “socializando” na rua: crianças, brinquedos espalhados pelo chão, embalagens de alimentos, pessoas sentadas na calçada, desordem. Foto de três imigrantes negros sentados na calçada, sorriem. Blitz de policiais “paisana” apreendendo material (CD’s, DVD’s) vendido por imigrantes na calçada. São observados por pessoas na rua. Foto de imigrantes vendendo objetos na calçada, outros imigrantes observam o material. Foto de negra caminhando pela rua com trajes sumários: mini-saia, chinelo e mini camiseta. Foto de prostituta abordando/sendo abordada por motorista de carro. Prostituta negra caminha com trajes sumários entre carros na rua. Foto de islâmicos rezando na mesquita. Foto de mão mostrando drogas ilícitas: derivados de LSD. Foto de moça, jovem, cheirando cocaína com um canudo. Foto de jovem injetando droga pela veia. Foto de jovens latinos (uma mulher e dois homens) fazendo sinais com as mãos: sugere-se ser parte de ritual de gangues. Imigrante sendo detido por policiais na rua. Outra foto de jovens latinos (quatro rapazes) exibindo sinais com as mãos: sugere-se ser parte de ritual de gangues. Jovens de calças jeans

<sup>235</sup>Tradução da autora: “facha” – diminutivo para fascista.

e sem camisa, alguns deles tatuados, dão-se as mãos em sinal de pacto: sugere-se ser parte de gangues latino-americanas. Foto da mesma bandeira que flanava no começo do vídeo. Por meio de um recurso gráfico de edição, a bandeira se fragmenta e deixa ir aparecendo outra imagem por debaixo: a de uma mão fazendo sinal de “basta”, com os dizeres “Basta de inmigración ilegal y masiva” – por meio de recurso gráfico, a mão vai mudando de cor, pasando pelas cores azul, verde, amarelo, vermelho, laranja, rosa, azul e roxa. A música termina. Nos últimos 6 segundos do vídeo a imagem de um senhor sendo entrevistado para uma reportagem de TV. Em uma cartela, a legenda: “La situació des immigrants a debat”. Sua fala é interrompida, não se pode entender o que diz, salvo as frases: “...es que..si hace falta...mi por ejemplo...”. Fim do vídeo. Este trecho sugere ser parte de uma fita reutilizada para gravar o vídeo atual, não parecendo ser da intenção do autor integrá-la na narrativa da edição do vídeo.

### **Vídeo 6 – “Orguloso de ser español”**

Nome do usuário: [confederado88](#)

URL: <http://br.youtube.com/watch?v=l5XdGqO4KCw&feature=related>

Resumo da narrativa: Sob a canção “Cara al Sol”, hino “semi-oficial” do partido Falange espanhola de La JONS, interpretada pelo grupo de *rock* Estirpe Imperial, uma cartela com fundo vermelha e fonte amarela anuncia: “Orguloso de ser español”. A cartela sai e uma bandeira espanhola preenche o quadro. Em seguida, pintura de tinta a óleo retratando José Antonio Primo de Rivera – membro da Falange espanhola, compositor da canção “Cara al sol” e liderança do golpe que geraria a ditadura de 1923 – acena com uma mão e, com a outra, segura a bandeira da Falange. Outra pintura, desta vez do General Franco. Ao fundo, uma multidão em marcha empunha bandeiras da Espanha. Uma cartela entra com a legenda: “Que haras cuando la plaza de tu hijo en la guarderia ocupe un inmigrante?”. Ladeando a legenda, uma charge ilustrando a cena de um imigrante negro de malas feitas sendo barrado por uma placa de trânsito: “Stop inmigración”. Em baixo da cartela, o endereço do *site*: [www.nuevorden.net](http://www.nuevorden.net) aparece escrito duas vezes. Foto de membros da Falange espanhola fazendo uma passeata. Em seguida outra charge simula o sinal de proibido para dois símbolos: a foice e o martelo e uma caricatura de Che Guevara. Em volta destes símbolos, a frase: “100 millones de cadáveres”, na parte de baixo da cartela, novamente o endereço do *site* [www.nuevorden.net](http://www.nuevorden.net). Em seguida, foto de dois rapazes de calça jeans e sem camisa empunham a bandeira da Espanha com uma das mãos e com a outra fazem o sinal de saudação do nazismo de Hitler. Cartaz de título: “Contra la homosexualidad – Por lo natural”. No meio do cartaz, o sinal de proibido para um símbolo gráfico representando um homem tendo relações sexuais com outro homem. Ao lado, o mesmo tipo de símbolo gráfico é exibido, desta vez, representando um homem e uma mulher sem a “faixa” vermelha indicando proibição. Na parte de baixo do cartaz, o endereço eletrônico: [WWW.sergaynoesguay.es.vg](http://WWW.sergaynoesguay.es.vg). Ladeado pelo símbolo do White Pride, movimento de separatismo e supremacia dos indivíduos considerados de “raça” branca. Foto de encontro da AJE – Acción Juvenil Española – grupamento jovem do Movimiento Católico Español: jovens empunham a bandeira espanhola. Cartaz intitulado: “Sean legales o ilegales moros fuera de europa<sup>236</sup>”. No centro do cartaz, fotos de árabes “cortadas” por “faixas” indicando o sinal de proibido. Foto de passeata de homens que empunham as bandeiras da AJE, do Movimiento Católico Espanhol, do White Pride e da Espanha. Cartaz intitulado: “Peligro –

---

<sup>236</sup> Fonte em caixa alta no vídeo.

Terroristas islâmicos”. Ao centro do cartaz, por meio de símbolos gráficos se representa uma *patera* (barco) cheia de imigrantes. Abaixo, a frase: “papeles para todos?”. Na parte mais inferior do cartaz, o endereço eletrônico: [www.nuevorden.net](http://www.nuevorden.net). Foto de membros dos movimentos católico, falangista, e da AJE ladeados, exibindo as bandeiras destes grupos. Cartaz com charges ilegíveis de imigrantes sobre a frase: “Quieres que tus hijos crezcan en una sociedad consumista, multicultural y multiracial como la de Estados Unidos? Di no a los intereses de la finanza y las multinacionales. Di no a la inmigración. Na parte mais inferior do cartaz, o endereço eletrônico: [www.nuevorden.net](http://www.nuevorden.net). Foto de membros da Falange espanhola enfileirados acenando com a saudação do nazismo de Hitler. Cartaz: “Papeles para todos?? – Si!!! – Papeles de deportación!! – Preserva tu raza, tu cultura y tu comunidad” Na parte mais inferior do cartaz, o endereço eletrônico: [www.nuevorden.net](http://www.nuevorden.net). Foto de soldados do exército espanhol em momento de descontração, ladeados pela bandeira espanhola. Charge com desenhos de forcas com a legenda: “Lo mejor lazo para EHBETA y El terrorismo islâmico”. Foto de jovens enfileirados acenando com a saudação do nazismo de Hitler. Charge em que um imigrante negro e islâmico caminha com uma trouxa de roupas e é “cortado” pelo símbolo de proibido. Ao lado as frases: “Para luchar contra el racismo, paremos la invasión”. Na parte mais inferior do cartaz, o endereço eletrônico: [www.nuevorden.net](http://www.nuevorden.net). Foto de dois jovens de costas, cada um com uma bandeira da Espanha cobrindo suas costas. Charge em que um imigrante negro segurando malas é “cortado” pela faixa de proibido. Em volta da charge, as frases: “imigrantes? No, gracias”. Ao fundo do cartaz, se pode ler, escrito a mão, uma lista de elementos que “caracterizariam” a presença dos imigrantes na Espanha: “plazas en guarderías<sup>237</sup> y colégios; trafico de drogas y delincuencia; perdida de nuestra identidad; inseguridad; imposición de costumbres; competencia desleal; ayudas sociales; precariedad laboral; viviendas de protección oficial; agresiones sociales; invasión de parques; bandas juveniles”. Ainda mais abaixo, a frase – em fonte industrial: “crímenes” – “asesinatos” – (ilegível). Na parte mais inferior do cartaz, o endereço eletrônico: [www.nuevorden.net](http://www.nuevorden.net). Outra foto de encontro da AJE, em que seus membros acenam para a câmera com a saudação do nazismo de Hitler. Cartaz com símbolos gráficos representando um boneco jogando folhas de maconha no lixo, com os dizeres: “drogas no”. Cartaz com desenho do símbolo da Divisão Azul (divisão de voluntários espanhóis que serviram na segunda guerra com o exército de Hitler). Abaixo da bandeira, o nome da divisão em alemão: “250 Spanische Freiwillige Division (Blauen division)” . Charge com símbolo da foice e do martelo “cortados” com uma “faixa” vermelha indicando proibição. Foto de manifestação na rua em que pessoas empunham bandeiras da Espanha, da Falange e com os dizeres: “Por la unidad nacional”. Finalizando, cartela de fundo vermelha e fonte amarela com a legenda: “realizado por confederado88” [usuário que publicou o vídeo na rede]. “Gracias a todos los españoles”.

<sup>237</sup> Tradução da autora: “guarderías” – “creches”.

## Video 7 – “Inmigración y Multiculturalismo”

Nome do usuário: [Spanischen18](#)

URL: <http://br.youtube.com/watch?v=ojS8vZYczEM>

Resumo da Narrativa: Sob fundo instrumental de piano, uma cartela de fundo cinza e fonte branca leva escrito: “dos millones de euros”. Em segundo plano, fontes animadas vão compondo a mesma frase. Em nova cartela cinza se compõe as cifras: “332.770 millones de pesetas<sup>238</sup>”. Sob a foto de um grupo de jovens negros (homens e mulheres) tocando percussão, uma tarja vermelha na parte inferior do plano vai inserindo a legenda: “Esto es lo que pagamos los españoles anualmente para la integración de los inmigrantes” – até ser montada, a frase é acompanhada por várias fotos ao fundo: Foto de fila de imigrantes (aparentemente em busca de emprego). Policial passa ao lado da fila. Foto de grupo de jovens latinos (aparentemente porto-riquenhos) vestem roupas esportivas e mesclam adereços de *rappers*, jogadores de basquete, ao passo que fazem gestos de celebridades musicais do hip hop – a foto parece montada, ou produzida profissionalmente, simulando fotos de “book” artístico, tem uma iluminação especial, simulando fumaça e holofotes. Foto de porto-riquenhos produzindo reportagem na rua: têm equipamento, tal como microfone, e simulam entrevista. No canto do plano, o slogan: LuTV, aparentemente, um canal de TV via internet. Cartela branca com fonte preta: “y una gran parte de este dinero se gasta com propagando pro inmigración”. Foto de cartaz em preto e branco (aparentemente, outdoor de rua) do Ministério do Trabalho espanhol em parceria com a Junta de Galicia e Fundação CIP com o título: “Ellos también cuentan”. Abaixo, fotos de imigrantes: dois homens e uma garota. Ao centro do cartaz, o texto: “En la fundación CIP ya estamos trabajando para que los inmigrantes puedan integrarse social y laboralmente en Galicia. Porque la integración es cosa de todos.” Mais abaixo, os logotipos de cada intuição e os telefones de contato. Outro cartaz do governo (o órgão ou ministério é ilegível) colorido, em que jovens de diversas etnias estão sentados em uma calçada. Ao fundo, um grafite. Vestem roupas coloridas e sorriem. No canto direito do plano, o texto “iguales q tu” com fontes coloridas. A imagem está completamente pixelada, sugere ser uma fotografia de uma tela de TV. Cartela de fundo branco e fonte preta com texto “pero nadie habla de esto”. Outra cartela semelhante com o texto: “solo de los ‘beneficios’ que nos trae la inmigración”. Outra cartela semelhante com o texto: “Beneficios para los de siempre los trabajadores com más 5 millones más de inmigrantes vivimos peor que hace 10 años”. Gráfico de tempo por valor numérico (não se mostram as unidades) indica um crescimento progressivo entre o período de 18/02.2002 e 18/02/2007. Na parte inferior do plano, uma tarja vermelha “corre” da direita para a esquerda, com a seguinte legenda: “por muy ‘bien que va España’”. Cartela de fundo cinza e fonte branca: “Para los empresarios!”. Foto de grade de prisão. Na parte inferior do plano, uma tarja vermelha “corre” da direita para a esquerda, com a seguinte legenda: “El 65% de los reclusos son inmigrantes, sin contar a gitanos y a nacionalizados. Outra foto de cela de prisão (sem ninguém dentro). Foto de pátio interno de prisão: uma das portas está aberta e as demais fechadas. Em nenhuma se pode enxergar prisioneiros. Foto doméstica de jovens fazendo “sinais de mão” (hand signs) conhecidos como sendo de gangues. Fazem caras de malvados, nenhum deles sorri para a câmera. Alguns estão sem camisa, outros trajam roupas esportivas. Sobre a foto se vai montando, com fonte vermelha a frase “nuestros barrios se han llenado de pandillas<sup>239</sup>...” (texto segue na foto seguinte). Foto de jovens – quase todos

<sup>238</sup> “Pesetas” – Moeda espanhola, utilizada antes da implementação da moeda comum europeia, o Euro.

<sup>239</sup> “Pandillas” – quadrilha, bando (de bandidos).

vestidos de negro e óculos escuros – segurando facões e fazendo “sinais de mão”. Cartela de fundo cinza e fonte branca com a seguinte frase: “y si reaccionamos enseguida se nos tacha de racistas, para nos hacer sentir culpables”. Cartela de fundo cinza e fonte branca com a seguinte frase: “realmente estos problemas podrían ser efímeros y circunstanciales, pero la decadência cultural es irreparable”. Cartela de fundo branco e fonte negra – maior que as anteriores – com a seguinte frase: “mestizaje es la exterminacion de razas”. Cartaz com o título: “Las razas no existen? Todas las razas son iguales? Piensa por ti mismo!”. Embaixo da frase série de fotos dispostas lado a lado comparam: mulher branca e loira X mulher negra, nave espacial X pessoa negra entrando em um barco, escultura grega X escultura de povos pré-colombianos. Na parte mais inferior do plano, o endereço do site: WWW.nuevorden.net. Cartela de fundo branco e fonte negra com os dizeres: “multiculturalismo es la destrucción de toda cultura”. Imagem de vídeo de população tribal – provavelmente africana – ligando uma televisão e se colocando todos em volta dela para assisti-la. Dentro da tela da televisão que assistem, está um astronauta chegando à lua. Abrem uma embalagem de papelão e se pode ler no topo: “pizza”. Na parte inferior do plano, uma tarja vermelha “corre” da direita para a esquerda, com a seguinte legenda: “Di no al multiculturalismo”. A mesma cena da televisão passa a ser assistida por um casal de esquimós, envoltos em gelo. A mesma cena passa a ser assistido por pessoas na Ásia (aparentemente no Vietnã ou no Camboja). A cena se desloca para a China, onde jovens chinesas comem um hambúrguer com refrigerante. Na parte inferior do plano, uma tarja vermelha “corre” da direita para a esquerda, com a seguinte legenda: “Em 70 años África continuará siendo 99% africana. Ásia continuará siendo asiática. Ya Europa va a ser 51% no europea”. Enquanto corre a legenda, outras imagens se sucedem: islâmico fumando cigarros da marca “Lucky strike”; crianças africanas negras brincam com papai Noel branco. Cartela de fundo cinza e fonte branca com a seguinte frase: “Toda raza tiene derecho a sua propia cultura y a su espacio vital”. Cartela de fundo cinza e fonte vermelha pisca cinco vezes: “Defende la tuya”.

## Video 8 – “Siempre luchando”

Nome do usuário: [mess1488](#)

URL: [http://www.youtube.com/watch?v=gVrRXxod7yc&feature=channel\\_page](http://www.youtube.com/watch?v=gVrRXxod7yc&feature=channel_page)

Resumo da narrativa: Sob áudio em que tocam os primeiros acordes musicais de um contrabaixo, uma cartela de fundo preto e fonte branca tem a seguinte legenda: “Orgullosos...”. Os demais instrumentos da música entram na música. Na imagem, a sequência de pinturas: visigodos saindo para batalhas; celtas empunhando suas armas; índios prontos para atacar uma nau aportando na praia; batalha entre povos bárbaros; celtas atacando o inimigo; navio medieval; no mar. Foto de passagem de barco por entre esculturas não identificáveis (só se percebe sua silhueta) no pôr-do sol. Batalha na beira do mar entre dois povos bárbaros. Imagem de bandeira militar espanhola (Cruz de Borgonha) utilizada em combates reais entre os séculos XVI e XVIII. Pintura de combatentes – provavelmente súditos de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, com a Cruz de Borgonha ao fundo. Pintura de guerreiros (provavelmente do reino de Castela e Aragão). Pintura de dois grupos guerreadores se encontrando. Disputa entre dois guerreiros: um a cavalo e outro a pé. Sequência de pintura de guerreiros. Montagem de águia símbolo de bandeira utilizada durante a ditadura de Franco sobre a Cruz de Borgonha. Foto de combatentes de guerra na neve. No canto do plano, um escudo representando a bandeira espanhola. Foto de

combatentes militares mirando seu alvo – séc. XX. Foto de membros da Falange espanhola caminhando na estrada enquanto empunham as bandeiras da falange e da Espanha. Foto de combatentes (“Boinas Negras”) fazendo o sinal de saudação de Hitler. No canto da imagem, o escudo com as cores da bandeira da Espanha. Foto registrando o momento em que, dentro e fora de um vagão de trem lotado, partidários do nazismo se saúdam com seu gesto característico de mãos ao alto. Foto de soldados do regime franquista marchando pela rua, com transeuntes em volta. Foto de um general (aparentemente Franco) e seus subalternos saudando uma tropa. Reprodução de uma arte gráfica de um escudo que combina os símbolos falangista (flechas cruzadas) e a cruz de malta. Cartela de fundo preto e fonte branca tem a seguinte legenda: “No olvidaremos...” Música é interrompida.



### 5.3 Análise dos vídeos<sup>240</sup>

#### Marcas do tratamento midiático:

##### Vídeo nº 1: “Destrozando mi país, cambiando mi mente”

Conflito/problema	Texto do vídeo /evidência
Imigrantes são violentos	cenos (fotos) de violência praticadas por migrantes; fotos de gangues latino-americanas
Avalanche humana	cenos (fotos) de barcos lotados de imigrantes (de maioria africana) chegando na Espanha

##### Video nº 2: “Las verdades de la inmigracion (in spanish)”

Conflito/problema	Texto do vídeo /evidência
Delinquência: Imigrantes praticam crimes (as estatísticas das prisões comprovariam)	Cartela com os dizeres: “los inmigrantes no traen delincuencia: falso!!!”; Cartela com os dizeres: “1 de cada 3 presos es extranjero a pesar de que oficialmente los extranjeros son solo el 15% de la poblacion”; Cartela com os dizeres: “el 75% de los nuevos presos en 2006 han sido extranjeros”; Cartela com os dizeres “gracias a la gente que ha violado la ley desde el primer momento que llegaron a españa”.
Avalanche Humana: Imigrantes chegam ilegal e desordenadamente à Espanha	Cartela com os dizeres “gracias a la gente que ha violado la ley desde el primer momento que llegaron a españa”. Cartela com os dizeres: “los extranjeros entran en españa violando la ley, de forma ilegal y sin ningun control”.

<sup>240</sup> Em arquivo anexo (3) estão disponibilizados cruzamentos entre os argumentos de cada vídeo com os discursos midiático, governamental/parlamentar e de outras elites simbólicas.

Vídeo nº 3: “Stop immigration”

Conflito/problema	Texto do vídeo /evidência
<p>Avalanche Humana/ risco – para todos (migrantes também são vítimas)</p>	<p>“Más de 4 millones de inmigrantes ya están en nuestro país. 1 millón de ellos son ilegales”;</p> <p>Foto de uma embarcação lotada de imigrantes;</p> <p>Foto de matéria de jornal com a manchete “La llegada de inmigrantes a la provincia aumenta uno 34% en el último año”;</p> <p>Cartela com os dizeres: “se estima que con el índice de inmigracion actual, en el año 2020, en España, el 30% de la población será de familia inmigrante”; Pôster estampado com a foto de uma menina, criança, loira e branca, em volta do qual está escrito: “Cuando ella se jubile [aposente] los europeos blancos seremos minoria – Europa despierta!”</p>
<p>Aumento da criminalidade</p>	<p>Cartela com os dizeres: “en noviembre de 2002, el Director de la Policia Nacional achaca a este millón de inmigrantes la subida de la delincuencia en un 10,52%”;</p> <p>Cartela com os dizeres: “según datos aportados por el Ministerio del Interior en Enero de 2002, el 50% de los robos con violencia los cometeron ciudadanos extranjeros”. Sendo as palavras “50%”, “violencia” e “extranjeros” em fonte ligeiramente maior;</p> <p>Foto de um imigrante tentando ultrapassar um muro com grades e cercas de arame farpado;</p> <p>Foto de rebeldes árabes armados, com as cabeças cobertas e roupas camufladas, apontando as armas para o céu;</p> <p>Foto de imigrantes abaixados, alguns deles em pé, com as mãos para o alto, rendidos;</p> <p>Foto de dois imigrantes se cumprimentando com um aceno de mãos na altura do rosto. Os rostos estão cobertos por um borrão branco, como se para não identificá-los;</p> <p>Imagem de um imigrante dando um soco no rosto de outro, em um lugar fechado, como bar ou boate;</p> <p>Cenas de câmara de vigilância de imigrantes tentando cruzar fronteiras;</p> <p>Imagem de briga entre dois imigrantes, em um campo aberto, verde;</p> <p>Imigrantes amedrontando um policial;</p> <p>Imagem de um homem caído no chão sendo espancado por um grupo de imigrantes.</p>

Vídeo nº 4: “Patriota no facha”

Conflito/problema	Texto do vídeo /evidência
XXX	XXX

Vídeo nº 5 “Adiós mi España preciosa” o país

Conflito/problema	Texto do vídeo /evidência
Avalanche Humana	Foto de uma <i>patera</i> (embarcação) superlotada por imigrantes negros.
Imigrantes são suspeitos: potenciais criminosos	Foto de fila de imigrantes, observada por um policial espanhol.
Imigrantes praticam crimes de diversas naturezas (comércio ilegal, associação de quadrilhas, prostituição)	<p>Blitz de policiais à “paisana” apreendendo produtos (CDs, DVDs) vendidos por imigrantes na calçada. Passantes observando a cena;</p> <p>Prostituta negra caminha com trajes sumários entre carros na rua.</p> <p>Foto de jovens latinos (uma mulher e dois homens) fazendo sinais com as mãos: sugere-se ser parte de ritual de gangues;</p> <p>Foto de imigrante sendo detido e levado preso por policiais na rua;</p> <p>Foto de jovens latinos (quatro rapazes) fazendo <i>hand signs</i> com as mãos (sugere-se ser parte de ritual de gangues);</p> <p>Foto de jovens de calças jeans e sem camisa, alguns deles tatuados e pintados, dão-se as mãos em sinal de pacto (sugere-se ser parte de gangues latino-americanas).</p>

Vídeo nº 6: “Orgullosa de ser española”

Conflito/problema	Texto do vídeo /evidência
Presença de imigrantes remete a islamismo. Islamismo remete a terrorismo.	Cartaz intitulado: “Peligro – Terroristas islâmicos”. Ao centro do cartaz, por meio de símbolos gráficos se representa uma <i>patera</i> (barco) cheia de imigrantes;
Problemas na integração social/conflitos com autóctones	Charge em que um imigrante negro segurando malas é “cortado” pela faixa de proibido. Em volta da charge, as frases: “¿Imigrantes? NO,

	gracias”. Ao fundo do cartaz, se pode ler, escrito à mão, uma lista de elementos que “caracterizariam” a presença dos imigrantes na Espanha: “plazas en guarderías y colegios; (...); pérdida de nuestra identidad; imposición de costumbres; competencia desleal; ayudas sociales; precariedad laboral; viviendas de protección oficial; (...)”.
Crimes e insegurança: tráfico de drogas, agressões, violência urbana	Charge em que um imigrante negro segurando malas é “cortado” pela faixa de proibido. Em volta da charge, as frases: “¿Imigrantes? NO, gracias”. Ao fundo do cartaz, se pode ler, escrito à mão, uma lista de elementos que “caracterizariam” a presença dos imigrantes na Espanha: “(...) inseguridad; (...) tráfico de drogas y delincuencia; (...); agresiones sociales; invasión de parques; bandas juveniles”. Ainda mais abaixo, a frase – em fonte industrial: “crímenes” – “asesinatos” – (ilegível)

Vídeo nº 7: “Inmigración y Multiculturalismo”

<b>Conflito/problema</b>	<b>Texto do vídeo /evidência</b>
Gastos excessivos com a integração de imigrantes (enquanto os trabalhadores espanhóis vivem pior do que antes).	Cartela preta compõe as cifras: “332.770 millones de pesetas (...) Esto es lo que pagamos los españoles anualmente para la integración de los inmigrantes. (...) pero nadie habla de esto. Solo de los ‘beneficios’ que nos trae la inmigración”. Cartela de fundo preto e fonte branca com o texto: “Beneficios para los de siempre. Los trabajadores con más 5 millones de inmigrantes vivimos peor que hace 10 años”.
Imigrantes praticam mais crimes que autóctones	Foto de grade de prisão. Na parte inferior do plano, uma tarja vermelha entra da direita para a esquerda, com a seguinte legenda: “El 65% de los reclusos son inmigrantes, sin contar a gitanos y a nacionalizados.” Aparecem outras fotos de fundo: outra cela vazia; foto de pátio interno de prisão.
Imigrantes formam gangues que dominam os bairros espanhóis	Foto doméstica de jovens fazendo “sinais de mão” ( <i>hand signs</i> ) conhecidos como sendo de gangues. Fazem caras de malvados, nenhum deles sorri para a câmara. Alguns estão sem camisa, outros trajam roupas esportivas. Sobre a foto se vai montando, com fonte vermelha, a frase “nuestros barrios se han

	llenado de pandillas [gangues]”. Ao fundo a foto muda: jovens – quase todos vestidos de negro e óculos escuros – segurando facões e fazendo <i>hand signs</i> .
--	---

Vídeo nº 8: “Siempre luchando”

Conflito/problema	Texto do vídeo /evidência
XXX	XXX

**Marcas das Políticas Públicas Governamentais/parlamentares:**

Vídeo nº 1: “Destrozando mi pais, cambiando mi mente”

Causa- problema	Texto do vídeo /evidência	Solução/política
Imigrantes são violentos	cenos (fotos) de violência praticadas por migrantes; fotos de gangues latino-americanas	Não propõe nenhuma medida específica, mas sugere que pode haver tempo de reverter a situação. “Habéis conseguido... [destruir a Espanha] o todavía no?”
Avalanche humana	Espanha sofre uma avalanche de islâmicos; cenos (fotos) de barcos lotados de imigrantes (de maioria africana) chegando à Espanha	Idem

Vídeo nº 2: “Las verdades de la inmigracion (in spanish)”

Causa-problema	Texto do vídeo /evidência	Solução/política
Avalanche Humana	cartela vermelha com os dizeres: “los extranjeros entran en españa violando la ley, de forma ilegal y sin ningun control”.	<u>Controlar fluxos</u> (ao sugerir que, diferente da <i>imigração</i> atual na Espanha, uma migração controlada – como foi a <i>emigração</i> Espanhola no século XX – seria aceitável. Porém, não especifica forma)

Vídeo nº 3: “Stop immigration”

Causa-problema	Texto do vídeo /evidência	Solução/política
Terrorismo	Cartazes de árabes procurados	Controlar fluxos (não específica forma, embora a solução pareça estar dada no título do vídeo: “Stop immigration”)
Avalanche Humana	<p>“Más de 4 millones de inmigrantes ya están em nuestro país. 1 millón de ellos son ilegales”;</p> <p>Imagens de uma embarcação lotada de imigrantes; Foto de matéria de jornal com a manchete “La llegada de inmigrantes a la provincia aumenta uno 34% en el último año”;</p> <p>Cartela com os dizeres: “se estima que con el índice de inmigracion actual, en el año 2020, en España, el 30% de la población será de familia inmigrante”; Pôster estampado com a foto de uma menina, criança, loira e branca, em volta do qual está escrito: “Cuando ella se jubile [aposente] los europeos blancos seremos minoria – Europa despierta!”</p>	Idem

Vídeo nº 4: “Patriota no facha”

Causa-problema	Texto do vídeo /evidência	Solução/política
XXX	XXX	XXX

Vídeo nº 5: “Adiós mi España preciosa”

Causa-problema	Texto do vídeo /evidência	Solução/política
Avalanche Humana	Foto de uma <i>patera</i> (barco) superlotada por imigrantes negros.	<p>Controlar entrada “massiva:”</p> <p>Imagem gráfica da marca de uma mão (como um carimbo) fazendo</p>

		sinal de “basta”, com os dizeres: “Basta de inmigración ilegal y masiva”.
--	--	---

Vídeo nº 6: “Orguloso de ser español”

Causa-problema	Texto do vídeo /evidência	Solução/política
Terrorismo	Cartaz intitulado: “Peligro – Terroristas islâmicos”. Ao centro do cartaz, por meio de símbolos gráficos se representa uma <i>patera</i> (barco) cheia de imigrantes.	<u>Deportação:</u> “Cartaz: “¿Papeles para tod@s?? (em cor azul) – Si!!! (em preto)– Papeles de deportación!! (...)” <u>Seleção:</u> Charge em que um imigrante negro e islâmico caminha com uma trouxa de roupas e é “cortado” pelo símbolo de proibido. Ao lado as frases: “Para luchar contra el racismo... (em preto) paremos la invasión (em azul)”.

Vídeo nº 7: “Inmigración y multiculturalismo”

Causa-problema	Texto do vídeo /evidência	Solução/política
Avalanche Humana	“Los trabajadores con 5 millones más [de imigrantes] vivimos peor que hace 10 años”; “Nuestros barrios se han llenado de pandillas”	<u>Controlar fluxos por securitização</u> (controle de fronteiras/deportações) Legenda sobre tarja vermelha: “Di no al multiculturalismo (...) Toda raza tiene derecho a sua propia cultura y a su espacio vital (...) Defende la tuya”.

Vídeo nº 8: “Siempre luchando”

Causa-problema	Texto do vídeo /evidência	Solução/política
XXX	XXX	XXX

**Marcas da abordagem outras “elites simbólicas”:**

Vídeo nº 1: “Destrozando mi país, cambiando mi mente”

Argumento/denúncia/apelo	Texto do vídeo /evidência
Contaminação e decadência da raça e	foto de manifesto público de islâmicos

da cultura espanholas 1: Espanha sofreria uma invasão de islâmicos	empunhando cartaz: “Islam will dominate the world”; foto de mesquita na Espanha
Contaminação e decadência da raça e da cultura espanholas 2: Imigrantes impõem ambiente de violência	cenos (fotos) de violência praticadas por migrantes; fotos de gangues latino-americanas
Avalanche humana/ risco para autóctones	cenos (fotos) de barcos lotados de imigrantes (de maioria africana) chegando na Espanha.
Esquerda facilita a entrada de imigrantes e favorece a decadência da sociedade	foto de evento latino-americano co-financiado pelo governo espanhol; foto de acordo político entre Zapatero, liderança do Partido Socialista Obrero Español, e membro do Magreb; cenos (fotos) de Zapatero, selando acordos com representantes do país separatista Basco, origem de atos terroristas.
Orgulho nacional/ Sentimento de superioridade frente a outras raças/etnias	Cartela com os dizeres: “gracias por haberme llamado xenófobo solo por defender mi raza”

Vídeo nº 2: “Las verdades de la inmigracion (in spanish)”

Argumento/denúncia/apelo	Texto do vídeo /evidência
Concorrência laboral/civil	<p>Cartela com os dizeres: “los extranjeros hacen lo trabajo que los nacionales no quieren”. abaixo está escrito: “falso!!!”;</p> <p>Cartela com os dizeres: “los extranjeros trabajan por la cantidad que los españoles no quieren trabajar: simplemente bajan los sueldos”; cartela com os dizeres: “los extranjeros no quitan los puestos de trabajo a los españoles: falso!!!”;</p> <p>Cartela com os dizeres: “el 65% de los nuevos puestos de trabajo en 2006 han sido ocupados por extranjeros: el que menos cobra se lleva el trabajo”;</p> <p>Cartela com os dizeres: “las verdades de la inmigracion: el sueldo medio en españa desciende em 2006 y es el mismo que el de 1997 por culpa de los inmigrantes”;</p> <p>Cartela com os dizeres: “lo salario de los obreros españoles no cualificados han caido hasta un 30%”; “con la complicidad de los sindicatos han destruido al obrero español”;</p> <p>Cartela com os dizeres: “los españoles son victimas del racismo institucional: los extranjeros gozan de privilegios a la hora de conseguir ayudas”;</p> <p>Cartela com dizeres: “los extranjeros reciben</p>



	VPO (habitações subsidiadas pelo governo) e plazas de guarderia que se niegan a los españoles en igualdad de condiciones”; Cartela com os dizeres: “los extranjeros no pagan impuestos durante 5 años si montan un pequeño comercio. Sin embargo, los españoles si tenemos que hacerlo”.
--	---

Vídeo nº 3: “Stop immigration”

Argumento/denúncia/apelo	Texto do vídeo /evidência
Concorrência laboral/civil	Pôster estampado com a foto de uma menina, criança, loira e branca, em volta do qual está escrito: “Cuando ella se jubile [aposente] los europeos blancos seremos minoria – Europa despierta!”
Contaminação e decadência da raça e da cultura	Imagens de uma grande briga entre imigrantes; Cartela com os seguintes dizeres: “se estima que con el índice de inmigracion actual, en el año 2020, en España, el 30% de la población será de familia inmigrante”; Pôster estampado com a foto de uma menina, criança, loira e branca, em volta do qual está escrito: “Cuando ella se jubile [aposente] los europeos blancos seremos minoria – Europa despierta!”

Vídeo nº 4: “Patriota no facha”

Argumento/denúncia/apelo	Texto do vídeo /evidência
Orgulho nacional/ Sentimento de superioridade frente a outras raças/etnias	“¿porqué no podemos sentirnos españoles? ... como todo el mundo se siente de su país?”; “campana de normalización de los sentimientos nacionales”;
Esquerda facilita a entrada de imigrantes e favorece a decadência da sociedade.	“ciertos sectores de la izquierda y los separatistas, hacen que si te sientes español tengas que sentir que eres facha”.

Vídeo nº 5 “Adiós mi España preciosa”

Argumento/denúncia/apelo	Texto do vídeo /evidência
Contaminação e decadência da raça e da cultura	Canção “Adiós mi España preciosa”. Foto de imigrantes “socializando” na rua: crianças, brinquedos espalhados pelo chão,

	embalagens de alimentos, pessoas sentadas na calçada, desordem; Foto de negra caminhando de costas, vestida em trajes sumários: mini-saia, chinelos e uma camiseta sem mangas que deixa sua barriga de fora; Prostituta negra caminha com trajes sumários entre carros na rua; Foto de islâmicos rezando em uma mesquita.
Avalanche humana/ agente de risco – para autóctones	Foto de uma <i>patera</i> (barco) superlotada por imigrantes negros.

Vídeo nº 6 : “Orguloso de ser español”

Argumento/denúncia/apelo	Texto do vídeo /evidência
Concorrência laboral/civil	Cartela onde se lê: “¿Que haras cuando la plaza de tu hijo en la guarderia ocupe un inmigrante?”.
Contaminação e decadência da raça e da cultura	Cartaz intitulado: “Sean legales o ilegales MOROS FUERA DE EUROPA”. No centro do cartaz, fotos de árabes “cortadas” por “faixas” indicando o sinal de proibido; Cartaz com charges ilegíveis de imigrantes sobre as frases: “¿Quieres que tus hijos crezcan en una sociedad consumista, multicultural y multiracial como la de Estados Unidos? Di No a los intereses de la finanza y las multinacionales. Di no a la inmigración.”; Cartaz “Preserva tu raza, tu cultura y tu comunidad”; Charge em que um imigrante negro e islâmico caminha com uma trouxa de roupas e é “cortado” pelo símbolo de proibido, em um fundo amarelo. Ao lado as frases: “Para luchar contra el racismo... (em preto) paremos la invasión (em azul)”.
Avalanche humana/ agente de risco – para autóctones	Charge em que um imigrante negro e islâmico caminha com uma trouxa de roupas e é “cortado” pelo símbolo de proibido, em um fundo amarelo. Ao lado as frases: “Para luchar contra el racismo... (em preto) paremos la invasión (em azul)”.
Orgulho nacional/ Sentimento de superioridade frente a outras raças/etnias	Foto de passeata de homens que empunham as bandeiras da AJE, do Movimiento Católico Espanhol, do White Pride (superioridade branca) e da Espanha;

	<p>Charge em que um imigrante negro segurando malas é “cortado” pela faixa de proibido. Em volta da charge, as frases: “¿Imigrantes? NO, gracias”. Ao fundo do cartaz, se pode ler, escrito à mão, uma lista de elementos que “caracterizariam” a presença dos imigrantes na Espanha: “plazas en guarderías y colegios; tráfico de drogas y delincuencia; pérdida de nuestra identidad; inseguridad; imposición de costumbres; competencia desleal; ayudas sociales; precariedad laboral; viviendas de protección oficial; agresiones sociales; invasión de parques; bandas juveniles”. Ainda mais abaixo, a frase – em fonte industrial: “crímenes” – “asesinatos” – (ilegível)</p>
Intervenção por força ditatorial	<p>Pintura de tinta a óleo retratando José Antonio Primo de Rivera, membro da Falange espanhola e compositor da canção “Cara al sol”, acenando com uma mão e segurando a bandeira da Falange com a outra;</p> <p>Pintura de tinta a óleo retratando o General Franco. Ao fundo, uma multidão em marcha empunha bandeiras da Espanha;</p> <p>Foto de soldados do exército espanhol uniformizados em momento de descontração, ladeados pela bandeira espanhola. Eles sorriem enquanto um deles segura uma ponta da bandeira, como que para vê-la melhor;</p> <p>Charge com desenhos de forcas com a legenda: “Lo mejor lazo para ETA y el terrorismo islámico”. Uma forca maior é centrada na cartela;</p> <p>Cartaz com desenho do símbolo da Divisão Azul (divisão de voluntários espanhóis que serviram na segunda guerra com o exército de Hitler). Abaixo da bandeira, o nome da divisão em alemão: “250 Spanische Freiwillige Division (Blauen division)”.</p>

Vídeo nº 7: “Inmigración y Multiculturalismo”

Argumento/denúncia/apelo	Texto do vídeo /evidência
Concorrência laboral/civil (Gastos excessivos com a integração de imigrantes, enquanto os trabalhadores espanhóis vivem pior do que antes).	Cartela preta compõe as cifras: “332.770 millones de pesetas (...) Esto es lo que pagamos los españoles anualmente para la integración de los inmigrantes. (...) pero nadie habla de esto. Solo de los ‘beneficios’ que nos trae la inmigración”. Cartela de fundo preto e fonte branca com o texto: “Beneficios para los de siempre. Los trabajadores com más 5 millones más de inmigrantes vivimos peor que hace 10 años”.
Contaminação e decadência da raça e da cultura	Cartela preta com fonte branca com a seguinte frase: “realmente estos problemas podrían ser efímeros y circunstanciales, pero la decadencia cultural es irreparable”; Cartela – maior que as anteriores – com a seguinte frase: “mestizaje es la exterminacion de razas”; Cartela com os dizeres: “multiculturalismo es la destrucción de toda cultura (...) Di no al multiculturalismo”; “En 70 años África continuará siendo 99% africana. Asia continuará siendo 99% asiática. Ya Europa va a ser 51% no europea”.
Avalanche humana/ agente de risco – para autóctones	“Nuestros barrios se han llenado de pandillas”
Esquerda facilita a entrada e favorece a decadência da sociedade.	“332.770 millones de pesetas (...) Esto es lo que pagamos los españoles anualmente para la integración de los inmigrantes. (...) pero nadie habla de esto. Solo de los ‘beneficios’ que nos trae la inmigración”
Orgulho nacional/ Sentimento de superioridade frente a outras raças/etnias	Cartela preta com fonte branca, onde se lê: “y si reaccionamos enseguida se nos tacha de racistas, para nos hacer sentir culpables”; Cartaz com o título: “Las razas no existen? Todas las razas son iguales? Piensa por ti mismo!” Embaixo da frase série de fotos dispostas lado a lado comparam: mulher branca e loira X mulher negra, nave espacial X índio entrando em um barco, escultura grega X escultura de povos pré-colombianos.

Vídeo nº 8: “Siempre luchando”

Argumento/denúncia/apelo	Texto do vídeo /evidência
Orgulho nacional/ Sentimento de superioridade frente a outras raças/etnias	Imagens (pinturas) de guerreiros bárbaros de porte grandioso lutando bravamente; Imagens (pinturas) soldados das Cruzadas combatendo pela conquista de novos territórios.
Intervenção por força ditatorial	Imagem da bandeira militar espanhola (Cruz de Borgonha) utilizada em combates reais entre os séculos XVI e XVIII; Montagem de águia símbolo de bandeira utilizada durante a ditadura de Franco sobre a Cruz de Borgonha; Foto de combatentes de guerra na neve, em preto e branco. No canto do plano, um escudo representando a bandeira espanhola; Foto em preto e branco de encontro de Hitler com dois oficiais uniformizados; Foto em preto e branco de combatentes militares mirando seu alvo – séc. XX. As cartelas de armamento são muito nítidas; Foto em preto e branco de membros da Falange espanhola caminhando na estrada enquanto empunham as bandeiras da falange e da Espanha; Foto de partidários nazistas (de boina) fazendo o sinal de saudação de Hitler. No canto da imagem, o escudo com as cores da bandeira da Espanha; Foto registrando o momento em que, dentro e fora de um vagão de trem lotado, partidários do nazismo se saúdam com seu gesto característico; Foto de soldados do regime franquista marchando pela rua, com transeuntes em volta; Foto de um general (aparentemente Franco) e seus subalternos saudando uma tropa; Reprodução de uma arte gráfica de um escudo que combina os símbolos falangista (flechas cruzadas) e a cruz de malta.

No que refletem o tratamento informativo da mídia analisada no capítulo 3, apenas os vídeos 4 (“Patriota no facha”) e 8 (“Siempre luchando”) não fazem nenhuma referência às modalidades de argumento e abordagem problematizadora/conflituosa, que aponta para problemas trazidos pela imigração, em geral ligados ao excesso populacional (“avalanche humana”) e ao risco contra a vida e a propriedade dos espanhóis (crime). No que se refere aos reflexos das atuações governamentais, por meio de políticas públicas e falas parlamentares, novamente, os vídeos 4 (“Patriota no facha”) e 8 (“Siempre luchando”) não fazem nenhuma referência às modalidades de argumento sistematizados em relação a tais falas. A construção causa>solução, que é base das políticas e discursos públicos parlamentares adotados, é evocada pela grande maioria dos demais vídeos, embora o vídeo 1 (“Destrozando mi país, cambiando mi mente”), apenas sugira que há solução para os problemas diagnosticados (dentre eles, a imigração), sem explicitar qual (is) seria(m) e o vídeo 2 (“Las mentiras de la Inmigración (in Spanish)”) não apresente soluções para o problema (que chega a diagnosticar – a entrada massiva dos imigrantes). Afora estes quatro, os demais vídeos mencionam ao menos uma causa e uma solução explícitas para o “problema” das imigrações espanholas, tais quais as executadas pelos parlamentos e governos europeus.

O caráter de invasão ou de “avalanche humana” que compete às imigrações na Espanha é referido por quase todos os vídeos (1, 2, 3, 5), tendo os vídeos 6 e 7 abordagens específicas em relação a este argumento. O vídeo 6 (“Orgullosa de ser española”) não se refere à quantidade excessiva de pessoas entrando, mas à presença nociva de certas culturas, como a islâmica. Já o vídeo 7 (“Inmigración y multiculturalismo”) se refere aos gastos excessivos do governo com a integração de imigrantes, enquanto os trabalhadores espanhóis vivem “pior que há 10 anos” (período do grande aumento de fluxos migratórios no país).

Sobre a relação entre o fenômeno da “avalanche” ou invasão de imigrantes, e o aumento da criminalidade trazida por eles, algumas vezes, o segundo fato é tomado como consequência do primeiro: isto é, a avalanche traz crime. Em alguns casos, aparece, também, a indissociação entre a entrada no país sem documentos e o crime, quando o excesso de gente entrando ilegalmente é um crime em si mesmo (vídeos 2 e 5). Evoluindo em complexidade argumentativa, aparecem situações em que o aumento da presença de imigrantes em condições sumárias favorece práticas criminosas que se tornariam usuais com o aumento do contingente de imigrantes, tais como: venda ilegal de produtos, formação de gangues e tráfico de drogas (vídeo 3, 5, 6, 7).

Há, ainda, a construção causal que defende que os imigrantes, sendo considerados “naturalmente” violentos, necessariamente aportam criminalidade (mesmo quando esta se volta contra eles mesmos). É o caso da utilização de imagens de imigrantes brigando entre si em espaços públicos (1, 3), em que não se pode definir claramente onde ocorrem. Neste caso, não importa em que quantidade se encontrem no país: são sempre potencialmente criminosos porque seriam menos “civilizados”.

Aqui vale chamar a atenção para a fatura de imagens de gangues, as chamadas “bandas latinas”, que estariam dispostas a roubar, agredir e até matar autóctones (1, 3, 5, 7). Este aspecto chama a refletir sobre a própria natureza desta modalidade de atuação criminosa, segundo é percebida por estes nacionalistas/xenófobos. Seriam as “bandas” um fenômeno indissociado das migrações, em que sua existência responderia aos conflitos culturais gerados entre autóctones e imigrantes, em que imigrantes formam gangues *contra* espanhóis como uma espécie de “vingança” ou recalque, ou seriam os imigrantes tão “naturalmente” violentos que a formação de gangues seria mesmo uma volição natural, ainda em seus países de “origem”? Os argumentos dos vídeos não são claros neste sentido.

Os vídeos 4 e 8 fogem aos padrões da maioria dos vídeos que apontam o significativo aumento populacional e da criminalidade como sendo os principais problemas trazidos pela imigração. O vídeo 4 (“Patriota no facha”) trata do que seria a injustiça cometida por “certos setores da esquerda”, que estariam tornando inviável o orgulho nacional, confundindo-o, propositadamente, com xenofobia e fascismo. Este vídeo, que se diz fazendo parte da “campanha pela normalização dos sentimentos nacionais”, advoga o direito de se sentir orgulhoso de ser espanhol, “... como todo el mundo se siente de su país”. Já o vídeo 8 (“Siempre luchando”) não tematiza diretamente as migrações contemporâneas, mais especificamente, presta uma homenagem a todos os espanhóis que lutaram pela defesa de seu território, desde a antiguidade, até a contemporaneidade. Este vídeo foi escolhido ao longo do processo de mapeamento dos argumentos nacionalistas/xenófobos, em que constatei uma constante evocação do sentimento bélico/guerreador do espanhol, e que tal sentimento era motivo de orgulho, e fazia parte da identidade espanhola.

Sobre o que pode haver de influência argumentativa entre as falas dos vídeos analisados e os argumentos defendidos por setores de uma direita ou ultradireita espanholas, que chamei de “outras *élites simbólicas*”, já sistematizados neste capítulo, é importante demarcar que todos os vídeos se remetem a pelo menos um dos argumentos

dentre os reconhecidos como provenientes desses setores sociais – que vê no imigrante um detrator da economia e/ou da moralidade das nações européias. Listei como argumentos principais desses setores a concorrência laboral/civil; a contaminação e decadência da raça e da cultura; a “avalanche humana” (com risco para autóctones); a inclinação da esquerda espanhola a facilitar a entrada e a favorecer a decadência da sociedade; o orgulho nacional/ sentimento de superioridade frente a outras raças/etnias, e a intervenção por força ditatorial.

O primeiro argumento – concorrência imigrantes/espanhóis – se encontra presente nos vídeos 2, 3 e 7. No vídeo 2 (“Las verdades de la inmigracion (in spanish)”), a concorrência se apresentaria no âmbito do trabalho (vagas e salários) e em benefícios sociais concedidos, prioritariamente a imigrantes, tais como moradias subsidiadas pelo governo, vagas nas creches e redução de impostos. No vídeo 3 (“Stop immigration”), a concorrência se perceberia melhor quando as atuais crianças espanholas vierem a se aposentar. Em um futuro vislumbrado pelo autor (sem remeter-se a dados concretos) os espanhóis serão minoria e precisam, por isso, ter sua “raça” defendida pela consigna: “Europa, despierta!”. O vídeo 6 (“Orgullosos de ser español”) apela para a identificação de sua audiência para o “problema” da concorrência aos benefícios sociais entre autóctones e imigrantes: “¿qué haras cuando la plaza de tu hijo en la guarderia la ocupe un inmigrante?”. No vídeo 7 (“Inmigración y multiculturalismo”), a concorrência é evocada por meio do questionamento ao investimento do governo espanhol em integração de estrangeiros, enquanto os espanhóis “trabajadores vivimos peor que hace diez años”.

Sobre uma possível contaminação e decadência cultural experimentada a partir da presença e convivência entre espanhóis e imigrantes, os vídeos 1, 3, 5, 6 e 7 destacam-na como conflituosa. No vídeo 1 (“Destrozando mi pais, cambiando mi mente”), o conflito viria pela excessiva presença de islâmicos no país, (que, segundo o autor, viriam a “dominar” o mundo), e também por uma ambiência de violência trazida pelos imigrantes (vide imagens de gangues latinas e de lutas corporais em espaços públicos envolvendo estrangeiros). Este ambiente de violência também preocupa o autor do vídeo 3 (“Stop immigration”), que utiliza imagens similares, mas, também, o fato de, pouco a pouco, os espanhóis “puros” tornarem-se minoria. O vídeo 5 (“Adiós mi España preciosa”) chama a atenção para como os imigrantes seriam desordeiros, promíscuos e obscenos (utiliza, para isso, imagens de imigrantes que confraternizam na rua, gerando lixo e “bagunça”, e de prostitutas, visivelmente imigrantes, com trajes



sumários fazendo “ponto” em espaços públicos). No vídeo 6 (“Orgullosos de ser español”), a imigração aparece como um dos fatores de decaimento cultural e moral da sociedade espanhola, em meio a outros problemas como a homossexualidade, o consumo de drogas e o comunismo. Neste sentido, conclama: “Di no a la inmigración (...) Preserva tu raza, tu cultura y tu comunidad”. Para o autor do vídeo 7 (Inmigración y multiculturalismo”), como a raça e a cultura européias são naturalmente superiores, o multiculturalismo é ruim em si mesmo, já que põe tais populações em contato com imigrantes inferiores: “mestizaje es la exterminación de razas”. Neste sentido, convoca sua audiência a lutar contra a destruição de sua cultura: “Di no al multiculturalismo”. Menciona também a deterioração de culturas consideradas milenares ou primitivas (como a chinesa e as tribos africanas), consumindo produtos globalizados, para sugerir seu anacronismo: “Toda raza tiene derecho a su propia cultura y a su espacio vital”. E, admitindo a luta por tal “espaço vital” e cultura, incita: “Defende la tuya”.

Outro argumento levantado, em menor escala, é que a esquerda facilita a entrada de imigrantes ao desenvolver benevolentes políticas de integração de estrangeiros no país. Os vídeos 1, 4 e 7 mencionam este aspecto, desde diferentes abordagens. O vídeo 1 (“Destrozando mi país, cambiando mi mente”) menciona a criação de centros latino-americanos de apoio ao imigrante co-financiados pelo governo (foto de evento de inauguração de um deles, do Equador). O vídeo 4 (“Patriota no facha”) abarca a atuação dos setores de esquerda frente à imigração em uma orientação mais ampla de enfraquecimento do orgulho nacional, que inclui a tolerância na aceitação de nacionalismos “periféricos” (Béjar, 2008) e a discriminação dos nacionalistas espanhóis. Neste sentido, a acolhida a imigrantes faria parte desta política à esquerda, segundo a qual, deve ser embaraçoso “sentir-se” espanhol. Já o autor do vídeo 7 (“Inmigración y multiculturalismo”) defende a indignação pelos gastos do governo espanhol (de esquerda – PSOE, quando de sua publicação) com a integração de imigrantes no país, novamente, enquanto os espanhóis “trabajadores vivimos peor que hace 10 años”.

O Orgulho nacional/Sentimento de superioridade frente a outras raças/etnias perpassa ou é diretamente exaltado nos vídeos 1, 4, 6, 7 e 8. No vídeo 1 (“Destrozando mi país, cambiando mi mente”), a primeira frase já denota sua percepção da relação entre povo e nação, em que cada povo compõe uma raça e a ela corresponde uma nação, que devem ser “defendidos”: “Gracias por llamarme xenófobo solo por defender a mi raza”. No vídeo 4 (“Patriota no facha”), sua inclusão no que seria uma auto-proclamada

“campana de normalización de los sentimientos nacionales” também indica como seu autor percebe a nação: como uma instância reservada a um povo que deve manter-se “unido” e orgulhoso de suas características. Ainda que não se refira abertamente a uma superioridade racial ou étnica espanhola, conecta-se com movimentos mais amplos, para além do *YouTube*, em que se defende uma “españa para españoles”<sup>241</sup>. No vídeo 6, o orgulho e sentimento de superioridade aparecem sob diversos recursos: fotos de passeatas em que se unem as bandeiras do movimento católico espanhol e o movimento White Pride (orgulho branco); cartazes com charges em que se defende a proibição da entrada de imigrantes, ou que lista os “aportes” negativos da imigração; música de grupo RAC homenageando o partido Falange Española, além do próprio título do vídeo, estampado também no interior da narrativa por meio de legenda: “Orgullosos de ser español”. No vídeo 7 (“Inmigración y multiculturalismo”), seu autor convoca à reflexão: “Las razas no existen? Piensa por ti mismo”, a qual se sucede uma montagem gráfica em que, lado a lado, compara imagens da “civilização” européia e outras, africanas e indígenas, consideradas subdesenvolvidas, em que ficaria evidente a inferioridade cultural dos países de onde provêm a “incômoda” imigração. O vídeo 8 (“Siempre luchando”) é inteiramente um elogio a uma característica/vocação do povo espanhol: a orientação guerreadora/bélica. Toda a narrativa procura mostrar como o “povo” espanhol, desde os primórdios da ocupação do que hoje é o território espanhol, até a atuação dos governos militares do século XX, nunca hesitou em batalhar pela defesa de seu território. Além disso, o “orgulho” nacional se expressa literalmente no primeiro plano do vídeo, em que uma legenda traz escrito: “Orgullosos”, e no último plano, que encerra o vídeo com outra legenda: “nunca olvidaremos”, entremeados por uma sucessão de imagens de guerreadores e combatentes pela defesa do território espanhol.

Por último, e imiscuindo-se no argumento *orgulho nacional/sentimento de superioridade*, está a defesa da *intervenção ditatorial*, sustentada nos vídeos 6 e 8. No vídeo 6 (“Orgullosos de ser español”), tal elogio se dá pela ostentação de símbolos relacionados a períodos de intervenção militar na Espanha, tais como as imagens (pintura à óleo) de Primo de Rivera e Francisco Franco, e outros tipos de reprodução (desenhos) de bandeiras da Falange espanhola, da Divisão Azul<sup>242</sup>, do Nacional-

---

<sup>241</sup> Vide a atuação de nacionalistas no site: <http://espanolessincomplejos.blogspot.com/>

<sup>242</sup> Brigada militar da ditadura de Francisco Franco, disponibilizada por este para lutar ao lado dos nazistas alemães na segunda guerra mundial.

Socialismo, além de fotos de combatentes de tais ditaduras. Em ambos os vídeos, exalta-se a participação da Espanha no nazismo alemão liderado por Adolph Hitler.

Pela forma com que expressam intimidade com tais referentes evocados por outros movimentos sociais constituídos também fora da rede, tais como partidos políticos, movimentos religiosos e culturais de direita, é difícil determinar exatamente até que ponto os indivíduos que publicam os vídeos apenas referenciam-se nas idéias destas elites simbólicas, e em que medida *integram* tais coletivos, frequentando seus encontros presenciais. Se não são, estes autores mesmos, lideranças na “causa” contra-imigração nas esferas públicas presenciais, o que se pode perceber é uma intensa admiração pelos que, não se preocupando com questões humanitárias, ou com os discursos politicamente corretos, aceitaram encampar a defesa da perseguição a imigrantes. Neste sentido, acusam de dissimulação a mídia, os setores da esquerda e os governos implicados com o empresariado interessado na imigração, ao “fazer-se de compreensivos”, e favorecerem a imigração, ao passo que eles, os autores dos vídeos nacionalistas/xenófobos, falaria a “verdade”, pensada por todos, mas defendidas apenas pelos espanhóis mais “corajosos”.

## NOTAS CONCLUSIVAS

A experiência transnacional vivida pelos indivíduos que migram e passam parte de suas vidas em um país diferente do seu de nascimento, embora cultivem vínculos com estes e possam, ainda, “identificar-se” com culturas terceiras, tensiona e obriga a se repensar a idéia corrente de que a sociedade e o Estado-nação seriam uma mesma coisa. Se deixaram de ser uma unidade ou se de fato nunca o foram compreende um grande impasse entre os defensores da nação como categoria de pertencimento que *distingue* um ser humano de outro e os que sustentam haver apenas artificialidade na construção discursiva que atribui ao indivíduo uma “identidade nacional”.

À fragilização da crença em uma identidade duradoura e exclusiva que presta lealdade à nação sucede uma série de processos sociais que colocam em questão as dinâmicas modernas de pertencimento identitário, dentre as quais, a que se baseia na crença na *atuação* do Estado-nação. A globalização e a atribuição aos setores privados de diversas imputações do Estado para com seus cidadãos, que é marca dos regimes neoliberais capitalistas, entre outros fatores, contribuem para que se deixe de acreditar na adequação de se nascer, crescer e morrer em um mesmo território, simplesmente por crê-lo melhor, e por ser o que lhe cabe como “destino”. Se, neste momento, apresento de forma simplificada esta questão, não dando a real medida das dificuldades sentidas pelo indivíduo e pela sociedade diante de tal quadro de esmorecimento da identidade nacional, espero já haver conseguido, com mais sucesso, discutir aspectos cruciais deste fenômeno ao longo desta dissertação. O que gostaria de chamar à atenção, nestas considerações finais, é para uma das decorrências do questionamento da nação como referência exclusiva para a construção da identidade individual, isto é, suas implicações na própria construção de sentidos do *outro estrangeiro*.

Na prática, uma vez que é dado a todos o poder de *identificação* cultural com valores, referentes e insígnias de outras nações; na medida em que se torna mais fácil viajar e escolher outro território nacional para se viver; e na medida, também, em que tudo isso pode ser feito sem perder os vínculos – objetivos e afetivos – com valores, referentes e afetos com o país de nascimento, cabe perguntar: os mecanismos jurídicos que concedem nacionalidade a um cidadão são suficientes para determinar a sensação de pertencimento nacional? Este tipo de questão e múltiplas combinações de variáveis em torno da relação identidade nacional X território pululam no interior das sociedades globalizadas. As reações que geram o descoramento de certas fronteiras culturais variam

entre o ânimo e o otimismo, e o medo e o reacionarismo ao hibridismo – seja ele ao nível da produção e consumo, da mestiçagem étnica, ou dos valores culturais.

Da parte dos que vêm com temor e desgosto a interpenetração cultural alavancada pelo aumento das migrações e do consumo transnacional, percebe-se um esforço por construir discursivamente um *outro* estrangeiro radicalmente diferente de um *nós* nacional, em que os limites que definem o *nós* e o *eles* (*outro*) não podem basear-se estritamente em diferenças culturais, sob risco de se depararem com o fato de que, culturalmente, o *nós* e o *eles* se encontram muito mais próximos do que tais reacionários à interculturalidade estão dispostos a aceitar. Torna-se estrategicamente mais eficaz “criar” um *outro* que seja ameaçador, não bastando que tal ameaça seja a contaminação cultural. É assim que se fortalecem os discursos de alteridade relacionada aos riscos sociais, mais especificamente, aos riscos relacionados ao dano à vida e à propriedade individual. Com um *outro* ameaçador não aos valores, mas ao corpo e à propriedade, consegue-se conclamar a sociedade a pensar com preocupação os rumos das sociedades multiculturais. Esta construção do *outro* como ameaça social não é exclusivamente voltada para os estrangeiros – mas, sobretudo, para os pobres de maneira geral – porém, vem sendo claramente utilizada na abordagem das migrações, e das migrações de pobres, de modo mais concreto.

Em um primeiro contato com o tema das migrações internacionais, avalei que os refugiados eram os indivíduos migrantes, por excelência, mais desprovidos de condições de integração e inserção social; mais desestruturados psíquica e economicamente; mais desamparados socialmente, e, o que me interessou especialmente neste trabalho, como categoria identitária, os discursivamente mais estigmatizados por identidades depreciativas. Mas esta era uma análise precipitada, ou ao menos superficial. A experiência como colaboradora de uma ONG de atendimento a refugiados durante o mestrado me indicou que a fragilidade deste grupo vem sendo trabalhada estruturalmente e discursivamente por organismos e redes de apoio internacionais que atentam, sobretudo, para a necessidade de se criar estratégias discursivas que permitam melhor conhecer a situação dos refugiados, despertando consternação para esta causa de *vítimas*.

Em contrapartida, ao migrante econômico, aquele que, diferente do refugiado, migrou por “opção”, para melhorar de vida, trabalhar, ou, simplesmente, ter uma experiência de alteridade nacional, resta uma categoria identitária temível, a de um criminoso virtual, aquele que tem tudo para se tornar um delinquente, como define

Paulo Vaz (2006). Assim, é diante de uma construção causal que não deveria ser óbvia (imigração=crime) que os discursos xenófobos defendem que, à revelia do que tenha acontecido com a vida daquele indivíduo que optou por migrar, são os autóctones a verdadeiras vítimas potenciais, ou, ainda com Vaz, as vítimas *virtuais*. Neste contexto em que se busca construir consensos sobre o que é de fato um *outro* temível, torna-se parte clara destes esforços a associação das migrações em seu fluxo sul-norte também às imagens de avalanches, invasões e outros referentes catastróficos e alarmantes. Tentei, em momentos específicos deste trabalho, dar conta de sistematizar algumas das estratégias e recursos adotados por certos setores da sociedade, como a grande mídia e as bancadas parlamentares, para traçar a imagem deste *outro* assombroso.

A atribuição “cultural” (aos migrantes) a um fenômeno universal (a prática de crimes), nos últimos anos, conclama a um movimento regressivo que se disponha a questionar os nexos causais propostos pelo senso comum na atribuição de culpa e responsabilidade a estes crimes, revelando que, na prática, o migrante estaria se tornando uma espécie de “catalisador de múltiplas frustrações” (Póvoa, 2005:303). Em paralelo à busca da raiz destas verdadeiras frustrações, creio caber um investimento na “contramão” da criminalização dos migrantes, isto é, um investimento em uma *positivação* dos migrantes para contrabalancear a força dos discursos reacionários e xenófobos, implicando, também, falas que dêem a ver a pertinência, o valor e a riqueza das migrações.

É nesta direção que se discute a pertinência da apropriação do migrante de sua própria visão sobre o fenômeno migratório e a possibilidade de sua divulgação pública sobre a experiência de viver em trânsito. Tal apropriação seguramente levaria a uma ampliação das noções tradicionalmente restritivas sobre lealdade e identidade nacional, que parecem estar na base de algumas resistências ao caráter multicultural das sociedades contemporâneas, assim como daria visibilidade às experiências positivas e complexas das migrações. Com isso, crê-se, se poderia neutralizar um pouco a ênfase dada às carências materiais sofridas pelos migrantes, postura esta que involuntariamente pode se tornar a base da associação entre migrações e criminalidade.

Esta perspectiva se vincula ao valor atribuído à multiplicação de “visões de mundo” da qual falava Vattimo (1997), como um sintoma de democratização das políticas de saber, ou do “trabalho de imaginação” defendido por Appadurai (1996). A partir dos anos 1990 tal esforço se vê facilitado pela difusão do modelo de comunicação em rede baseado na *Web 2.0*, um modelo que traz processos de produção de informação

radicalmente novos: individuais, colaborativos e aparentemente democráticos, na medida em que as novas tecnologias estão potencialmente acessíveis ao chamado “cidadão comum” e se materializam na exibição das obras que permitem realizar, pela internet<sup>243</sup>. É aqui que começa a reflexão sobre a relação entre internet e migrações em que busquei me inserir com este trabalho.

Em um primeiro nível, evocar esta relação fez pensar na contribuição da rede na difusão de pontos de vista que expressam a diversidade do que é migrar contemporaneamente, bem como em outros processos de democratização da informação: ampliação da visibilidade de minorias; fomento da produção colaborativa de informação; complexização das modalidades de sociabilidade e interação; criação de novas modalidades de atuações políticas etc. Mas a demanda pela “multiplicação” de visões sobre as identidades migrantes implica, também, na constatação da abertura “democrática” para a divulgação de pontos de vista perniciosos sobre a(s) identidade(s) migrante(s). Mesmo reconhecendo a contribuição das novas tecnologias de comunicação em um modelo de comunicação em rede que promete ampliar as “visões de mundo” e dar acesso democrático a fala de qualquer indivíduo, meu desejo neste trabalho, foi conhecer esta outra “face” da utilização da rede, que oferece espaços e ferramentas novos para velhos narcisismos e intolerância ao *outro*, como é o caso das expressões xenófobas. Em um segundo nível de aprofundamento da reflexão sobre o modelo de comunicação em rede, me interessou especular sobre as relações, aproximações ou distanciamentos entre o tipo de produção realizada via *web* – no caso, a individual (por indivíduos, para outros indivíduos) – e o tipo de produção argumentativa com direcionamento massivo – pela grande mídia, para o grande público.

Busquei, também, compreender a dimensão da força de outros atores e regimes sociais que concorrem para construir sentidos sobre as migrações contemporâneas, para além da mídia – massiva ou individual. Foi o caso dos regimes governamentais/parlamentários. Se perceber sua importância já fazia parte de minha hipótese inicial nesta pesquisa, foi somente ao entrar em contato com o material produzido pela fala destes atores que pude captar a dimensão destes discursos frente ao próprio peso do discurso midiático. A mídia prefere e demonstra reverência às fontes e discursos oficiais e autóctones, mas se coloca à revelia do tratamento conferido, na prática, aos migrantes, que pouco são consultados. Diante de tal comportamento

---

<sup>243</sup> Embora estas condições de “acesso” às tecnologias e a fala, sejam concretamente discutíveis, sobretudo no caso dos migrantes econômicos e dos refugiados.

editorial midiático, governos e parlamentos demonstram argúcia neste “jogo” de agendamentos, ao falar o que deve ser mostrado e agindo, na prática de seus *guichets* de atendimento a migrantes, como de fato crêem ser o mais correto, à revelia do que defendem publicamente. Assim, o que poderia se sugerir como uma *disputa* entre governo e mídia por um lugar privilegiado na construção dos sentidos sobre as migrações, na *prática* deste tema no contexto espanhol, parece ser, muita mais, uma *cooperação* de sentidos sobre as migrações.

A compreensão das dinâmicas de negociação de sentidos sobre as migrações entre grande mídia e governos me seria útil no esboço do meu objeto de fato: a influência dos discursos governamentais e midiáticos sobre as falas das “pessoas comuns” que publicam obras ditas “autorais” pela internet. A busca de captar ou não uma possível contaminação entre os discursos midiáticos e governamentais e os individuais publicados pelo *YouTube* conclui-se com a certeza de que sim, tal contaminação existe, e tem evidências formais, mas carece de nuances.

Não raro, as narrativas dos vídeos que analisei chegam a utilizar os próprios referentes – imagens – publicados na grande mídia para editar suas obras. É o caso da super-exploração da imagem (foto) das *pateras* e *cayucos*, as embarcações utilizadas para chegar à Espanha. O caráter problemático da presença dos imigrantes, que na grande mídia também é atribuído ao risco sofrido pelos próprios migrantes, também é evocado nos vídeos, por meio de fotos que expressam a vulnerabilidade experimentada por aqueles que empreendem a viagem. Porém, parece ser a abordagem problemática que destaca o risco relacionado à criminalidade – lançando mão de estatísticas para comprovar a relação entre aumento da delinquência e a presença dos imigrantes, e dando destaque às notícias que reportam os delitos praticados por estrangeiros – uma das contaminações mais evidentes entre os discursos da grande mídia e as dos defendidos nos vídeos individuais pelo *YouTube*.

Da mesma forma, o argumento lógico “não podemos entrar todos, não cabemos”, que é base da causa/problema “avalanche humana”, diagnosticada pelos governos e parlamentos para justificar suas soluções/políticas no controle e seleção de imigrantes, assim como a associação entre imigração e terrorismo, que também é própria das falas governamentais/parlamentares, são constantemente evocadas como base argumentativa nos vídeos espanhóis. No caso da defesa de políticas de seleção das migrações, as evidências entre o discurso adotado pelos governos e as defendidas pelos autores dos vídeos são menos evidentes, sendo mais constantemente sugerido na



maioria dos vídeos que os imigrantes não deveriam nem mesmo “vir” à Espanha. Em nenhum vídeo foi proposto, por exemplo, que algumas modalidades de imigrantes poderiam interessar a esta sociedade, e, em todos os casos, ao imigrante chamado de “ilegal” pregou-se plena intolerância e deportação.

A hipótese de que seriam, sobretudo, os discursos midiático e governamental/parlamentar as maiores fontes de referência argumentativa daquelas obras individuais, os vídeos, foi, muito rapidamente, colocada “em xeque” pela emergência de um novo tipo de “voz” nos discursos dos vídeos: os ultranacionalistas e xenófobos declarados. Os discursos terminantemente reacionários à presença de imigrantes na Espanha, e, ainda, os que justificam tal reacionarismo a uma promiscuidade não desejada de valores e “raças” europeias/não europeias, pela internet, são muito mais freqüentes na *web* do que podia imaginar no início da pesquisa. Naquele momento, apostava encontrar uma incidência de falas sobre as migrações mais apoiadas em estatísticas científicas, e em nexos causais mais sóbrios, como o “inchaço” previdenciário espanhol, argumentos também evocados pela mídia e pelos governos. Ao perceber a grande presença de discursos “apaixonados”, como os que defendem a volta do “orgulho nacional” e a pureza de raças percebi, portanto, um claro desvio de rota que viria a atribuir novas e importantes nuances a minha hipótese inicial.

O “viço” da presença dos argumentos ultranacionalistas pela internet veio de encontro a uma impressão inicial de que, nas esferas públicas presenciais, o discurso xenófobo vem sendo controlado e cerceado em sua expressão pública, embora fossem evidentes os resquícios de atuações fundamentalistas ligadas ao “orgulho branco” pela raça ariana, já no século XXI. Percebia os setores ultranacionalistas que sobrevivem nas esferas públicas presenciais como grupos cada vez mais isolados e questionados em sua esfera de valores, nos regimes democráticos, sobretudo diante da construção de ordens cada vez mais globais de comércio e gestão das questões mundiais. Não raro, estes setores são alvo de críticas ridicularizantes que buscam destacar seu anacronismo. O que era, também, uma impressão frágil, dado o aumento de expressões xenófobas organizadas registradas a partir dos anos 2000. Os discursos ultranacionalistas e xenófobos têm, inclusive, representantes nos setores midiáticos e parlamentares, por isso optei por não tratá-los como *modalidades* de discursos outros, conferindo, por exemplo, um capítulo à parte para sua discussão.

Quando ultrapassam a linha de um orgulho nacional baseado apenas no sentimento de pertencimento e fundamentam tal orgulho em uma pretendida

superioridade racial, os nacionalistas pela internet, muitas vezes, lançam mão de símbolos e idéias tolhidas nas esferas públicas presenciais, como algumas das defendidas pelo nazismo alemão, um período histórico postumamente combatido à exaustão. Diante do consenso sobre a atrocidade cometida por Hitler e seus seguidores em nome da crença na superioridade da “raça” ariana, é compreensível que certas lideranças políticas espanholas identificadas com Hitler, e evocadas nos vídeos, como o ex-ditador Francisco Franco, não angariem a simpatia declarada nem da mídia, nem de governos e parlamentos.

A “liberdade de expressão” cerceada nas esferas públicas tradicionais e retomada na *web*, denúncia feita pelos próprios nacionalistas usuários da internet, passa a ser tomada como uma causa à parte, lado a lado da defesa de uma “Espanha para os espanhóis”. É, portanto, sob o anonimato da internet que as falas que defendem pontos de vista polêmicos sobre as identidades perdem o que seria um certo filtro “politicamente correto” que regula a fala da mídia e das representações governamentais que se dizem democráticas e podem melhor revelar o escopo de seus ideais. Assim, creio ser pela internet que melhor se pode conhecer a base moral, livre de constrangimentos, dos discursos das elites simbólicas ultranacionalistas.

A análise do material argumentativo defendido pelos vídeos individuais do *YouTube* colocam em questão, portanto, o que seria uma “autoralidade” destas obras individuais, sugerindo-se serem, muito mais, extensões, pela rede, de pontos de vista já largamente defendidos e debatidos nas esferas públicas presenciais. Mas, o fato de a rede se colocar como uma espécie de “refúgio”, não para refugiados, mas para *foragidos* das esferas públicas tradicionais – condenáveis por seus pontos de vista antidemocráticos – permite perceber, também, a importância de conhecer os mecanismos e condições que fazem da internet um espaço com contribuições próprias à expansão daqueles argumentos, proibitivos nas esferas públicas presenciais.

O “favorecimento” de tais idéias, isto é, a possibilidade de expressá-las sem constrangimentos e com potencial de agregar partidários simpatizantes poderia ser estudada a partir da análise dos mecanismos de interatividade oferecidos pelos *sites* de publicação de obras individuais, como o *YouTube*, em que facilmente se consegue detectar a formação de comunidades de valores ativas em difundir suas idéias, mesmo para além de tais círculos. Este estudo seria interessante para debater em que medida estes usuários pretendem arrebanhar novos simpatizantes de suas causas; até que ponto

se preocupam com a repercussão do que falam; ou, ainda, em que medida falam para seus companheiros ideológicos, ou para seus detratores.

Confesso que foi irresistível seguir as pistas do que parecia, de fato, ser uma comunidade de valores que se favorecia pelos recursos de interatividade do *YouTube*, mas devo admitir que fugia aos objetivos desta pesquisa mapear e compreender a fundo a natureza das interações estabelecidas entre os usuários do *YouTube* e das ferramentas tecnológicas utilizadas para tal comunhão. De todos os modos, me preocupei em aprender sobre os potenciais destes recursos tecnológicos, ao passo que fui apontando para irradiações que se dão para além das trocas privadas de mensagens, pois a “face” dispositivo/ferramenta da rede pode esconder sua vocação como meio de comunicação social de fato. Neste caso, o uso dispositivo/ferramenta entre usuários xenófobos seria apenas uma etapa, a da gestação das idéias e formação de consensos intra-comunitários, que precederia a seguinte, justamente a da publicação de pontos de vista desfavoráveis aos migrantes, em que a rede se torna um meio de comunicação como outro qualquer.

O estudo das migrações permite perceber, com alguma clareza como, diante do desafio de lidar com o “estrangeiro” e com a alteridade de modo geral, convertemos realidades e grupos humanos – sobre as quais a ação humana se mune de poderes jurídicos para controlar – em *causas* ou inimigos públicos. Para isso, estabelecemos convenções, produzimos discursos, e, por fim, construímos consensos a partir dos quais se acredite poder retomar a segurança perdida em um mundo de tão “livres” fluxos. As construções discursivas em torno da identidade do migrante, à semelhança de outros processos discursivos que favorecem ou estigmatizam socialmente certas identidades, são, de fato, dinâmicas cruciais que concorrem para criar melhores ou piores condições de adaptação, integração e inclusão do migrante e de sua (s) identidade(s) na sociedade de acolhida. Neste sentido, teria sido minha atuação como ativista produzir uma fala que se preocupasse, basicamente, em positivar as identidades de todos aqueles que, por causas as mais variadas, vivem em territórios diferentes dos seus de nascimento, chamando a atenção para seu valor universal como seres humanos.

Assumindo, na perspectiva de Foucault, Deleuze, Bakhtin e outros estudiosos da ordem dos discursos, que, na voz de quem fala se invoca sempre uma “multiplicidade” (Deleuze *apud* Foucault, 1979), ou *polifonia* de vozes (Bakhtin, 1979), este projeto poderia ter sido a reunião polifônica de falas positivas sobre as migrações. Porém, foi outro meu objetivo com este projeto. Gostaria de, ao fim deste mestrado, me sentir mais “instrumentalizada” para combater as perspectivas que maltratam a experiência

migrante em nome da defesa de totens conceituais que escondem sua artificialidade, como é o caso dos nacionalismos.

Com o avançar da pesquisa, fui tentando, então, superar o olhar meramente otimista, e, quem sabe, alcançar uma cientificidade “justa”. Confiei que “justiça” ou integridade, nesse caso, se tratava de abordar e discutir certos outros pontos nevrálgicos sobre a contemporaneidade, como globalização, liberdade e o papel da mídia na construção e representação de identidades. Seria importante, também, sistematizar as principais teorias já realizadas sobre as migrações, além de conhecer melhor o que se tem adotado como políticas para as migrações nas regiões mais sensíveis ao fenômeno, como é o caso da Europa. Acreditei que sistematizar e oferecer estas discussões ao leitor poderia, minimamente, evitar minha incursão no mesmo erro dos ultranacionalistas: uma defesa cega na superioridade de certos valores e o ofuscamento de sua construção cultural, caso apenas defendesse que toda migração é legítima. Assim, minha implicação pessoal neste tema não foi apenas no sentido de *positivar* as migrações, mas, também, em refletir sobre o papel dos pesquisadores e teóricos na perpetuação de pontos de vista que não são “libertadores” do sujeito, mas reafirmantes das já autoritárias construções discursivas sobre as identidades “permitidas” e as identidades que *devem* ser vividas, contemporaneamente. Sob este aspecto, não busquei formular uma crítica literal, mas agir no que estava ao meu alcance teórico-profissional, que foi a *prática* desta dissertação, embora avenge algumas possibilidades novas, como comunicóloga, para uma atuação neste tema.

A Comunicação Social, como disciplina ou “campo” epistemológico, tem uma série de contribuições a oferecer na formulação de uma Teoria Complexa das migrações contemporâneas. Creio que, no marco de uma reflexão ampla sobre as incidências da midiaticização das sociedades, cabe ao comunicólogo contribuir nesta construção para além das análises descritivas e elogiosas sobre o papel das novas tecnologias de comunicação na invenção de novas formas de migrar e de se representar identidades, compreendendo que a proliferação de ofertas de visões de mundo desencadeada pela democratização das mídias digitais não implica *apenas* em liberdade, e que a própria liberdade não é um valor absoluto, embora seja um certo indicativo democrático. Em certos casos, trata-se justamente de seu contrário: a liberdade cerceia e pode ser de uma injustiça atroz. Neste sentido, estou com Zizek (1998) quando este defendeu que “frente à emergência de um novo racismo e um novo sexismo, a estratégia passa por *tornar impronunciáveis tais enunciados*, de modo que os que crêem neles automaticamente

estejam crendo em si mesmos” (149). Evidentemente, “tornar impronunciável” um discurso não passa exatamente por criar mecanismos estritos de censura, mas, ainda em nível discursivo, de produzir, em tal volume, contra-discursos aos xenófobos e à liberdade que pleiteiam que estes se sintam completamente deslegitimados em sua fala.

Ainda pensando o papel da Comunicação social e dos comunicólogos, creio que as mudanças na natureza e nas modalidades de migrar apontam novos papéis para esta área do conhecimento. Diante de uma migração que se dá, cada vez mais, *em trânsito*, suspensa “entre-territórios” com demarcações simbólicas por se construir, esta forma de migrar ainda impõe de seus viajantes grandes esforços na compreensão e apropriação de códigos de conduta normatizadores de cada um destes pontos – por mais obsoletas que possam se sugerir as categorias “origem” e “destino”. Assim, a inserção desta disciplina em uma nova Teoria das Migrações vai além da especialidade em processos midiáticos baseados em mídias. Devem levar em conta, também, a comunicação que se produz no contato estabelecido entre culturas, em que os sujeitos tornam-se meios e a mensagem a se construir depende do tipo de comunicação que se possa estabelecer. Ao que parece, é esta relação entre migrantes e *outros* migrantes que pode universalizar a identidade “diferença”, em um futuro muito próximo, que, ao que tudo indica, exigirá, como nunca, a compreensão de outras *comunicações*.

## BIBLIOGRAFIA

ALBA, Francisco; LEITE, Paula. Políticas migratórias después del 11 de septiembre: los casos del TLCAN y la EU. In: *Migración y Desarrollo*. n. 2, abril, 2004.

ALVARÉZ-MIRANDA, Berta. Aquí y allí: vínculos transnacionales y comunitarios de los inmigrantes musulmanes en Europa. Consultado em 14/03/07. Disponível em: <http://www.almendron.com/politica/pdf/2007/8922.pdf>

ANDACHT, Fernando. *El reality-show: una perspectiva analítica de la televisión*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2003.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: FCE, 1993.

ANTOUN, Henrique. De uma teia à outra: a explosão do comum e o surgimento da vigilância participativa. In: ANTOUN, Henrique (org.). *WEB 2.0 Participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio De Janeiro: Mauá X, 2008.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Geographie de la colére: la violence à l'âge de la globalisation*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2007.

ARANGO, Joaquín. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra. In: *Migración y Desarrollo*, n. 12, outubro, 2003. Madrid. Disponível em: [www.migracionydesarrollo.org](http://www.migracionydesarrollo.org)

ARENDT, Hanna. *As origens do totalitarismo: III. Totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1979.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. Sobremodernidade: do mundo tecnológico de hoje ao desafio essencial do amanhã. In: *Sociedade Midiatizada*. Moraes, Dênis de. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

BAÑÓN HERNÁNDEZ, Antonio M. Los medios como mediadores interculturales. In: BAÑÓN HERNÁNDEZ (Org.) *Discurso periodístico y procesos migratorios*. Donostia-San Sebastián: Gakoa, 2007.

BAÑÓN HERNÁNDEZ, Antonio M., FORNIELES, Javier. Conceptos básicos sobre comunicación e inmigración. in: *Manual sobre comunicación e inmigración*. BAÑÓN HERNÁNDEZ, Antonio M. (org). FORNIELES, Javier (org). Donostia-San Sebastián: Gakoa, 2008.

BASSEGIO, Luiz. Muros: diminuem as migrações ou alteram-se as rotas? Consultado em 23/12/2006. Disponível em <http://www.gritodosexcluidos.com.br/artigosSemanais/artSem146/>

BASSEGIO, Luiz. Globalización, Migración e Integración. Consultado em 05/06/2008. In: Red Con Voz Disponível em [http://www.redconvoz.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=309&Itemid=86](http://www.redconvoz.org/index.php?option=com_content&task=view&id=309&Itemid=86)

BARBERO, Jesus Martin. Secularización, Desencanto e Re-encantamiento mass mediático. *Diálogos de la Comunicación*, 41 março. Felafacs; Lima. 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECK, Ulrich. *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage Publications, 1992.

BECKETT, Katherine. *Making crime pay: law and order in contemporary american politics*. New York: Oxford University Press, Inc., 1997.

BÉJAR, Helena. *La déjacion de España*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

BELLOTTO, Manoel Lelo. A imigração espanhola no Brasil. Estado do fluxo migratório para o Estado de São Paulo (1931-1936). In: Revista *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*. v. 3, n. 2 jul/dez, 1992. Versão Digital. Disponível em: [http://www.tau.ac.il/eial/III\\_2/bellotto.htm](http://www.tau.ac.il/eial/III_2/bellotto.htm)

BHABHA, Homi K. *O poder da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BOUCHET-SAULNIER, Françoise. *Dictionnaire pratique du Droit Humanitaire*. Paris: Éditions La Decouverte, 2006.

BRAGA, José Luiz. Mdiatização como processo interacional de referência. Anais da XVª COMPÓS, Bauru, São Paulo, 2006.

BRETAS, Beatriz. Pessoas comuns no ciberespaço: dimensões éticas e estéticas da ocupação midiática. Anais da XVIIª COMPÓS, São Paulo, 2008.

BRUNO, Fernanda. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. In: ANTOUN, Henrique (org.). *WEB 2.0 Participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio De Janeiro: Mauá X: 2008.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser. Visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. Anais da XIIIª COMPÓS, São Paulo: 2004.

BUCCI, Eugênio. Direitos do Telespectador. In: Revista on-line Observatório de imprensa, 20/01/1997. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/arq2001/index.htm> Consultado em 12/06/2004.

\_\_\_\_\_; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.



CAIAFA, Janice. *Aventura das cidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CALLIGARIS, Contardo. É proibido viajar. Disponível em: <http://contardocalligaris.blogspot.com/2008/03/proibido-viajar.html> (Blog do autor). Publicado em 13/03/2008. Consultado em 25/06/2008.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

CARMONA, Juan Francisco Torregrosa. El tratamiento informativo de la inmigración como paradigma de la alteridad. In: *Revista Pueblos*, setembro 2005, n.18.

CASERO, Andreu. Ejes Discursivos en la construcción mediática de la identidad de los inmigrantes. In: BAÑON HERNÁNDEZ (Org.). *Discurso periodístico y procesos migratorios*. Donostia-San Sebastián: Gakoa, 2007.

CASTEL, Robert. *La inseguridad social*. Buenos Aires: Manantial, 2004.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. São Paulo: Ed. Paz & Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, de Dênis. *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Milagros Pérez Oliva / *El País* 18.02.2008. Disponível em: [http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com\\_content&task=view&id=2635](http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=2635)

COGO, Denise. A mediação das migrações contemporâneas no contexto brasileiro e as matrizes culturais de construção da União Européia e do Mercosul. In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, V. 3, N. 1, 2005.

\_\_\_\_\_. *Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas*. Rio de Janeiro: E-papers; Brasília: CSEM, 2006.

\_\_\_\_\_.; GUTIÉRREZ, María; HUERTAS, Amparo. Migraciones transnacionales y medios de comunicación: Relatos desde Barcelona Y Porto Alegre. Madrid: Catarata, 2008.

COGO, Denise M.; BRIGNOL, Liliane. D. Recepção midiática e migrações transnacionais em Barcelona e Porto Alegre. In: Anais da XVIIª COMPOS. São Paulo/SP, 2008b.

COSTA PINTO, Luiz A. *Nacionalismo y militarismo*. México-DF: Siglo Veintiuno Editores, 1972.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.

D'AMARAL, Márcio Tavares. *O homem sem fundamentos: sobre linguagem, sujeito e tempo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

DEBRAY, Régis. *Curso de Midiologia Geral*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)

DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, Adauto (Org). *Ensaio sobre o medo*. Rio de Janeiro: SESC/SENAC, 2007.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1966.

\_\_\_\_\_. *Risk and Blame*. London: Routledge, 1992.

EHRENBERG, Alain. *L'Individu incertain*. Paris: Calmann-Lévy, 1995.

\_\_\_\_\_. *O sujeito cerebral*. *Esprit*, 309, Novembro 2004.

ESTEVES, João Pissarra. *Espaço Público e Democracia: Comunicação, Processo de Sentido e Identidade Social*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FANTAZZINI, Orlando. Políticas Públicas para as migrações Internacionais. Colaboração: Rosita Milesi, Luis Varese...[et al.]. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.

FAUSTO NETO, Antonio. A Midiatização jornalística do dinheiro apreendido: das fotos furtadas à fita leitora. Anais da XVIª COMPÓS, Tuiuti, 2007.

\_\_\_\_\_. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. Anais do XXXº, Intercom, Santos, 2007.

FAZITO, Dimitri. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. Anais do XIIIº Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, 4 a 8/11/ 2002. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_MIG\\_ST1\\_Fazito\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Fazito_texto.pdf) Consultado em 07/05/2009.

FIRMEZA, George Torquato. *Brasileiros no exterior*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FURTADO, Celso. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

GAMSON, William A. *Talking politics*. New York: Cambridge University Press, 1992.

GEARY, Patrick J. *O mito das nações*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GIMÉNEZ, Carlos. *Qué es la inmigración*. Barcelona: RBA Libros, 2003.

GIRONA, Jordi Roca. Migrantes por amor: la búsqueda y formación de parejas transnacionales. AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana. V. 2, N. 3. Set/Dez 2007. Disponível em: [www.aibr.org](http://www.aibr.org). Consultado em 04/04/ 2008.

GOULART, Ana Paula Ribeiro; LERNER Kátia. Memória e identidade nos relatos biográficos. In: *Mídia, memória e celebridades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: e-Papers Serviços Editoriais, 2003.

GREGORI, José. Refugiados e Imigrantes: uma abordagem de direitos humanos. In: Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) (org.). *Refúgio, Migrações e Cidadania*. Caderno de Debates. São Paulo: IMDH: ACNUR, agosto, 2007.

GRÜN, Roberto. Construindo um lugar ao sol: os judeus no Brasil. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2001.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo, ed. 34, 1998.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. *Identidades Culturais na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A Ed., 1997.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JULIÁ, Santos. Edad Contemporánea. In: *História de España*. Madri: Espasa Calpe, 2007.

KEHL, Maria Rita. Elogio do Medo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Ensaio sobre o medo*. Rio de Janeiro: Ed. SENAC-SP; Ed. SESC-SP, 2007.

KLEIN, Naomi. *Cercas e Janelas: na linha de frente do debate sobre globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LARIO, Manuel. La representación de la inmigración y de los inmigrantes en la prensa y en la radio. Estado de cuestión. In: *Manual sobre comunicación e inmigración*. BAÑÓN HERNÁNDEZ, Antonio M. (org.) FORNIELES, Javier (org.). Donostia-San Sebastián: Gakoa, 2008.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minoria e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2001.

LORITE GARCIA, Nicolás. Discurso, inmigración y medios audiovisuales. In: *Manual sobre comunicación e inmigración*. BAÑÓN HERNÁNDEZ, Antonio M. (org.), FORNIELES, Javier (org.) Donostia-San Sebastián: Gakoa, 2008.

\_\_\_\_\_. Como miran los medios la inmigración y transmiten la diversidad. Relatório publicado por ocasião do congresso “Diálogo Comunicación y diversidad cultural – Forum Universal de las Culturas” de 24 a 27 de mayo, Barcelona 2004. Disponível em: [http://www.mugak.eu/ef\\_etp\\_files/view/medios-inmigraci%C3%B3n.pdf?revision\\_id=11583&package\\_id=2466](http://www.mugak.eu/ef_etp_files/view/medios-inmigraci%C3%B3n.pdf?revision_id=11583&package_id=2466)

LUKEN, Verónica de Miguel. Inmigración y redes personales de apoyo. In: *REDES-Revista hispana para el análisis de redes sociales*. Vol. 11,#10, Dezembro, 2006. Disponível em <http://revista-redes.rediris.es> Consultado em: 02/06/2007.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Os Exercícios do Ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

\_\_\_\_\_. Razón Técnica y Razón Política: espacios/tiempos no pensados In: *Revista Latino-americana de Ciencias de la Comunicacion*. ALAIC, jul/dez. 2004

MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris (Org.) *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MATA, Maria Cristina. De la cultura masiva a la cultura mediática. In: *Revista diálogos de La Comunicación*. Lima: FELAFACS, s/d.

MIGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas. In: *Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna*. BJERG, María; OTERO, Hernán (Org). Buenos Aires: Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, 1995.

MILESI, Rosita. Por uma nova Lei de Migrações: a perspectiva dos Direitos Humanos. In: Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) (Org.) *Refúgio, Migrações e Cidadania*. Caderno de Debates. São Paulo: IMDH: ACNUR, Agosto, 2007.

MILESI, Rosita; CARLET, Flávia. Refugiados e Políticas Públicas: pela solidariedade, contra a exploração. Outubro de 2006. Disponível em <http://www.migrante.org.br/textoseartigos.htm> Consultado em 06/03/2008.

MONTEIRO, Joyce Anne Rodrigues. Dupla Cidadania na União Européia: da convergência entre os Estados às Mudanças na Soberania. In: SEYFERTH, Giralda; PÓVOA NETO, Helion; ZANINI, Maria Catarina e SANTOS, Miriam. *Mundos em movimento: ensaios sobre migrações*. Santa Maria: UFSM, 2007

MORENO PRECIADO, Manuel. Imagen y discursos sobre la inmigración: la campaña electoral del 14 de marzo de 2004 en los medios de comunicación escritos. In: *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, 2006, jan-jun vol. LXI, n. 1, Disponível em: <http://rdtp.revistas.csic.es/index.php/rdtp/article/viewFile/8/8> Consultado em 14/01/08.

MORIN, Edgar. Cultura de Massas no século XX. Vol.1: Neurose. Rio de Janeiro, Forense Editora, 2007.

\_\_\_\_\_; KERN, Anne Brigitte. *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MURO, Ignacio. Crisis sociales, riesgos manipulados. *El País*, 07/08/2008/. Disponível em <http://medios.mugak.eu/noticias/noticia/162033>. Consultado em 09/08/2008.

PACELLI, Ademir. *O migrante na rede do outro*. Editora Te/Corá: Rio de Janeiro/Belo Horizonte, 1999.

PAIVA, Raquel. SODRÉ, Muniz. *Cidade dos artistas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PARK, Robert E. Human Migration and the Marginal Man. In: The American Journal of Sociology. Chicago: The University of Chicago Press, 1928. Vol. 33, No. 6. (May, 1928). Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=00029602%28192805%2933%3A6%3C881%3AHMATMM%3E2.0.CO%3B2-7> Consultado em 13/10/2008.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, n.11, 2004.

POLETO, Ivo. Migração: Direito ou subversão? In: REMHU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Ano XIV n. 26 e 27, 2006.

PORTES, Alejandro. Un dialogo transatlantico: el progreso de la investigación y la teoría en el estudio de la migración internacional. Conferencia inaugural en la cuarta conferencia española sobre migraciones, Gerona España, Novembro de 2004.

POSTER, Mark. *What's the matter with the Internet?* Minnessota: University of Minnesota Press, 2001.

PÓVOA, Neto Helion. A criminalização das Migrações na nova ordem internacional. In: PÓVOA, Neto Helion (org). *Cruzando fronteiras interdisciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

POVOA, Hélion; ZANINI Maria Catarina, SANTOS, Miriam (orgs.) *Mundos em Movimento: ensaios sobre migrações*. Santa Maria: UFSM, 2007.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. In: ANTOUN, Henrique (org.) *WEB 2.0 Participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauá X, 2008.

QUIROGA FAUSTO, Nina. Migrações Contemporâneas e Internet: liberdade, diversidade e xenofobia pela rede. ANAIS do XXXIº INTERCOM – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, 2008.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, M., OTERO, H. (org.) *Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna*. Buenos Aires: Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, 1995.

RAMOS, Célia Maria Antonnaci. *As nazi-tatuagens: inscrições ou injúrias no corpo humano?* São Paulo: Perspectiva, 2006.

RECUERO, Raquel. Práticas de Sociabilidade em Sites de Redes Sociais Interação e Capital Social nos Comentários dos Fotologs. ANAIS da XVIIª COMPÓS, São Paulo, junho de 2008.

REZEK, José Francisco. *Direito internacional público*. São Paulo: Saraiva, 1991.

RIBAS-MATEOS, Natalia. *Una invitación a la sociologia de las migraciones*. Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2004.

RICOUER, Paul. *O discurso da ação*. Lisboa: Edições 70, 1988.

RODRIGO, Miguel. Inmigración y comunicación intercultural: negociando identidades. In: BAÑÓN HERNÁNDEZ, Antonio M. e FORNIELES, Javier (orgs.). *Manual sobre comunicación e inmigración*. Donostia-San Sebastián: Gakoa, 2008.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. Disponível em: <http://caosmose.net/suelyrolnik/textos.htm> Consultado em 27-05-2007.

\_\_\_\_\_. Despachos no museu: sabe-se lá o que vai acontecer.... Disponível em: <http://caosmose.net/suelyrolnik/textos.htm> Consultado em 27-05-2007.

RONDELLI, Elizabeth; HERSCHMANN, Micael; Os mídia e a construção do biográfico: a morte em cena. In: HERSCHMANN, Micael.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org). *Mídia, memória e celebridade: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: e-Papers, 2003.

ROSE, Nicolas. Inventando nossos eus. In: *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. SILVA, Tadeu (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2001.



SANTAELLA, Lúcia. *Cultura das mídias*. São Paulo: Razão Social, 1992.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHLESINGER, Philip. *Nación y espacio comunicativo*. In: Revista deSignis. Barcelona: Gedisa, 2002. n. 2.

SEABRA, Hugo Luís Martinez de; SANTOS, Tiago. A criminalidade de estrangeiros em Portugal: um inquérito científico. Lisboa: Alto Comissariado Para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), 2005.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SENNET, Richard. *O declínio do homem-público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e (re) construção de identidades étnicas. In: PÓVOA, Neto Helion (org.). *Cruzando fronteiras interdisciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

SHAPIRO, Andrew. *The control revolution: how the Internet is putting individuals in charge and changing the world we know*. Public Affairs/The Century Foundation, 1999.

SIBILIA, Paula. Blogs, fotologs y webcams: el show del yo via Internet. In: HERNANDEZ GARCIA, Ilana (org.). *Estetica, Ciencia y Tecnologia - Creaciones Electronicas y Numericas*. Bogotá: Ed. Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

\_\_\_\_\_. A vida como relato na era do fast-forward e do real time: algumas reflexões sobre o fenômeno dos blogs. ANAIS da XIIIª COMPÓS, São Bernardo do Campo/SP, 2004.

\_\_\_\_\_. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVERSTONE, Roger. *Televisión y vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu, 1994.

\_\_\_\_\_. *Por que estudar a mídia*. São Paulo: Edições Loyola, 2002

SIMMEL, George. O estrangeiro. In: MORAIS FILHO, Evaristo de (org.). *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983.

SOARES, Weber. A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya Resende. *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida para Revista FAPESP “Especial Revolução Genômica”. Setembro de 2008.

SOUZA, Ana Cláudia. Reinvenção do real: o limite entre a vida pública e privada nas coberturas de revistas de celebridades. Dissertação de mestrado apresentada no programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ, 2003.

SPIRE, Alexis. *Accueillir ou reconduire: enquête sur les guichets de l'immigration*. Paris: Raisons D’agir, 2008.

SPRANDEL, Márcia Anita. A “Questão Migratória” como Objeto de Reflexão. In: Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) (org.). *Refúgio, Migrações e Cidadania*. Caderno de debates. São Paulo: IMDH: ACNUR, agosto de 2007.

TEJEDOR, Santiago. Recursos de Internet para el estudio conjunto de inmigración y comunicación. In: BAÑÓN, Antonio M. (org.), FORNIELES, Javier (org.). *Manual sobre comunicación e inmigración*. Donostia-San Sebastián: Gakoa, 2008.

TRILLING, Lionel. *Sincerity and authenticity*. London: Harvard University Press, 1972.

VAISSE, Maurice. *As relações internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2005.

VALDEÓN, Julio. Edad Media. In: *História de España*. Madri: Espasa Calpe, 2007.

VAN DJK, Teun A. El racismo y la prensa en España. In: *Discurso periodístico y procesos migratorios*. Donostia-San Sebastián: Gakoa, 2007.

VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Lisboa: Edições 70, 1989.

VAZ, Paulo; BRUNO, Fernanda. Do desmascaramento ao descrédito. In: Lumina - Facom/UFJF - v.2, n.1, jan/jun. 1999. Disponível em: <http://www.facom.ufjf.br/lumina/R2-Vaz%20e%20Bruno-HP.pdf>

VAZ, Paulo. As esperanças democráticas e a evolução da Internet. In: Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 2004.

\_\_\_\_\_. A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime. In: Revista FAMECOS. v. 1, n. 30 Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. O destino do fait divers: política, risco e ressentimento no Brasil contemporâneo. In: Revista FAMECOS, v. 35, n.1. Porto Alegre, 2008.

VERÓN, Eliseo. Televisão e Política: história da televisão e campanhas presidenciais. In: FAUSTO NETO, Antônio; VERÓN, Eliseo; RUBIM, Albino. (orgs.) *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker; São Leopoldo: Unisinos, 2003.

\_\_\_\_\_. *Esquema para el analisis de la mediatización*. In: Revista Diálogos de La Comunicacion. N. 48. Lima, 1997.

VILCHES, Lorenzo. A contaminação ambiental entre a ficção e os formatos de realidade. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). *Telenovela: internacionalização e interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ZAPATA-BARRERO, Ricard. Fundamentos de las políticas del discurso sobre la inmigración. In: *Manual sobre comunicación e inmigración*. BAÑÓN, Antonio M. (org.) FORNIELES, Javier (org). Donostia-San Sebastián: Gakoa, 2008.

ZIZEK, Slavoj. Multiculturalismo o la lógica cultural del capitalismo multinacional. In: JAMESON, Fredric & ZIZEK, Slavoj. Estudios Culturales. *Reflexiones sobre el multiculturalismo*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real!* São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

WAINBERG, Jacques A. *Mídia e terror*. São Paulo: Paulus, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. As agonias do liberalismo: as esperanças para o progresso. In: *O Mundo depois da guerra*. In: SADER, Emir. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. O universalismo europeu. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALZER, Michael. *Guerras justas e injustas*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Tratado sobre la tolerancia*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

**ANEXO 1. Outdoors – “Plano de Retorno Voluntário” do Governo Espanhol**



Estação Tribunal – Madri. Dezembro de 2008.



Calle de Lavapiés – Madri. Dezembro de 2008.

**ANEXO 2 Tabela 1 - Argumentos e recursos de linguagem vídeos *YouTube***

<b>Vídeo (título) / nº</b>	<b>Argumento(s) principal(is)</b>	<b>Outros argumentos</b>
<b>“Destrozando mi país, cambiando mi mente” / nº 1</b>	<p>&gt; A presença do estrangeiro é um dos sintomas do desvirtuamento social e moral da Espanha, governada por um presidente e outros líderes de governo irresponsáveis e inoperantes. Mas esta decadência “ainda” pode ser revertida.</p>	<p>&gt; Imigrantes são perigosos e propensos ao crime</p> <p>&gt; Latinos e islâmicos são os grupos sociais mais nocivos – formam gangues e pretendem “dominar” os espaços das sociedades de acolhida.</p> <p>&gt; A aceitação social da presença do imigrante leva à aceitação das bandeiras e práticas dos grupos regionais (espanhóis) separatistas.</p> <p>&gt; Espanhóis são uma raça.</p>
<b>“Las verdades de la inmigracion (in spanish)”/ nº 2</b>	<p>&gt; Os imigrantes “destruíram” a classe operária nacional.</p> <p>&gt; Os imigrantes aumentam os índices de delinquência no país.</p>	<p>&gt; A presença de imigrantes é favorecida por privilégios e favorece o empresariado.</p> <p>&gt; A grande emigração espanhola do século XX era feita de forma mais organizada e justa.</p>
<b>“Stop immigration” / nº 3</b>	<p>&gt; Espanha está sofrendo uma invasão “irreversível” de imigrantes.</p> <p>&gt; O aumento do número de imigrantes é responsável pelo aumento de violência generalizada.</p>	<p>&gt; Os imigrantes são naturalmente propensos à violência (a praticam até entre si próprios).</p>
<b>“Patriota no facha” / nº 4</b>	<p>&gt; O nacionalismo espanhol é reprimido como em nenhum outro país.</p>	<p>&gt; Existe uma permissividade com os nacionalismos regionais</p> <p>&gt; Separatistas e certos setores da esquerda rotulam o orgulho nacional de fascismo.</p>
<b>“Adios mi España Preciosa” / nº 5</b>	<p>&gt; A Espanha “preciosa” está sofrendo uma decadência social pela presença “massiva” de imigrantes.</p> <p>&gt; A imigração “ilegal e massiva” deve parar.</p>	<p>&gt; Presença de imigrantes é responsável pelo aumento da desordem de modo geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- são desordeiros</li> <li>- são responsáveis pelo aumento do consumo de drogas;</li> <li>- são responsáveis pelo aumento da prostituição;</li> <li>- formam gangues que incitam a violência.</li> </ul>

<p><b>“Orguloso de ser español” / nº 6</b></p>	<p>&gt; Os valores de uma “espanholidade” sustentados no período das ditaduras de 1923 e franquista (1936-1945) devem ser preservados. Estes consistem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- na unidade nacional</li> <li>- na defesa da religião católica – e no que esta prega em termos de valores morais.</li> <li>- na atuação militar na defesa dos valores que consideram legítimos.</li> <li>- na “Espanha para os espanhóis”.</li> </ul> <p>&gt; Os imigrantes são os responsáveis pela decadência moral e social da Espanha – não devem chegar mais e os que lá estão devem ser deportados.</p>	<p>&gt; Há grupos atuantes e históricos na defesa do orgulho da “verdadeira” Espanha que devem ser homenageados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Partido Falange Espanhola de las JONS.</li> <li>- AJE – Acción Juvenil Española – grupamento jovem do Movimiento Católico Español - White Pride (movimento de defesa da superioridade da “raça” branca)</li> <li>- Nacional Socialismo</li> <li>- 250 Spanische Freiwillige Division (Blauen division) – Divisão Espanhola que lutou com as tropas de Hitler no período de atuação do nazismo alemão.</li> </ul> <p>&gt; Espanha sofre com o perigo da presença de imigrantes terroristas</p> <p>&gt; Multiculturalidade é responsável pela incitação de valores consumistas</p> <p>&gt; Setor financeiro e multinacionais têm interesse no aumento da imigração espanhola.</p>
<p><b>“Inmigración y Multiculturalismo” / nº 7</b></p>	<p>&gt; Há um incentivo por parte do governo de favorecer a imigração e o multiculturalismo na Espanha.</p> <p>&gt; Tal “investimento” na imigração é um absurdo, frente à decadência cultural da sociedade espanhola com a presença de imigrantes de raça “inferior”.</p>	<p>&gt; Imigrantes na Espanha se organizam em “gangues” (“pandillas”).</p> <p>&gt; Imigrantes na Espanha são responsáveis pelo aumento da criminalidade.</p> <p>&gt; Cada “raça” deve permanecer em seu lugar de “origem”. Raças superiores devem defender-se da mestiçagem.</p> <p>Nacionalistas que protestam contra a decadência cultural espanhola são tachados</p>

		injustamente de “fascistas”.
<b>“Siempre Luchando”</b> / nº 8	> Espanha tem um passado de lutadores gloriosos que foram incansáveis na defesa de seu território – desde quando era habitada por povos nômades e bárbaros, na antiguidade, passando pelo período pós-unificação das coroas de Aragão e Castela, e pelas ditaduras militares do século XX, quando passam a defender o que já se toma por Nação.	



**ANEXO 3 Tabela 2 - Cruzamento argumentos mídia, parlamento e outras elites simbólicas**  
**X vídeos *YouTube*<sup>244</sup>**

<b>Vídeo (título) / nº</b>	<b>Influência de tratamento – Mídia</b>	<b>Influência das políticas públicas – governo</b>	<b>Influência de abordagem – outras elites simbólicas</b>
<b>“Destrozando mi país, cambiando mi mente” / nº 1</b>	> Problematizador/ conflituoso > Criminalidade	As causas: > Terrorismo > Avalanche humana As soluções/políticas: > Controlar fluxos (sem especificar forma)	> Contaminação e decadência da raça e da cultura espanhola > Avalanche humana / agente de risco – para autóctones > Esquerda facilita a entrada e favorece a decadência da sociedade.
<b>“Las verdades de la inmigracion (in spanish)” / nº 2</b>	> Problematizador/ conflituoso > Criminalidade	As causas: > Avalanche humana	> Concorrência laboral/civil
<b>“Stop immigration”/ nº 3</b>	> Problematizador/ conflituoso > Criminalidade > Avalanche humana / agente de risco – para todos (migrantes também são vítimas)	As causas: > Terrorismo > Avalanche humana As soluções/políticas: > Controlar fluxos (não especifica forma)	> Concorrência laboral/civil > Contaminação e decadência da raça e da cultura espanhola
<b>“Patriota no facha”/ nº 4</b>			> Orgulho nacional/ Sentimento de superioridade frente a outras raças/etnias
<b>“Adios mi España Preciosa” / nº 5</b>	>Problematizador/ conflituoso > Criminalidade > Avalanche humana / agente de risco – para todos (migrantes também são vítimas)	As causas: > Avalanche humana As soluções/políticas: > Controlar fluxos ilegais – supõe-se que por securitização (controle de fronteiras/deportações)	> Concorrência laboral/civil > Contaminação e decadência da raça e da cultura espanhola > Avalanche humana / agente de risco – para autóctones
<b>“Orguloso de ser español” / nº 6</b>	>Problematizador/ conflituoso > Criminalidade	As causas: > Terrorismo > Avalanche humana As soluções/políticas:	> Concorrência laboral/civil > Contaminação e decadência da raça e da cultura espanhola

<sup>244</sup> Os argumentos utilizados pela mídia, na formulação de políticas públicas governamentais e na abordagem da ultradireita e movimentos racistas estão explicitados na página 153.

		<p>Controlar fluxos por</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Securitização (controle de fronteiras/deportações)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Avalanche humana / agente de risco – para autóctones</li> <li>&gt; Orgulho nacional/ Sentimento de superioridade frente a outras raças/etnias</li> <li>&gt; Intervenção por força ditatorial</li> </ul>
<p><b>“Inmigración y Multiculturalismo” / nº 7</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt;Problematizador/ conflituoso</li> <li>&gt; Criminalidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Terrorismo</li> <li>&gt; Avalanche humana: “no podemos entrar todos”</li> </ul> <p>As soluções/políticas:</p> <p>Controlar fluxos por</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Securitização (controle de fronteiras/deportações)</li> <li>&gt; Seleção dos migrantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Concorrência laboral/civil</li> <li>&gt; Contaminação e decadência da raça e da cultura espanholas</li> <li>&gt; Avalanche humana / agente de risco – para autóctones</li> <li>&gt; Esquerda facilita a entrada de imigrantes e favorece a decadência da sociedade.</li> <li>&gt; Orgulho nacional/ Sentimento de superioridade frente a outras raças/etnias</li> <li>&gt; Intervenção por força ditatorial</li> </ul>
<p><b>“Siempre Luchando” / nº 8</b></p>			<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Orgulho nacional/ Sentimento de superioridade frente a outras raças/etnias</li> <li>&gt; Intervenção por força ditatorial</li> </ul>

#### **ANEXO 4 Letras das canções dos vídeos**

##### **Adiós España preciosa (vídeo 5)**

###### **“Adiós a España” - Intérprete: Antonio Molina**

Tengo una copla morena echa de brisa, de brisa y de sol  
Cruzando la mar serena, con ella te digo adiós  
Adiós mi españa preciosa, la tierra donde nací  
Bonita, alegre y graciosa como una rosa de abril  
Ay, ay, ay, voy a morirme de pena viviendo tan lejos de ti.

Cruzando la mar serena, con ella te digo adiós  
Que lejos te vas quedando españa de mi querer  
A dios le pido llorando que pronto te vuelva a ver  
Como una rosa encendida perfuma mi corazón  
Adios mi españa querida pa ti canto mi canción  
Y al darte mi despedida, y es beso, y es oración  
Mi españa tierra querida, pa siempre adiós.

##### **Orgulloso de ser español (Vídeo 6)**

###### **“Cara al sol” - Intérprete: Estirpe Imperial**

Es un angel que va cabalgando,  
cabalgando con brio y valor  
va cantando las tristes historias  
de una guerra que ya termino.  
Primavera lejos de mi patria,  
primavera lejos de mi amor,  
primavera sin flores y sin risas,  
primavera a orillas del Volchov.  
y sus aguas que van al Ladoga,  
van cantando esta triste cancion  
cancion triste de amor y de guerra,  
cancion triste de guerra y amor  
cuando ebrio avanza el enemigo  
y con voz te ataca sin valor  
rasga el aire mas fuerte que la metralla  
las estrofas de mi cara al sol

cara al sol cancion antigua y nueva  
cara al sol es el himno mejor  
cara al sol y morir peleando  
que mi patria asi me lo pidio.

si en la lucha no quedara roto  
marcharia a la legion de honor  
montaria la guardia de los luceros.  
formaría junto al mejor,  
montaria la guardia de los luceros,  
formaría junto al mejor...